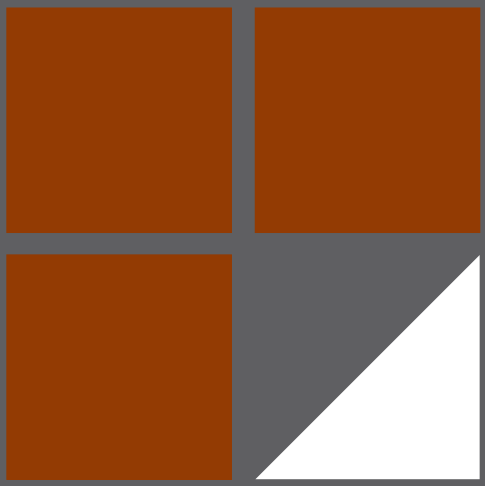


Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Conferências

e-dita

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Conferências

Organizadores
Jorge Fernandes Alves
Pedro Vilas-Boas Tavares

Porto, FLUP, 2020

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Conferências

ORGANIZAÇÃO: Jorge Fernandes Alves e Pedro Vilas-Boas Tavares

EDIÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ANO DE EDIÇÃO: 2021

COLEÇÃO: FLUP e-DITA

EXECUÇÃO GRÁFICA: Gráfica Firmeza, Lda. / Porto

TIRAGEM: 250 exemplares

DEPÓSITO LEGAL: 481370/21

ISBN: 978-989-8969-74-3

ISSN: 1646-1525

Sumário

Nota de Abertura 5

Apresentação 7

Ciclo "Conferências do 19" 11

FLUP, 1919: a ideia, o projeto de transferência,
a criação de uma nova Faculdade
Jorge Fernandes Alves 13

Da República Nova à República Velha:
roteiro interpretativo da turbulência política de 1919
Armando Malheiro da Silva 49

A Primeira Faculdade de Letras do Porto
e a História de Portugal dita "de Barcelos"
Luís Miguel Duarte 89

A Geografia na Faculdade de Letras da Universidade
do Porto (1919-1931): uma herança Ratzeliana
José Ramiro Pimenta, João Carlos Garcia 103

Os estudos ingleses na Faculdade de Letras do Porto:
alguns textos e contextos
Rui Carvalho Homem 127

Duma Filosofia da Liberdade a uma Pedagogia da Liberdade:
Leonardo Coimbra e a ideia fundadora inicial da Faculdade
de Letras do Porto
Arnaldo Cardoso de Pinho 145

Porto, cidade maravilhosa?
João Teixeira Lopes 157

Porto, 1919
Gaspar Martins Pereira 169

Aarão de Lacerda e a historiografia da arquitetura românica portuguesa
Lúcia Maria Cardoso Rosas, Maria Leonor Botelho 201

100 anos a formar professores para formar leitores: Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Isabel Margarida Duarte 215

Leonardo Coimbra e os sistemas filosóficos do seu tempo
Paulo Tunhas 239

Outras Conferências 253

O Dr. Luís Cardim e a primeira Faculdade de Letras do Porto
José Manuel Martins Ferreira 255

Imagens do Porto na obra de Raul Brandão: matéria e memória
Maria João Reynaud 263

Leonardo Coimbra e a formação do Homem
Manuel Cândido Pimentel 279

Anexo

Entrou-me uma alma nova! Faculdade de Letras do Porto (1919-1931)
Catálogo da Exposição 291

Nota de Abertura

Uma das iniciativas mais marcantes das comemorações do centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) foi o ciclo *Conferências do 19*, concebido com a preocupação de abrir a instituição à Cidade e de divulgar não apenas o passado da Faculdade, mas também de dar a conhecer diversas áreas científicas que dão identidade a esta escola, desde o momento da sua criação, em 1919.

Realizadas em diferentes locais da cidade do Porto, as *Conferências do 19* foram, na sua grande maioria, proferidas e moderadas por docentes da FLUP, tendo proporcionado uma ocasião privilegiada para desenvolverem investigação sobre a própria escola na sua primeira fase de vida (e não só…), os seus docentes, o ensino que nela se fez, as correntes científicas que eram seguidas, as influências a que foi permeável. Os textos que agora se publicam dão conta desse legado, assinalando assim, da melhor forma, os 100 anos da instituição.

A par do referido ciclo de conferências, surgiram, em momentos diversos, no decurso do ano comemorativo, oportunidades para organizar outras palestras, sobre temas relevantes para a efeméride que se celebrava, sendo os respetivos textos também reunidos neste livro. E, pelo significado que teve enquanto memorial da primeira fase de vida da FLUP, complementa-se este volume com o catálogo da exposição *Entrou-me uma alma nova! Faculdade de Letras do Porto (1919-1931*), que esteve patente na biblioteca durante cinco meses (abril a setembro de 2019).

Aos conferencistas / autores dos textos e aos moderadores das sessões, às entidades que acolheram as conferências, aos organizadores das diversas atividades comemorativas (conferências, exposições, colóquios…) deixo registado um agradecimento sentido, por toda a dedicação e trabalho que tiveram, contribuindo assim para o sucesso da celebração do centenário da FLUP e para o reforço da identidade da instituição. Bem hajam!

A Diretora da FLUP
Fernanda Ribeiro

Apresentação

As designadas "Conferências do 19" surgiram no âmbito do ciclo de atividades comemorativas do centenário Faculdade de Letras da Universidade do Porto, criada pela Lei n.º 861, de 27 de agosto de 1919, emergente num contexto cultural que se pode considerar marcado pelo movimento da *Renascença Portuguesa*, desenvolvido, desde 1910, em torno da revista *A Águia*. A reivindicação de uma Faculdade de Letras, a par da de Direito, para completar a Universidade do Porto, verificou-se desde 1911, ante a frustração de se ver uma Universidade criada apenas com duas Faculdades (e a promessa de uma terceira) que eram tão só a elevação a este estatuto de duas escolas superiores já existentes desde o governo setembrista, marcado pela ação de Passos Manuel, em 1836-1837. Por isso, as pressões para a sua criação vieram do interior da Universidade e do exterior, a partir da mobilização da sociedade, com reuniões de grupos estudantis que se mobilizaram, nos inícios de 1919, para esse efeito, agregando a si o apoio de instituições relevantes da cidade do Porto, reuniões que foram importantes para impulsionar a tomada de decisão política, de que se dá conta num dos textos que integram esta coletânea.

No entanto, esta primeira fase da Faculdade é geralmente referenciada como "Faculdade Primitiva", dado ter sida extinta no período da Ditadura Militar (em simultâneo com Direito, de Lisboa, e Farmácia, de Coimbra), através do Decreto n.º 15.365, de 12 de abril de 1928, da autoria do ministro Alfredo de Magalhães, por sinal reitor eleito da Universidade do Porto, chamado a ministro em pleno mandato. A Faculdade encerraria as atividades em 1931, após terminar os cursos iniciados antes do referido decreto.

Importa dizer que, além dos clamores públicos, nem toda a Universidade do Porto aceitou esse processo, como se pode ver, desde logo, em 1933. Com

efeito, o vice-reitor então em exercício interino de reitor, Adriano Rodrigues, numa brochura publicada nesse ano e intitulada – *Universidade do Porto: atividade científica, ação social, aspirações, missão na vida nacional* –, postulava um quadro de dez mandamentos para a Universidade e o décimo era, sem dúvida, "restituição à Universidade da Faculdade de Letras e conversão em Normal de um dos Liceus da cidade", procurando, assim, resgatar para a Universidade o campo das Humanidades e sua ligação à formação de docentes. O ambiente político constrangedor do Estado Novo e a moderação das autoridades académicas aconselhavam a discrição e a paciência nesta reivindicação de reabertura da Faculdade de Letras que, com regularidade, se fazia nas cerimónias inaugurais do ano através do Reitor Amândio Tavares ou por ocasião das reuniões dos antigos estudantes de Letras na Universidade. Um deputado e docente da Universidade do Porto, Mendes Correia, pedia o restabelecimento da Faculdade de Letras na Assembleia Nacional em 21 de março de 1946, tal como o deputado Urgel Orta em duas intervenções nos inícios de 1958. A Faculdade, contudo, só voltaria em 1961.

Para além do hiato de cerca de trinta anos significar uma rutura, pois antigos docentes ou alunos não tiveram hipótese de serem repescados para o novo quadro docente, que seria enquadrado em novos padrões decorrentes do regime político do Estado Novo então em vigor, a verdade é que este processo não desdiz a apetência da Universidade do Porto pelas Humanidades nem pode levar à rejeição do que foi ensinado e publicado, não obstante problemas e contradições variadas. Antes pelo contrário, torna-se legítimo relevar a herança humanista veiculada pelo rasto luminoso da primeira Faculdade e da obra dos seus mestres (como Leonardo Coimbra, Damião Peres ou Hernâni Cidade), bem como dos seus discípulos que, atendendo às circunstâncias políticas constrangedoras, se espalharam pelo País e/ou pelo mundo, evidenciando nomes como Agostinho da Silva, Álvaro Ribeiro, Delfim Santos, Sant´Anna Dionísio, Joaquim Magalhães, entre tantos. Essa relevância acabou por ser feita no pós-25 de abril de 1974, nomeadamente pelos intelectuais que se agruparam na revista *Nova Renascença*, com relevo para a figura de José Augusto Seabra, cujo papel na valorização do legado de Leonardo Coimbra é incontornável, mas não só, pois a instituição e a herança das principais figuras da Faculdade primitiva têm vindo a ser objeto de estudos académicos recentes. O centenário da criação tornou-se, pois, um momento simbólico para sinalizar a memória da Faculdade primitiva, criando mais uma oportunidade para ultrapassar o arco do tempo e identificar finalidades convergentes que passam pela valorização da Cultura, da História, da Filosofia, das Ciências Humanas e Sociais.

Neste quadro da celebração do centenário, entendeu a Direção da Faculdade promover um conjunto de atividades – Colóquio, exposições, con-

ferências – que, durante o ano de 2019, procuraram explicitar o papel das Humanidades na sociedade atual como um tributo de reflexão suscitado pela evocação da Faculdade Primitiva, no complexo fio histórico das continuidades e/ou das ruturas.

Integradas nessa mobilização de vontades, pela sua parte, as "Conferências do 19" procuraram marcar e fomentar encontros em torno do dia 19 de cada mês ao longo do ano de 2019, numa perspetiva de tertúlia, revisitando expressões em torno da velha FLUP e das suas circunstâncias, suscitando diálogos diversificados e livres com a velha Escola, animado, cada encontro, pela conferência de um investigador da FLUP ou convidado, apresentado por outro investigador, num périplo por locais de cultura da cidade do Porto – FLUP, arquivos, bibliotecas, escolas. Cada conferência abordaria um tema ligado à Faculdade, com relevo para os diferentes ramos disciplinares então ministrados e suas heranças. São os textos dessas conferências que se apresentam neste volume.

Iniciou-se esse ciclo por uma conferência sobre a emergência da FLUP, no seu contexto histórico e no jogo das posições académicas e políticas, num quadro conjuntural complexo, no imediato pós-Grande Guerra e, em termos nacionais, no pós-sidonismo e na ressaca de tentativas de restauração monárquica (sessão realizada no Anfiteatro Nobre da FLUP). Seguiu-se uma outra voltada para interpretação da turbulência política observada em 1919, em conferência realizada no Salão Nobre da Irmandade da Lapa. E outras, em sucessão mensal e temáticas diversas: uma evocação da chamada História de Portugal de Barcelos, organizada por Damião Peres (no auditório da Casa do Infante); a Geografia na antiga FLUP na sua herança ratzeliana (na Biblioteca Pública); os estudos ingleses (na Galeria da Biodiversidade, Jardim Botânico); Filosofia da liberdade e pedagogia da liberdade como ideia fundadora de Leonardo Coimbra para a criação da FLUP (na Casa Comum, Reitoria); a cidade, cultura e turismo nas suas encruzilhadas (auditório da Biblioteca Almeida Garrett); o Porto em 1919 (no Arquivo Distrital do Porto); Aarão de Lacerda e a historiografia da arquitetura românica (no Museu Soares dos Reis); a formação de professores pela FLUP (na escola Francisco Torrinha); Leonardo Coimbra e os sistemas filosóficos seus contemporâneos (no Anfiteatro Nobre da FLUP).

Aos textos do ciclo "Conferências do 19", acrescentam-se neste volume mais três textos de conferências que emergiram em paralelo e se compaginaram com as suas temáticas, sobre Luís Cardim, Leonardo Coimbra e Raúl Brandão, complementando-o.

Importa ainda referir outras atividades que acompanharam o percurso de atividades comemorativas, alusivas à FLUP. Referindo algumas das mais significativas, sublinhem-se: a exposição documental patente na Bibliote-

ca da FLUP, intitulada *Entrou-me uma alma nova! Faculdade de Letras do Porto (1919-1931*); a exposição 100 anos FLUP: a história contada pelos estudantes (FLUP); a exposição *1919 – O tempo e o olhar no ano da FLUP*, que decorreu no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner, em Vila Nova de Gaia, em cujo auditório teve lugar também o colóquio *1919 no horizonte histórico*; o Colóquio internacional "As Letras entre a tradição e a inovação", que decorreu na FLUP e na Reitoria. Finalmente, uma referência para a grande exposição *Culturas e Geografias: centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 1919-2019*, que esteve patente no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto, dando a conhecer as coleções que integraram o acervo museológico e artístico da Faculdade de Letras durante a primeira fase da sua existência (1919-1931), com um catálogo próprio.

Jorge Fernandes Alves
Pedro Vilas-Boas Tavares

Ciclo “Conferências do 19”

Organizadores
Jorge Fernandes Alves
Pedro Vilas-Boas Tavares

JORGE FERNANDES ALVES, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS
CITCEM – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR "CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA"

FLUP, 1919: A IDEIA, O PROJETO DE TRANSFERÊNCIA, A CRIAÇÃO DE UMA NOVA FACULDADE

Assinala-se este ano o centenário da criação da FLUP, ato que, oficialmente, ocorreu com a publicação da Lei n.º 861, de 27 de agosto de 1919. Evocar é, em geral, uma forma de revelar um princípio de identificação, como sublinhava Teófilo Braga numa das suas obras referenciais, *Os Centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Na sua lógica positivista, Teófilo admitia, numa liturgia laica dos novos tempos em torno da ação dos homens, formas de expressão do sentimento coletivo que se concretizariam através de três modos: dos *centenários*, enquanto síntese afetiva que corresponderia às noções morais da solidariedade; das *exposições* dos produtos de esforços pacíficos numa síntese ativa; dos *congressos*, enquanto síntese especulativa como reconhecimento do poder espiritual da ciência (Braga, 1884).

No quadro destas comemorações, embora em diferentes escalas, somos um pouco teofilianos, ao sinalizarmos o evento da criação com estes três níveis de expressão, ao convergirmos afetivamente com a institucionalização da FLUP em 1919, para alguns apenas a primeira ou a primitiva FLUP, como sói dizer-se, para outros a FLUP desde logo, ainda que depois renascida ou restaurada. De qualquer modo, houve Faculdade de Letras desde 1919 na Universidade do Porto, mas apenas oito anos após a criação desta Universidade e das outras Faculdades de Letras em Coimbra e Lisboa.

LETRAS COMO CAMPO DOS ESTUDOS HUMANÍSTICOS

A designação de *Faculdade de Letras* para cobrir o campo dos estudos conotados com os Estudos Humanísticos adotada em Portugal, desde 1911,

com a reforma republicana do ensino superior, era ainda tributária do modelo napoleónico de organização do Estado. Com efeito, em 17 de março de 1808, surgia, em França, uma nova organização do ensino público, concretizando a Universidade de França ou Universidade Imperial, prevista por Lei de 10.5.1806, definida "como uma corporação laica, com a missão de distribuir em toda a área do Império um ensino uniforme" aos vários níveis, integrados em academias regionais, com o ensino superior à cabeça. É nesse âmbito geográfico e académico que se estabelecem os novos tipos de Faculdades, entre elas as de Letras e de Ciências (as outras eram Teologia, Direito, Medicina). As Faculdades de Letras, tal como as de Ciências, deviam existir para as mesmas localidades onde eram instalados os liceus do ensino secundário, de que seriam a sequência e complemento, embora independentes entre si (*Statut du 16 février 1810*, art. 1.º) tendo, no caso das de Letras, professores de literatura, filosofia, história e geografia para os diversos cursos (Rendu, 1835). Estas faculdades de letras e de ciências, ditas académicas por oposição às profissionais (direito e medicina), porque viradas para o grande público e não apontando diretamente para uma profissão, foram, em grande parte, suprimidas pelo decreto de 31 de outubro de 1815, logo nos inícios da Restauração (Noguès, 2008).

Após a derrota militar da França, em 1870, a III República Francesa, então implantada, recriou as universidades, voltando a considerá-las como instituições autónomas, bem como os modelos de ensino e investigação, valorizando o papel das Faculdades de Letras e de Ciências na preparação da formação de professores e de quadros para o Estado. A ressaca da derrota militar imposta pela Alemanha e o novo espírito republicano conjugaram-se para se considerar que o modelo napoleónico estava esgotado, sendo necessário o seu rejuvenescimento na linha positivista da especialização e aprofundamento científico e do contributo para o progresso (Noguès, 2008).

A emergência imperial da Alemanha tornava emulativo na Europa o modelo alternativo de Humboldt, aplicado à Universidade de Berlim, em 1810: as universidades deveriam assumir duas missões – o desenvolvimento científico e a formação moral e intelectual, numa combinação interna de *ciência objetiva* com *formação subjetiva*. Com o desenvolvimento da ciência como centralidade, os princípios axiais da universidade deviam ser a *autonomia* e a *liberdade* face ao exterior. Se os universitários se sentiam atraídos por este modelo alemão, eventualmente neutral, a verdade é que, no caldo das tensões ideológicas, políticas e militares da transição do século XIX-XX, surgia uma nova atribuição para a Universidade, encarada como uma nova missão, o patriotismo, o que, no proselitismo político, se traduzia com identificação, partilha e militantismo com o regime político dominante, tanto na Alemanha imperial, como na França republicana e seus émulos.

Entretanto, as anteriores designações e a dicotomia Letras/Ciências persistiram na evolução dos modelos universitários que gravitavam em torno da cultura francesa, disseminando-se esta terminologia em vários países ao longo do século XIX, tanto nos agrupamentos de nível liceal, como no ensino superior. Como lembra o professor conimbricense António de Vasconcelos, na sua lição de sapiência do ano 1912-13, tanto a designação de Letras, como a de Ciências, foram replicadas, em geral, pelas nações latinas, quer em situações novas, quer no desdobramento das antigas Faculdades das Artes (note-se que os ingleses, persistiram na designação de Artes, e os alemães na de Filosofia). Em Portugal, porém, isso só se verificou quando foi aplicada a primeira reforma republicana ao ensino universitário e se introduziram nesse processo as áreas humanísticas, sendo a designação de Letras a adotada para referenciar as duas novas Faculdades emergentes com a reforma de 1911 (Vasconcelos, 1913). Como se chegou a esta criação das Faculdades de Letras, na senda do seguidismo intelectual português em relação a França?

O modelo de ensino francês foi naturalmente discutido em Portugal, tal como se discutiram constituições e códigos, além de outras ideias e de práticas da Revolução Francesa. Embora haja propostas anteriores sobre a organização do ensino público, a primeira referência expressa para a criação de Faculdades de Letras parece ser a de Luís Mouzinho de Albuquerque, que, em 1823, editava em Paris uma brochura intitulada *Ideias sobre o estabelecimento da Instrução Pública dedicadas à Nação Portuguesa e oferecidas a seus representantes*, isto é, era dirigida aos deputados às Cortes liberais. Partindo dos deveres do Estado e dos direitos dos cidadãos, Mouzinho oferecia um plano às Cortes para a concretização constitucional da "regeneração da Instrução Pública", considerada "uma dívida sagrada dos governos", que, no respeitante ao ensino superior, passava por eliminar a "instituição proprietária" que a Universidade representava, transformando os seus bens em rendas nacionais, isto é, propunha, submeter a Universidade ao Estado, pois "as despesas necessárias para a instrução pública devem sair dos cofres públicos". A sua proposta surge como um decalque claro do modelo napoleónico, enriquecida por fortes opiniões pessoais contra o monopólio da Universidade de Coimbra. Uma escola em cada freguesia para cada sexo, uma escola secundária em cada cabeça de comarca, um liceu em cada província, três academias – Lisboa, Coimbra e Porto, cada uma com Faculdades de Ciências Exatas, Ciências Naturais, Direito, Medicina e Letras (estas com as seguintes cadeiras: Eloquência e Poesia, Literatura Antiga, Literatura Moderna Estrangeira, Literatura Nacional, História Geral, História Portuguesa e Filosofia Antiga e Moderna), tendo a de Coimbra ainda o encargo do ensino das Letras sagradas, na medida em que a Constituição determinara a religião católica como religião de Estado (Albuquerque, 1823; Fernandes, 1983).

Se nada resultou neste primeiro liberalismo, anulado precisamente nesse ano de 1823 pelo retorno do absolutismo, vamos encontrar nova proposta que incluía a criação de uma Faculdade de Letras em 1835, no dealbar do segundo liberalismo. Outro antigo exilado liberal, Guilherme José António Dias Pegado, entretanto lente de matemática em Coimbra, apresentava, logo na abertura das Cortes, um *Projecto de lei da organização geral da universidade de Portugal, dedicado à Nação Portuguesa*. Tratava-se de um projeto radical, claramente napoleónico, que, à francesa, criava a Universidade de Portugal, que agregaria todos os estabelecimentos de ensino nos vários graus. Este projeto foi analisado com pormenor por Teófilo Braga que considerava: "ao tratar dos esquemas das Faculdades e sua organização científica, apresenta com toda a lucidez o plano da Faculdade de Letras, que somente passados quase trinta anos veio a realizar-se aos tombos e por influências intercorrentes no Curso Superior de Letras". A estrutura curricular abrangia três anos e incluía História Geral, Filosofia Antiga e Moderna, Geografia Antiga e Moderna, História Portuguesa, Eloquência e Poesia, Literatura Antiga, Literatura Nacional e Literatura Moderna Estrangeira (Braga, 1902:115-118).

O projeto de Dias Pegado perdeu-se no quadro político complexo de instalação da ordem liberal do pós-guerra civil, nomeadamente no labirinto das discussões e novas propostas sobre as reformas do ensino do ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, que criava, entre outros dispositivos, um Conselho Superior de Instrução Pública, sob a tutela do ministro do Reino, que anulava a Junta da Diretoria Geral dos Estudos, então integrada na Universidade de Coimbra (que antes tutelava todo o ensino). Rodrigo da Fonseca Magalhães foi substituído, pouco depois, fugazmente, pelo já referido Mouzinho de Albuquerque, que, desta vez, optou por suspender a aplicação da nova legislação. Neste quadro de sugestões, sublinhe-se que, em 1836, Albino de Figueiredo e Almeida, lente de matemática na Academia Real da Marinha, apresentou um *Projeto de Reforma da Instrução Pública*, no qual aparecia um artigo (77.º) que estabelecia – "Haverá uma Universidade em Lisboa, onde se ensinem as Ciências, as Artes e as Letras", prevendo para isso (art. n.º 156) uma "Faculdade de Literatura" para ensinar Economia Política, Geografia, Estatística, História, Metafísica, Gramática, Eloquência e Poesia (Braga, 1902:120). Propostas, estas e outras, que eram, geralmente, expressão de discussões mais amplas e representavam e replicavam representações das experiências de antigos emigrados, em que a Faculdade de Letras, como instituição vocacionada para o estudo e ensino das humanidades, surgia como um dispositivo fundamental do ensino superior. A oposição da Universidade de Coimbra a medidas que a diluíssem ou lhe retirassem poder foi fundamental para que os vários projetos se perdessem.

As reformas que vingaram foram as de 1836/37, no consulado setembrista, com Passos Manuel a decretar as propostas veiculadas pelo vice-reitor de Coimbra em exercício, José Alexandre de Campos, aceitando a persistência de uma só universidade (Coimbra) e a criação de escolas superiores especializadas, a saber, as Escolas Médico-Cirúrgicas em Lisboa e Porto, a Academia Politécnica no Porto e a Escola Politécnica em Lisboa, esta por decisão de Sá da Bandeira, o que, de alguma forma, conciliava a via politécnica, oferecendo algo aos utilitaristas que pretendiam criar instituições novas, de raiz, ao mesmo tempo que se mantinha o poder universitário em Coimbra, onde continuava a pontificar o Direito e a Teologia, embora também com Faculdades de Medicina e Filosofia Natural.

Após o movimento da Regeneração, surgiu na Câmara dos Deputados, em 1854, nova proposta de reforma por parte de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, Visconde de Vila Maior, Professor da Escola Politécnica e, mais tarde, Reitor da Universidade de Coimbra. Pimentel apresentava um projeto para reforma dos estabelecimentos de instrução superior que poderia transformar significativamente a situação existente, pois criava novas áreas, apontando como ramos a Teologia, Jurisprudência, Ciências Matemáticas, Físicas e Histórico-Naturais, Ciências Médicas, Ciências Profissionais, Administração Pública, Literatura e Belas Artes. Mas as Faculdades ou Escolas a criar seriam instaladas em diferentes cidades. Por exemplo, a Teologia e o Direito ficariam em Coimbra; Ciências Matemáticas, Físicas e Histórico-Naturais seriam em Lisboa, numa Faculdade a criar; Ciências Médicas em Lisboa e Porto; por sua vez, o ensino das Letras, para o ramo das literaturas, ficaria em Lisboa, numa Faculdade a criar. Seriam suprimidas algumas Faculdades em Coimbra (Matemática, Filosofia e Medicina), bem como a Academia Politécnica no Porto, chamando a Lisboa o essencial da renovação, pelo que a proposta, apresentada em sede parlamentar, suscitou forte polémica e oposição (DCD, 8-2-1854).

Em 13-4-1857, surgiu na Câmara dos Deputados um novo projeto apresentado pelo deputado José Maria Abreu, no qual argumentava com a necessidade da criação de cursos de Letras, na ausência de uma Faculdade de Letras idêntica às da França, Bélgica e outros países, considerando que "a criação dos cursos superiores das letras era o natural e indispensavel complemento da lei que estabelecera os liceus" e apontando que "a literatura, a história, a filosofia, a geografia e a arqueologia não podiam ficar encerradas nos acanhados limites do ensino elementar dos liceus". Por isso, propunha a criação de dois cursos superiores de Letras, em Lisboa e Coimbra, que ajudariam a formar professores para o secundário, para cargos no Estado e funcionariam como preparatórios para outros cursos superiores (DCD, 13-4-1857). Foi na sequência desta proposta, ignorada

pelas Cortes, que D. Pedro V, por iniciativa pessoal, doou verbas da sua dotação anual para a criação de três cadeiras de história, literatura antiga e literatura moderna, encaradas como incentivo para a futura Faculdade de Letras, o que ficou oficializado por Decreto de 30 de outubro de 1858. O governo de Fontes Pereira de Melo associou-se a essa iniciativa e conseguiu autorização parlamentar para o financiamento de mais duas cadeiras (decreto de 8 de junho de 1859). Surgia, assim, o Curso Superior de Letras, em Lisboa, entidade única nesta área, em Portugal e durante 50 anos, com abertura solene das aulas em 14 de janeiro de 1861.

A inexistência de uma Faculdade de Letras motivou intervenções diversas, sobretudo nas correntes do livre pensamento, mas também por parte da Universidade, o que aconteceu em 1907, na sequência da crise académica: perante a greve dos estudantes que alastrou a Lisboa e ao Porto, implicando o envio de tropas para Coimbra e a suspensão das aulas, o governo de João Franco tentou superar a situação, através de concessões à Universidade. Para esse efeito, através do Decreto de 19 de agosto de 1907, concedeu autonomia parcial da Universidade na arrecadação e uso das receitas, em contratações, elaboração de programas, determinação de métodos de ensino e elaboração de regulamentos internos. Neste contexto, a Faculdade de Teologia, com 22 alunos e 12 docentes, sentiu-se diminuída face às outras faculdades e, no seu Conselho de 11 de novembro de 1907, emitiu um parecer solicitando ao governo que "caso não possa providenciar eficazmente para que a situação da Faculdade se torne desafogada e largamente útil, que a transforme em uma Faculdade de Letras, a qual é absolutamente necessária para completar o plano de estudos da Universidade, e que realizaria quando outorgada, uma aspiração, não de um ou de outro professor, não de uma ou outra Faculdade, mas de toda a Universidade de Coimbra, sem discrepância de um só dos seus membros" (Gomes, 1990:20).

O franquismo não teve tempo para resolver o problema, logo sobreveio o regicídio. Entretanto, na Universidade de Coimbra, José de Matos Sobral Cid, no Claustro Pleno, em 25 de maio de 1908, sugeria "um caminho de reformas radicais", invocando o modelo da Universidade de Berlim e a liberdade de ensinar e de aprender. E o lente de matemática, Sidónio Pais, na lição de *Sapientia* de 16 de outubro de 1908, evidenciava que "ciência e religião têm esferas separadas", defendendo que a Escola devia ser neutral em matéria religiosa, denunciando a envolvência estreita de atos académicos por atos religiosos, desde o calendário que detalhava lições e missas, orações antes do exame, missa a preceder o doutoramento, o traje clerical de estudantes e lentes e outras "fórmulas anacrónicas", pedindo para "respirar a plenos pulmões o ar puro e vivificador da liberdade de pensamento" (AUC, 1909).

AS LETRAS NA REFORMA REPUBLICANA DO ENSINO SUPERIOR

Como sublinha Rómulo de Carvalho, a República trazia consigo, em 1910, um "projeto de reforma da mentalidade portuguesa", a conseguir através da instrução e da educação. Uma "educação republicana", como forma de superar o atraso português, procurando "republicanizar o país", incluindo republicanizar a escola, com princípios novos, apontando, desde logo, para os dois níveis extremos do sistema – Ensino Primário e Ensino Superior, como se evidencia na abundante legislação então produzida.

A Universidade seria agora um alvo no sentido da sua transformação. Com a ascensão ao poder, os republicanos procuraram concretizar a promessa de laicizar o ensino e de criar universidades alternativas. As movimentações estudantis exigiram rapidez: logo a 17 de outubro, grupos de estudantes invadiram a Universidade de Coimbra e pediram a sua reforma imediata ou o seu encerramento. O Governo Provisório teve de agir de imediato, nomeando um novo reitor (Manuel de Arriaga) e prometendo legislação reformadora. Um dia antes da posse do reitor, a 18 de outubro, um decreto do ministério da Justiça abolia o juramento religioso a qualquer pessoa que iniciasse funções públicas, que seria substituído pelo uso da seguinte fórmula: "declaro, pela minha honra, que desempenharei fielmente as funções que me são confiadas". O reitor Manuel de Arriaga apresentava, em 19 de dezembro de 1911, um conjunto de propostas de decretos para as diversas Faculdades, por incumbência do ministro do Interior, António José de Almeida, que foram genericamente aprovadas e depois publicadas (Gomes, 1990:50-55). Em paralelo às medidas da direção-geral da Instrução Secundária, Superior e Especial (dirigida pelo professor Ângelo da Fonseca), relacionadas com procedimentos administrativos, surgiram outras com o fim de instaurar o espírito republicano e ultrapassar as práticas conservadoras de tonalidade religiosa, como a que extinguia o culto religioso na capela da Universidade e a transformava em museu de arte.

Publicaram-se, sequencialmente, planos de estudos uniformes para as várias Universidades a começar pela "Reforma do Ensino Médico", por Decreto de 22 de fevereiro de 1911, que criava desde logo duas novas Faculdades, por transformação das duas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto, o que surgiu mesmo antes da criação formal das duas novas Universidades. O relatório preambular explica o sentido das transformações republicanas na área do ensino e sua linhagem revolucionária:

> A grande razão política das revoluções incide nas transformações sociais que estas importam, e que imediata, embora lentamente, se desenvolvem, mediante as reformas do serviço público. Ora de entre os distritos de assistência geral, designação em que pode sumariar-se

e definir-se todo o problemismo de uma nacionalidade em reabilitação, o ensino é, de certo, a questão primacial, ponto de base e partida para os demais serviços.

Assim, a Revolução Francesa destruiu as instituições de ensino herdadas da sociedade católica e criou, sob a inspiração dos enciclopedistas e dos convencionais, novos organismos pedagógicos. (...) Também entre nós a Revolução Constitucional teve o seu reformador em Passos Manuel, que criou os liceus, remodelou a Universidade e fundou as Politécnicas e as Escolas Médicas segundo os modelos das Escolas especiais da Revolução Francesa. A Revolução Portuguesa de 5 de outubro tem o dever de reformar os diversos ramos de ensino para chamar a Nação ao exercício da Democracia, pela difusão da cultura primária; para educar pessoal dirigente, pela remodelação do ensino superior; e ainda para satisfazer de uma forma cabal as necessidades sociais futuras e de ocasião, pelo aperfeiçoamento das escolas que preparam para o exercício dos serviços públicos e profissões liberais (Decreto de 22-02-1911, DG, 24-02-1911).

Note-se que esta reforma do ensino médico, ainda que surgisse com a oportunidade da revolução, sustentava-se num plano anterior da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, que vinha desde 1905, e nas alterações e pareceres da Escola Médico-Cirúrgica do Porto e da Faculdade de Medicina de Coimbra, ou seja, buscara o consenso dos corpos docentes das três Escolas/Faculdades.

Um mês depois, num decreto de 22 de março de 1911, relativo a bolsas de estudo, era inserido um artigo que anunciava a intenção da criação de mais duas universidades, uma em Lisboa e outra no Porto, a regular por decreto sobre a "Constituição Universitária", a publicar. Finalmente, as Bases da Constituição Universitária chegavam com o decreto de 19 de abril de 1911, que consagrava a existência da antiga e das duas novas universidades, em situação de igualdade, sendo-lhes atribuída uma missão, que apontava para a trilogia produção de ciência/formação superior/estudo dos problemas nacionais; consagrava-se o princípio da autonomia universitária, ou seja, o "seu próprio governo económico e científico"; dava-se a garantia de ensino livre e laico; atribuía-se um reitor nomeado pelo governo, mas de entre lista tríplice eleita pelos docentes, para mandato de três anos, só podendo ser reconduzido uma vez. Eram ainda criados os novos órgãos de governação da Universidade, assentes nos corpos académicos – Senado, Assembleia Geral dos Professores, Conselhos das Faculdades e Escolas – e nos delegados eletivos – Diretor (à frente de cada Faculdade) e Reitor, relativamente aos quais se estabeleciam as formas de integração, eleição e atribuições, surgindo o Senado como o órgão supremo da Faculdade, reunindo ordinariamente no início de cada mês.

Em termos de áreas de formação, a Universidade "reformada" de Coimbra compreendia: a Faculdade de Ciências (matemáticas, físico-químicas e

histórico-naturais); a Faculdade de Letras (ciências psicológicas, filológicas e histórico-geográficas), com extinção da Faculdade de Teologia, transitando para a de Letras os docentes que assim o desejaram; duas faculdades "destinadas a ministrar habilitações profissionais" – Faculdade de Direito e Faculdade de Medicina; duas "escolas de aplicação" – Escola de Farmácia (anexa a Medicina) e Escola Normal Superior (anexa às de Ciências e de Letras).

A Universidade de Lisboa compreendia: "um núcleo de estudos puramente científicos", através da Faculdade de Ciências (por extinção da Escola Politécnica) e da Faculdade de Letras (por extinção do Curso Superior de Letras), como em Coimbra; uma Faculdade de Ciências Económicas e Políticas (que evoluiria, em 1913, para Faculdade de Estudos Sociais e Direito e, finalmente, Faculdade de Direito, em 1917); faculdades também "destinadas a ministrar habilitações profissionais" – Faculdade de Medicina (por extinção da Escola Médico-Cirúrgica) e Faculdade de Agronomia; e escolas de aplicação: Escola de Farmácia (anexa a Medicina), Escola Normal Superior (anexa às Faculdades de Ciências e de Letras) e Escola de Medicina Veterinária.

A Universidade do Porto compreendia a Faculdade de Ciências (por extinção da Academia Politécnica), com escola anexa de Engenharia, a Faculdade de Medicina (por extinção da Escola Médico-Cirúrgica), com escola anexa de Farmácia, e apontava-se para uma Faculdade de Comércio, a criar posteriormente.

Na sequência dos vários planos de estudos, o *Plano de Estudos das Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa* era publicado em 9 de maio de 1911.

Lendo o texto das *Bases da Constituição Universitária*, ressalta logo o desequilíbrio entre as três instituições: as três universidades não eram iguais. A criação da Universidade do Porto federava apenas as duas escolas já existentes, agora como Faculdades – de Medicina e de Ciências –, nada acrescentando, a não ser a promessa de uma futura Faculdade de Comércio. Era uma universidade incompleta, para muitos uma "não universidade", assim se denunciou de imediato nos corredores do ensino, pelo que a medida não suscitou grande entusiasmo na cidade do Porto. Na sessão pública de inauguração da Universidade, Gomes Teixeira, eleito reitor, considerava-a como uma "confederação", apontando essa data de 16 de julho de 1911 apenas como o "início de uma criação mais vasta", pedindo, desde logo, a criação de uma Faculdade Técnica, a partir dos cursos de engenharia anexos. E a imprensa seguia a mesma posição, com destaque para *O Comércio do Porto*, dirigido por Bento Carqueja, ele próprio docente, que apontava o facto de a Universidade abrir apenas com as duas faculdades – Ciências e Medicina –, correspondentes às duas escolas já existentes, formulando votos

para que em breve pudessem juntar-se-lhe não só uma Faculdade Técnica mas também uma Faculdade de Filosofia e Letras, bem como a criação de uma Escola Normal Superior, como tinham as universidades de Lisboa e de Coimbra. Só dessa forma, a Universidade responderia cabalmente à sociedade, com a Faculdade Técnica para as necessidades do meio industrial (dando sequência aos engenheiros da Academia Politécnica) e a Faculdade de Filosofia e Letras, que devia "considerar-se indispensável para a cultura geral ", justificava-se também por o Porto, apesar da sua importância, estar bastante alheado das "belas letras". Assim, a inauguração só podia considerar-se como o "início de uma criação mais vasta".

A ênfase na lacuna da Faculdade de Letras era ainda visível no jornal *O Primeiro de Janeiro*, que entrevistava um ex-professor, o qual se interrogava:

> Como é que se pode compreender um ensino superior e uma universidade onde não há os estudos de letras? As Universidades modernas são essencialmente constituídas por um núcleo fundamental – faculdade de letras e faculdade de ciências, que representa toda a cultura liberal do espírito e corresponde aos dois ramos do ensino secundário – de letras e de ciências (PJ, 17-05-1911).

E buscava exemplo na Alemanha, em que a Faculdade de Filosofia congregava as duas áreas. Sem retirar valor à importância e alcance da reforma universitária, considerava que o observado para o Porto não obedecia à organização de Lisboa e de Coimbra, dadas as ausências de várias Faculdades. Esta ausência de uma Faculdade de Letras era tão mais notada quanto se verificava uma renovação cultural na cidade do Porto, com o movimento em torno da revista *A Águia*, que surgia em 1 de dezembro de 1910, revelando uma nova geração literária, em cujo número inicial aparecia um texto intitulado "Sobre educação – I", anunciando continuidade em números posteriores, da autoria de um jovem autor, de seu nome Leonardo Coimbra. *A Águia* era o embrião de um movimento cultural que veio a designar-se de *Renascença Portuguesa*.

De qualquer modo, as Faculdades de Letras foram finalmente criadas com a República, mas apenas previstas para Lisboa e Coimbra, não sendo prevista uma para o Porto. António Vasconcelos, na sessão de abertura da Faculdade de Letras de Coimbra do ano 1912-13, lembrava que praticamente todas as universidades estrangeiras incorporavam, desde o século anterior, uma Faculdade de Letras ou similar: a França apresentava 15, a Espanha 10 (Filosofia e Letras), Itália 11, Alemanha 21 (Filosofia), Reino Unido 16, Holanda 4, Bélgica 4, com as respetivas designações. Pois, em Portugal, não obstante serem apenas duas, contestava-se, mesmo assim, a sua existência, afirmando-se que Portugal era muito pequeno, que se devia suprimir a de Coimbra, que se criasse antes uma "terceira Faculdade humanista na Univer-

sidade do Porto". E António Vasconcelos considerava erróneo o argumento recorrente de que os diplomas das Faculdades de Letras só serviam para o Ensino, cabendo à legislação corrigir essa falsa questão (Vasconcelos, 1913).

Esta intervenção deixa vir ao de cima uma crítica então recorrente, a de uma segunda Faculdade de Letras dever ser criada antes no Porto, por argumentos vários, nomeadamente a forte continuidade do corpo docente entre a extinta Faculdade de Teologia e a nova Faculdade de Letras de Coimbra, que não se ajustaria, por essa razão, ao espírito positivista e republicano.

Sublinhe-se o período difícil da Universidade de Coimbra com a República, surgindo mesmo propostas na Câmara dos Deputados, ainda que isoladas, para a sua extinção, nomeadamente por altura da apresentação de orçamento em junho de 1913, em que a apreciação da comissão da Câmara de Deputado apensou um projeto de um deputado para a sua extinção em nome de economias, embora sem sequência. Foi nesse governo, chefiado por Afonso Costa, que, em 29 de março de 1913, foi criado o Ministério da Instrução Pública, entregue inicialmente a António Joaquim de Sousa Júnior, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, sem trazer nada de novo no imediato.

Se seguirmos as *Atas do Senado* da Universidade do Porto, verificamos que o químico A. J. Ferreira da Silva, em 1914, na discussão sobre a resposta a dar pelo Reitor a um inquérito oficial sobre a reformulação do ensino superior, propôs que, em vez da prometida Faculdade de Comércio, se criasse antes uma Faculdade de Letras e uma Escola Normal Superior (uma vez que já existia ensino comercial na cidade, através do Instituto Comercial), e ainda uma escola agronómica anexa à Faculdade de Ciências. A proposta teve acolhimento dos seus pares e foi enviada pela Universidade à Câmara dos Deputados, como solução para se ultrapassar a "organização raquítica e anómala" desta Universidade (Alves, 2012:161).

Mas, em 1915, por pressão do deputado Augusto Nobre, docente da Universidade do Porto, o ministro da Instrução, João Lopes da Silva Martins Júnior, também docente da mesma Universidade, no âmbito do quadro orçamental para o seu ministério, apresentava na Câmara de Deputados uma proposta para criação nesta Universidade de uma Faculdade de Letras, com Escola Normal Superior anexa, e de uma Faculdade de Direito. Congratulando-se com a proposta, o Senado e o Reitor (Gomes Teixeira) da Universidade insistiram, antes, no desenvolvimento dos cursos de engenharia anexos à Faculdade de Ciências, considerando prioritária a criação da Faculdade Técnica, evidenciando as duas sensibilidades quanto ao processo de consolidação da Universidade. Perante a posição da Universidade, os proponentes transigiram, pelo que a Câmara dos Deputados garantiu apenas a criação desta nova Faculdade: o artigo 77.º da Lei nº 410, de 9 de setembro de 1915,

a Lei Orçamental do Ministério da Instrução Pública, dava-lhe existência, surgindo assim a sua criação amalgamada num longo diploma (Alves, 2012:161-184).

Neste tempo de dificuldades pontuadas pela Grande Guerra, em que a mobilização militar e a crise de subsistências se apresentavam como os problemas de maior impacto, surgia também uma forte agitação académica, ligada a questões de procedimentos administrativos e desigualdade de tratamento entre os vários estabelecimentos de ensino. Neste quadro surgiu a Lei n.º 616, de 19 de junho de 1916, estabelecendo autonomia pedagógica e financeira para as universidades e escolas de ensino superior de forma idêntica à detida pelos Institutos Superior Técnico e Superior de Comércio. E, pelo artigo 16.º, concedia-se às faculdades o direito de conferir o grau de doutor aos professores ordinários e extraordinários do respetivo corpo docente desde que tivessem três anos de serviço. Ao abrigo desta norma, muitos professores, quer de Coimbra, quer de Lisboa e Porto, garantiram administrativamente o grau de doutoramento e o acesso à cátedra.

Entretanto, surgiu o golpe militar de 5 de dezembro de 1917, que levou ao poder Sidónio Pais, Alfredo de Magalhães, um republicano histórico e professor da Faculdade de Medicina do Porto, na pasta da Instrução, acompanhado de outro histórico portuense, Francisco Xavier Esteves, no Comércio (depois nas Finanças). Alfredo de Magalhães foi o responsável pelo Decreto n.º 4.554, de 6 de julho de 1918, que estabelecia um novo *Estatuto Universitário*, ampliando a autonomia administrativa das universidades sobre a contratação de docentes ou a definição de cursos, conferindo autonomia relativa às Faculdades no interior de cada Universidade, entre outros aspetos. O *Estatuto Universitário* mereceu, formalmente, o reconhecimento por parte do Senado da Universidade do Porto. No quadro de reformas curriculares, o Decreto n.º 4.651, de 14 de julho de 1918, e o Decreto n.º 4.945, de 1 de novembro de 1918, dotavam de uma nova estrutura os cursos de Letras em Lisboa e Coimbra, com as secções de Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, Ciências Históricas e Geográficas e Ciências Filosóficas. As Letras ganhavam forma e espaço no meio universitário.

Com o fim da Grande Guerra e o assassinato de Sidónio Pais, sucederam-se as tentativas de restauração monárquica, quer no Porto, aqui com o golpe de 19 de janeiro de 1919, que criou a Junta Governativa Provisória do Reino de Portugal, com Paiva Couceiro na presidência, dando lugar à designada "monarquia do Norte", quer em Lisboa (amotinação entre 22 a 24 janeiro, logo sufocada). A 13 de fevereiro, era a vez da Guarda Real (nova designação conferida pela Junta monárquica à Guarda Republicana) se sublevar no Porto contra as forças monárquicas, banindo a proclamada Junta Governativa do Reino e pondo fim à insurreição. Na Universidade do Porto, palco

de alguma turbulência nesse quadro político, o reitor Cândido de Pinho, um velho republicano, faleceu no dia seguinte à restauração republicana (14 de fevereiro), sucedendo-lhe no cargo Augusto Pereira Nobre, a quem coube pacificar a Universidade do Porto.

Em Lisboa, os republicanos históricos tinham reassumido o poder em 24 de janeiro. Chegara, assim, a nova "República Velha", ou seja, os republicanos dos partidos iniciais recuperavam o poder, com relevo para os democráticos: o novo governo era chefiado pelo histórico José Relvas, figura simbólica da proclamação da República em 1910. Dissolveu-se o Congresso sidonista, promoveu-se uma nova lei eleitoral e as eleições foram marcadas para 11 de maio. Verificou-se algum revanchismo, com o governo a decretar um quadro de formalidades tendentes ao "apuramento da responsabilidade dos magistrados e funcionários públicos civis ou militares que, durante a última insurreição monárquica, se tinham envolvido em quaisquer factos anormais, faltando, no exercício dos seus cargos, ou fora dele, à lealdade e subordinação devidas às Instituições e às leis" (Decreto n.º 5.203, de 5-3-1919).

Multiplicaram-se os inquéritos em diversos organismos públicos, o que se verificou também na Universidade do Porto, questionando a ação de alguns docentes e funcionários, embora com o decorrer do tempo o apuramento de responsabilidades fosse esquecido, os inquéritos sumiam-se nas gavetas da administração ou eram arquivados. Foi na Universidade de Coimbra que surgiram os maiores problemas neste quadro, dando origem à designada "questão académica" ou "questão universitária": devido ao inquérito e suspensão a um grupo de professores de Direito (Fezas Vital, Magalhães-Colaço, Oliveira Salazar e Carneiro Pacheco) acusados de serem hostis às instituições republicanas e conotados com a insurreição monárquica, o Reitor, Mendes dos Remédios, suspendeu-se de funções, em solidariedade. O governo nomeou, em 18 de março de 1919, como reitor interino o bacharel em Direito Joaquim José Coelho de Carvalho, antigo presidente da Academia das Ciências, nomeação que não foi bem vista pela academia coimbrã, por ser externo à Universidade e representar uma imposição governativa. O inquérito conduzido pelo jurista Vieira Lisboa não encontrou motivos para acusação, levando à anulação da suspensão daqueles docentes por Portaria de 25 de abril de 1919, mas a animosidade, de lado a lado, terá persistido.

AS LETRAS COM O MINISTRO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA LEONARDO COIMBRA

O governo de José Relvas tinha sido, entretanto, substituído por um gabinete com maior influência do Partido Democrático: a 30 de março de 1919, presidido por Domingos Leite Pereira, formava-se novo gabinete, tendo

Leonardo José Coimbra, também democrático, na pasta da Instrução Pública. Este ministro dá continuidade ao combate aos meios reacionários que se consideravam entrincheirados na Universidade, em especial na de Coimbra, dada a representação negativa que dela tinham os republicanos no que concerne à tradição ideológica enraizada.

A nomeação de Leonardo Coimbra coincidiu curiosamente (ou talvez não) com movimentações no Porto, no sentido da criação de uma Faculdade de Letras, processo que se pode seguir pelos periódicos locais. Segundo *O Comércio do Porto*, de 3 de abril de 1919, realizou-se no dia anterior uma reunião numa das salas da Faculdade de Ciências, previamente anunciada para 2 de abril, às 10 horas, com "todos os indivíduos que se interessam pela criação, nesta cidade, de uma Escola Normal Superior e de uma Faculdade de Letras", na qual estiveram académicos de todas as Faculdades e individualidades de destaque, que discutiram o assunto "acaloradamente". Na sequência da reunião pediu-se, por unanimidade, a criação da Faculdade de Letras e da Escola Normal, sendo defendido que esse pedido deveria ser secundado pelo corpo docente, direção e reitoria da Universidade do Porto, Associações Comercial e Industrial, Associação Académica e Câmara Municipal, afirmando-se: "os alunos contam já com a adesão completa da maior parte destes elementos" (CP, 30-3-1919).

Os episódios da "monarquia do Norte" vieram trazer ao de cima a necessidade de acelerar a republicanização da sociedade, pelo que a causa da criação da Faculdade de Letras no Porto acabava por mobilizar as forças vivas, ou seja, personalidades e instituições relevantes da Cidade, irmanando-as num ressurgir do republicanismo. A comissão criada para o efeito mobilizou individualidades e conseguiu a adesão de instituições da Cidade que secundaram o apelo, fizeram eco nos jornais e enviaram telegramas para o governo, ajudando a legitimar socialmente esta reivindicação, num desfiar de apoio que decorreu durante cerca de dois meses, pressionando o governo.

De entre as declarações mais visíveis nos jornais, surge a da Associação Comercial do Porto, que aprovou, em reunião da direção e em resposta ao pedido da "comissão de alunos", o patrocínio junto do ministro da Instrução Pública "para que esta legítima aspiração dos académicos portuenses se converta brevemente em realidade" (CP, 15-4-1919). Também o Centro Comercial do Porto apoiou a "justíssima causa em que a academia portuense está vivamente empenhada", intervindo por duas vezes junto do ministro da Instrução e apelando para o seu "apostolado em favor dos progressos e utilidade do ensino público, esperando que em breve seja uma realidade a obra de justiça e de igualdade saída da criação da Faculdade de Letras e da Escola Normal Superior junto da nossa Universidade". E enviou também um telegrama ao ministro das Finanças no mesmo sentido, pedindo "justiça igualitária" em face da

Universidade "incompleta" (CP, 10-5-1919). Acrescente-se a posição da Junta Distrital, que, em telegrama ao ministro da Instrução, diz acompanhar "com o mais vivo interesse a solicitação da academia portuense" de forma a completar a Universidade do Porto. A propósito desta informação, o articulista antepunha uma afirmação eloquente, considerando que a criação da Faculdade "em breve seria um facto, pois que as forças vivas da nossa terra têm manifestado em favor da ideia, dirigindo-se ao sr. ministro da instrução, pedindo-lhe que atenda a justa aspiração da Academia" (CP, 16-5-1919).

O jornal *O Comércio do Porto* (19-4-1919) dedicou à questão um editorial (não assinado, mas que era habitualmente de Bento Carqueja) intitulado "Ensino Superior". O texto refere-se à importância deste nível de ensino "não só na elevação mental das sociedades dirigentes, mas também no grau de prosperidade moral e material de um povo", como era visível nas principais nações da Europa. Referia as insuficiências do ensino superior em Portugal, não obstante as "notáveis transformações" e a "fase de auspiciosa renovação" criadas com as dotações e a autonomia concedidas pelos governos recentes. Aborda depois as "condições de inferioridade" da Universidade do Porto, que, com as suas três faculdades, "não satisfaz as exigências de um centro importante como o Porto, que, sendo a segunda cidade do país, tem jus a usufruir as imunidades que lhe concede a sua importância social e a vida ativíssima do seu comércio e da sua indústria". E, na sequência, aborda a questão central:

> As humanidades que tão incontestável relevo assumem na formação da inteligência e do carácter e que constituem ainda a essência basilar de toda a educação moderna, na opinião autorizada dos maiores pensadores contemporâneos, acham-se excluídas do plano de estudos da Universidade do Porto, onde não existe uma Faculdade de Letras e uma Escola Normal superior de preparação para o magistério.
> Esta grave lacuna deverá preencher-se sem delongas, dotando-se a Universidade do Porto, com as Faculdades indispensáveis a um instituto universitário e dando-se assim inteira satisfação às instâncias que, aos poderes públicos, vêm sendo feitas pelos próprios estudantes e por diversas e respeitáveis entidades portuenses (CP, 9-4-1919).

No mesmo número de *O Comércio do Porto* surgia a notícia local de, no dia anterior, o ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra ter visitado a Universidade do Porto e respetivas instalações, sendo recebido pelo Reitor e diretores das Faculdades. Natural da Lixa, concelho de Felgueiras, Leonardo Coimbra voltou ao Porto e a alguns concelhos vizinhos nas semanas seguintes (Matosinhos, Maia, Amarante, Felgueiras). E, naturalmente, mostrou-se disponível para se inteirar do movimento:

> Na sua recente estada no Porto, o snr. Ministro da Instrução foi procurado por uma comissão de estudantes que promove a criação de uma Faculdade de Letras e uma Escola Normal Superior na Universidade do Porto.

> Sua Exc.ª manifestou o seu empenho em corresponder às solicitações que lhe têm sido dirigidas, entendendo que a cidade do Porto tem direito a ver ampliada a sua Universidade (CP, 26-4-1919).

A ideia da criação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto suscitou, pois, um fenómeno de mobilização e de pressão social sobre o governo, e especificamente sobre o ministro da Instrução, junto de quem se invocava o seu papel de filósofo e defensor da educação. Na verdade, retomava-se, agora de forma mais combativa e socialmente alargada, o apelo de 1915, reclamando-se para o Porto a Faculdade de Letras e a Escola Normal, aproveitando-se a ressaca da "monarquia do Norte" (que durou de 19 de janeiro a 13 de fevereiro de 1919) e a defesa dolorosa da República pelas populações do Norte como uma oportunidade política adequada para a justa satisfação das suas reivindicações no domínio do Ensino Superior.

Em que medida respondeu o ministro Leonardo Coimbra ou em que medida as suas decisões podem ser enquadradas como respostas a estas interpelações sociais? De qualquer modo, estas interpelações e outras mais discretas, como seria o diálogo, por exemplo, com os seus companheiros do movimento cultural *Renascença Portuguesa* e da revista *A Águia*, ajudam a compreender a componente local do quadro político em que o ministro vai tomar decisões que conduzem à criação da Faculdade de Letras nesta altura.

Entre as medidas tomadas por Leonardo Coimbra e que acabam por convergir nesse sentido, conta-se o Decreto n.° 5.491, de 2-5-1919, que reorganizou as Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa, definindo o 6º grupo de cadeiras – Filosofia, onde considerava faltarem "matérias indispensáveis ao aperfeiçoamento e expansão da alta cultura intelectual no domínio das ciências filosóficas", ordenando a introdução de Matemáticas Gerais, Física Geral, Química Geral, Biologia, Sociologia, Psicologia, Teoria da Experiência, Metafísica, História da Filosofia (antiga, medieval, moderna e contemporânea) e Curso Prático de História da Filosofia (leitura e interpretação de textos), introduzindo uma série de disciplinas habitualmente apenas constantes dos cursos de Ciências e, por isso, apontando novos rumos para o ensino da Filosofia. Aumentava o quadro de professores e previa as respetivas remunerações. Em paralelo, procedia à nomeação dos filósofos Francisco Newton de Macedo e Lúcio Alberto Pinheiros dos Santos para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que eram, assim, impostos à Faculdade e à Universidade, sem qualquer consulta prévia.

Embora estes procedimentos fossem legais (no quadro de exceção constitucional previsto para este governo de carácter transitório, para dar solução aos problemas levantados pelas insurreições monárquicas e preparar as

eleições marcadas para 11 de maio), as medidas tomadas fugiam ao quadro de autonomia universitária criada pelos vários diplomas republicanos e aos princípios de bom relacionamento institucional.

E a Faculdade de Letras decidiu confrontar o ministro. Ao abrigo do artigo 55.º do *Estatuto Universitário* (que continuava em vigor), ou seja, também com pedido de dispensa de provas públicas, o Conselho da Faculdade de Letras de Coimbra aprovou, a 7 de maio, a proposta para nomeação como professores ordinários dos assistentes Gonçalves Cerejeira e Joaquim de Carvalho, ambos recém-doutorados. A proposta foi assinada pelos docentes António Vasconcelos e Alves dos Santos e entregue a 8 de maio na Reitoria. Deste modo, contrapunham-se dois professores internos, com provas de doutoramento recentes, às duas nomeações do Governo, que recaíam sobre dois jovens docentes do Liceu Gil Vicente, onde Leonardo Coimbra os teve como colegas.

A 14 de maio, o Reitor Coelho de Carvalho pretendia que a proposta conjunta (Gonçalves Cerejeira e Joaquim de Carvalho) da Faculdade de Letras fosse apresentada em separado, solução a que Joaquim de Carvalho se opôs, informando o Reitor de que não aceitaria a nomeação de forma isolada. Esta posição foi considerada pela Faculdade de grande coragem e louvada em publicações posteriores, pois a posição do Reitor era vista como um ato divisionista para que o Governo pudesse eventualmente decidir que alguma nomeação não ocorresse: Joaquim de Carvalho era um republicano alinhado e *maçon*, mas Gonçalves Cerejeira era um clérigo formado ainda pela antiga Faculdade de Teologia e posteriormente pela de Letras, era um militante católico assumido contra o "laicismo anticristão", com cargo de direção no jornal *Imparcial* e ligado ao Centro Académico da Democracia Cristã (Matos, 2001). E a nomeação dos dois propostos pela Universidade de Coimbra não se verificou nesta fase (embora ocorresse mais tarde, com outro governo). No seu posterior manifesto à Nação, a Faculdade de Letras de Coimbra insinuava que o Reitor, Coelho de Carvalho, externo à Universidade, pretenderia ser proposto como professor da Faculdade de Letras, mas teria ficado dececionado com as diligências que efetuou para o efeito junto do corpo docente, pois, no dizer da Faculdade, "estava primeiro a ala-de-namorados dos Novos" (*A Faculdade de Letras*..., 1919:11).

A Universidade de Coimbra estava indignada com as medidas do Governo e com as práticas do Reitor, consideradas hostis. A nomeação do reitor interino, em nome da normalização republicana, e as suas tomadas de posição, atribuindo-se-lhe forte influência junto do ministro, puseram-no em conflito aberto com a Faculdade e a Universidade. De entre as ações de protesto, saliente-se a representação formal votada por unanimidade no Conselho da Faculdade de Letras de Coimbra, nesse mesmo dia de 14 de

maio, na qual se considerava o decreto de reforma do ensino de Filosofia e as nomeações de docentes como "um profundo agravo feito à Faculdade". O Conselho lamentava não ter podido colaborar na reforma do quadro das ciências filosóficas e dizia não ter conhecimento sequer dos dados curriculares dos dois professores que, segundo o decreto, deveriam ser "pessoas de reconhecida competência científica", mas, relativamente aos quais, o Conselho nada sabia. Os reparos colocados à nova doutrina política culminavam com o pedido de "imediata suspensão" do Decreto n.º 5.491 e do referente às nomeações até que o seu teor fosse colocado à consulta das Faculdades de Letras. Na sequência dos docentes, são os estudantes que, no dia 15 de maio, se reúnem em assembleia magna e secundam aquela posição em representação ao Governo.

As posições e movimentações da academia de Coimbra foram consideradas pelo Governo e particularmente pelo ministro Leonardo Coimbra como um ato de "intencional indisciplina" e de "provocação à rebelião dos estudantes". E, tendo em conta que no Conselho da Faculdade participava o reitor Mendes dos Remédios, ainda que em autossuspensão, apoiando claramente as posições da Faculdade, o que agravava a sua responsabilidade, o Governo retaliou: invocou, para o efeito, o decreto que permitia tomar medidas para assegurar a direção de serviços por pessoas de confiança política, impondo a demissão do Reitor da Universidade, em 19 de maio. Em seu lugar, nomeou definitivamente o Reitor, então interino, Joaquim Coelho de Carvalho.

Dias depois, através do Decreto n.º 5.770, embora com data de 10 de maio, determinava a desanexação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e mandava proceder à sua colocação na Universidade do Porto, ao mesmo tempo que, num ato de aparente compensação, criava na Universidade de Coimbra uma Faculdade Técnica e uma Escola de Belas Artes. Pela sua relevância, esse decreto merece ser transcrito:

Decreto nº 5:770

Atendendo à conveniência do ensino, e especialmente considerando que das Faculdades de Letras de Coimbra e Lisboa é que saem os diplomados que se destinam ao professorado liceal, completando a sua habilitação nas escolas normais superiores;

Convindo que quem se destina ao ensino secundário – que neste é que se forma o carácter dos alunos e porque não pode ser bom educador quem não tenha conhecimento prático da vida – siga os seus estudos superiores num meio social em que as mais variadas manifestações da actividade se exerçam;

Considerando que a cidade de Coimbra é um meio essencialmente universitário, vivendo o professorado e corpo docente da Universidade como que insulados no seu trabalho especulativo, literário ou scientífico;

Considerando que, sendo as condições sociais da cidade do Pôrto, de mais larga actividade que as de Coimbra, convêm que na Universidade do Pôrto haja uma Faculdade de Letras;

Considerando que a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra tem orientado, embora notávelmente, a cultura dos alunos de modo a darem preferência à erudição livresca

sôbre a de especulações originais do espírito moderno, manifestando-se na filosofia revelada nas obras dos seus principais professores e alunos laureados uma quási completa orientação tomista de forma escolástica;
Em nome da Nação, o Govêrno da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, a seguinte:
Artigo 1.º É desanexada da Universidade de Coimbra a Faculdade de Letras, criada em substituição da extinta Faculdade de Teologia, e colocada na Universidade do Pôrto.
Art. 2.° Poderá o Govêrno colocar na disponibilidade os professores da Faculdade de Letras extinta por êste decreto, quando assim o julgue conveniente.
§ 1.º O Govêrno poderá aproveitar os serviços dos professores colocados nesta situação na direcção de investigações literárias, bibliotecas eruditas ou quaisquer comissões de estudo ou presidência de exames.
§ 2.º Aos professores colocados na situação de disponibilidade em virtude dêste artigo será abonado o respectivo vencimento de categoria, sendo-lhes também abonado o vencimento do exercício quando sejam incumbidos dos serviços a que se refere o §1.º
Art. 3.º Aos professores da língua e literatura francesa e da cadeira de estética e história da arte na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra é-lhes facultado ficarem fazendo parte do professorado da Faculdade Técnica de Coimbra, criada por êste decreto, ou do professorado da de Letras, do Pôrto, contanto que optem por um dos lugares no prazo de quinze dias, a contar da data do presente decreto, que entra desde já em vigor.
Art. 4.º Os alunos que no presente ano lectivo completem as suas frequências, para exame de terminação de cursos deverão vir fazê-los na Faculdade de Letras de Lisboa. Os outros alunos que tenham as suas freqüências completas, mas que não terminem o curso, são dispensados de exame.
Art. 5.º É criada na Universidade de Coimbra uma Faculdade Técnica.
§ 1.º Anexa à Faculdade Técnica haverá uma Escola de Belas Artes.
§ 2.º Fica o Govêrno autorizado a publicar o plano de estudos e regulamentos necessários para a execução dêste artigo.
Art. 6.º O edifício onde está instalada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra será entregue à reitoria da mesma Universidade, para nele serem instaladas as Escolas Normal Superior e a de Belas Artes, criada pelas disposições do § 1.º do artigo 5.º.
Art. 7.º Para execução das disposições do presente decreto fica o Govêrno autorizado a abrir, sem dependência da lei de 29 de Abril de 1913, os créditos especiais necessários.
Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrário.
Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com fôrça de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém.
Paços do Govêrno da República, 10 de Maio de 1919. [Seguem os nomes]

Sublinhe-se que a data de 10 de maio é uma data formal: o governo continuou a governar após as eleições do dia 11, mas remeteu todos os atos administrativos para o dia anterior às eleições, saindo com data de 10 de maio trinta suplementos ao *Diário do Governo* desse dia, mas saindo posteriormente, o que se tornou obviamente num escândalo político, dado que os poderes de exceção conferidos ao governo deveriam, para alguns, terminar com as eleições. Ou seja, o governo que tinha um mandato limitado para legislar, a terminar com as eleições, encontrou um expediente jurídico nos

suplementos antedatados do *Diário de Governo*, continuando a publicar decretos, portarias e despachos nos mais variados domínios da governação. Só com data de 24 de maio é que começaram a surgir novos decretos com a data real. Fica explicado um aparente paradoxo: o protesto da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a contestar a nova organização curricular e nomeações ocorreu a 14 de maio e o decreto da punição, com a "desanexação" da Faculdade, surge como aprovado a 10 do mesmo mês, ou seja, parece realizado com anterioridade!

Ganhava ainda mais corpo a "questão universitária" com esta "transferência" da Faculdade de Letras para o Porto, que podemos considerar como um artifício retórico, na medida em que os professores de Coimbra seriam alocados a outras funções ou colocados em disponibilidade, pelo que a transferência seria um começar de novo, uma criação, sendo a FLUC destroçada. Os seus docentes não ficaram quietos, deram amplitude ao seu protesto, publicando a brochura *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*, com a sua explicação do processo, a defesa dos pergaminhos da instituição e apresentação de documentos relacionados com o conflito, ao longo de 192 páginas, responsabilizando o ministro e o novo reitor da Universidade, Coelho de Carvalho, cuja demissão foi exigida por uma representação assinada, em 25 de maio, por numerosos professores de outras Faculdades da Universidade. A Universidade de Coimbra, através das posições coletivas e da ação individual de alguns dos seus docentes (republicanos como Joaquim de Carvalho ou Ângelo da Fonseca) desmontavam de várias formas (texto, entrevista, representação ao Congresso) o ato ministerial, apontando o reitor, indesejado, criticado e isolado em Coimbra, como o mentor da ideia que teria convencido o ministro Leonardo Coimbra e que teria mesmo redigido o respetivo decreto. As várias entrevistas a jornais do professor de medicina Ângelo da Fonseca em defesa da sua Universidade foram muito impressivas, tanto mais que a ele se atribuía a reforma universitária de 1911, enquanto diretor-geral do Ensino Superior, com o ministro António José de Almeida, o que incluiu a criação das Faculdades de Letras.

Leonardo Coimbra não atuava sozinho, tinha o apoio de várias redes republicanas de pendor democrático. Seria natural que o ministro chamasse o Reitor ao ministério e assim aconteceu de facto, pois *O Comércio do Porto*, de 18 de maio de 1919, ou seja, nas vésperas da publicação do decreto, fez questão de inserir uma pequena nota local em que informava. "O sr. Dr. Coelho de Carvalho, reitor da Universidade de Coimbra, teve hoje uma demorada conferência com o sr. ministro da Instrução. O Conselho de ministros reuniu esta tarde". Quem influenciou quem? Não o sabemos até agora. O que sabemos é da reação viva de Coimbra, docentes, discentes e forças vivas a criticarem a extinção da Faculdade, denunciando o atropelo à autonomia universitária,

pela reforma do ensino sem consulta prévia e pela nomeação de professores sem concurso e, agora, pela amputação da Universidade. A Universidade de Coimbra recebeu a solidariedade da de Lisboa e de outras instâncias, com relevo para a Academia das Ciências, que enviou uma deputação a entregar as insígnias científicas à Universidade e que teve de ser recebida pelo vice-reitor Eusébio Tamagnini, dada a ausência do Reitor Coelho de Carvalho.

A 21 de maio, segundo *O Comércio do Porto,* multiplicaram-se já os telegramas de felicitações pela decisão tomada. Augusto Nobre, então Reitor da Universidade do Porto, mas em nome pessoal, afirmava ao ministro:

> Os jornais referem-se com satisfação à transferência da Faculdade de Letras para esta cidade. Os alunos da Universidade veem assim satisfeita a sua aspiração e pedem a criação da Faculdade de Direito e da Escola Normal Superior. Esperam também a vinda de V. Exc.ª na próxima semana para assistir à inauguração da Faculdade (CP, 21-5-1919).

Há ainda notícia de telegramas de várias figuras republicanas no Porto, do núcleo socialista de Leiria, da comissão municipal republicana do Porto, do Grémio Republicano do Norte, da Associação do Livre Pensamento, do Clube dos Fenianos Portuenses, do Centro Comercial do Porto, da Junta Distrital. *O Comércio do Porto*, de 22 de maio, ao mesmo tempo que anunciava os termos do Decreto n.º 5.770, noticiava ao lado:

> Vieram os acontecimentos contribuir para que, mais depressa do que se pensava, fosse dotada a Universidade do Porto com uma Faculdade de Letras. Ficam assim satisfeitas as reclamações insistentes que aos poderes públicos têm sido dirigidas, nos últimos tempos, e alargado o âmbito dos estudos da nossa Universidade, situada nas condições de prover às necessidades dos altos estudos na importante região de Portugal que é o norte do País. Na organização da nova Faculdade há de atender-se, sem dúvida, às condições científicas e pedagógicas para que ela exerça uma ação eficaz na mentalidade portuguesa e se conforme com os progressos realizados lá fora em tão importante matéria. A Escola Normal Superior seria, sem dúvida, o complemento da criação que se faz agora (CP, 21-5-1919).

Em Lisboa, o jornal *O Século,* de 25 de maio, dá conta de uma homenagem ao ministro da Instrução por ter extinguido a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e criado outra no Porto, recebendo os manifestantes no ministério, então no Terreiro do Paço. À frente de todos ia o grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, Magalhães Lima, outros representantes da Maçonaria, da Mocidade Republicana e delegados de várias coletividades. Os manifestantes mostraram-lhe o apreço pelas medidas relativas ao ensino tomadas de acordo com as "aspirações da alma republicana, considerando a extinção da Faculdade de Letras, "antiga Faculdade de Teologia", como um grande passo para a republicanização do ensino, manifestando-lhe todo o apoio. Também do Porto recebeu telegramas de apoio de organizações republicanas (mas não da UP, embora Leonardo fosse casado com uma familiar próxima do reitor Augusto Nobre).

O Comércio do Porto, de 27 de maio, anunciava que no comboio direto da tarde desse dia chegaria ao Porto o ministro da Instrução para instalar a Faculdade de Letras, informando do convite da Câmara Municipal a todas as forças vivas e instituições a comparecerem na estação de S. Bento à chegada do comboio. Dois anúncios em página interior faziam convite idêntico: o Grémio Republicano do Norte sublinhava "o bom serviço que acaba de prestar à liberdade e ao ensino com a criação da Faculdade de Letras"; uma comissão de pais de estudantes, representada por José Joaquim Ferreira da Silva (não confundir com o químico e vice-reitor da UP), invocava o "alto benefício que prestou ao Porto e ao ensino". Não obstante a espera, Leonardo Coimbra não veio, obrigado a adiar a sua visita, que não chegou a realizar-se. Veio o ministro da Justiça, António Granjo, do Partido Evolucionista, de surpresa, sem avisar qualquer autoridade, para visitar os presos políticos da "monarquia do Norte" e ouvir as suas queixas. Algo estava a mudar na política: no hotel em que estava hospedado, Granjo teve de ouvir os protestos de "um grupo numeroso" que tinha esperado Leonardo e lhe fez sentir o seu desagrado pela sua visita (do ministro da Justiça), a qual iria dar alento aos monárquicos detidos e desmoralizar as autoridades republicanas e as vítimas das violências monárquicas. Depois de uma manifestação de apoio ao governador civil, José Domingues dos Santos, que ameaçou demitir-se com a visita intempestiva do ministro Granjo, pois esperava por Leonardo Coimbra, foi enviado ao ministro da Instrução um telegrama, assinado por um dos pais da comissão de estudantes, em cujo texto se pode ler:

> o povo republicano e sempre leal do Porto (…) aplaude calorosamente o gesto patriótico, liberal e republicano de s. exc[a] o sr. ministro da Instrução, expulsando do templo sagrado do ensino superior o espírito jesuítico e reacionário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, lembrando que nas escolas se encontra o principal inimigo da república, que a todo o transe urge combater. Na luta que se trava entre a reação e a liberdade, o povo do Porto põe-se inteiramente ao lado do ministro da república que pela primeira vez teve a coragem de, por atos, afirmar a sua fé republicana e a sua consciência de pedagogo livre de preconceitos e ansioso de produzir uma obra útil à sua pátria – Ferreira da Silva (CP, 27-5-1919).

Posições mais moderadas e conciliatórias também se verificaram no Porto, quer por parte de estudantes e professores das Faculdades de Ciências e Engenharia que, não se opondo à criação da FLUP, mostravam a sua solidariedade para com a Universidade de Coimbra, que consideravam desrespeitada. Ou artigos de jornais que convidavam Leonardo Coimbra a refletir, com foi o caso do jornal *O Primeiro de Janeiro*, que fez diversas abordagens à "questão académica".

AS LETRAS NO CONGRESSO DA REPÚBLICA

Naturalmente, o Senado da Universidade de Coimbra reagiu e as manifestações públicas por parte de docentes e discentes multiplicaram-se, a que

se associaram as forças vivas da cidade. E, já com novo Congresso reunido (desde 29 de maio) após as eleições, chegava à Câmara dos Deputados, em 11 de junho, uma representação de professores da Universidade de Coimbra a desmontar a argumentação do Decreto n.º 5.770, fazendo a defesa do ensino praticado pela Faculdade de Letras, acusando o Reitor nomeado, denunciando o atropelo à autonomia universitária e a contradição de amputar a Universidade com a retirada da Faculdade, pelo que os subscritores solicitavam a anulação do referido Decreto.

O Senado da Universidade de Lisboa deu solidariedade à Universidade de Coimbra em reunião de 30 de maio (DCD, 5-6-1919). Outras personalidades da política e da cultura também o fizeram, incluindo figuras de relevo do republicanismo como Teófilo Braga ou António José de Almeida, ou seja, os republicanos moderados, sobretudo os ligados ao Partido Evolucionista. E a juventude docente também se exprimiu, como o fez Joaquim Carvalho, então apenas com 26 anos e assistente da Faculdade de Letras em extinção, no texto "A Minha Resposta ao último considerando do decreto que desanexou a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra", onde denunciava a "pérfida imbecilidade" do Decreto, repelindo a anterior admiração que sentia por Leonardo Coimbra, enquanto elemento integrante do movimento da Renascença Portuguesa, face à "sua obra miseravelmente sectária de hoje". Para muitos, a decisão de transferir a Faculdade de Letras de Coimbra para o Porto fora um desvario do ministro, que escorregara no tapete lançado pelo reitor externo de Coimbra, Joaquim Coelho de Carvalho, que ali se via isolado e desprezado e que seria o verdadeiro autor do Decreto n.º 5.770.

Finalmente, a 29 de junho surgia o novo governo, que levou quase dois meses a formar, porque se esperou pela assinatura do Tratado de Paz, em Versalhes, que ocorreu no dia anterior (28 de junho) para pôr termo à Grande Guerra. Assegurada a paz ansiada, o Partido Evolucionista, pela voz de António José de Almeida, recusava continuar a apoiar um novo governo que seria maioritariamente democrático, dado o resultado das eleições de 11 de maio que tinham dado a vitória ao Partido Democrático. Por isso se esperou pela "paz", esfumando-se então o espírito da "união sagrada" que se tentou prolongar em 1919: as divisões partidárias voltavam a revelar-se insanáveis. Presidido pelo coronel Sá Cardoso, o novo governo assentava nessa "maioria democrática".

Com o novo governo, Leonardo Coimbra regressou ao parlamento, sendo substituído no Ministério da Instrução por Joaquim José de Oliveira. A proposta do novo governo foi a de considerar que deveria ser o parlamento a resolver a "questão universitária", tanto mais que um deputado e professor de Coimbra, Alves dos Santos, se apressara a apresentar um projeto de lei que, face à legislação existente, criava uma nova Faculdade de Letras

em Coimbra. O novo parlamento teria naturalmente de se debruçar sobre o assunto. Foi um longo folhetim, em que intervieram muitos parlamentares, debatendo os decretos em causa no quadro do funcionamento das universidades e suas atribuições, a maioria a criticarem a decisão de Leonardo Coimbra, multiplicando-se as propostas de correção.

A restauração da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra tornava-se uma exigência para se conseguir a pacificação política no meio universitário. A Academia das Ciências enviou um telegrama à Câmara dos Deputados, no qual, "invocando a justiça interesses superiores ensino, solicita restabelecimento imediato Faculdade de Letras Universidade Coimbra e reintegração de todos professores e assistentes, exceptuando apenas os que tiverem de ser afastados serviço em virtude de processo regular", telegrama que trazia a assinatura de Teófilo Braga e António Cabreira (DCD, 26-6-1919).

Na apresentação do novo gabinete aos deputados, Sá Cardoso, enunciando as linhas previstas para a ação governativa, referia para a área da instrução: "propõe-se o Ministério da Instrução, se o Parlamento assim o entender, manter uma Faculdade de Letras em Coimbra, sem prejuízo da já estabelecida no Porto; promover o desenvolvimento da instrução primária, por forma a reduzir ao mínimo o analfabetismo; aperfeiçoar e intensificar os outros graus do ensino, adoptando os modernos métodos científicos e banindo do ensino o espírito jesuítico; mandar anualmente os alunos mais distintos dos diferentes graus do ensino frequentar as melhores Universidades estrangeiras, integrando-os assim nas modernas correntes científicas" (DCD, 30-6-1919).

A resolução do conflito universitário era, pois, o que se esperava nesta área como urgente, para responder à pressão da Universidade de Coimbra, mas sem criar novo conflito com o Porto, salvaguardando a responsabilidade governativa anterior. O deputado João Pinheiro, sugeria que "o caminho mais curto, mais simples e mais justo é revogar imediatamente o decreto que de Coimbra tirou essa Faculdade, estudando-se depois a conveniência de criar outra no Porto". Mas os democráticos consideravam a necessidade de manter o Decreto n.º 5.770, dado ter sido tomado em plena legalidade e ser preciso manter a dignidade da República. Ou seja, era preciso salvar a face do governo anterior, mas a convergência surgia acordando-se na necessidade prática de manter as duas faculdades, pois não haveria universidades sem Faculdades de Letras.

A 23 de julho, entrava finalmente em discussão o parecer da comissão do ensino superior sobre a questão universitária, com base num relatório do agora deputado António Granjo, que se encarregara de conjugar as diversas propostas. Voltaram as discussões e propostas de alteração em torno deste parecer (registado com o n.º 14), que, tornado público, suscitou logo novas tomadas de posição e de pressão por parte de instituições universitárias. O

embaraço era evidente, tal como se expressou o deputado Júlio Martins, também ele membro do anterior governo e agora integrante da comissão de instrução superior:

> Fiz parte dum Governo no qual o Sr. Leonardo Coimbra sobraçava a pasta da Instrução. Tivemos uma vida acidentada dentro desse Governo, mas como primamos sempre em manter a maior solidariedade em todos os assuntos que ocorressem, todos nós temos a cota parte das responsabilidades dos atos praticados por S. Exa.
> Se V. Exa. me preguntar se eu estava inteiramente de acordo com o Sr. Leonardo Coimbra na questão de que se trata, eu diria a V. Exa. que não, visto que previamente, eu afirmei a S. Exa. qual a minha maneira de pensar sobre o assunto.
> A questão seguiu, e nós hoje estamos a ver, não se a resolvemos, mas se a arrumamos de qualquer maneira.
> Há pontos, no parecer do Sr. António Granjo, com os quais estou de acordo, mas há outros em que discordo.
> Assim, eu entendo – com toda a franqueza o afirmo – que não se deve retirar a Faculdade de Letras, do Porto, mas manter a Faculdade do Letras em Coimbra, porque assim vamos satisfazer as aspirações justas e razoáveis da Universidade de Coimbra e mantemos o prestígio do Poder Executivo (Apoiados) (DCD, 24-7-1919).

Eram visíveis, mesmo no interior da comissão, as discordâncias, "todas originadas na dificuldade de harmonizar os direitos das Universidades com a defesa da República", como dizia Alves dos Santos, tanto mais que "o princípio da autonomia das Universidades representa, entre nós, uma conquista e foi concedido às Universidades, integralmente, pela República (...) foi o Governo Provisório da República, que concedeu às Universidades não só a autonomia administrativa, como também a autonomia pedagógica" (DCD, 25-7-1919).

Largamente discutida foi a criação da Faculdade de Letras na Universidade do Porto, quando da discussão na especialidade do respetivo artigo. Para Brito Camacho, a sua criação seria um "esbanjamento de dinheiro", não podendo a República dar Faculdades de Letras e outros estabelecimentos de ensino como quem dá "uma música regimental às povoações mais ou menos importantes, que as pediam como paga de qualquer serviço por ocasião de eleições". Dias Pereira, para além de sublinhar a difícil situação financeira (não obstante fazer na altura outras propostas de forte elevação de despesa), retirava da discussão do plenário uma nova interrogação: "Sr. Presidente, será de facto a capital do Norte sede duma Universidade? Assim veio a legislação da República designar o conjunto das suas escolas superiores. Má designação, todavia, porque só agora, se este artigo for aprovado, ficará a Universidade do Porto com as Faculdades que verdadeiramente caracterizam uma Universidade: a de Letras e a de Ciências". Defendia a criação da Faculdade o deputado e relator António Granjo:

> A cidade do Porto tem perto de 200.000 habitantes, tem uma irradiação literária das mais belas; tem um desenvolvimento artístico dos melhores. Portanto, a cidade do Porto não é apenas um meio comercial e industrial, mas também um centro literário e artístico. Mas pelo próprio facto da cidade do Porto ser um meio rico e industrial, é um excelente mercado do livro e de objectos de arte, estes últimos, principalmente, no que diz respeito à ourivesaria que todos nós conhecemos. Portanto, é justo que se coloque no Porto uma Faculdade do Artes e Letras. O Sr. Dias Pereira aduziu razões de carácter financeiro, mas ainda há dois minutos o mesmo Sr. Deputado apresentou uma proposta que trazia um aumento de perto de 100 contos (DCD, 2-8-1919).

E o histórico portuense Mem Verdial também não se coibia: "A defesa da Faculdade de Letras do Porto não é para ser feita por mim, mas pelos ecos dos oradores que a defenderam em Coimbra (...) a Faculdade de Letras do Porto representa uma necessidade para aqueles que são do Norte e se dedicam ao estudo" (DCD, 2-8-1919).

Conciliavam-se as posições no sentido de manter as duas Faculdades para salvaguardar o "prestígio do Executivo". A proposta de lei ia ganhando corpo, com o relator António Granjo a compilar o texto de base.

O Senado da Universidade do Porto reagia com cautela a toda esta situação. A última reunião oficial do Senado tinha sido a 14 de abril de 1919, para questões menores, e só voltou a reunir-se a 4 de agosto. Pelo meio, não havia declarações oficiais, mas temos de registar que, desde fevereiro era seu reitor Augusto Nobre, também deputado, que por essa razão acompanhava toda a polémica universitária no Parlamento. Na reunião de 4 de agosto, seria aprovada uma moção de Carlos Lima, do seguinte teor:

> O senado universitário do Porto, reunido pela primeira vez, depois que foi extinta a Faculdade de Letras de Coimbra, congratulando-se pela criação da referida Faculdade no Porto, do mesmo passo manifesta aos seus colegas de Coimbra, a sua mágoa pela supressão daquela Faculdade, fazendo sinceros votos para que, no mais curto prazo, ela aí seja restaurada. Ao mesmo tempo, declara que estará ao lado dos seus colegas das restantes Universidades sempre que se torne necessária a defesa das prerrogativas que, a bem do ensino e do espírito de camaradagem, lhes confere o estatuto universitário (Atas…, 2011:155).

O autor da moção pedia que, depois de aprovada, o seu teor fosse comunicado ao Senado de Coimbra. A moção foi aprovada por unanimidade, com a sugestão de Gomes Teixeira, reitor honorário, para que o Reitor ficasse autorizado a enviar ou não o texto para o parlamento, conforme a evolução da discussão em curso da Lei sobre as universidades (Atas…, 2011:156).

Na reunião seguinte, Teixeira Bastos interrogava o Reitor sobre se tinha ou não enviado a moção ao Parlamento, respondendo-lhe Augusto Nobre que, em virtude da sua ausência para as Ilhas em trabalho científico, não tinha tido ensejo de tratar do assunto, mas poderia ainda enviar se o Senado assim o entendesse. Mas Gomes Teixeira, conciliador, recomendou, e foi

aprovada, uma outra apenas nestes termos: "O Senado da Universidade do Porto resolve associar-se aos Senados das Universidades de Coimbra e Lisboa na defesa das prerrogativas universitárias" (Atas…, 2011:158).

Entretanto, no Parlamento, ao cabo de vários dias de discussão, o resultado final era a proposta de lei n.º 41, que entrava finalmente no Senado, apresentada para discussão e aprovação neste órgão a 18 de agosto de 1919, já acompanhada do parecer da comissão do Senado. A proposta de Lei traduzia-se num texto algo emaranhado (propositadamente?), em que a questão central surgia diluída entre tópicos mais discretos. Com efeito, formula-se um conjunto de normas organizacionais, algumas de aplicação pontual apenas para resolver problemas decorrentes do funcionamento desse ano letivo de 1919, e um ato de criação, com o artigo 11.º a promover o estabelecimento de uma Faculdade de Letras na Universidade do Porto, análoga às de Coimbra e de Lisboa, obliterando-se o anterior ato legislativo de transferência da Faculdade pela fórmula discretamente redigida do seguinte modo: "Art. 5.º É revogado o decreto com força de lei n.° 5.770, do 10 de maio último".

Enfim, a 27 de agosto de 1919, surgia a versão final da proposta, através da Lei n.º 861, publicada no *Diário do Governo*. Entre outros *itens*, garantia a nomeação de reitores das Universidades e de Liceus e de diretores de outros estabelecimentos de ensino a cargo do Estado pelo governo (art. 1.º); revogava o indesejado decreto com força de lei n.º 5.770, o que significava a anulação da decisão de transferência da Faculdade de Letras, a qual permanecia assim em Coimbra (art. 5.º); pelo artigo 11.º estabelecia a criação de uma Faculdade de Letras na Universidade do Porto. Estas eram as decisões mais importantes do diploma, de natureza estrutural, embora surgissem no diploma convenientemente esbatidas num articulado mais vasto e de alcance meramente conjuntural, como se pode ver na transcrição da Lei que cria a FLUP:

Lei n.º 861

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Os reitores das Universidades e dos Liceus e os directores dos outros estabelecimentos de ensino a cargo do Estado são de nomeação do Govêrno.

§ único. Aos reitores das Universidades compete propor ao Govêrno as nomeações dos vice-reitores e directores das Faculdades e Escolas dentre os respectivos professores.

Art. 2.º As vagas de professores ordinários das Universidades, que existirem ou venham a existir, serão preenchidas por concurso, conforme as leis orgânicas e regulamentos das Faculdades e Escolas, feito perante um júri nomeado pelo Govêrno entre os professores, tanto quanto possível da especialidade, das três Universidades, sob a presidência de um dos reitores designado pelo Ministro da Instrução, e funcionando em Lisboa, Porto ou Coimbra, segundo as conveniências do ensino.

§ único. Também poderão ser preenchidas as vagas, a que se refere êste artigo, pela transferência de professores ordinários dumas Universidades para outras, desde que assim o requeiram e convenha ao ensino. As vagas dentro da mesma Faculdade só poderão ser preenchidas por professores pertencentes à respectiva secção ou que tenham concurso para essa secção.

Art. 3.º O Govêrno poderá contratar, quer no país, quer no estrangeiro, para a leccionação das cadeiras professadas nas Universidades, individualidades de reconhecido mérito scientífico, sob proposta dos reitores e depois de ouvidas as respectivas Faculdades ou Escolas.
§ único. Os professores contratados e que sejam nacionais, quando tenham professado pelo menos dois anos, poderão ser nomeados professores ordinários, sob proposta do reitor, com voto favorável e nominal da maioria do Conselho da Faculdade respectiva e com prévio conhecimento de um relatório elaborado pela competente secção sôbre os seus méritos.
Art. 4.º O decreto com fôrça de lei n.º 5:491, de 2 de Maio último, entrará em vigor no próximo ano lectivo.
Art. 5.º É revogado o decreto com fôrça de lei n.º 5:770, do 10 de Maio último.
Art. 6.º A dispensa de exame, que não seja o último, para a conclusão da formatura, concedida no artigo 1.º do decreto n.º 5:787-LLLL é aplicável sómente aos alunos das Faculdades de Direito que comprovem devidamente terem feito durante um ano as campanhas de África ou França, ou terem permanecido nas fileiras, como milicianos, no período de guerra durante dezóito meses, ou terem sido julgados incapazes por doença contraída em campanha ou haverem sido feridos em combate.
§ único. Todos os indivíduos que tenham concluído os seus cursos de medicina e que por motivo de mobilização não puderam fazer a defesa de dissertação são dispensados dêsse acto, contanto que o requeiram no prazo de quinze dias a partir da publicação desta lei.
Art. 7.º É permitido aos alunos de qualquer Faculdade ou Escola Superior, e a favor dos quais milite qualquer das condições do artigo anterior, requererem o fazerem exame, ou exames, na mesma época, de mais de um grupo de cadeiras ou disciplinas, os quais se efectuarão segundo a sua ordem e com prejuízo desta.
Art. 8.º Ficam revogados o § único do citado artigo 1.º do decreto n.º 5:787-LLLL e o decreto com fôrça de lei n.º 5:787-5 VVVV, de 10 de Maio último, exceptuando desta última disposição os alunos que já completaram o seu curso.
Art. 9.º É autorizado o Govêrno a fomentar o desenvolvimento de Associações Académicas, quando por elas convenientemente solicitado e de modo a que sempre melhor possam corresponder à sua elevada missão.
Art. 10.º São autorizadas as Faculdades de Letras a contratarem um professor de música e canto coral, o qual terá a seu cargo a direcção dos orfeões académicos.
§ único. Uma parte da acção dêste professor será dedicada à investigação e estudo das canções nacionais.
Art. 11.º É criada na Universidade do Porto uma Faculdade de Letras, com um quadro de disciplinas, grupos e secções análogas às das mesmas Faculdades de Lisboa e Coimbra.
Art. 12.º Os Conselhos das Faculdades e demais Escolas Superiores poderão resolver que se ministre o ensino nos meses de Agosto decorrente e Setembro imediato, como continuação dos cursos do ano lectivo transacto, e desde que o tomem por conveniente e ou necessário.
Art. 13.º Fica transferida, no actual ano, para Outubro, a época de exames fixada na lei para Julho, e para Dezembro a que na lei é fixada para Outubro.
§ único. Os alunos que nos termos desta lei tiverem de fazer exames em Dezembro poderão acumular a freqüência das cadeiras em que se haviam matriculado no ano lectivo transacto, como freqüência, mediante matrícula condicional, das cadeiras em que no comêço do novo ano lectivo, nas vulgares condições se matricularem.
Art. 14.º Para os alunos que no último ano lectivo deviam terminar os seus cursos, ou que tenham a freqüência de todos os anos, são obrigadas as Faculdades Universitárias e demais Escolas Superiores a marcar uma época de exame e de defesa de teses em Agosto decorrente e Setembro imediato.

Art. 15.º O Govêrno publicará os decretos e regulamentos necessários para a boa execução desta lei.
Art. 16.º Fica revogada a legislação em contrário.
O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Govêrno da República, 27 de Agosto de 1919. [seguem os nomes]

Assim, a Faculdade de Letras na Universidade do Porto, ao contrário do que frequentemente se afirma, acaba por não ser uma criação oficial de Leonardo Coimbra, ainda que fosse essa a sua intenção e tenha despoletado o processo, embora inquinando-o. Mais tarde, durante uma intervenção na Câmara dos Deputados, no decorrer do conflito que o opunha a um outro professor, Homem Cristo, Leonardo Coimbra diria:

A Faculdade de Letras do Porto – deixem-me V. Exas. fazer um pouco de história – foi fundada há pouco tempo, sendo o projecto que a criou da iniciativa dessa figura nobre, heróica e simpática que era António Granjo. Foram nomeados os seus primeiros professores pelo Ministro da Instrução Pública de então, Sr. Joaquim de Oliveira, por intermédio do Sr. Sá Carneiro, seu chefe de Gabinete.
Foram feitas gentis instâncias para que eu fosse assumir a direcção dessa Faculdade, mas eu, sistematicamente, não disse nunca que sim nem que não, até que por fim me decidi, porque, na modéstia do que valho, entendi que podia honestamente dirigir a Faculdade de Letras.
O obstáculo que tinha determinado a minha hesitação, acerca da aceitação do lugar de director dessa Faculdade, foi o natural escrúpulo que eu tive de que porventura se dissesse que a minha acção ministerial, a favor da criação da Faculdade de Letras do Porto, havia sido exercida na intenção de destinar para mim o lugar de director.
Tendo exposto esta circunstância ao Sr. Ministro da Instrução Pública do então, S. Exa. nomeou-me e eu entrei para a Faculdade (DCD, 6-11-1924:18).

Aparentemente alheia a um processo que não desencadeara, a Universidade do Porto continuava o seu trabalho quotidiano, focando-se nas pequenas coisas da burocracia universitária e da ligação à sociedade. Em agosto, a Universidade prestava homenagem aos combatentes portugueses na Grande Guerra, que atuaram essencialmente na Flandres e nas colónias portuguesas de África. E, depois, o grande combate da Universidade foi, em defesa da Faculdade de Engenharia, opor-se à criação do Instituto Superior Técnico no Porto, por transformação do Instituto Industrial.

A FLUP EM INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Entretanto, do governo surgia o Decreto regulamentador n.º 6.087, de 9 de setembro de 1919, da responsabilidade do ministro Joaquim José de Oliveira, que estipulava a abertura da Faculdade de Letras da Universidade do Porto para o ano letivo 1919-20, com matrículas a decorrerem entre 25 de setembro e 10 de outubro. Os cursos, de quatro anos, abriam as matrículas para o 1.º ano, sendo abertos os restantes em sequência anual. O decreto estabelecia

que o quadro geral das disciplinas era análogo aos das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Lisboa, distribuindo-se pelos mesmos cursos para efeitos de licenciatura e doutoramento, seguindo, neste domínio, o Decreto n.º 4.945, de 1 de novembro de 1918, com a exceção de Filosofia, cujo plano de curso seria determinado posteriormente, acrescentando-se ainda uma cadeira anexa de estética e história da arte.

Na sequência das ordens governamentais, a Universidade do Porto anunciava o funcionamento da FLUP para o ano letivo 1919-20, através de um edital, datado de 22 de setembro e subscrito pelo vice-reitor A. J. Ferreira da Silva.

Em 28 de setembro de 1919, o influente jornal *O Comércio do Porto* fazia, em primeira página, uma chamada de atenção para esse edital da FLUP, inscrito numa das páginas interiores, de anúncios, em que se indicavam os cursos, as cadeiras e as condições de matrícula, merecendo do jornal, para além da explicação genérica do edital, o seguinte comentário: "A criação da nova Faculdade de Letras representa um progresso para a Universidade e um importante benefício para a população escolar do Norte". Os cursos anunciados eram: Filologia Clássica; Filologia Românica; Filologia Germânica; Ciências Históricas e Geográficas; Ciências Filosóficas. Acrescia ainda um curso preparatório para habilitação ao magistério primário superior. As propinas a pagar eram, por cada disciplina anual, 10$00, por cada semestral, 5$00.

O jornal *O Comércio do Porto*, no dia seguinte ao do anúncio de abertura, inseria uma pequena notícia, com um breve comentário, que importa sublinhar: "da questão académica sempre resultou alguma coisa: a Faculdade de Letras do Porto" (CP, 29-9-1919).

O primeiro docente contratado foi o historiador Damião Peres, então já doutorado por Lisboa, que presidiu à primeira reunião em 29 de outubro. Nela já participaram Lúcio Pinheiro dos Santos e Francisco Newton de Macedo (dois professores, nomeados pelo anterior governo para Coimbra e cuja nomeação ajudou a despoletar o conflito com a Universidade local, pediram a sua transferência, concedida por Decreto de 18 de outubro, inserto no *Diário do Governo*, *II série*, n.º 247, de 23 de outubro), Mendes Correia, vindo da Faculdade de Ciências do Porto, e Canuto Soares. Seguindo um texto de Luís de Pina, em que resumiu as atas do Conselho Escolar da nova Faculdade, podemos ler que, entre outros assuntos, nessa sessão:

> Foi lido o despacho ministerial que autoriza a instalação da Faculdade e, em seguida, os Professores do 6.° grupo (Ciências Filosóficas) apresentaram em relatório fundamentado a proposta de nomeação de José Leonardo Coimbra para o cargo de Professor provisório desse grupo, ao abrigo das disposições do artigo 55.º do Estatuto Universitário, ficando este assunto para ser discutido e votado em sessão especial, como é de lei (Pina, 1966:29).

No dia seguinte, 30 de outubro de 1919, em nova reunião, "em que foi lido e considerado o relatório para nomeação de Leonardo Coimbra", procedeu-se à votação. Enviada a proposta à Reitoria, seguiu para o Governo. Cumpridos os formalismos legais e após publicação do decreto de nomeação no *Diário do Governo*, Leonardo Coimbra[1] tomava posse, em 21 de novembro, como professor ordinário do 6.º grupo (Ciências Filosóficas); e, aos 24 de novembro, era empossado como diretor da Faculdade.

O potencial estudantil do Norte para cursar humanidades fez-se sentir de imediato, com uma corrida às matrículas: previsto para 50 alunos, o primeiro ano acabaria por ter 73 inscritos, o que desde logo colocava a FLUP ao nível da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e em termos de frequência, superior à de Coimbra.

Concretizava-se, deste modo, a terceira Faculdade de Letras em Portugal, depois das duas criadas em 1911, em Coimbra e Lisboa, na continuidade do modelo de ensino inspirado na França revolucionária e concretizado na fase napoleónica, que suscitara a dicotomia ciências /letras, depois replicado nas nações latinas influenciadas pela cultura francesa.

Há depois a formação de uma aura da FLUP em torno do ensino aberto da todas as correntes e da prática do livre pensamento numa instituição de que Leonardo Coimbra se tornou uma figura tutelar. Leonardo Coimbra afirmava, repetidamente, em entrevistas e em diálogo com as autoridades que a Faculdade era claramente republicana! Sobre esses tempos e modos há longa bibliografia e teremos novas conferências neste ciclo que agora se inicia, que ajudarão a completar uma visão histórica da FLUP nesta 1.ª fase.

Sublinhe-se, todavia, que a FLUP não teve vida fácil. Em 1923, uma proposta de reforma do ensino superior arrastava consigo a ameaça de extinção das Faculdades de Letras e Farmácia: a Universidade do Porto e a cidade manifestaram-se em força e a ameaça foi ultrapassada. Leonardo Coimbra lembraria em reunião do Senado que três representantes do grupo Seara Nova, a que pertencia o ministro em exercício, António Sérgio, se tinham distinguido na campanha contra a Faculdade de Letras, pedindo a solidariedade das outras Faculdades. De entre os professores que na reunião do Senado marcaram a sua posição contra qualquer extinção, destacou-se Alfredo de Magalhães, da Faculdade de Medicina, que afirmou ainda faltar à Universidade do Porto a Faculdade de Direito e se bateu contra a extinção de qualquer Faculdade:

[1] Exatamente na mesma altura da publicação do decreto de nomeação de Leonardo Coimbra como professor ordinário da Faculdade de Letras do Porto, surgia o decreto de nomeação de Gonçalves Cerejeira e de Joaquim de Carvalho como professores ordinários da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o que aconteceu no *Diário do Governo* de 19-11-1919, ou seja, numa altura em que a "questão universitária" já estava oficialmente encerrada desde agosto, com a publicação da Lei n.º 861, mas de que estas nomeações parecem ter sido o último ato. Naturalmente, o "congelamento" destas nomeações tem uma explicação oficial no decreto de transferência da Faculdade para o Porto, mas prolongou-se para além do necessário.

> À Universidade do Porto falta ainda a Faculdade de Direito. É uma ofensa à cultura dos portugueses discutir se devem ser extintas aquelas Faculdades. Não sabe se pode haver três Universidades, mas o que sabe é que tirar a uma a Faculdade de Letras é tirar a alma ao corpo, é matar a própria Universidade, à qual, incompleta embora, são indispensáveis os órgãos que já existem. Trata-se de uma intriga, de rivalidades entre Lisboa e Porto? Sendo assim, iria ao encontro dessa intriga, provando a necessidade que desta Universidade tem o Norte do País - a parte mais populosa. Não é com soluções absurdas que a Faculdade de Medicina é solidária com as outras Faculdades (Atas…, 2011:191).

Na sequência da ida de uma comissão a Lisboa, a Universidade do Porto, em 9 de fevereiro de 1924, recebeu a visita do Presidente da República, Teixeira Gomes, e do ministro da Instrução, António Sérgio. A questão da reforma ficou adormecida nesta altura, mas a eventualidade da extinção da Faculdade de Letras ficou a pairar desde então como uma ameaça.

Com a Ditadura Nacional, Alfredo de Magalhães foi nomeado Reitor da Universidade do Porto em 26 de junho de 1926. E voltou ao ministério da Instrução, entre 22 de novembro de 1926 e 18 de abril de 1928, ou seja, apenas cinco meses depois da nomeação como Reitor, ficando a Universidade a dever-lhe várias intervenções positivas, mas não só: através do Decreto n.º 15.365, de 12 de abril de 1928, o governo tomava a decisão de mandar encerrar as Faculdades de Letras do Porto, de Direito de Lisboa, de Farmácia de Coimbra e a Escola Normal Superior de Coimbra, invocando-se razões financeiras. Alfredo de Magalhães deixou, pouco depois, o lugar de ministro, voltando à Reitoria. Depois da sua saída, as outras Faculdades foram restauradas, exceto a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, já com o ministro Duarte Pacheco. A Faculdade não admitiu mais alunos, mas ainda terminou os vários cursos para os alunos matriculados, encerrando em 1931.

Depois de múltiplas solicitações, a restauração da Faculdade de Letras da Universidade do Porto chegaria, enfim, trinta anos mais tarde, através do Decreto-Lei n.º 43.864, de 17 de agosto de 1961, com o diploma a falar de "criação da Faculdade", assinado pelo professor de Coimbra e então Ministro da Educação Nacional, Lopes de Almeida, enquanto o Reitor, Amândio Tavares, na sessão solene da Universidade, agradecia ao ministro a Faculdade de Letras, "há pouco renascida" (AUP, 1961-1962).

NB: por solicitações posteriores a esta conferência e para atividades de celebração do centenário da FLUP, foram já publicadas duas variantes deste texto: 1) Das Faculdades de Letras à FLUP (1919). *História: revista da FLUP*. 4.ª série, 9:1 (2019); 2) FLUP, 1919: emergência e lugar histórico no fio do tempo. In *Culturas e Geografias: centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 1919-2019 = Cultures and Geographies: centenary of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Porto: 1919-2019*. Porto: Museu de História Natural e da Ciência, Universidade do Porto, 2019, p. 24-47.

Referências

a) Publicações periódicas:

A Águia.
Anuário da Universidade do Porto (AUP).
Anuário da Universidade de Coimbra (AUC).
O Comércio do Porto (CP).
Diário da Câmara dos Deputados (DCD).
Diário do Governo (DG).
Diário do Senado (DS).
O Primeiro de Janeiro (PJ).
O Século.

b) Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Luís Mouzinho de (1823) – *Ideias sobre o estabelecimento da Instrução Pública dedicadas à Nação Portuguesa e oferecidas a seus representantes*. Paris: Imp. por A. Bobée.

ALMEIDA, Albino Francisco de Figueiredo e (1836) – *Projeto de reforma da Instrução Pública*. Lisboa: Imp. de Galhardo e Irmãos.

ALVES, Jorge Fernandes (2018) – A Universidade ao tempo de Hernâni Monteiro (1891-1963): algumas linhas de força. In *Hernâni Monteiro, figura eminente da U. Porto*. Porto: U.Porto Edições, p. 99-118.

ALVES, Jorge Fernandes (2012) – *A Universidade na República, a República na Universidade: a UP e a I República (1910-1926)*. Porto: U.Porto Edições.

ARAÚJO, Francisco Manuel (2008) – *Faculdade(s) de Letras do Porto: da (re)criação à Revolução*. Porto: FLUP.

Atas do Senado da Universidade do Porto: 1911-1929 (2011). Porto: U.Porto Editorial.

BAPTISTA, Pedro (2012) – *O Milagre da Quinta Amarela : história da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1919-1931*. Porto: U.Porto Editorial.

BRAGA, Teófilo (1902) – *História da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Real das Ciências, vol. 4.

BRAGA, Teófilo (1884) – *Os Centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Tip. Silva Teixeira.

CARVALHO, Joaquim de (1992) – A Minha resposta ao último considerando do decreto que desanexou a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. In *Obra Completa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 7, p. 1-11.

CARVALHO, Rómulo de (1986) – *História do ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

COIMBRA, Leonardo (2007) – *Obras completas. IV - 1919-1921*. Lisboa: Imprensa Nacional.

DIONÍSIO, Sant'Anna (1985) – *Leonardo Coimbra, o filósofo e o tribuno*. Lisboa: Imprensa Nacional.

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País (1919). Coimbra: Tip. França Amado.

FERNANDES, Rogério (1983) – *Luís da Silva Mouzinnho de Albuquerque e as reformas de ensino em 1835-1836*. Coimbra: Universidade. Sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. 38 (1983) 221-304.

GOMES, Joaquim Ferreira (1990) – *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República: 1910-1926*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

HOMEM, A. L. Carvalho (1991) – A História que nos fez e a história que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto. *Revista de História*. 11, 227-230.

Leonardo Coimbra: testemunhos dos seus contemporâneos (1950). Porto: Livraria Tavares Martins.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (2012) – Leonardo Coimbra e a criação política da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. In NETO, Vítor, coord. – *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, p. 457--469.

NETO, Vítor, coord. (2012) – *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina.

NOGUÈS, Boris (2008) – Élèves ou auditeurs? : Le public des facultés de lettres et de sciences au XIXe siècle: 1808-1878. *Histoire de l'éducation*. 120, 77-97.

PINA, Luís de (1966) – Faculdade de Letras do Porto: breve história. *Cale*. 1, 59-172.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (2011) – A Primitiva Faculdade de Letras do Porto e a Universidade de Coimbra. *Revista Portuguesa de História*. 42, 95-108.

RENDU, Ambroise (1835) – *Code universitaire ou Lois, statuts et règlemens de L'Université Royale de France*. Paris: Libraire Classique et Élèmentaire de L. Hachette.

RODRIGUES, Manuel A. (2010) – A República e a autonomia da Universidade. *Biblos*. 8, 95-126.

SANTOS, Cândido dos (1996) – *Universidade do Porto: raízes e memórias da instituiçã*o. Porto: Universidade.

TORGAL, Luís Reis (2011) – A Faculdade de Letras de Coimbra: uma escola universitária na República. *Biblos*. 9, 33-39.

VASCONCELOS, António G. R. de (1913) – Lição inaugural do ano letivo 1912-1913. *Anuário da Universidade de Coimbra: ano letivo 1912-1913*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 51-77.

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS
CITCEM – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR "CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA".

DA REPÚBLICA NOVA À REPÚBLICA VELHA: ROTEIRO INTERPRETATIVO DA TURBULÊNCIA POLÍTICA DE 1919

ACERCA DO TÍTULO...

Os organizadores do ciclo de conferências devotado ao tema do Centenário da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto consideraram necessária uma palestra sobre o enquadramento histórico da conjuntura política em que essa oferta formativa surgiu na cidade invicta e berço da tentativa frustrada de implantação da República em 31 de janeiro de 1891. A proposta fiou fixada num título que se mantém, nesta versão publicada. No entanto, quem assumiu a tarefa, sem desrespeitar a incumbência, deixou-se conduzir por um outro trilho complementar à crise da 1.ª República, gerada durante o período de participação ativa de Portugal na Grande Guerra (1914-18): espanejar a hipótese[1] de as circunstâncias especificas subsequentes à tentativa falhada da restauração monárquica, em fevereiro de 1919, terem propiciado a concretização de um projeto que foi incubado no movimento da *Renascença Portuguesa* no Porto, no início da década e em que pontificou o filósofo, pedagogo e político republicano, Leonardo Coimbra (1883-1936). A hipótese, assim formulada, torna mais aceitável e plausível a ideia de uma relação direta entre a Monarquia do Norte e a criação da Faculdade de Letras. A relação cronológica existiu e a extinção da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pelo Governo republicano, saído da vitória sobre a insurreição monárquica, causou a replicação dessa Faculdade na Universidade do Porto. E a

[1] Hipótese partilhada claramente por MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2020) - No centenário da Faculdade de Letras do Porto. In *Colóquio Internacional: As Letras entre a Tradição e a Inovação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020, p. 13-17.

busca de causalidades diretas fica, objetivamente, por aqui... Talvez se possa ainda admitir que a instalação no Porto, durante cerca de um mês, da governação monárquica assustou as forças republicanas e as sensibilizou, uma vez de novo no controlo do Poder em todo o país, a insuflar, no meio portuense e nortenho, uma oxigenação republicana. Este argumento parece-nos, porém, demasiado frágil...

A aposta vai ser, pois, em recordar a atribulada trajetória da 1.ª República até ao início de 1919, com a sinopse dos acontecimentos que ameaçaram diretamente a sobrevivência do regime republicano e, em seguida, estabelecer, como hipótese passível de posterior demonstração cabal, o elo estreito entre a *Renascença Portuguesa* e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto no cerne do qual emerge Leonardo Coimbra.

ANOS DE ESPERANÇA E DE TURBULÊNCIA (1910-1919)

A 5 de outubro de 1910 concretizou-se, finalmente, a revolução republicana em Portugal, desencadeada com o decisivo apoio de muitos civis e carbonários recrutados entre os marujos, os sargentos, os caixeiros e os populares dos bairros pobres da capital. Após momentos dramáticos de incerteza e de desânimo, a sorte das armas decidiu-se a favor da Esperança verde-rubra na Rotunda por um punhado de resistentes. Ao lado deles esteve Alberto da Silva Pais, oficial de Infantaria e um dos "heróis do Cuamato". Seis anos mais tarde – a 13 de dezembro de 1916 – voltará a estar junto de Machado Santos num golpe falhado que os levaria à prisão, só de lá saindo um ano depois graças ao golpe vitorioso do irmão Sidónio Pais. Mas este, nas vésperas do 5 de outubro de 1910, não conspirava. Intuia apenas ser inevitável e essencial o despertar do "Luminoso dia de redempção da minha Patria", que, enfim, chegara...

Em Coimbra o lente "quasi republicano*"* – Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (1872-1918) – foi prontamente recrutado pela República para a servir como Presidente da Câmara Municipal, Vice-Reitor da Universidade, Administrador do Concelho interino e, por sugestão de Brito Camacho, membro do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro Portugueses. Os estudantes monárquicos alcunharam-no de "acumulador" e até alguns correligionários suspiraram pela sua saída de certos cargos para que os próprios ou outros amigos pudessem usufruí-los. Cedeu "sem ruído" às críticas, mantendo-se a lecionar na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, a dirigir a Escola Industrial Brotero e a exercer a função de Administrador da C.P. Em fevereiro iniciou-se na Loja Estrela d'Alva do rito escocês, adotando o nome simbólico de Thomas Carlyle. Declarou, então, no respetivo "testamento de iniciação*"* que o dever do homem para com os seus semelhantes era o de "Sacrificar-se pelo bem d'elles*"*; o seu ideal devia ser o "heorismo no sentido mais largo do termo*"*; e esse sentido traduzia-se

no mais puro "sacrificio pela collectividade na defeza da justiça, da verdade e do Bem". Justificou, assim, não só a escolha de um nome simbólico, mas também a motivação ideológica profunda para mais altos voos na nova ordem política. Voos de deputado, ministro, diplomata...

A precária unidade interna dos vencedores republicanos degenerara facilmente em divisionismo e em desenfreada luta pelo Poder, a tal ponto que, em fevereiro de 1911, o Encarregado de Negócios da Legação dos E.U.A. em Lisboa informava Washington da indiscutível existência no seio do Governo Provisório de três partidos rivais, cada um deles constituído em torno de Afonso Costa, de António José de Almeida e de Brito Camacho, os quais se mostravam, aliás, preocupados apenas com *os "*seus interesses pessoais e de facção, e não com os do país". E o mesmo informador acrescentava que eles discordavam em diversas matérias, designadamente, no modo de organizar o próximo ato eleitoral: Costa pretendia um sufrágio restrito, Almeida um sufrágio universal e Camacho não via inconveniente nenhum em que fosse usada a lei em vigor na derradeira fase da Monarquia Constitucional.

Em pé de guerra contra estes líderes políticos parecia estar Machado Santos e seus companheiros, que ameaçavam fazer "nova revolução" se as eleições não fossem marcadas no mais curto prazo. Cada qual tinha, pois, os seus motivos e as suas conveniências táticas, mas não há dúvida que a legitimidade e o reconhecimento internacional do regime dependiam de um processo eleitoral capaz de inaugurar um novo ciclo jurídico-constitucional e governativo.

À última hora, o Diretório do P.R.P. (Partido Republicano Português) encarou com urgência esse desiderato, impondo a revisão acelerada dos cadernos de recenseamento e os nomes das listas de candidatos contra a vontade de várias comissões locais. Por provável manejo de Brito Camacho, pôde Sidónio Pais ser acolhido no círculo eleitoral vizinho de Aveiro e integrado nas listas oficiais. As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte efetuaram-se no dia 28 de maio por sufrágio restrito direto, com baixos graus de democraticidade e de transparência, habituais desde 1834!... E entre os duzentos e vinte e nove deputados eleitos ficou a constar Sidónio Pais com dois mil setecentos e dois votos, que o lançaram numa carreira política ascensional e fulgurante, bruscamente interrompida a tiros de revólver na Estação do Rossio cerca de sete anos depois...

Num hemiciclo dominado pela presença de médicos, de juristas e de militares profissionais sobressaíram interessantes divergências acerca de vários aspetos, sendo de destacar a significativa falta de consenso no respeitante ao modelo parlamentarista, à articulação entre o Poder Executivo e o Legislativo, à existência ou não da figura do Presidente da República, ao reforço das atribuições presidenciais, à introdução de um Senado corporativo aberto à

representação dos interesses sócio-profissionais, etc. Apesar de uma prestação irregular, Sidónio Pais não deixou de se preparar para a exigente tarefa que aceitara assumir e entrou de forma discreta no debate. Fê-lo mesmo fora da Assembleia, mais precisamente numa entrevista concedida ao jornal *A Liberdade* de Aveiro, tendo dito que nenhum dos três sistemas conhecidos lhe parecia adaptável ao seu país: o parlamentar seria o regresso ao passado; temia o regime presidencial americano que a breve trecho podia transformar o presidente num déspota; e o ideal seria uma República democrática, mas "nem n'isso devemos pensar". Deste seu lacónico depoimento depreende-se que não estava totalmente seguro sobre o caminho a seguir, mas rejeitava o parlamentarismo e o sistema partidário da Monarquia, defendia racional e emocionalmente o princípio básico da soberania popular, preferia o modelo suíço, embora não o julgasse possível em Portugal, dado o atraso educativo e cultural da população, receava, como muitos dos seus correligionários, o presidencialismo à americana porque a personalização do Poder podia degenerar em despotismo, punha reservas a uma representação corporativa do Senado, que Egas Moniz propusera com entusiasmo, por se tratar de uma novidade ainda pouco testada e uma via aberta ao eventual controlo das classes conservadoras e reacionárias e não lhe repugnava, tendo em vista níveis aceitáveis de eficácia disciplinadora, um Executivo moderadamente forte, dotado de certa dignidade e operacionalidade em matérias sensíveis como a financeira[2].

De acordo com tais parâmetros, o sentido geral das suas intervenções e propostas situava-se num *juste milieu*, próximo do sentir do grupo camachista e firmado nas seguintes premissas: a República não podia cair nos erros do passado, o equílibrio e a independência concreta entre os três Poderes era mais pertinente que a fixação teórica dos seus limites e a vontade popular tinha de ser escrupulosamente atendida e respeitada. Esta prudente busca de equílibrio(s) animou, aliás, a maioria dos constituintes, mas não os impediu de aprovarem uma nova Lei Fundamental da Nação, acentuadamente parlamentarista e desprovida do mecanismo regulador da dissolução exercido pelo Presidente da República. Uma deficiência, entre outras, que levará ao bloqueio do sistema e ao recurso a soluções de acesso ao Poder extra-legais.

Outro ponto problemático consistiu na irreversível fragmentação do P.R.P. em outubro de 1911, facto que desconhecemos se Sidónio Pais achou ou não oportuno naquele momento, mas é sabido que, graças à grande amizade com Brito Camacho e sem cortar com as propostas de outros correligionários di-

[2] Sobre a ação parlamentar constituinte de Sidónio Pais e as suas relações políticas com Egas Moniz ver: SILVA, Armando Malheiro da (2000) - Egas Moniz e a política: notas avulsas para uma biografia indiscreta. In *Egas Moniz em livre exame.* Org. Ana Leonor Pereira e João Rui Pita. Coimbra : Edições Minerva, p. 237-311.

ferentemente posicionados, tais como Machado Santos e Egas Moniz, aderiu de imediato a uma das novas formações partidárias republicanas, convertidas em meras réplicas dos defuntos partidos rotativos da Monarquia.

A quebra de unidade do P.R.P. embora justificada e aceite à luz dos princípios da cartilha democrática, apregoados sem cessar, não foi bem "digerida" pelo próprio movimento republicano causando graves perturbações no funcionamento do sistema político. Com efeito, a vocação unitária e reformadora do Partido conferira-lhe extraordinária força e credibilidade durante a oposição combativa ao regime monárquico, conseguindo mesmo integrar no seu discurso a importante "questão social" e deixar, assim, o Partido Socialista sem grande espaço de manobra.

Não admira, por isso, que de um Basílio Teles a um Campos Lima fosse preconizado o prolongamento de uma forte coesão ideológica e prática da "vanguarda" republicana para a modernização integral do país. E o curioso é que os defensores do pluripartidarismo oscilaram entre polos extremos e contraditórios: ora mostraram, no desenrolar do processo político, dificuldade em partilhar o Poder (o P.R.P, Partido Democrático de Afonso Costa, sem dúvida, o maior e melhor organizado, tendeu sempre, sem nunca o admitir explicitamente, a ser dominante e a excluir os seus concorrentes), ora não hesitaram, ao mínimo pretexto de ameaça externa ou de perturbação interna, apelar à unidade essencial das forças republicanas, o que revela uma instável "oscilação" entre o "sistema de partido monolítico e o sistema partidário competitivo".

Quebrada a unidade partidária do campo republicano tornou-se inevitável o forte acréscimo da instabilidade e da conflitualidade ao nível do sistema do Poder, numa espiral de tentativas falhadas para consensualizar diferentes sensibilidades e tendências doutrinárias e culturais, diferentes interesses sócio-económicos em jogo ou diferentes táticas de republicanização / moralização da vida administrativa do país. O Partido Democrático/ / P.R.P. não conseguiu, de facto, liderar consensualmente a unidade ativa de todos os republicanos em sintonia com o sentir e o pulsar da sociedade portuguesa – uma sociedade em plena crise de mudança e de crescimento. Tarefa essencial que falhou em todas as direções: à direita, como sucedeu em 1911-1912 através da efémera convergência de unionistas e de evolucionistas – os *blocards* segundo Câmara Reis – em torno da eleição de Manuel de Arriaga para Presidente da República ou em 1915, na última cartada deste velho republicano da geração de 70, ao apostar tudo na breve e desconcertante governação do seu amigo general Joaquim Pimenta de Castro, interrompida pelo 14 de maio de 1915; e à esquerda, como facilmente se constata de 1913 a 1917, durante as experiências partidárias e de "concentração" dominadas pelos democráticos.

O caso da "ditadura" pimentista, surgida por iniciativa pessoal de Manuel de Arriaga com o propósito específico de preparar eleições, nasceu, aliás, da preocupação crescente entre os "moderados" de colocar a prática republicana acima da lógica partidária, de forçar o partido de Afonso Costa a uma alternância no Poder e de esbater o contencioso com as forças conservadoras – católicas e monárquicas – na expectativa de elas virem a aceitar pacificamente a República. A tentativa foi, como se sabe, mal sucedida, inclusive por inépcia dos seus mentores e agentes e por resistência implacável dos democráticos, mas o seu objetivo manteve-se cada vez mais prioritário – integrar o país no regime através de métodos mais subtis e suaves que os aplicados pelos ativistas do novo P.R.P./P.D. e criar condições de estabilidade para uma profunda e longa obra de fomento.

Sidónio Pais foi *blocard* e participou nos dois primeiros Governos constitucionais. A sua atuação na pasta do Fomento e integrado num elenco *bloquista* presidido por João Chagas quase não passou do plano das intenções, gizadas, aliás, em estreita cumplicidade com Brito Camacho, seu antecessor. Na das Finanças do "Gabinete" Augusto de Vasconcelos viu-se obrigado a preparar dois Orçamentos – o de 1911-12 e o de 1913 – sem conseguir eliminar o famigerado *deficit*, embora tenha apontado com clareza a solução – era urgente aplicar uma "lei travão" que reduzisse e disciplinasse as despesas públicas. Exatamente a mesma terapia adotada com sucesso, em 1913-14, por Afonso Costa à frente das Finanças no seu primeiro elenco governativo. Ao fim de alguns meses de frenética atividade e de desgastantes interpelações na Câmara dos Deputados e no Senado ficou à beira de um cansaço cerebral ou, como ele próprio escreveu numa carta para a mulher, (...) "quando estive em Lisboa neurasthenico"... Agradou-lhe, por isso, mudar de posto sem sair da esfera política e conseguiu ir para Berlim.

A chefia da Legação – uma das cinco mais importantes para a execução da política externa portuguesa – continuava vaga, tendo sido levantadas objeções pela Chancelaria imperial ao nome de Bernardino Machado que o Governo de Lisboa propusera em inícios de 1912. As autoridades alemãs queriam alguém "menos comprometido*"* com a propaganda antimonárquica e com a obra revolucionária do Governo Provisório. Em face disto, Augusto de Vasconcelos superou o embaraço e a falta de boas alternativas escolhendo o seu ex-Ministro das Finanças para esse lugar, mas confessou a João Chagas que o indigitado não tinha a "maleabilidade*"* necessária.

O termo é vago e enigmático. Permite, porém, supor que a missão exigia imenso tato e charme. Sidónio Pais procurou, à sua maneira, não desiludir. Na capital do II Reich, muito distante e isolado das entidades que representava, tentou melhorar a má imagem da 1.ª República veiculada pela imprensa, fomentar as relações económicas entre os dois países e resolver de forma

conciliatória os incidentes de natureza colonial que de 1913 a 1916 afetaram as relações luso-alemãs. A questão colonial não lhe foi indiferente e a propósito dela escreveu em 2 de maio de 1914 uma carta confidencial ao seu "chefe" e amigo Brito Camacho, na qual dissertava sobre o estado da aliança com a Grã-Bretanha e sugeria que era chegado o tempo de agir, de revigorar a Aliança Luso-Inglesa e de clarificar a "nossa politica externa, que não póde continuar a viver au jour le jour", parecendo-lhe também indispensável uma "politica de fomento colonial adequada".

Quanto à participação de Portugal no teatro de guerra europeu ao lado da *Triple Entente* mostrou-se, desde a primeira hora, adepto da "neutralidade condicional", em estreita sintonia com a tese defendida por Freire de Andrade, Ministro dos Negócios Estrangeiros do 2.º governo de Bernardino Machado, e expendida por Brito Camacho nas páginas de *A Lucta*. E até à declaração de guerra da Alemanha, em 9 de fevereiro de 1916, tudo fez para evitar o corte de relações ou a subsequente fase de beligerância ativa. Fê-lo não por germanofilia, no sentido pejorativo do termo, mas por excessiva prudência e por indiscutível receio que a entrada no conflito, fora do teatro africano, representasse um grande perigo para a República e para a sobrevivência económica e política da Pátria.

Curiosamente, os guerristas convictos recearam as mesmas consequências pela razão inversa. E daí uma profunda discordância tática que legitimou o uso e o abuso, sobretudo por parte dos defensores da intervenção, de todos os argumentos (recriminações, suspeitas, mentiras, etc.) capazes de anatemizar os renitentes a essa opção estratégica, legando, em herança, um discurso mistificador que a historiografia científica tem reproduzido e aceite com confrangedora "ingenuidade"!...

A campanha a favor da intervenção militar de Portugal ao lado dos Aliados contra o imperialismo "militarista e sanguinolento dos boches" foi assumida e proclamada pelos democráticos em termos de desígnio nacional e patriótico, mas na prática serviu várias convicções numa só: era indispensável defender no *front* as colónias (cujos deploráveis níveis de fomento tinham justificado a cobiça de ingleses e de alemães), a inviolabilidade face ao perigo espanhol e a sobrevivência e projeção internacional do regime republicano. Um triplo desiderato que dividiu a opinião pública e que, na sua essência, pouco tinha a ver com os *clichés* da aliadofilia ou da germanofilia: uns viram chegada a grande oportunidade do engrandecimento da Pátria, que justificava todos os sacrifícios; outros perguntaram-se se a neutralidade não seria mais condizente com os interesses estratégicos e as deficiências estruturais do país. De um lado, o ímpeto visionário e megalómano de terçar armas como gigantes pelo bem da Humanidade; do outro, o receio de um passo em falso que comprometesse irremediavelmente o futuro de Portugal.

Os guerristas acabaram por impôr o seu ponto de vista, atrelando-se à velha Aliada, mas não lograram envolver no projeto a "família" republicana, nem tão pouco os oficiais e os soldados embarcados aos milhares, em condições precárias de treino, de moral e de meios, para o inferno pútrido e dantesco das trincheiras, onde haveriam de sofrer a chacina de 9 de abril de 1918.

O esforço económico despendido nessa arriscada aposta não foi acompanhado de medidas eficazes que atenuassem o agravamento das condições de vida (subida exponencial dos preços, pauperização agravada, sobretudo, nos centros urbanos, atos espontâneos de desespero tais como greves, assaltos, pilhagens...), a falta de consenso político-partidário ou a chocante desmoralização da vida político-administrativa do país. Multiplicaram-se, portanto, os efeitos perversos de uma iniciativa que alegadamente visava a grandeza futura de Portugal.

A *Union Sacrée* à portuguesa, ensaiada logo após a entrada formal no conflito, nasceu truncada e teve vida curta, sendo por demais evidente que evolucionistas, camachistas e machadistas, de uma maneira ou de outra, tentaram sacudir para cima dos democráticos o ónus da impopularidade. Daí que em vez de serem atenuadas as fraturas, as tensões e as incompatibilidades no interior do campo republicano face ao grande desafio em curso, fossem, pelo contrário, bastante exploradas as oposições táticas existentes com vista ao controlo da área de decisão, o que enfraqueceu e descredibilizou ainda mais o regime.

Em tais circunstâncias o Exército, eivado de formação nacionalista e politécnica, foi-se perfilando, não obstante a sua porosidade à influência dos diversos partidos, como o único garante da independência nacional e a única força suprapartidária capaz de assegurar a Ordem e o Progresso. O *Movimento das Espadas* e a formação do Ministério Pimenta de Castro significou, aliás, um primeiro impulso corporativo de reação ao "desgoverno dos políticos", assim como o 14 de maio de 1915 mostrou que os democráticos mantinham uma boa capacidade mobilizadora no seio da Marinha e entre "grupos" de soldados, de sargentos e de oficiais próximos dos "jovens turcos". Em ambos os casos, o mesmo e preocupante sintoma: a crescente interferência dos militares no destino ziguezagueante da República.

Em 1916 e em 1917 os quartéis voltaram a agitar-se. Em 13 de dezembro estava iminente a partida de efetivos para França, facto que jogou abertamente contra o êxito de uma intentona mal preparada por Machado Santos, com alguns militares descontentes – entre os quais se encontrava Alberto da Silva Pais, irmão de Sidónio, tendo este preferido afastar-se de um ato facilmente conotado com os interesses estratégicos da Alemanha. Um ano depois já não foi difícil encontrar, na guarnição de Lisboa e entre as novas gerações da oficialidade, voluntários dispostos a derrubar o terceiro e último Governo de Afonso Costa.

O 5 de dezembro de 1917 replicou, em termos operacionais e ideológico-políticos, o 5 de outubro, mas só terminou vitorioso a 8, dia evocativo de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal...

Do ponto de vista politológico foi um golpe (concebido e feito por militares) e não uma revolução. Nasceu no seio do campo republicano, mais precisamente nas suas forças marginais e "excluídas" – no meio do descontentamento de unionistas, de evolucionistas-centristas e de machadistas, estes em rutura há muito com a chamada "demagogia dos democráticos". A prisão de Machado Santos e dos seus companheiros na sequência do 13 de dezembro e o adiamento *sine die* do respectivo julgamento teve um efeito revanchista, determinante na decisão pessoal de Sidónio Pais de conspirar até ao fim, desafiando com êxito a habilidosa ambiguidade do seu "chefe" de partido.

Brito Camacho não viu outro modo de derrubar os democráticos que não fosse pela força, mas por "pudor" demoliberal e por conhecer bem os trunfos dos adversários não se atreveu a defender politicamente os seus genuínos intuitos. O "trabalho sujo" tinha de ser feito pelos militares, exclusivamente por sua conta e risco. Se conseguissem o fim almejado sairiam, então, céleres do Largo do Calhariz (sede do jornal *A Lucta*) os nomes para o Ministério da "redenção" e da reconciliação de todos os portugueses com a República, os projetos e os princípios, no topo dos quais pairava uma exigência fixa: a atribuição ao Presidente da República do direito constitucional da dissolução parlamentar. Para Brito Camacho e para alguns dos seus amigos bastava introduzir esta correção constitucional e fazê-la acompanhar de uma rápida convocação de eleições, que ampliassem a queda do P.R.P./P.D., verificada já nas municipais de novembro de 1917, e garantissem a ascensão dos unionistas e centristas, renovando assim o "bloco" moderado e conservador dos primeiros tempos...

O problema era, afinal, o mesmo que Pimenta de Castro não soubera resolver. Três anos depois, outro militar e matemático tinha o ensejo de impor a mesma solução desejada: garantir a ordem e marcar eleições para que um novo Congresso votasse a dissolução parlamentar. Camacho pressentiu, contudo, que também o major lente não saberia resolver o problema posto, sendo, então, como "politico" um "homem liquidado".

Não errou no vaticínio, mas perdeu o supremo ensejo de governar Portugal, ainda que episodicamente: Sidónio Pais ao assumir a direção do "comité revolucionário" que, em agosto de 1917, o próprio Camacho patrocinara, dispunha-se lealmente a catapultar o "chefe" para as cumeadas do Poder, porque, em sua opinião, ele era o homem sábio, perspicaz e empreendedor que a República precisava; o líder unionista receberia de bandeja o controlo da situação e trataria logo de pôr o seu partido à frente do "bloco" das forças anti-afonsistas e conservadoras doravante influentes no campo republicano,

mas ao fazê-lo expunha-se muito, concitava a "vingança" dos democráticos e dos seus temíveis militantes recrutados entre os marujos, os sargentos, os velhos carbonários e a população dos bairros populares lisboetas; saía da sua predileta posição de *deus ex-machina* e entrava no "laboratório" da política portuguesa sujeito a "queimar-se" no decurso de mais uma experiência mal sucedida. Preferiu antes jogar pelo seguro, cedeu espaço aos seus parceiros no assalto à "cidadela do Poder" e deixou que eles se acercassem bastante de Sidónio Pais, já algo desiludido, aliás, com as reais capacidades de estadista do seu amigo Camacho.

Os jovens e entusiastas cadetes da Escola do Exército, vários alferes e capitães, que a partir do Parque Eduardo VII derrotaram as forças governamentais, tomaram conta dos Ministérios e humilharam, em Belém, o Presidente Bernardino Machado, ofereceram-se de pronto para "guarda pretoriana" e para baluarte da velha ideologia militar remoçada pelo nacionalismo, pelo positivismo e pelo antiparlamentarismo de cariz bonapartista, boulangista ou sul-americano.

Teófilo Duarte, Eurico Cameira, Botelho Moniz, quais cavaleiros da "Távola Redonda", fizeram de Sidónio o seu "Rei Artur" na luta contra os "infiéis" da "civilização e da raça". Machado Santos e os seus amigos da Rotunda reconheceram-lhe o direito à liderança, mas impuseram-lhe a silhueta imprecisa e inconstante da "sua" República, que outros, bem cedo, desviaram do "bom rumo". Egas Moniz com o seu projeto de Partido Centrista Republicano propunha-se aplicar medidas de alcance algo premonitório e congregar dentro e fora do campo republicano a grande "massa conservadora" hostilizada pela tática voluntarista e "demagógica" dos democráticos.

O Exército, por seu turno, continuava atravessado por divisões político-partidárias e por diferentes atitudes face ao intervencionismo português na Grande Guerra de 1914-18, mas convergia cada vez mais nos apelos ao acrisolado patriotismo, à ordem e à reação corporativa contra os ataques vindos sobretudo "das esquerdas". Podia, por isso, rever-se na pose teatral e disciplinadora, no discurso populista e patriótico do protagonista central da nova situação. Para vários líderes do movimento operário o golpe dezembrista oferecia apenas a possibilidade de libertar sindicalistas presos na sequência da repressão dos Governos anteriores, sem abdicar, contudo, da sua postura reivindicativa e da pertinente e sedutora "revolução social"...).

O posicionamento dos monárquicos irredutíveis era um misto de cansaço e de nostalgia restauracionista, a par do irrequietismo doutrinário dos moços do Integralismo Lusitano, que não influenciaram a governação, nem os planos jurídico-constitucionais da "República Nova", ao contrário do que deixou insinuado Hipólito Raposo e tem sido repetido com insistência.

Por fim, deve referir-se os católicos que desejavam a revogação da "intangível" e a suspensão definitiva da campanha anticlerical e laicista, em troca do que se dispunham a apoiar, a aplaudir e a colher o máximo possível de garantias e de oportunidades cívicas e políticas dentro da ordem republicana, entre tolerada e, finalmente, aceite.

Dos unionistas aos católicos a heterogeneidade era grande e "babélica", mas não havia alternativa: a situação dezembrista tinha de formar com todos eles uma rede sociopolítica de apoio destinada a reordenar a correlação de forças no interior do campo republicano e a integrar nele "as classes conservadoras" hostis à República.

O conceito operatório de rede, aplicado às sociedades sul-europeias em vias de industrialização, serve para melhor se descrever e entender a articulação dos estratos socioeconómicos (profissionais e culturais) com o sistema político, ou seja, a rede serve de suporte à estrutura e à ação partidárias, trazendo para o seu seio interesses classistas muito ou pouco diferenciados entre si e organizados em "grupos de patrocinato e de pressão" de raíz patriarcal a fim de, por esse meio, influenciarem a área da decisão (sistema de Poder). Em concreto, pode dizer-se que a rede forma-se e opera entre a base social (classista) e as instâncias superiores do Estado, mediatizando e projetando exigências básicas, necessidades e aspirações (opostas a outras) numa determinada formulação ideológico-política e na sua subsequente organização programática e funcional – o partido – vocacionada para o controlo da área institucional de decisão. Cada partido age, pois, entre o sistema político e o sistema de Poder através de redes próprias que lhe asseguram a capacidade de penetração, de mobilização e de representação junto da massa indistinta da comunidade nacional potencialmente eleitora.

Esta explicação conceitual serve para questionar a tese segundo a qual o golpe de dezembro recebeu ou atraiu de início o apoio direto de classes antagónicas, apoio esse que Sidónio Pais terá depois tentado desesperadamente manter em equilíbrio, mas sem sucesso. A isto opõe-se uma outra leitura dos dados disponíveis: o golpe de dezembro teve o apoio inicial do segmento militar da União Republicana secundado por um ou outro militante civil (o latifundiário António Miguel de Sousa Fernandes agiu individualmente e não em representação da "classe" agrária, o mesmo não se podendo dizer do dirigente agrícola Eduardo Fernandes de Oliveira, Ministro e Secretário de Estado da Agricultura) e com extensões ao grupo de Machado Santos e a ex-evolucionistas reunidos em torno de Egas Moniz. Na origem temos, portanto, a rede sociopolítica unionista cruzada com transfugas de outras redes que ajudarão a prefigurar uma rede própria, porém apenas esboçada e quase circunscrita às áreas de Lisboa, Coimbra e Porto. Uma rede frágil, sem a mínima coesão interna e baseada, afinal, na mesma matriz urbana tenden-

cialmente republicana e composta de estratos de classe média – advogados, médicos, engenheiros, militares, comerciantes, proprietários, industriais, etc. –, de pequena burguesia – empregados de comércio, funcionários públicos, sapateiros, barbeiros, alfaiates, etc. – e de algum operariado, sobretudo as franjas urbanas mais proletarizadas e desprotegidas. Com o desenrolar da experiência, o apoio social ao Presidente da República alargou-se, por intermédio de monárquicos e especialmente da Igreja Católica, à população das vilas, aldeias, campos e serras do país, mas sem que essa adesão se traduzisse num reforço da rede sociopolítica e dinamização de um Partido Nacional Republicano – o partido governamental – realmente "frentista" e mobilizador do eleitorado.

Metido num instável "saco de gatos", Sidónio Pais começou por atuar com receio, timidez e cautela, porque se sentia, como era, aliás, típico da sua personalidade, bastante inseguro e ao mesmo tempo perturbado por uma certa "vertigem" do triunfo ou da ascensão às "altas esferas" do Poder. Aceitou os conselhos e as intromissões habilidosas de Camacho. Leu os desabafos intempestivos de Machado Santos designadamente contra a forte presença de unionistas nos primeiros dois meses do único Ministério da ditadura dezembrista (11-12-1917 a 11-5-1918). Seguiu com complacência a impetuosidade antipolítica e sobretudo antipartidocrática dos seus "cavaleiros". Embrenhou-se no universo íntimo das suas emoções e ideias. Foi sacudido, logo a 8 de janeiro de 1918, por uma revolta de marinheiros que serviu para exprimir a rejeição formal dos democráticos à situação criada. E decidiu, na mais pura tradição democrático-republicana, ir auscultar, em comícios, manifestações, banquetes e visitas diversas, a vontade do Povo. Reconhece-se-lhe, por essa atitude, uma vertente populista potenciada, afinal, quer pelo seu perfil psicológico, quer pelo populismo intrínseco à génese da 1.ª República.

As viagens presidenciais ao Norte e ao Sul do país, em janeiro e fevereiro de 1918, devolveram-lhe a autoconfiança de que tanto carecia a fim de arrepiar caminho até às últimas consequências. E a partir de então esboçou um rumo que o situou próximo dos críticos assumidos do parlamentarismo e da célebre máxima de Paul Déroulède – *On peut être antiparlementaire et rester républicain* –, mas incompatibilizou-o, a curto prazo. com os indefetíveis camachistas.

Até abril e do ponto de vista político-partidário deu-se a metamorfose da fase dezembrista ditatorial, caracterizada pela interrupção por via extralegal ou militar da legitimidade constitucional fixada em 1911 e pela vincada supremacia dos unionistas – uma supremacia apropriada pelos centristas a partir de 7 de março –, para a fase sidonista semi-institucionalizada, em que surgiu a República democrático-presidencialista e autoritária. O autoritarismo emergiu nesta situação devido ao reforço do Executivo diante de uma

morosa reativação do Legislativo e ao primado da ação pessoal de Sidónio, sobreposta, de forma sincrética, ao papel dos partidos.

A fase sidonista nasceu, pois, com a legitimação por sufrágio universal de uma variante político-institucional do regime fundado em outubro de 1910 – o presidencialismo à americana e à brasileira, merecendo, sem dúvida, especial relevo o impacte entre os republicanos portugueses do êxito e do figurino da República no Brasil em 1889.

A variante presidencialista foi divulgada e conhecida através quer de obras e traduções francesas sobre a clássica separação tripartida dos poderes e a sua formatação num esquema não parlamentarista, quer de experiências concretas como a dos E.U.A. e a do Brasil, culturalmente mais próximas das elites portuguesas[3]. E ao incorporar essa variante, o sidonismo não caiu, ao contrário do que tem sido notado, numa premeditada contradição face às dúvidas e aos receios expressos pelo próprio Sidónio Pais, em 1911, sobre o figurino americano, antes refletiu uma tendência menos visivel, mas natural, do republicanismo português.

As anomalias concretas do regime republicano em 1917 fizeram da democracia presidencialista a alternativa (mais viável que o modelo suíço) para "salvar a República" sem a denegação do ideal democrático, mas com a emergência perversa de um problema grave: a desequilibrada personalização do Poder Executivo, estimulada pela excessiva personificação coletiva na figura do Presidente da República e, também, chefe do Governo.

Esta disfunção manteve-se e agravou-se até 14 de dezembro por efeito de múltiplos fatores de desestabilização, a saber: o atraso no arranque dos trabalhos constituintes do novo Congresso, que não chegará a discutir o projeto apresentado para debate e ao qual os integralistas foram alheios; a debilidade estrutural do P.N.R., formado a partir do Partido Centrista, indefinido como partido unitário (não dizemos único...) ou como partido competitivo em sistema bipartidário, e incapaz de integrar num "bloco" coeso algumas das tendências estruturantes (evolucionistas e unionistas) do campo republicano e dos campos até então excluídos (católico e monárquico); ou ainda a forte tensão (rivalidades, intrigas, disputas sectárias, etc.) vivida no seio da própria rede sociopolítica de apoio – tensão essa patente em torno, por exemplo, da discussão tática sobre presidencialismo e parlamentarismo ou sobre o modo mais adequado e eficaz de neutralizar e contrariar os intuitos / atos subversivos dos adversários.

O alegado perigo bolchevista e as ameaças concretas dos democráticos foram, porém, fechando o cerco e conseguindo impelir cada vez mais a "Repú-

[3] Ver: GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro (1995) - *Ressonâncias em Portugal da implantação da República no Brasil : 1889-1895.* Porto: Reitoria da Universidade do Porto.

blica Nova" para a prática da força repressiva como método circunstancial e desesperado de defesa. Um método que, noutras circunstâncias, Sidónio Pais teria relutância em aceitar. E podemos mesmo admitir que ele acreditou no fim do "cerco" pela conjugação combinada do pós-guerra e da instauração definitiva de um Estado de Direito regulado pela nova Constituição presidencialista.

O quadro de instabilidade da situação dezembrista/sidonista tornou-se, pois, irrefragável e relacionado não só com os fatores apontados, mas também com as questões financeiras e socioeconómicas num contexto de guerra total e num país de economia periférica com o velho espectro do *déficit* orçamental, além da deficiente cadeia produtiva, elevada inflação, rutura no abastecimento dos géneros de primeira necessidade, etc.

A resposta dos Governos sidonistas a esta crise global não divergiu das políticas vindas de trás, que desenhavam já um crescente intervencionismo estatal intrínseco à própria evolução do imperialismo capitalista europeu entre 1870 e 1918. Foi uma resposta incipiente, desigual e condicionada interna e externamente, mas mesmo assim baseada, por um lado, na assunção, que julgamos incontestável face aos dados conhecidos, de compromissos anteriores como o de manter e reorganizar o C.E.P. e, por outro, num frenético esforço reformista, testemunhado por abundante legislação produzida em escassos doze meses e em várias direções: apoio à agricultura (ponto constante do programa centrista) traduzido, aliás, na criação de um Ministério/Secretaria de Estado para o setor e numa política de preços agrícolas; apoio ao ensino técnico-industrial e comercial com vista a um efetivo desenvolvimento da indústria e do comércio nacionais, apesar de medidas pontuais que penalizavam as importações e os beneficiários diretos dos açambarcamentos de géneros; abertura aos grupos conservadores e ao campesinato face à crescente hostilidade dos chamados partidos "históricos", explicando-se assim um novo regresso de monárquicos ao Exército através da rede sociopolítica da "República Nova". A presença de monárquicos no seio da República baseou-se, porém, num compromisso equívoco de irrevogabilidade do princípio republicano; e a mesma estratégia envolveu os católicos, atraídos pela revisão da "intangível" e por um pacote de cedências, cujos limites ficaram nitidamente expressos no *Titulo VI, art. 83.º* do projeto de Constituição, cuja versão pronta para debate fomos descobrir no Arquivo Histórico Parlamentar.

A morte brusca, a tiro, do Presidente da República, sob a forma cedo narrada e aceite até há pouco pela historiografia, de um "ato individual e isolado" do presuntivo assassino José Júlio da Costa, derivou, no fundo, de um intenso *complot* democrático, associado a outras confluências anti-situacionistas, coincidiu, assim, com a "morte

anunciada" do presidencialismo. Morte a que não foi de todo estranho Egas Moniz[4], que, nos primeiros dias de dezembro, partiu para Paris e Londres e daí aconselhou, em sucessivos telegramas para o seu Secretário particular e para os seus colegas no 16.º Governo, que fosse reposta a vigência plena da Constituição de 1911 em nome da estabilidade interna, da reconciliação republicana e da conveniente repulsa pelo "monarquismo germanófilo", critérios e valores que urgia levar à Conferência de Paris a fim de cativar as boas graças das grandes democracias vencedoras. A intenção era compreensível, mas controversa e muito mal recebida nos círculos monárquicos, especialmente entre os militares das chamadas Juntas do Norte e Sul, que pressionaram logo o presidencialista Tamagnini Barbosa para travar e inverter a pronunciada viragem da situação pós-sidonista "à esquerda".

No entanto, o Governo de Tamagnini Barbosa, um ex-centrista, foi incapaz de reverter a caminhada para uma situação de conflito entre republicanos e monárquicos, que foram atraídos a instâncias do Poder, nomeadamente às Forças Armadas e de Segurança, e se viram desprotegidos após a morte de Sidónio Pais, decidindo muitos deles ensaiar uma espécie de fuga em frente, bem patente nos acontecimentos que se encadeiam a seguir e constituem o contexto factual próximo da transferência da Faculdade de Letras de Coimbra para o Porto.

Em 8 de janeiro de 1819 a Junta Militar do Norte (sedeada no Porto) divulgou uma proclamação em defesa do legado sidonista, contra o democratismo e logo, de 10 a 18, ocorreram em diversos pontos do país pronunciamentos miliares em defesa do "retorno à normalidade republicana", que o Governo sidonista do tenente-coronel Tamagnini Barbosa conseguiu debelar. A 19 dá-se a proclamação da Monarquia no Porto e em Lisboa, tendo sido decretado o estado de sítio em todo o continente e a 24 a revolta fora subjugada em Lisboa. No Norte, porém, os monárquicos resistiram mais tempo até 13 de fevereiro. Durante este período foi criada e funcionou uma Junta Governativa do Reino, chefiada por Paiva Couceiro. Em 20 desse mesmo mês houve intensas manifestações em Lisboa de apoio à República e, entretanto, foram abertas inscrições pelo Governo para constituir batalhões de voluntários republicanos para irem combater a Junta Monárquica. Com esse propósito, os militares do Corpo Expedicionário Português, que regressavam de França, foram incitados a constituir uma coluna de defesa da República. A 22 e 23 unidades militares monárquicas e vários civis começam a deslocar-se para Monsanto, assumindo o comando da movimentação. Aires de Ornelas, com o apoio do tenente-coronel Álvaro de Mendonça resistem até às 17 horas do dia 24. A reação dos republicanos em Lisboa foi fulminante. Logo no dia

[4] Ver: SILVA, Armando Malheiro da (2000) – *Ob. cit.*

21 promoveram uma manifestação diante do Ministério do Interior, pasta gerida por Tamagnini Barbosa. A 22, voluntários civis concentraram-se no Campo Pequeno, para receberem armas e treino militar, destacando-se na mobilização o major André Brun bem como grupos civis apoiantes do sidonismo, comandados por Manuel Inácio Ferraz. Segue-se a chamada "escalada de Monsanto", com a vitória dos republicanos. Após dias de combates em pontos do litoral centro com as forças republicanas a avançarem para Norte com vista a vencerem a resistência monárquica. A 13 de fevereiro os republicanos entraram no Porto.

De 27 de janeiro a 13 de fevereiro tomou posse e liderou a contra-ofensiva republicana um Governo de concentração republicana chefiado por José Relvas, de vida curta, a que se seguiu novo Governo, mais partidário, chefiado por Domingos Leite Pereira e no qual ingressou Leonardo Coimbra como Ministro da Instrução. Mais adiante será recordada a principal ação que assumiu no escasso tempo em exercício de funções. Mas vale a pena referir já os vários decretos, com data de 10 de maio de 1919, desse Governo, da lavra do citado Ministro: um revoga diploma de 1911 e reorganiza a instrução primária, com a escolaridade obrigatória a passar dos três para os cinco anos e os salários dos professores atualizados e ligeiramente aumentados; outro institui um seguro obrigatório contra desastres em todas as profissões (demoraria muito a que esta lei tivesse aplicação prática); outro reformou os serviços de Assistência Pública, revogando decreto de 1911, autonomizando a Casa Pia de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia; e, por fim, o decreto que substituiu a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra por uma Escola Técnica e uma Escola de Belas Artes – as Letras seriam transferidas para o Porto, medida que suscitou uma greve dos professores universitários. Estes diplomas surgiram, em pacote, na véspera das eleições legislativas de 11 de maio em que o Partido Democrático obteve a maioria e consequentemente formou-se o 21.º Ministério (29-6-1919 a 15-1-1920), presidido pelo Coronel Sá Cardoso, com, entre outros, José Domingos dos Santos, no Trabalho, e Joaquim José de Oliveira, na Instrução. Leonardo Coimbra não retoma esta última pasta, mas será nomeado, pelo novo Ministro, Diretor da Faculdade de Letras instituída na Universidade do Porto pela lei de 27 de agosto, mais precisamente no seu artigo 11.º.

A RENASCENÇA PORTUGUESA E O MINISTRO LEONARDO COIMBRA[5]

Em clima de "boa nova", nasceu no Porto *A Águia* a 1 de dezembro de 1910, dirigida por Álvaro Pinto e, em breve animada, por Augusto Casimiro, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoaes.

O "aguilismo", termo empregue por Pinharanda Gomes, assumiu um nítido anti-positivismo e pretendeu ser independente, para adotar "as posições de imparcialidade crítica que a evolução política necessitava; e neste apelo a uma posição anti-ideológica se terão esboçado os primeiros sinais das cisões futuras. No entanto, o clima mostrava-se favorável à atribuição das deficiências da vida portuguesa aos sistemas instructo-educativos e A Águia fez acentuar esse aspecto, preconizando uma profunda e vasta reforma da instrução, reforma essa pela qual os cidadãos deviessem funcionais para os fins que a nação tinha de se propor"[6]. Refira-se a propósito, que este pendor pedagógico dos "aguilistas" fora herdado da *Nova Silva* e de *Os Amigos do ABC*. A primeira foi uma revista aparecida em fevereiro de 1907 (dirigiram-na Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, Álvaro Pinto e Cláudio Basto), que se propôs, eivada de anarquismo, defender a suprema Liberdade (sem omitir a Justiça e a busca da Verdade), intuito, aliás, bem expresso e definido no artigo *O Homem Livre e o Homem Legal* de Leonardo "aprendiz de filósofo" (este e outros textos revelam-nos já as linhas básicas e perenes do pensamento do seu Autor). O segundo consistiu num centro doutrinário e de combate, proposto em 1908 (algum tempo depois da famosa greve académica, que marcara o fim da revista precedente) e empenhado na tarefa de remodelar a imagem e a natureza da Universidade dentro de um secreto idealismo romântico e de uma perspectiva antipositivista, unidos "a uma peculiar concepção espiritual da vida e do universo, que irá encontrar o seu maior esplendor na «Renascença Portuguesa"[7]. E quando ele acabou, os homens que o criaram (os mesmos da *Nova Silva*, salvo Álvaro Pinto e Cláudio Basto, "substituídos" por Augusto Martins) passaram-se para *A Vida*, semanário de doutrinação anarquista, onde Leonardo Coimbra deixou mais vestígios do seu filosófico interesse pela "Existência, pelo Homem e por Deus", a par de uma crítica ao positivismo de Alfredo Pimenta[8].

---

[5] Este ponto foi elaborado com base num artigo, em larga medida aqui reproduzido, publicado na revista de cultura da Câmara Municipal de Braga em : SILVA, Armando Malheiro da (1982) - Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano: *Bracara Augusta*. 36:71-82 (94-95) (jan.-dez.) 433-448. Ver ainda, como complemento indispensável, porque mais atual: PEREIRA José Esteves (2013) - A Renascença Portuguesa e a República. In *Figuras da Cultura do Porto nas comemorações da República : atas das conferências*. Porto: Centro Nacional de Cultura, Núcleo do Porto, p. 89-103.

[6] GOMES, Pinharanda (1979) - O *Pensamento Português*. Lisboa : Edições do Templo, vol. 4, p. 176-177.

[7] SPINELLI, Miguel (1981) - *A Filosofia de Leonardo Coimbra :* o *Homem* e *a Vida, dois termos da sua Antropologia Filosófica.* Braga: Faculdade de Filosofia, p. 47.

[8] É visível essa crítica nos seguintes artigos: *A Inquisição positivista*. 1 (3 jan. 1909), onde Leonardo Coimbra contesta a tese de Pimenta sobre a legitimidade e eficácia social da pena de morte e *O Sociólogo Alfredo Pimenta*. 22 (30 maio 1909) e 24 (13 jun. 1909), em que é feita uma crítica cerrada e polémica às conceções de A. Pimenta.

Mas voltemos à *Águia*, núcleo gerador e, depois de 1912 em diante, órgão oficial da *Renascença Portuguesa*. A leitura atenta da 1.ª série (1910-1911) comprova as palavras de Pinharanda Gomes supra transcritas, e permite algumas considerações. Assim, salienta-se já que nela se nota, por trás do pretendido distanciamento mítico em relação ao poder[9], uma coruscante euforia transbordando idealismo, na qual firmou os seus projetos renovadores. Como arauto, que se prezava de ser, vêmo-la, pois, a desenhá-los e a apostar quer no patriotismo habilmente empregue pelos estrategas da República, quer na urgência de uma elite, ilustrada por Teixeira de Pascoaes com o conceito – visível, segundo ele, em Tolstoi – do "Homem-Superior" de raíz evolucionista. Entrevê-se, também, nela um certo tipo de abordagem, mais desenvolta e nítida na série posterior, problematizadora dos temas científicos, que, por exemplo, um Abel Salazar seguiu, mas com intuitos diversos. A par disto, apercebemo-nos ainda de um aspeto, aparente pormenor inexpressivo, que, num encaixe vanguardista, esconde o ensaio tímido de inverter a palavra como instrumento mental: trata-se da alteração da grafia arcaica feita pelos "aguilistas" nos primeiros números.

No ano de 1912 surgiu a *Renascença Portuguesa*, apoiada na 2.ª série de *A Águia*, finda em 1921, que teria como colaboradores Teixeira Rego, Raul Proença, António Sérgio, Sampaio Bruno, Teófilo Braga, Fernando Pessoa... e, a partir de outubro, no quinzenário de inquérito à vida nacional *A Vida Portuguesa*. Os "aguilistas" davam, assim, um passo importante para aplicarem na prática, e apesar da sua diversidade, as soluções possíveis aos problemas de índole educativa, política e social. A imagem da Pátria tinha, na sua ótica nem sempre comum, de ser renovada com a ação persistente e justa da República, continuadora das medidas sensatas até aí tomadas. Mas, contra isto, manifestaram-se a demagogia dos democráticos, a oposição destrutiva de evolucionistas e unionistas, o caos económico e muitos outros males – nuvens cinzentas a escurecer a esperança de um Portugal renascido.

A 10 de agosto de 1912 Leonardo Coimbra concedeu ao *Mundo* uma entrevista sobre o espírito e objetivos da *Renascença Portuguesa*, assaz eloquente quanto à força anímica e ambiciosos projetos que estimulavam os «aguilistas», numa época em breve marcada pelo apocalipse... Atente-se nas seguintes palavras:

> (...) A Renascença Portuguesa deseja dar uma finalidade á vida nacional. Temos vivido na embriaguez do combate á deshonestidade administrativa e todo o esforço moral se tem afirmado nesse sentido. A precipitação da luta, quando se condensava em volta da questão política, fez que a evangelização se limitasse ao castigo do roubo, que era a permanente

[9] A defesa da liberdade religiosa por Leonardo Coimbra contra o feroz anticlericalismo republicano exemplifica bem esse distanciamento.

forma de governação monarchica. Os padres videiros, utilitarios e materialistas aliaram os seus interesses aos interesses do trono. Deste modo, a revolta contra os governos desmoralizados atingiu o catolicismo materialista e ateu. (...) Agora, destruído o passado e distendido o esforço de defender a República ameaçada, é preciso impedir a dissolução das vontades pela criação de um ideal colectivo, que seja ao mesmo tempo uma indubitavel afirmação das eternas forças do espirito.

E depois de se referir ao sucesso que esse novo movimento estava a ter, apontou o razoável número de sócios e o saldo positivo da revista, disse sobre os projetos de futuro:

(...) Em outubro reabriremos a Universidade Popular com cursos completos; abriremos aulas nocturnas de instrucção primaria para crianças e adultos e iniciaremos a publicação de um quinzenario em que se estudem os diferentes problemas nacionais, de forma concreta e precisa. Para esse fim estão organizadas quatro comissões que estudarão, em todos os seus aspectos, os problemas religioso, educativo, económico e social. Tencionamos ainda promover grandes festas de Arte e consagração e levar ás terras do norte, que tão carinhosamente nos está acolhendo, a palavra dos oradores e conferentes da vulgarização da obra da Renascença[10].

Esta seguirá, pois, o caminho da instrução popular e da atividade social concreta com o fito imediato do renascimento nortenho. Para além disto saliente-se ainda o seu "carácter religioso, ao mesmo tempo hermético e ecuménico: hermético, pois era patente a sua profunda inspiração lusíada, quase rácica, ecuménico pelas suas veementes ansiedades de ondem transcendente"[11].

Da entrevista de Leonardo Coimbra se infere, portanto, o propósito de renascer Portugal com a República e, de facto, este propósito foi mantido pela *Renascença Portuguesa*, que não deixou de se empenhar profundamente na vida política, sobretudo de 1912 a 1915. Neste período ela promoveu, em certa sintonia nos anos de 1913-14 com o governo de Afonso Costa, os inquéritos do quinzenário *A Vida Portuguesa* em quatro níveis essenciais: o religioso, o pedagógico, o económico e o social. Contudo, só nos dois primeiros é que o trabalho das respetivas comissões e as medidas propostas atingiram forma, unanimidade e alguma eficácia; pode mesmo dizer-se que a "Renascença" desencadeou no campo instructo-educativo um processo modelar, para o qual contribuíram excelentes pedagogos como um Leonardo Coimbra, um António Sérgio ou um Jaime Cortesão. Este último referindo-se à Universidade Popular do Porto em 1913 – ano em que nasceram as da Póvoa de Varzim e de Vila Real – escreveu:

[10] A *Renascença Portuguesa*, entrevista dada por Leonardo Coimbra a: *Mundo*. 11:4.283 (10 ago.1912).

[11] DIONÍSIO, Sant'Anna - Instantes de Mística Catálise e de Sibilina Profecia. *Nova Renascença*. 1:1 (out. 1980) 8.

(...) A nossa Universidade Popular do Porto abriu na sua sede cursos especiais em tal número que em cada dia ha trez e quatro aulas e, o que é mais significativo, frequentadas na quasi totalidade pelo máximo número de alunos que as nossas salas comportam, que ainda, postas as reservas da higiene e as prescrições pedagógicas, não vai alem de vinte para cada curso.

(...) Nestes cursos especiais o pequeno número de alunos permite já uma lição conversada, em que o professôr vai guiando para a conquista da verdade as curiosidades que livremente inquirem, num desejo, numa ância fora de todas as peias.

O que este ensino é de fecundo em lições de solidariedade, de respeito mútuo, actividade generosa e desejo ideal a acendrar a vida, é bem escusado encarece-lo. A melhor prova dessa acção educativa está em que muitos dos alunos dos nossos cursos sentem desde já a vontade afirmada de trabalhar na obra da Renascença.

Sim, é bem certo que uma parte das nossas classes médias está invadida de egoísmo, desconfiança, e dum estreito, obsidiante pensamento de luta pela vida, não dando á realisação dum ideal colectivo, único distintivo das sociedades superiores, as que deixam o seu nome na história, aquela porção de ardente energia de que esses ideais teem que se alimentar para resistir sobre a Terra (…)[12].

Acrescente-se a isto uma nota de interesse: os cursos especiais noturnos dessas Universidades iam do "Português e literatura portuguesa" até à "Música", passando pela "Ortografia", "Contas para o Comércio", "Escrituração Comercial", "Trabalhos manuais educativos**",** "Modelação em barro", "Contabilidade" e "Noções de Sciências"; o limite máximo de alunos era de 12, a duração oscilava entre 3 ou 4 meses "conforme o aproveitamento obtido" (os de "Ortografia" durariam apenas 9 lições), a inscrição fazia-se por quota mensal de 100 a 500 réis e a perda de frequência ocorria se fossem dadas três faltas consecutivas.

No plano religioso o grande objetivo consistiu em elaborar uma síntese vivificadora da religiosidade humana; para isto muito contribuíram Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoaes. Mas no que concerne à problemática socioeconómica e à política propriamente dita houve falhas importantes denunciadas por António Sérgio nas entrelinhas dos textos polémicos sobre o saudosismo de Pascoaes. Para ele e para Raul Proença não bastava que os "renascentes" ensinassem economia, sociologia e história, sugerissem soluções teóricas e pontuais para os problemas da indústria, do comércio e do trabalho, analisassem na «Águia» (2.ª série) ou em *A Vida Portuguesa* a situação política, refletissem em números especiais sobre a Guerra e sobre outros temas graves...; acompanhando isto devia ser criada uma dinâmica funcional, e proposto um sistema acutilante capaz de erguer nas hostes republicanas alternativas não só pedagógicas, mas também sociais e econó-

[12] CORTESÃO, Jaime (1913) - Questões Educativas : as Universidades Populares, as classes médias e a nossa Universidade Popular do Porto. *A Vida Portuguesa*. 8 (18 fev.) 58-59.

micas às doutrinas perniciosas, como a do Integralismo Lusitano. Sérgio e Proença discordaram da inflexão demagógica que a República foi tomando, criticaram-lhe o "verniz burguês" e proclamaram bem alto a urgência de um novo rumo; exigiam, por isso, que a "Renascença" quebrasse a sua nociva passividade – misto de contemplação estática e de ausência – e desse um contributo à altura dos seus méritos, colaborando em bloco, por imperativos de ordem nacional, com a República renascida após os revezes monárquicos de 1919 – ao lado de Domingos Pereira ou em governos de concentração.

Durante o período de guerra, o movimento "renascente" desfaleceu imenso como é confirmado pelo depoimento de António Salgado Junior:

> A florescência extraordinária da atividade inicial entrou, pois, a definhar por 1915 e 1916. A própria Águia viria a ser atingida, a ponto de, ao findar deste ano de 1916, Teixeira de Pascoaes se retirar da sua direção e tornar-se forçoso que Álvaro Pinto tomasse o lugar daquele e empregasse suas capacidades de administrador para tentar a sobrevivência da associação e da revista. Mas também este viria a sofrer pessoalmente as dificuldades que a todos afligiam, e resolveu tentar vida no Brasil, para onde partira em meados de 1917. Não estava, porém, no seu plano, dar por findos os seus esforços em relação à associação, mas sim estabelecer uma espécie de entente entre esta e as empresas em que iria lá envolver-se (a Lusa-Brasiliana, o Anuário do Brasil); pelo que respeita à Águia, propusera-se organizar, compor e imprimir-lhe os números e de lá os remeter já prontos para a distribuição pela Renascença. O processo começou a efectivá-lo em 1917 e estaria em curso até meados de 1921. Ora naturalmente se calculam as consequências dum tal processo, que a Águia documenta: as dificuldades financeiras impunham economias restritivas e o que chegava a Portugal eram, infelizmente, uns magros fascículos de papel inferior, acumulando num só os números de vários meses, preenchidos em grande parte à custa de colaboradores brasileiros e de uma vasta série de contos extraídos de jornais franceses, em tradução de António Arroio, a pretexto de que exprimiam os novos tempos e a sua literatura. (...)

Como se vê, a sobrevivência da Associação era coisa difícil, mas, como quer que fosse, ia permanecendo através das contrariedades. Entretanto, a Grande Guerra acabou, como se sabe, em fins de 1918, e aconteceu o habitual em casos destes: a um imenso suspiro de alívio alia-se uma imensa fome de reconstrução. Datam daí as primeiras esperanças alimentadas por alguns sócios da Renascença de que fosse possível uma revitalização da sociedade e da sua revista. Já era alguma coisa com que contar; e, de facto, essas esperanças estiveram na base duma recuperação iniciada em 1921 (ano em que *A Águia* voltou a organizar-se, compor-se e imprimir-se em Portugal) e concretizada em 1922 (ano em que essa revista toma de velhos sócios nova direção e inaugura a sua 3.ª série)[13].

[13] SALGADO JUNIOR, António (1980) - Memória breve duma inscrição na "Renascença Portuguesa". *Nova Renascença*. Porto. 1 (outono) 11-12.

Mas apesar de um desfalecimento grave e óbvio, os "renascentes" mantiveram-se vivos e ativos, inclusive lançando reptos de firme reativação em prol da República como o atrás citado, e, embora seja necessário buscar mais informação coeva indispensável à corroboração desta hipótese, isso sucedeu efetivamente, como se depreende destas breves palavras de José Esteves Pereira:

> Quanto à Águia, a partir de 1922, em 3.ª série, será dirigida por Leonardo Coimbra. Teixeira de Pascoaes continua a colaborar embora episodicamente. Esta segunda vaga renascente, com a presença e a liderança do filósofo do criacionismo tentará articular o projeto educativo da Universidade Popular com o espirito da Faculdade de Letras da Universidade do Porto entretanto criada. Depois, a "Renascença" e a 4.ª série de A Águia, seguindo a sorte da extinção definitiva da iniciativa universitária portuense acabam em 1932[14].

Coube, pois, a Leonardo Coimbra um papel importante[15] através, entre outros, de dois atos claramente reanimadores do "espírito" e da influência local e regional da *Renascença Portuguesa*: assumindo a direção da Faculdade de Letras criada na Universidade do Porto e elaborando um programa de ação para a Universidade Popular do Porto[16], entretanto, reaberta.

Sobre o programa sumário elaborado por Leonardo Coimbra para a UPP e publicado n'*A Águia* de 1922, importa destacar as suas linhas mestras, que refletem o pensamento pedagógico do "mestre" (assim enaltecido e lembrado por seus discípulos). O propósito principal da ação desse estabelecimento de formação de trabalhadores (jovens e adultos), paralelo ao ensino oficial, era que fosse uma "enciclopédia do saber humano, entendendo pela palavra saber não o acto passivo de recolher muito material de conhecimento, mas o exercício da actividade de formular e construir juízos". Esta premissa conduzia a outra: "Depois da Razão humana tomar posse do novo saber, este, como todas as ideias, tende para o acto, incorporando-se no sistema da Razão prática ou categorias da conduta: mas, antes que tente a acção complexa de adaptação ao meio soial, experimenta-se, realizando-se nas condições

---

[14] CORTESÃO, Jaime (1913) – Questões Educativas... *(ob. cit.)*

[15] No artigo de 1982, admitia que Leonardo Coimbra procurou reativar a "Renascença Portuguesa" e terá aceite ser Ministro da Instrução no Governo de Domingos Leite Pereira como "renascente", ou seja, imbuído do respetivo ideário e representante do lastro mobilizador dessa Associação Cultural portuense (SILVA, Armando Malheiro da (1982) - *Ob cit.*, p. 444). E mais adiante era mais explicito, ainda que breve: "E se, enquanto filósofo, foi pedagogo, enquanto Ministro da Instrução Pública, em 1919 e 1923, e deputado em 1924, incidiu quase exclusivamente sobre a temática educativa propondo, criando e defendendo o célebre "projecto" da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e instituindo a liberdade do ensino religioso nas escolas não oficiais" (SILVA, Armando Malheiro da (1982) - *Ob cit.*, p. 476).

[16] Sobre as Universidades Populares, sua génese e missão ver: CASULO, José Carlos - As Universidades Populares da "Renascença Portuguesa" : teoria e práticas. In *A "Renascença Portuguesa": pensamento, memória e criação, ob. cit.*, p. 622-642.

simplificadas do ideal estético". O que, afinal, se pretendia era que o aluno "companheiro de trabalho de todos os professores da Universidade, repita em si os actos de julgar, que, frente à experiência scientifica, fará cada professor em cada lição"[17]. Em palavras atuais o objetivo era dotar os alunos de capacidade crítica e de um conhecimento articulado entre a teoria e a prática, claramente nos antípodas do ensino de "sebenta" e dogmático, muito conotado com o que se praticava nas margens do Mondego.

Coimbra e a sua Universidade não tardaram a ficar na mira dos republicanos indignados e sobressaltados. A frustrada restauração monárquica criou uma oportunidade única para devolver ao Porto o protagonismo de salvar e regenerar a República com as armas da Educação e do Pensamento criador. Uma oportunidade muito bem explicada por Norberto Cunha em estudo recente sobre Leonardo Coimbra e a 1.ª República:

> Já surpreendente e chocante (para aqueles que sabem que tantas vezes exorcizou o dogmatismo e o fanatismo, ao ponto de abandonar o Governo de António Maria da Silva, no início de 1923, por causa desses preconceitos...) foi ter afirmado que jamais nomearia, para o ensino oficial, salvo por engano, um professor que não fosse de "indefectível fé republicana". Mas a controvérsia sobre o ensino que o envolveu veio de outras bandas: o seu ataque à Universidade de Coimbra. A investida, porém, não foi extemporânea nem estava "fora do baralho" das intenções do Governo. Recordemos que Sidónio visitara a Universidade de Coimbra em 1918, e nela fora recebido pelo seu corpo docente, com cortejo "charamelas e festejos", que faziam lembrar a Idade Média (no dizer de Alves dos Santos), tendo então o dr. António Ribeiro de Vasconcelos, na "linguagem cantada das rubricas do missal", feito "a apoteose do abençoado 5 dezembro" (nas suas próprias palavras). A Universidade de Coimbra – com verdade ou sem ela – era, então considerada, pela opinião republicana, não apenas uma alforja de monárquicos e de sidonistas (protegidos pelas courelas da autonomia universitária) mas um bastião e um espelho do "anacronismo científico e pedagógico". Não foi, pois, uma surpresa que Domingos Pereira, ainda ministro da Instrução Pública de José Relvas, afastasse do serviço universitário, embora com moderação mas energicamente, alguns professores da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, reconhecidos, publicamente, como inimigos da República. O argumento para o fazer – como dizia o Mundo – era a instrução, numa República, não dever estar nas mãos dos reacionários, não dever ser ministrada "por criaturas de critérios obsoletos, usando e abusando da cátedra", pois se o futuro da República e da Pátria dependia da formação da mocidade, então havia que fazer uma "limpeza" nas escolas, mais necessária do que na magistratura e nas forças armadas. (...)
>
> Ora é neste "carrocel" que se encaixa o ataque de Leonardo à Universidade de Coimbra. Embora lhe reconhecesse – como disse numa entrevista, que é a primeira dada como ministro da Instrução Pública – altas competências individuais, era, contudo, da opinião, que no seu conjunto, a Universidade estava longe de ser – como devia – a parte mais lúcida e nobre da da consciência nacional. E apontava a atitude coletiva de "indiferença" que a Universidade tivera perante a guerra europeia (...) e deixou o aviso de que faria reformas, com vista a remodelar e aperfeiçoar a Universidade, embora auscultando, precisamente,

[17] COIMBRA, Leonardo (1922) – A Universidade Popular do Porto. *A Águia*. Porto. 1:5, 166-167.

> os homens de ciência e os mais sábios. E cumpriu a promessa. Fez reformas. Mas, ao que parece – segundo Alves dos Santos – não terá auscultado ninguém. O seu primeiro acto reformista foi o decreto n.º 4:491 de 2 de Maio, pelo qual reformou a secção filosófica da Faculdade de Letras de Coimbra, criando ao mesmo tempo dois novos lugares de professores, que não tardaram a ser preenchidos, se que os órgãos competentes da Universidade fossem, previamente, auscultados sobre essas nomeações, nem lhes fosse enviado sequer um breve curriculum vitae dos nomeados. (...) Melindrados pela alegada violação da autonomia pedagógica e científica da Universidade, os professores da Faculdade enviaram ao Ministro, em 14 de Maio, uma respeitosa e fundamentada representação de protesto (...) O Ministro não gostou do protesto, entendeu-o como uma censura à sua decisão e uma velada suspeição sobre o mérito dos professores nomeados. E respondeu com o decreto de 19 de Maio, onde além de considerar o reitor Mendes dos Remédios, o principal responsável pela alegada ofensa que a Faculdade de Letras lhe fizera, o demitia do seu cargo. Mas o decreto também anunciava que o Governo, oportunamente, iria tomar as necessárias medidas para que a Faculdade não reincidisse nos seus protestos. E tomou. Pelo decreto com força de lei n.º. 770 (a que teve de dar-se a data de 19 de Maio, verificando-se, assim, a curiosa anomalia, de ser censurada, em 19 de Maio, uma Faculdade que foi extinta em 10, por um suposto delito só praticado a 14!), Leonardo Coimbra mandou desanexar a a Faculdade de Letras de Coimbra e substitui-la por uma Faculdade Técnica[18].

Houve muita pressa e uma certa trapalhada formal em castigar os insolentes professores de Coimbra e Leonardo Coimbra cumprira como Ministro a lição exemplar que Coimbra mostrara merecer. Surge, entretanto, novo Governo, mais retintamente "democrático", e a pasta da Instrução passa para as mãos do Dr. Joaquim de Oliveira, responsável nominal pela criação da Faculdade de Letras na Universidade do Porto, através de lei de 27 de agosto desse ano, e pela nomeação para seu diretor do anterior Ministro da Instrução, Leonardo Coimbra. Percebe-se, assim, que a oportunidade criada foi aproveitada e, em face do que tem sido também investigado, pedida pelas "forças vivas" do Porto, cuja Universidade, fundada em 1911, logo após a instauração da República, foi constituída, ao contrário da de Lisboa (nascida oficialmente no mesmo ano) com os estabelecimentos já existentes: a Academia Politécnica e a Escola anexa de Ciências originaram as Faculdades de Engenharia e de Ciências, a Escola Médico-Cirúrgica e a Escola anexa de Farmácia originaram as Faculdades de Medicina e de Farmácia. Direito e Letras não incluíram a paleta de áreas ministráveis e, assim, surgira na cidade invicta uma Universidade truncada, o que desagradou e não deixou de ser lido como uma ofensa aos brios e direitos das gentes do Norte.

---

[18] CUNHA, Norberto Ferreira da - Leonardo Coimbra e a 1ª República. In *Figuras da Cultura do Porto*... (*ob. cit.*), p. 142-144.

UMA FACULDADE "RENASCIDA" PARA FAZER "RENASCENTES"

As Faculdades de Direito continuariam a existir só a sul do Douro, mas a de Letras nasceria, desta vez, no Porto. E com que figurino?

O decreto com força de lei de 9 de maio de 1911 aprovava a estrutura curricular das Faculdades de Letras ao tempo existentes no País. Uma estrutura composta por seis secções ou cursos e dentro destes figuravam, naturalmente, as disciplinas distribuídas por seis grupos, como se pode ver nos quadros adiante. Havia, também, cursos anexos de Sânscrito, Hebreu e Árabe. As Faculdades de Letras, por disposição desse diploma, lecionavam ainda o Curso de Habilitação ao Magistério Superior. Havia também a possibilidade dos alunos se candidatarem ao Magistério Primário da Escola Normal. A frequência e aprovação em cada um dos cursos elencados habilitavam os candidatos aos exames de Bacharelato e de Doutoramento. O corpo docente era composto por Professores Ordinários, Extraordinários, Contratados e Assistentes.

Vale a pena, ainda, complementar com o dado de que um ano antes da extinção da primeira FLUP, pelo Decreto n.º 12.426, de 2 de outubro de 1926, foi promulgado o *Estatuto da Instrução Universitária* através do qual se agruparam as áreas do saber em três secções: Ciências Filológicas; Ciências Históricas e Geográficas; e Ciências Filosóficas.

Quadro n.º 1 – Secção ou Curso de Filologia Clássica

Anos	Disciplinas
1.º	Filologia Portuguesa História de Portugal Psicologia Geral Curso Elementar de Grego História Antiga Língua e Literatura Latina
2.º	Língua e Literatura Grega Língua e Literatura Latina História Medieval História de Portugal Epigrafia Geografia de Portugal e Colónias
3.º	Língua e Literatura Grega Língua e Literatura Latina História da Literatura Portuguesa Paleografia Arqueologia História da Filosofia Medieval
4.º	Língua e Literatura Grega Gramática Comparada do Grego e do Latim Gramática Comparada das Línguas Românicas História da Literatura Portuguesa História Geral da Civilização Estética e História da Arte

Quadro n.º 2 – Secção ou Curso de Filologia Românica

Anos	Disciplinas
1.º	Filologia Portuguesa História de Portugal Psicologia Geral Língua e Literatura Francesa Curso Elementar de Grego Língua e Literatura Latina
2.º	Língua e Literatura Francesa Curso Prático de Francês Língua e Literatura Latina História Medieval História de Portugal Epigrafia Geografia de Portugal e Colónias Filologia Portuguesa
3.º	História da Literatura Portuguesa Latim Medieval e Bárbaro História Moderna e Contemporânea Paleografia Arqueologia
4.º	História da Literatura Portuguesa Literatura Espanhola e Italiana Gramática Comparada das Línguas Românicas Gramática Comparada do Grego e do Latim História Geral da Civilização Estética e História da Arte

Quadro n.º 3 – Secção ou Curso de Filologia de Germânica

Anos	Disciplinas
1.º	Filologia Portuguesa História de Portugal Psicologia Geral Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Inglês
2.º	Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Inglês Língua e Literatura Alemã Curso Prático de Alemão História Universal Geografia de Portugal e Colónias História de Portugal
3.º	História da Literatura Portuguesa Língua e Literatura Inglesa Língua e Literatura Alemã Curso Prático da Língua Alemã História Moderna e Contemporânea História da Filosofia Moderna e Contemporânea Curso Prático de Inglês
4.º	Língua e Literatura Alemã Curso Prático de Alemão Gramática Comparada das Línguas Germânicas História da Literatura Portuguesa História Geral da Civilização Estética e História da Arte

Quadro n.º 4 – Secção ou Curso de Ciências Históricas e Geográficas

Anos	Disciplinas
1.º	Filologia Portuguesa História de Portugal Geografia Geral História Antiga Propedêutica Histórica Latim Medieval e Bárbaro Geografia Física
2.º	História Medieval História de Portugal Epigrafia Curso de Cartografia e Elementos de Topografia Geografia de Portugal e Colónias Antropogeografia Geral Etnologia História da Filosofia Antiga Lógica e Moral
3.º	História Moderna e Contemporânea História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa Paleografia Arqueologia Geografia Política e Económica História da Literatura Portuguesa História da Filosofia Medieval História da Filosofia Moderna e Contemporânea
4.º	Diplomática Numismática e Esfragística História das Religiões História Geral da Civilização História da Literatura Portuguesa Estética e História da Arte

Quadro n.º 5 – Secção ou Curso de Ciências Filosóficas

Anos	Disciplinas
1.º	Psicologia Geral Curso Elementar de Grego Filologia Portuguesa Propedêutica Histórica História Antiga História de Portugal
2.º	Lógica e Moral Língua e Literatura Alemã Curso Prático de Alemão Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Inglês História Medieval História de Portugal Geografia de Portugal e Colónias Etnologia
3.º	História da Filosofia Antiga História da Filosofia Moderna e Contemporânea História da Literatura Portuguesa Língua e Literatura Alemã Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Inglês História Moderna e Contemporânea
4.º	Psicologia Experimental História da Literatura Portuguesa Língua e Literatura Alemã Curso Prático de Língua Alemã Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Língua Inglesa História das Religiões História Geral da Civilização Estética e História da Arte

Quadro nº 6 – Cursos Especiais de Habilitação ao Magistério Primário Superior para os candidatos da Língua Portuguesa e Francesa

Anos	Disciplinas
1.º	Filologia Portuguesa Literatura Portuguesa Língua e Literatura Francesa Curso Prático de Francês História de Portugal
2.º	Literatura Portuguesa Língua e Literatura Francesa Curso Prático de Francês História de Portugal

Quadro nº 7 – Para os candidatos da Língua Inglesa

Anos	Disciplinas
1.º	Filologia Portuguesa Literatura Portuguesa Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Inglês História de Portugal
2.º	Literatura Portuguesa Língua e Literatura Inglesa Curso Prático de Inglês História de Portugal História Geral da Civilização

Quadro nº 8 – Para os candidatos ao Magistério de Geografia, de História Geral, História de Portugal e Motivação Moral e Cívica

Anos	Disciplinas
1.º	Literatura Portuguesa História Antiga História Medieval História de Portugal Geografia Geral
2.º	Literatura Portuguesa História Moderna e Contemporânea História de Portugal História Geral da Civilização História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa Geografia de Portugal e Colónias Geografia Política e Económica

Através desta estrutura curricular, fixada em 1911 e replicada em 1919 na Faculdade de Letras transferida de Coimbra para o Porto, não se descortina inovação nenhuma. No entanto, sob a mesma forma curricular, que em Coimbra e em Lisboa se ajustou bem a um ensino de cariz tanto conservador, como positivista ou eivado de "cientificismo finissecular", na Faculdade de Letras da Universidade do Porto a marca do pensamento "renascente" e criacionista de Leonardo Coimbra haveria de constituir a diferença e a singularidade, formando discípulos e gerando a semente da "Filosofia Portuguesa". E esta marca não se sentiu só no curso filosófico, estendendo-se também aos Cursos de Filologia e menos ao das Ciências Históricas e Geográficas, porque aí se avaliarmos o que foi a produção cientifica, por exemplo de Damião Peres (amigo de Leonardo Coimbra), com a sua famosa História de Portugal ou "História de Barcelos", constata-se o recurso a uma perspetiva historiográfica contidamente republicana e indisfarçavelmente positivista ou "acontecimentalista". Aliás, é interessante notar que no volume das comunicações apresentadas no *Congresso Internacional Pensamento, Memória e Criação no Primeiro Centenário da 'Renascença Portuguesa' (1912-2012)*, realizado de 29 de novembro a 1 de dezembro de 2012[19], a ação docente ou a produção de Damião Peres não são tratadas – ficaram ausentes.

Em contrapartida, nesse recente repositório de análises atualizadas sobre esse importante movimento filosófico, cultural e político, surgido no norte

[19] Ver: *A "Renascença Portuguesa"* (*ob. cit.*).

mas com ilustres membros conotados com Lisboa (António Sérgio, Raul Proença ou Jaime Cortesão), podemos encontrar, além do inevitável (re)exame da obra de Leonardo Coimbra, mentor e criador político da 1.ª FLUP, e além das polémica sobre o Saudosismo entre Teixeira de Pascoaes e António Sérgio ou do pensamento de Raul Proença, figuras que não estiveram ligadas à FLUP, comunicações sobre docentes e alunos de Letras que comprovam a vocação "renascente" dessa Faculdade. Da sua curta existência não sobrou pouco – sobrou uma "escola de pensamento" e uma mentalidade pedagógica –, graças ao facto de o projeto institucional, surgido em 1919, emergir de um movimento associativo e intelectual, nascido sete anos antes e, por isso, beneficiou de um lastro filosófico, pedagógico e ideo-político capaz de gerar frutos. Mas o que não pode deixar de causar espanto é a presença, no corpo docente, do polémico e controverso Francisco Manuel Homem Christo (1860-1943), que foi uma espécie de coveiro da Faculdade de Letras, e cuja incorporação no respetivo quadro funcional deve merecer uma esclarecedora análise. E enquanto esta não surge, atente-se na biografia disponível na plataforma Sigarra da U.Porto – auxiliar precioso para o desiderato que nos propusemos:

> Já durante o Sidonismo, regressou a Portugal, sendo eleito deputado pelo círculo de Timor e convidado por António de José de Almeida para prestar funções na recém-criada 1.ª Faculdade de Letras do Porto, como professor contratado do 4.º Grupo (Ciências Históricas). A 26 de Setembro de 1921, findo os dois primeiros anos de contrato, foi nomeado professor ordinário (catedrático, em 1926), regendo as cadeiras de História de Portugal, de História Antiga, de História Medieval, de História Moderna e Contemporânea, de História dos Descobrimentos e Colonização Portuguesa, de História Geral da Civilização e de História Universal.
>
> Entre 1923 e 1926 lançou um forte ataque contra a 1.ª Faculdade de Letras do Porto e todos os seus elementos, durante a célebre e funesta campanha que ficou conhecida por "Homem Cristo". Nascida a propósito de uma questão disciplinar com alunos, numa das suas aulas, esta polémica estendeu-se rapidamente à figura de Leonardo Coimbra e à dos restantes docentes, suspeitando-se de irregularidades no ensino ministrado. Homem Cristo acabou por abandonar as suas funções de docente na Faculdade de Letras, indo exercer o cargo de deputado por Aveiro, de presidente da Associação Comercial e Industrial e da Junta Autónoma da Ria e da Barra de Aveiro (1925-30). Envoltas nesta campanha difamatória, surgiram as primeiras propostas de extinção da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Com a vitória do Estado Novo, retomou a carreira docente universitária, tendo-se aposentado em 26 de Janeiro de 1931, último ano de funcionamento daquela Faculdade, após o anúncio da sua extinção, em 1928.
>
> Descrito pelos seus conterrâneos como figura de personalidade reacionária e extremamente volátil, encetou, ao longo da vida, diversas polémicas com figuras de diferentes fações políticas e culturais, incluindo o próprio filho, Homem Cristo, filho, jornalista com projeção internacional e amigo pessoal de Mussolini. Faleceu na sua cidade natal, a 25 de Fevereiro de 1943 (Universidade Digital, Gestão de Informação, 2008)[20].

[20] Ver: Francisco Manuel Homem Christo. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20francisco%20homem%20cristo [acesso 10-6-2020].

Mas voltemos ao Congresso Internacional sobre a *Renascença Portuguesa*: para destacarmos o contributo sobre o pensamento ético de Francisco Romano Newton de Macedo (1894-1944)[21], nascido e falecido em Lisboa e que no Porto e na primeira Faculdade de Letras desenvolveu a sua atividade filosófica, tendo sido o Diretor interino da FLUP, quando Leonardo Coimbra esteve ausente a exercer funções ministeriais; para conhecermos a doutrinação estética e a pedagogia de Aarão de Lacerda[22]; para melhor entendermos o profundo interesse e domínio das literaturas helénica e alemã, assim como a docência de Ângelo Ribeiro[23] (professor na FLUP, de 1921 a 1931); para explorarmos a condição de Teixeira Rego[24] no pensamento português. E no que respeita a discípulos, ter em conta a obra de Álvaro Ribeiro[25], José Marinho, Agostinho da Silva[26], Sant'Anna Dionísio[27] e Adolfo Casais Monteiro[28]. Docentes e alunos, através das suas ideias e ação, comprovam o vínculo entre a *Renascença Portuguesa* e a Faculdade de Letras da Universidade. Vale, por isso, a pena, a concluir, uma chamada de atenção para as suas biografias, realçando, apenas, alguns aspetos relevantes e comprovantes de tal vínculo e da amizade que uniu algumas figuras ao mentor do projeto formativo, universitário e público – Leonardo Coimbra.

Como foi constituído o corpo docente da 1.ª FLUP? As biografias dos docentes coligidas e disponíveis na plataforma Sigarra da U.Porto respondem bastante bem à pergunta.

Sobre o já atrás referido Newton de Macedo, basta, talvez, salientar o seguinte:

> Como professor de Filosofia no Liceu Central de Gil Vicente, em Lisboa, desde 1916, conheceu Leonardo Coimbra e com ele estabeleceu uma fértil convivência profissional e intelectual que acabaria por se transformar numa amizade duradoura.
>
> Aquando da primeira passagem de Leonardo Coimbra pela pasta da Instrução Pública,

---

[21] CUNHA, Jorge Teixeira da - O Pensamento ético de Newton de Macedo. In *A "Renascença Portuguesa"* (*ob. cit.*), p. 227-238.

[22] PEREIRA, José Carlos - A Doutrinação estética e a pedagogia de Aarão de Lacerda. In *A "Renascença Portuguesa"* (*ob. cit.*), p. 239-258.

[23] MARTINS, Manuela Brito - Ângelo Ribeiro : da nostalgia da Grécia ao Romantismo alemão. In *A "Renascença Portuguesa"* (*ob. cit.*), p. 295-318.

[24] LOPO, Rui. - Condição de Teixeira Rego no Pensamento Português. In *A "Renascença Portuguesa"* (*ob. cit.*), p. 205-226.

[25] CUNHA, Rodrigo Sobral - Os Renascentes: Álvaro Ribeiro e a "Renascença Portuguesa". In *A "Renascença Portuguesa"* (*ob. cit.*), p. 359-266; GOMES, J. Pinharanda - No primeiro centenário de "O Criacionismo" : a leitura de Álvaro Ribeiro. In *A "Renascença Portuguesa"* (*ob. cit.*), p. 267-272.

[26] EPIFÂNIO, Renato - Entre Teixeira de Pascoaes, José Marinho e Agostinho da Silva : da "Renascença Portuguesa" à Renascença Lusófona. In *A "Renascença Portuguesa"* (*ob. cit.*), p. 273-280.

[27] ARESTA, António Manuel - A Cultura, a democracia e a liberdade em Sant'Anna Dionísio. In *A "Renascença Portuguesa"* (*ob. cit.*), p. 281-289.

[28] LEONE, Carlos - Adolfo Casais Monteiro : do Porto para a Modernidade. In *A "Renascença Portuguesa"* (*ob. cit.*), p. 291-294.

Francisco de Macedo foi nomeado pelo Governo para um dos novos lugares de professor ordinário na Faculdade de Letras de Coimbra. Contudo, na sequência do conflito gerado pela criação da 1.ª Faculdade de Letras do Porto, solicitou a sua transferência para esta nova instituição, iniciando a carreira docente universitária a partir de 18 de Outubro de 1919. Nomeado pouco depois Professor Ordinário do 6.º Grupo (Ciências Filosóficas) e, mais tarde, professor catedrático, ao abrigo do Estatuto da Instrução Universitária de 1926, teve a seu cargo a regência das cadeiras de História da Filosofia Antiga, História da Filosofia Medieval, História da Filosofia Moderna e Contemporânea, História da Civilização, História das Religiões e de Psicologia Experimental. Por duas vezes eleito e nomeado para Bibliotecário da 1.ª Faculdade de Letras do Porto (1920-1929), serviu ainda como diretor interino durante o afastamento de Leonardo Coimbra para funções governativas[29].

A amizade foi, também, critério importante, acrescido do fator "Renascença", na escolha polémica de José Teixeira Rego (1881-1934).

Contratado como Professor do 2.º grupo – Filologia Românica, em 1919, logo suscitou fortes críticas porque só possuía estudos liceais, que foram aplacadas com o argumento de ter sido uma nomeação governamental, baseada em critério legal do "reconhecimento da idoneidade científica e cultural do candidato". Concluídos os dois anos de duração desse primeiro contrato, foi reconduzido como Professor Ordinário do mesmo Grupo, sendo-lhe assegurada, em 1925 com a aprovação do Estatuto da Instrução Universitária, a nomeação como Professor Catedrático e nesse mesmo ano, a 12 de fevereiro, o Conselho Escolar da Faculdade de Letras conferiu-lhe o grau de Doutor em Letras – Filologia Românica. Regeu até ao encerramento da Faculdade, no ano lectivo de 1930-31, as cadeiras de Filologia Portuguesa, Literatura Portuguesa, Filologia Espanhola, Filologia Italiana, Gramática Comparada das Línguas Românicas, Literatura Espanhola e Italiana, História da Literatura Portuguesa e História das Religiões: "Dotado de uma inteligência brilhante e de uma profunda e vasta cultura, assim o disseram os seus conterrâneos, não foi aceite pelos círculos culturais e académicos durante os últimos anos de vida, o que se deveu, por certo, aos ideais republicanos que sempre defendeu. Em 1934, faleceu em Matosinhos, onde trabalhava como simples funcionário administrativo[30].

Por convite expresso de Leonardo Coimbra ingressou no corpo docente da Faculdade, Damião António Peres (1890-1970), que criou laços de amizade com o filósofo portuense, em 1919, quando professor do Liceu Gil Vicente, e, depois de uma missão de estudo a Espanha, França e Suíça, com o propósito de conhecer as instalações liceais para o ensino da Geografia "interrompeu o magistério liceal para exercer funções docentes na recém-

[29] Francisco Romano Newton de Macedo. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20francisco%20newton%20de%20macedo [acesso 10-6-2020].

[30] José Teixeira Rego. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20josé%20teixeira%20rêgo [acesso 10-6-2020].

-criada Faculdade de Letras do Porto, na sequência do convite que lhe foi feito pelo Ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra"[31].

Também Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos (1889-1850), que se cruzou com Leonardo Coimbra, "quando lecionou Física e Matemática no Liceu Central de Gil Vicente, em Lisboa. Na sequência da proposta de reorganização curricular das Ciências Filosóficas apresentada por Leonardo Coimbra quando foi ministro da Instrução Pública (Decreto n.º 5 491, de 2 de Maio de 1919), foi nomeado pelo Governo para o lugar de Professor Ordinário na Faculdade de Letras de Coimbra. Porém, após o conflito surgido entre o Governo e esta Universidade, solicitou a sua transferência para lugar equivalente na recém-criada Faculdade de Letras do Porto, no início do ano letivo de 1919-1920. Encarregado de reger as cadeiras de *Psicologia Experimental* e de *Psicologia Geral*, a sua carreira docente universitária foi interrompida pelo exercício de outras funções"[32].

Assim como Luís Alfredo Pires Cardim (1879-1958), sobre o qual importa saber que:

> Dedicou-se ao magistério liceal das línguas inglesa e alemã, tendo integrado o corpo docente do Liceu Nacional de Bocage, em Setúbal, entre 1904 e 1910. Frequentou, então, cursos universitários de Psicologia, Fonética e Literatura Inglesa em Londres, tendo sido aluno dos professores Adams, Daniel Jones, Israel Gollancs e W. H. Hudson. Mais tarde, deslocou-se à Alemanha onde se especializou em Fonética Experimental e Metodologia, sob orientação dos professores Panconzelli-Calzia, Viëtor e Max Walter. Sistematizou esta experiência no relatório de estágio e em diversas conferências que proferiu, nunca tendo deixado de procurar pôr em prática os conhecimentos apreendidos. Em 1919, por convite de Leonardo Coimbra, Ministro da Instrução Pública, assumiu funções como professor contratado do 3.º Grupo (Filologia Germânica) na recém-criada Faculdade de Letras do Porto, funções que acumulou com a docência no Liceu Central Feminino de Sampaio Bruno (actual Liceu Carolina Michaëlis), também no Porto, até 1926. Na Universidade do Porto foram-lhe atribuídas as regências das cadeiras de Língua e Literatura Inglesa, Língua e Literatura Alemã e de Gramática comparada das Línguas Germânicas, bem como dos Cursos Práticos de Inglês e de Alemão. Em 1921, o Governo nomeou-o professor ordinário, posição profissional convertida na de professor catedrático pela Reforma de 1926. Por decisão do Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi-lhe atribuído o grau de Doutor em Letras – Filologia Germânica, a 19 de Abril de 1926 e nomeado seu segundo Bibliotecário, cargo que exerceu entre 23 de Outubro de 1929 a 2 de Abril de 1930. Eleito diretor da Faculdade – 3.º e último diretor – após o anúncio da extinção desta

---

[31] Damião António Peres. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20damião%20antónio%20peres [acesso 10-6-2020].

[32] Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20lúcio%20pinheiro%20dos%20santos [acesso 10-6-2020].

instituição, exerceu esse cargo entre 18 de Março de 1930 e 31 de Julho de 1931. Após 1928, Luiz Cardim manteve o exercício do magistério liceal em simultâneo com o cargo de secretário da Liga Portuguesa de Profilaxia Social. Em 1932 pediu a aposentação, mas este pedido foi-lhe recusado. Não tendo voltado a leccionar após este facto, manteve-se no exercício de funções na carreira administrativa e prosseguiu a produção cultural e científica iniciada duas décadas antes[33].

E ainda Urbano Canuto Soares, (1896-[?]), que "durante o verão de 1919 foi convidado para assumir funções docentes na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, criada nesse ano. O convite foi-lhe endereçado por Leonardo Coimbra, fundador dessa instituição e, na altura, Ministro da Instrução Pública. Até 1921 desempenhou funções como professor contratado do 1.º Grupo (Filologia Clássica) e mais tarde foi reconduzido pelo Governo no cargo de professor ordinário, convertido em professor catedrático após a Reforma de 1926. Manteve-se na Faculdade de Letras até ao seu encerramento"[34].

A par destes convites expressos de docentes, outros houve em que parece implícita a existência do empenho ou, pelo menos, da aceitação plena de Leonardo Coimbra. Terão sido os casos de:

Aarão Soeiro Moreira de Lacerda (1890-1947), apresentado, em estudo atrás referido, como membro da *Renascença Portuguesa*, foi discípulo, em Coimbra, do Professor Joaquim de Vasconcelos. Aceitou o convite para docente na FLUP, onde regeu as cadeiras de *Arqueologia* e *História Geral de Civilização* e, em 1918, fora um dos fundadores (com José Ferreira, Mendes Correia e Luís Viegas) da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia[35]; e

Ângelo Pinto Ribeiro (1886-1936), claramente associado à *Renascença Portuguesa*", foi-lhe atribuído, por decisão do Conselho Escolar da 1.ª Faculdade de Letras, o grau de Doutor em Letras – Filologia Germânica a 19 de abril de 1926, tendo, ainda, desempenhado as funções administrativas de Secretário (1926-1930), de Bibliotecário (1930-1931) e de delegado junto do Senado Universitário (1931)[36].

---

[33] Luís Alfredo Pires Cardim. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20luiz%20alfredo%20pires%20cardim [acesso 10-6-2020].

[34] Urbano Canuto Soares. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20urbano%20canuto%20soares [acesso 10-6-2020].

[35] Aarão Soeiro Moreira de Lacerda. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20aarão%20de%20lacerda [acesso 10-6-2020].

[36] Ângelo Pinto Ribeiro. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20ângelo%20pinto%20ribeiro:%20obra [acesso 10-6-2020].

As biografias que estamos a seguir como fonte para esta demonstração não explicam se houve interferência direta ou indireta na transferência da Faculdade de Ciências para a de Letras de António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960)[37], formado em Medicina e antropólogo, com obra que se tornou bem conhecida e controversa, o qual deve ter influído no ingresso de seu cunhado Artur de Magalhães Basto (1894-1860), que regeu as cadeiras de *Geografia Colonial*, *Geografia Política e Económica*, *História dos Descobrimentos e Colonização Portuguesa*, *Paleografia e Diplomática*[38]. Carecem, também, de melhor esclarecimento as contratações de Augusto Ferreira Nobre (1896-1930)[39], filho do Dr. Augusto Pereira Nobre (professor catedrático na Faculdade de Ciências do Porto, ministro da Instrução Pública e Reitor da Universidade do Porto) e sobrinho do poeta António Nobre, contratado para professor do 4.º Grupo (Ciências Históricas) e nomeado professor ordinário (mais tarde reconduzido como catedrático, após a promulgação do *Estatuto da Instrução Universitária*, em 1926), tendo regido as cadeiras de *História de Portugal*, *História Antiga* e *História Geral da Civilização*; de Hernâni António Cidade (1887-1975)[40], convidado como professor do 2.º Grupo (Filologia Românica), em 1919, nomeado Professor Ordinário pelo Governo e, mais tarde, ao abrigo do disposto no *Estatuto da Instrução Universitária*, de 1926, que ascendeu à categoria de Professor Catedrático, regendo as cadeiras de *Língua e Literatura Francesa*, *Língua e Literatura Portuguesa*, *Gramática Comparada das Línguas Românicas*, *História da Literatura Italiana*, *Filologia Românica*, *Filologia Portuguesa* e *História da Literatura Portuguesa*; de António Luiz Gomes (filho), 1898-1981[41], filho do prestigiado republicano Dr. António Luís Gomes (Ministro da 1.ª República e Reitor da Universidade de Coimbra) e irmão do Dr. Ruy Luís

[37] António Augusto Esteves Mendes Correia. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20antónio%20mendes%20correia [acesso 10-6-2020].

[38] Artur de Magalhães Basto. *In Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto.* URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20artur%20de%20magalhães%20basto [acesso 10-6-2020].

[39] Augusto Ferreira Nobre. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20augusto%20nobre [acesso 10-6-2020].

[40] Hernâni António Cidade. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20hernâni%20antónio%20cidade [acesso 10-6-2020].

[41] António Luís Gomes. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20antónio%20lu%C3%ADs%20gomes [acesso 10-6-2020].

Gomes (professor catedrático da Faculdade de Ciências do Porto e primeiro reitor desta Universidade no pós-revolução de abril); e de Francisco Forte de Faria Torrinha (1879-1955)[42], que ingressou como Professor contratado do 1.º Grupo (Filologia Clássica) na 1.ª Faculdade de Letras do Porto, onde regeu as cadeiras de *Língua e Literatura Grega*, *Língua e Literatura Latina* e *Gramática Comparada do Grego e do Latim*, tendo sido nomeado pelo Governo como Professor Ordinário do mesmo Grupo (e, mais tarde, professor catedrático, ao abrigo da promulgação do *Estatuto da Instrução Universitária*, de 1926) e, no dia 19 de abril de 1926, o Conselho Escolar da Faculdade conferiu-lhe o grau de Doutor em Letras – Filologia Clássica.

Sobre José Freitas de Bragança (1892-1982)[43], sabemos que ingressou na FLUP, por indicação de Hernâni Cidade e aí regeu a cadeira de *Latim Medieval e Bárbaro*, tendo solicitado para lecionar um curso de *Literatura Francesa Moderna*, mas este não chegou a concretizar-se; em inícios de 1925 esteve destacado em comissão de serviço no Ministério de Trabalho, tendo cessado o contrato, no final deste ano letivo, com a Faculdade, o qual não foi renovado, supostamente devido a divergências que manteve com o colega e "patrono" Hernâni Cidade.

Pelo exposto percebe-se a marca forte de Leonardo Coimbra na composição do corpo docente da Faculdade de Letras e mais funda e perene num punhado de discípulos que haveriam de perpetuar o Mestre formando uma "escola" de pensamento filosófico e cultural, desenvolvida ao longo do século XX, com destaque para Álvaro Ribeiro fundador da " Filosofia Portuguesa". Ei-los:

- Álvaro de Carvalho de Sousa Ribeiro (1905-1981), filósofo e ensaísta[44];
- Armando Soeiro Moreira de Lacerda (1902-1984), fonetista e professor universitário[45];

[42] Francisco Forte de Faria Torrinha. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20francisco%20torrinha [acesso 10-6-2020].

[43] José Freitas de Bragança. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20josé%20freitas%20de%20bragança [acesso 10-6-2020].

[44] Álvaro de Carvalho de Sousa Ribeiro. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20álvaro%20ribeiro [acesso 10-6-2020].

[45] Armando Soeiro Moreira de Lacerda. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20armando%20soeiro%20moreira%20de%20lacerda:%20obra [acesso 10-6-2020].

- Delfim Pinto dos Santos (1907-1966), professor universitário, filósofo e pedagogo[46];

- José Augusto de Sant'Anna Dionísio (1902-1981), professor liceal, filósofo e pedagogo[47];

- José Carlos de Araújo Marinho (1904-1975), professor liceal, filósofo e pedagogo[48];

- Eugénio Rodrigues Aresta, 1891-1956[49].

Pode-se, por isso, dizer que da primeira FLUP não sobrou pouco, na medida em que a semente gerou fruto... Um fruto possível pela articulação institucional de um movimento cívico e cultural com um instituto de formação superior que faltava no leque de áreas e cursos oferecido pela Universidade do Porto.

FECHO NÃO CONCLUSIVO

Chegados aqui, ganha maior força a evidência que a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931) foi uma "fábrica" de "renascentes" e se esta "tese" nos parece hoje demasiado óbvia, não deixa de estranhar que não tenha sido mais amplamente explorada até agora. Por isso, urge, como prioridade e como contributo indispensável ao aprofundamento da História da FLUP, descobrir e analisar fontes documentais inéditas, testemunhos e todo o material que ainda jaz esquecido ou insuficientemente lido, de maneira a poder confirmar-se o nascimento da Faculdade como um corolário lógico e natural do projeto que desde seu início tinha na Universidade Popular um eixo regenerador importante e, por essa via, não seria estranho e muito menos antinatural expandir-se para o espaço universitário público.

---

[46] Delfim Pinto dos Santos. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20delfim%20pinto%20dos%20santos [acesso 10-6-2020].

[47] José Augusto de Sant'Anna Dionísio. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=18363 [acesso 10-6-2020].

[48] José Carlos de Araújo Marinho. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20fl up%20-%20josé%20carlos%20marinho [acesso 10-6- 2020].

[49] Eugénio Rodrigues Aresta. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20eugénio%20rodrigues%20aresta [acesso 10-6-2020].

LUÍS MIGUEL DUARTE, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS
CITCEM – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR "CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA"

A PRIMEIRA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO E A HISTÓRIA DE PORTUGAL DITA "DE BARCELOS"

Este texto não era para ter sido escrito por mim. Era o meu nome que devia aparecer e era eu que devia ter falado na conferência no Auditório da Casa do Infante, mas a estrutura, as ideias principais, e não só elas, ir-me-iam ser ditadas – não sugeridas, não inspiradas, mas ditadas - pelo meu professor Joaquim Romero Magalhães. Assim estava prometido e combinado. Dos vários expedientes a que ele podia lançar mão para se furtar a esse compromisso que tinha comigo escolheu o mais fácil e o mais duro, deixando o nosso convívio numa véspera de Natal. Numa família só se pode ficar órfão duas vezes. Infelizmente, na carreira académica, na docência, na investigação científica, sobretudo num percurso intelectual e cívico, as orfandades podem suceder-se e acumular-se até um grau difícil de suportar, como tenho percebido desde há uns anos. Demasiado curioso e inseguro – péssima combinação, viro-me para trás para perguntar coisas e pedir ajuda aos meus velhos professores ou aos meus velhos amigos, e já não encontro a maior parte deles. Naturalmente mantemo-nos em contacto, eu e os que já cá não estão. Mais do meu lado, tenho de confessar, mas é uma comunicação muito difícil, com a qual tento combater uma dolorosa e crescente solidão.

Romero Magalhães era das pessoas que mais sabia e mais gostava de saber da história da primeira Faculdade de Letras do Porto. Escreveu sobre ela por mais do que uma vez e estava programado para abrir o presente ciclo de conferências. Por uma razão muito simples: porque foi nela que o seu pai, Joaquim Magalhães, fez a sua Licenciatura[1]. Ora ele adorava o pai e

[1] E por outra razão, muito secundária: não guardou recordações especialmente gratas da Faculdade de Letras de Coimbra em que lhe calhou estudar e na qual o seu pai, contrariado, fez as chamadas Pedagógicas.

venerava a sua memória, por razões bem compreensíveis; tal como Vitorino Magalhães Godinho venerava o seu, e também nisso se pareciam. Para os não familiarizados com estes temas e tempos, estou a falar do Professor Joaquim Magalhães que deu o nome ao Liceu de Faro e do homem que anotou cuidadosamente e fez publicar as poesias de António Aleixo. Que lhe dedicou uma quadra:

Não há nenhum milionário
Que seja feliz como eu
Tenho como secretário
Um professor de liceu!

António Aleixo, que por seu lado deu o nome à Escola Secundária de Portimão, e que faleceu em Loulé em 1949, está representado numa pequena escultura feliz à porta do Café Calcinha, onde Joaquim Magalhães lhe registava as poesias. Foi nesse café que, em novembro de 2018, Joaquim Romero Magalhães me deu a sua última lição 'presencial' de História, sobre a geografia do Algarve, que registei cuidadosamente, e conservo, num guardanapo de papel. Foi em Loulé que o meu professor nasceu. Nos tempos mais recentes, o projeto que sobretudo o entusiasmava, senão o único, era encontrar e publicar toda a correspondência do pai ainda disponível, já que muitas cartas não foram conservadas pelos seus destinatários, como confessa, com profunda pena, Lídia Jorge. Já publicara um primeiro volume, quase clandestinamente[2]; e isso surpreendeu-me porque ele continuava à procura de cartas do pai, tendo-me pedido até algumas diligências junto de pessoas do Porto[3]. Para além das conversas, ou melhor, da conversa ininterrupta que mantive com Romero Magalhães, que nos últimos anos não passava sem as suas vindas regulares a este Porto que tanto amava, ajudaram-me na preparação deste texto os meus amigos Fernando Catroga e Luís Carlos Amaral[4]. As informações úteis e alguma ideia estimulante desta exposição são deles, algum lapso e as garantidas omissões são minhas.

Esta não foi uma introdução longa e circular à conferência. Isto já é a minha conferência. Regressei com outra atenção à *História de Portugal* de Barcelos; e fiz o exercício contraditório, mas indispensável, de voltar a estudar em pormenor a história da Faculdade de Letras do Porto, da minha Faculdade, entre 1918-19 e 1931 e de a tentar observar ao mesmo tempo

[2] Que descobri há dias graças ao João Carlos Garcia.

[3] A última das quais, junto de Miguel Veiga, já não fui a tempo de fazer.

[4] Recebi ainda preciosas ajudas dos meus amigos João Emanuel Leite, Flávio Miranda e Ana Marques.

com alguma distância: não tenho qualquer dúvida em afirmar, olhando para o corpo docente da segunda, a escola, que estamos perante uma das mais extraordinárias e brilhantes plêiades de intelectuais do Portugal Contemporâneo; e considerando a primeira, a *História*, e as suas circunstâncias, que é para mim a mais conseguida História de Portugal coletiva, em vários volumes, dos últimos cem anos – tenho perfeita consciência do risco que estou a correr com esta afirmação: uma "provocação por gosto de ofício", diria Romero[5]. E se uma das melhores heranças de uma escola são, sem dúvida, os alunos que formou (limito-me a juntar, a Joaquim Magalhães, um outro nome: Agostinho da Silva, mas a lista dos que lá cursaram ou a frequentaram temporariamente é impressionante[6]), outra herança de igual valor são as obras que os seus docentes publicaram ou patrocinaram. Está por fazer a bibliografia completa e exaustiva dessas publicações: existe um trabalho de mérito, mas que contempla apenas a lista das obras que existiam ao tempo na Biblioteca Pública Municipal do Porto[7]. Há evidentemente uma obra coletiva que se destaca e que integra o título da presente conferência: a *História de Portugal* que costumamos designar como *de Barcelos*, mas que podíamos do mesmo modo distinguir como *de Damião Peres*, uma vez que usamos em regra os nomes do principal coordenador (José Mattoso, Rui Ramos) ou a Editora (a Alfa, o Círculo de Leitores...). Neste caso recorremos curiosamente ao local da impressão, e não à editora, a Portucalense Editora. Talvez por Barcelos parecer mais exótico, ou mais estranho, habituados que estávamos e continuamos a estar a que as editoras se situem em Lisboa e, em pequeno número, no Porto[8].

Como muitos colegas, tive o meu primeiro contacto a sério com a *História de Portugal* de Barcelos durante a licenciatura. Alguns capítulos foram-me aconselhados pelos meus professores, outros li-os por curiosidade e iniciativa própria; as ilustrações, creio que as vi todas ou quase todas. A minha muito escassa capacidade de avaliar a dimensão científica da obra permitiu-me, ainda assim, perceber ou intuir que em muitos capítulos ou subcapítulos estava perante excelentes historiadores e textos de grande nível: pela informação, pelas ideias (talvez o mais importante) e pela elegância e qualidade da escrita, traço comum a todos os autores. A obra podia-me ter

[5] Sendo as outras a da Alfa, dirigida por José Hermano Saraiva, a de O. Marques e Joel Serrão, para a Presença, a do Círculo de Leitores, dirigida por José Mattoso, a de João Medina, do Ediclube e a de Rui Ramos, para a Esfera dos Livros.

[6] E está exaustivamente feita em outros estudos.

[7] EIRAS, Adriano (1989) - *A Faculdade de Letras do Porto: 1919-1931 : contribuição bibliográfica para a sua história.* Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

[8] Mesmo quando a propriedade e a administração estão no Porto, as sedes e as edições não saem da capital (caso da Bertrand ou do Círculo de Leitores, pertencentes à Porto Editora).

ajudado nas cadeiras de história medieval e moderna, mas utilizei-a quase só para as primeiras ("História Medieval de Portugal"); foi talvez um erro, que cometi como discente e mais tarde repeti como docente.

A segunda recordação que tenho desta *História de Portugal* é mais viva e bem mais decisiva. Tendo estado ligado à Associação Portuguesa de História Económica e Social, proposta e formada sob a égide de Vitorino Magalhães Godinho, tive a sorte e o privilégio de, participando nas primeiras reuniões, aprender com todas as intervenções – frequentes, nem sempre simpáticas ou amigáveis – daquele historiador. E lembro-me de quase tudo o que lhe ouvi. Ora num dos encontros da APHES (nessa altura não era muita gente), creio que em Braga, alguém, que não recordo, se referiu à *História de Portugal* de Barcelos como sendo "uma história do regime", repetindo, de resto, o que quase toda a gente dizia nessa altura e alguma continuou e continua a dizer hoje.

A reação de Magalhães Godinho foi imediata e duríssima. Basicamente, tornou claro que nunca permitiria que, à frente dele, alguém se referisse àquela obra coletiva como uma "obra do regime"; que tal modo de falar, além de demonstrar ignorância e desconhecimento do trabalho, era de uma extrema injustiça – e era sobretudo isso, a injustiça, o que o incomodava. Como se podia conotar de forma simplista com a ditadura uma obra em que colaboravam – e recordo apenas alguns dos vários nomes que ele referiu – Jaime Cortesão, Hernâni Cidade ou Joaquim de Carvalho, a quem essa ditadura tão maltratara? Mas além disso destacou a grande qualidade de muitos dos textos. Desde esse preciso momento passei a encarar e a consultar a *História de Portugal* de Barcelos com outros olhos, e sobretudo a transmitir isso nas minhas aulas e nas minhas orientações de investigação.

Não me vou demorar na história da Faculdade de Letras do Porto, fundada em 1919, extinta em 1928 e definitivamente encerrada em 1931 porque já há, sobre ela, teses de mestrado e de doutoramento e um sem número de artigos, e porque a primeira conferência deste ciclo, no dia 18 de janeiro de 2019, foi esclarecedora e rigorosa, como tudo o que é feito pelo meu colega e amigo Jorge Fernandes Alves. Limito-me a partilhar algumas imagens ou recortes de jornais, querendo com isso transmitir um inevitável sentimento de tristeza e de nostalgia. E não resisto à tentação do *what if?*, da chamada "história dos possíveis". E se...? E se aquela excecional plêiade de professores e alunos tivesse tido continuação, não tivesse sido sufocada quase à nascença quando estava a produzir resultados intelectuais tão estimulantes? Como seria hoje a Faculdade de Letras do Porto se pudesse ter tido um percurso semelhante à sua congénere de Lisboa? Certamente uma Faculdade onde alguém como eu dificilmente teria lugar.

Queria apenas deixar três ou quatro ideias para um possível debate: o núcleo de professores iniciais de toda a Faculdade, e também de História,

era do melhor, o de alunos também; e pelos testemunhos que nos chegam, o ambiente entre professores e alunos era invulgarmente fraterno. Na cidade dos cafés, havia um no qual se encontravam, ou 'paravam', como se dizia no meu tempo de estudante, além dos boavisteiros (informação do Germano Silva), precisamente estudantes e professores da Faculdade de Letras: o Café Sport, há muito desaparecido, na Avenida dos Aliados**.** Escuso-me de dissertar neste texto sobre a riqueza desse convívio e dessa cultura de café. Algumas das melhores lições da Licenciatura (e depois dela) tive-as dentro do Café Encontro, escuro e desconfortável, com o Dr. Armindo de Sousa; lições que continuavam à porta do café, mas do lado de fora, a partir das duas da manhã, quando ele fechava, com esse meu professor. Não faltarão outros a dar igual testemunho do Café Diana Bar, na Póvoa do Varzim, em que o 'palestrante' era o meu saudoso professor de liceu e da universidade João Francisco Marques.

Não vou reproduzir as informações que Joaquim Magalhães dá na sua correspondência, sobre a primitiva Faculdade de Letras do Porto, até porque creio que elas serão matéria da conferência de João Carlos Garcia. Limito-me a duas notas: aquele jovem fez, com o dinheiro que o pai lhe deu, uma capa e uma batina que deveriam durar todo o curso e servirem para as aulas, para o estudo e para a festa. O acolhimento dos veteranos aos caloiros esteve a cargo de um estudante mais velho cujo futuro ainda ninguém previa, mas que desempenhou a sua função com enorme elevação e dignidade, sem violências nem humilhações insuportáveis. Chamava-se Agostinho da Silva.

A Faculdade de Letras do Porto, talvez por puxar às coisas do espírito, sempre teve uma relação complicada com as exigências da matéria, a começar pelas suas instalações. Só isso – a história das sucessivas instalações, por vezes diferentes conforme os cursos – das salas da Faculdade de Ciências do atual edifício da Reitoria até ao edifício em que está instalada hoje, merecia um livro[9]. Mas queria retirar dessa epopeia uma lição positiva, que sempre repito nas aulas de Cultura Medieval, quando estudamos o nascimento das universidades: umas boas instalações ajudam muito a que se trabalhe, se estude, se pense e se conviva bem. Mas o essencial não está aí. Porque se estivesse, a história da minha faculdade seria medíocre, quando eu penso que ela é motivo de muito orgulho.

Ficam algumas ilustrações comoventes desses anos iniciais, balbuciantes, e do que deve ter sido, para a cidade e para a Faculdade, o brutal decreto de extinção de 1928 (e não digo para a Universidade porque, pelo que nos é permitido saber, ela não se preocupou muito com essa extinção e pouco

[9] Aliás está tratada em obras recentes.

fez para a evitar). Não virá desse tempo, nem me interessa discuti-lo aqui, mas também não é de hoje alguma condescendência com que outros cursos, supostamente muito difíceis e só ao alcance de grandes inteligências, olham os nossos cursos de Letras, considerados fáceis e mais acessíveis a um 'público feminino' (preconceito que só por si diz tudo) e a gente por assim dizer não particularmente bafejada com capacidades intelectuais. No entanto, a quase totalidade dos 156 licenciados na FLUP entre 1919 e 1931 (12 anos) aguentaria com brilho qualquer comparação com os melhores licenciados de outros cursos. Já agora, lembro que o Curso se chamava Ciências Histórico-Geográficas (feliz coincidência com a experiência francesa). Mais tarde passaria a Ciências Histórico-Filosóficas, até à emancipação dos dois ramos do pensamento.

A HISTÓRIA DE PORTUGAL DE BARCELOS

Como demonstrou com segurança Jorge Alves, se o nome de quem se fala, o grande intelecto da Faculdade de Letras de 1919, é e será sempre o de Leonardo Coimbra, isso pode encobrir que o grande obreiro e responsável dessa fundação, a variadíssimos níveis, foi Damião Peres. Nascido em 8 de julho de 1889, em Lisboa, concluiu nessa cidade o Curso Superior de Letras e passou depois pelo ensino liceal (reitor no Funchal de 1912 a 1915). Em 1919 transferiu-se para o Liceu Gil Vicente, de Lisboa, onde conheceu Leonardo Coimbra, tornando-se os dois amigos. Sendo Ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra convidou Damião Peres para docente da recém-fundada Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da qual (universidade) chegou a ser reitor interino.

Na Faculdade de Letras do Porto, Damião Peres desempenhou funções como professor contratado do 4.º Grupo (Ciências Históricas). Findo o contrato de dois anos, foi reconduzido pelo Governo na qualidade de professor ordinário (professor catedrático depois da Reforma de 1926), tendo regido as cadeiras de Propedêutica Histórica, História de Portugal, História dos Descobrimentos e Colonização Portuguesa, História Geral da Civilização, Numismática e Esfragística, Epigrafia, Paleografia, Diplomática e História das Religiões. Entre janeiro de 1920 e julho de 1926 desempenhou as funções de Secretário da Faculdade, cargo para o qual foi eleito pelo respetivo Conselho Escolar.

Com isto percebemos uma das suas características: Damião Peres era um historiador, mas era sobretudo um divulgador e um excelente professor, um bom conferencista. É difícil atribuir-lhe uma área e uma cronologia de especialização (por isso na página *web* da faculdade em que é evocado o apresentam como "professor universitário, historiador e numismata"). Não pretendo revisitar a sua vida, a sua carreira e a sua obra, a não ser para, nota pessoal que

me permito, lembrar que foi professor durante dois anos[10] no Liceu Rodrigues de Freitas[11], e que ocupou durante longuíssimos anos a Cadeira n.º 13 de Académico de Número da Academia Portuguesa de História, na qual lhe sucedeu, também durante muitos anos, o meu orientador de tese, Prof. Humberto Baquero Moreno[12], e que agora está provisoriamente ocupada por mim, devido à generosidade e ao empenho do Prof. José Marques e ao prestígio de Baquero Moreno, e não a quaisquer méritos meus. Perceberão por isso que eu me debruce sobre a atividade de Damião Peres com especiais carinho e respeito.

No início dos anos 20, historiadores e outros intelectuais ligados à cultura, à filosofia e à literatura, à famosa "República das Letras", começavam a trocar entre si sugestões e propostas para a comemoração do chamado "Duplo Centenário", que ocorreria em 1940 ("Fundação de Portugal" e "Restauração"). Essas comemorações deveriam ter o máximo de solenidade e de brilho, e deixar como testemunho *monumenta*, no seu sentido etimológico, como os que se erguiam aos mortos prestigiados. Embora não pudéssemos falar ainda de uma 'política do espírito', a comunidade dos historiadores académicos e universitários, ou dos 'amadores' de grande craveira, de que destacaria Lúcio de Azevedo, estava desperta e sensível a essas comemorações, e sabia distinguir perfeitamente os 'historiadores a sério', independentemente das suas inclinações políticas, dos que se limitavam a visões puramente ideológicas e sem qualidade (por isso um autor prolífico como João Ameal não foi convidado; nem Alfredo Pimenta).

Em 1928, celebrando simbolicamente o oitavo centenário da Batalha de S. Mamede, é dado à estampa o primeiro volume de uma nova *História de Portugal*, (apresentada na luxuosa capa como "Edição Monumental da Portucalense Editora – Porto"!...), cuja ilustração de frontispício é ela própria todo um programa, felizmente não concretizado.

Dedicada "À memória dos nossos Maiores", escolhendo Camões – quem senão ele? – para a primeira epígrafe: "Esta é a ditosa pátria minha amada...", a gravura de Acácio Lino que abre o 1.º volume, "A primeira tarde portuguesa" é um segundo manifesto, que o brevíssimo "Prefácio" parece querer confirmar. Alguns excertos: "Portugal inteiro, numa luta em que há verdadeiros traços de epopeia, afirma solenemente ser alguma coisa de mais grandioso que simples nesga de território cuja independência derive de mero

[10] Entre a extinção da Faculdade, em abril de 1926, até fevereiro de 1928, quando foi convidado para a Universidade de Coimbra.

[11] Eu frequentá-lo-ia durante sete anos, crismado em "D. Manuel II"; depois do 25 de abril recuperou o seu nome de batismo.

[12] Para uma descrição pormenorizada de Damião Peres veja-se a respetiva evocação, feita por Humberto Baquero Moreno, quando tomou posse da referida cadeira: MORENO, Humberto Baquero (1979) - *Elogio do Professor Doutor Damião Peres.* Lisboa: Academia Portuguesa de História.

acto de rebeldia. As vidas heroicamente sacrificadas clamam bem alto que Portugal é uma Pátria!" E o *grand final*: "Nas páginas que vão seguir-se será escrita a história de um grande Povo, de uma grande Nação: singelamente – a História de Portugal".

Passo a uma breve apresentação do conjunto:

1.º Volume (1928): "Da Lusitânia-Pré-romana ao Condado Portucalense", 500 p.;

2.º Volume (1929): 1.ª época: 1128-1411 (preparação da Expansão) 700 p.;

3.º Volume (1931): 2.ª época: 1411-1557 (Expansão até à Crise Dinástica, que situa na morte de D. João III), este e o seguinte: 1.200 páginas;

4.º Volume (1932): continuação e conclusão do anterior;

5.º Volume (1933): 3.ª época: 1557-1640 (Perda parcial da Independência); 550 p.;

6.º Volume (1934): 4.ª época: 1640-1815 (Brasil, "reino unido" ao de Portugal, e começo do respetivo processo de independência); 800 p.;

7.º Volume (1935): 5.ª época: 1816-1918 (de facto, 1913); 750 p.;

O 1.º volume, publicado em 1928, trata da Lusitânia Pré-romana ao Condado Portucalense, incluindo um capítulo sobre "Condições Geográficas" com mais de 60 páginas, geografia que, como continuará a ser de tradição em todas as Histórias de Portugal que se seguirem, abandonará o palco após esta enxuta aparição. Foi criticada na obra a simples divisão interna por dinastias: se esse 1.º volume segue uma sucessão cronológica pura, com um parêntesis para tratar da Arte Visigótica, já a partir do 2.º teremos grandes divisões temáticas: o 3.º, por exemplo, divide-se em quatro grandes capítulos: História Política, Descobrimentos e Conquistas e Organização Económica. Dentro destes grandes apartados, os assuntos são tratados por ordem cronológica.

É importante estarmos atentos às modificações que cada volume traz:

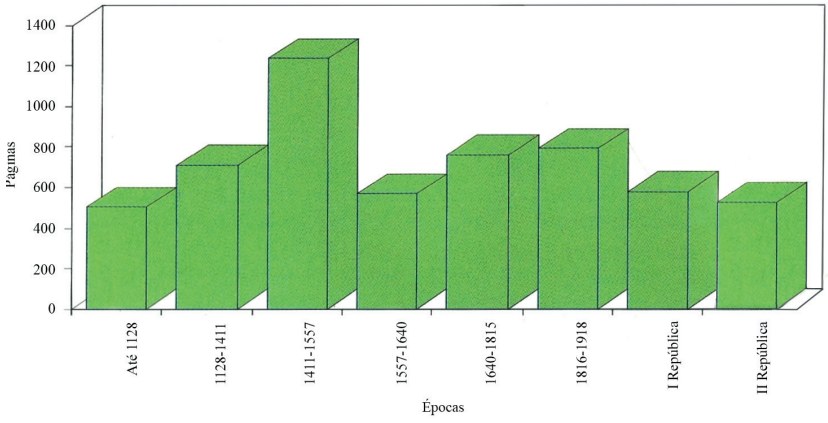
Quadro 1 - Divisão interna por volumes

Vol.	Matérias
1.º	Condições geográficas; Lusitânia Pré-romana; O Domínio Romano; Arte Visigótica; Domínio Árabe; Reconquista Cristã; Condado Portucalense
2.º	Organização económica; Organização social e administração pública; Organização militar; Cultura
3.º	História Política; Descobrimentos e conquistas; Organização económica
4.º	Domínio ultramarino; Cultura; Assistência
5.º	História política; Organização Económica; Domínio ultramarino; Assistência e Cultura
6.º	História política; Organização Económica; Cultura; Domínio ultramarino
7.º	História política; Domínio ultramarino; Organização Económica; Cultura e Assistência

Breve comentário ao quadro anterior: como já disse, a partir do 2.º volume, e mais ainda do 3.º, parece estabilizar-se uma organização interna em grandes áreas. Dentro dela notamos alguns matizes: a história política domina, pela extensão do tratamento, e abre quatro volumes; a organização económica surge no 3.º, e depois nos três finais. Com a morte de Lúcio de Azevedo, em 1930, responsável pelo tema nos volumes 2, 3 e 5, Damião Peres encarrega-se de o tratar nos dois volumes finais, não substituindo o seu notável colaborador desaparecido por nenhum outro especialista. Sublinhe-se que os temas económicos ocuparam sempre poucas páginas (37 no 3.º volume, 27 no 5.º, por exemplo). A organização militar, apenas presente no 2.º volume, tem direito a 24 páginas (estamos a falar de tomos de 500 e 600 páginas). A partir do 4.º, Jaime Cortesão terá a seu cargo o Domínio Ultramarino (designação que, considerando as polémicas do presente, parece sensatamente bem escolhida). A Cultura é tratada autonomamente em três volumes, e em mais dois aparece associada à Assistência (casamento de conveniência editorial, que não de conteúdos).

No excelente capítulo que dedica à "História em tempo de «ditadura»"[13], numa extensa alínea intitulada "Um símbolo da historiografia portuguesa: a «História de Portugal de Barcelos»"[14], Luís Reis Torgal elabora dois gráficos sobre a extensão do tratamento de períodos e de assuntos, gráficos que, pela sua clareza, aqui reproduzo:

Quadro 2 - Tratamento em extensão das épocas na História de Portugal de "Barcelos"[15]

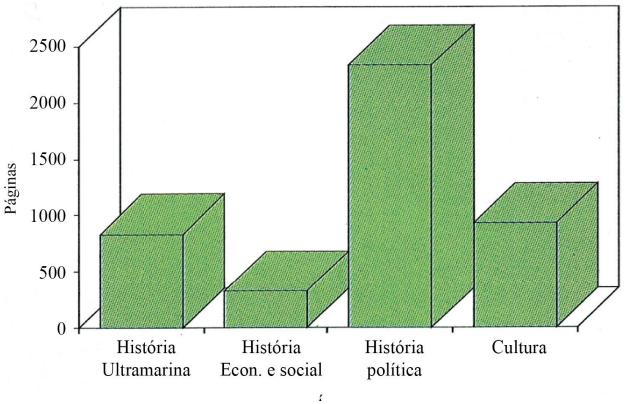


[13] TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando (1996) - *História da História em Portugal: sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 241 e seg.

[14] *Idem, ibidem,* p. 265-272.

[15] *Idem, ibidem,* p. 270-271.

Quadro 3 - Tratamento em extensão por áreas na História de Portugal "de Barcelos"



Voltando à história da *História*, o 7.º e último volume dos inicialmente previstos sai em 1935; enfim, em 1937 é publicado um volume de índices, o 8.º. Na minha opinião, é este conjunto de volumes (7 + 1) que constitui verdadeiramente a *História de Portugal* de Barcelos.

Muitos anos depois, em 1954, Damião Peres acrescentaria um volume todo da sua lavra (caso único na empresa), como "Suplemento", que se ocupa da segunda parte da 1.ª República. Podemos discutir aqui a sua legitimidade ou a felicidade neste acrescento. Vários dos 'fundadores' já não eram vivos, a conjuntura político-cultural era muito distinta, Damião Peres nunca fora um historiador da República. E esse volume ainda não era o fim da história: em 1981, Franco Nogueira, ministro de Salazar, escreve um 2.º Suplemento, que intitula curiosamente *A II.ª República*, e que analisa, à sua maneira, o Estado Novo. Se tenho bastantes reticências em considerar o volume de Damião Peres, de 1954, como parte verdadeiramente constitutiva da *História de Portugal* de Barcelos, não tenho qualquer dúvida em excluir este volume, de Franco Nogueira: Damião Peres tinha falecido cinco anos antes, em 1976. Franco Nogueira, que escrevia muito bem mas nunca foi um historiador, quando muito um memorialista controverso, não tinha qualquer direito científico ou moral para se colar a uma obra coletiva monumental para a qual, sempre na minha opinião, nem tinha formação, nem autoridade moral, nem nada. A editora teve que ser outra: a Livraria Civilização, do Porto.

Reis Torgal é bastante crítico, embora sempre equilibrado, na sua apreciação a esta *História de Portugal*: "para além do seu aparatoso aspecto gráfico, constitui o grande 'monumento institucional' da historiografia portuguesa do tempo da Ditadura Militar e do início do Estado Novo". Por se inserir nas

comemorações do chamado "Duplo Centenário", a obra teria "o selo nacionalista desde a origem", e o Prefácio revelaria uma "concepção da história patriótica e heroica". Já lá vamos.

Ideias centrais: contra tudo o que parecia adquirido desde Herculano, e devido à visão antropológica e ideológica de Mendes Correa, volta-se à estafada conceção do "Portugal antes de Portugal" – a que eu aprendi na Escola Primária e no Liceu. No geral, a obra é bastante equilibrada, com Expansão claramente a mais e Filipes claramente a menos. À exceção do 1.º volume, as cinco épocas têm uma compartimentação interna semelhante, como vimos no quadro acima. Arrumação coerente e com bastante sentido, parcialmente unificada, mas com abertura à especificidade de cada período. Aquilo que me parece mais débil e criticável (e remetendo para os Quadros n.ºs 2 e 3):

1. o desmesurado desenvolvimento da Expansão e da História Ultramarina (mais de 2.500 páginas, equivalentes a quatro volumes) – quase tudo, felizmente, de Jaime Cortesão.

2. As escassíssimas páginas consagradas à história económica e social (menos de 250; pecha antiga e em parte atual); já a História Contemporânea é quase exclusivamente política (mais de 500 das 780 p. do 7.º volume).

3. A abordagem da Cultura na sua aceção mais tradicional e conservadora.

Em conclusão, segundo Reis Torgal, "... pode dizer-se, assim**,** que a *História de Barcelos* é essencialmente uma historiografia "política" e "cultural", não concedendo a estes fatores uma expressão "social"[16].

Lembremos que Damião Peres e os seus colaboradores não tinham muitos antecedentes em que se pudessem apoiar (tirando a *História de Portugal* de Fortunato de Almeida*,* ou a do jesuíta Gonzaga de Azevedo)[17]. Houve um ensaio da maior importância, para a conceção da obra monumental, do qual se fala pouco. Em 1921, Damião Peres, como professor da Universidade do Porto, e Paulo Merêa, como professor da Universidade de Coimbra, publicaram uma sintética *História de Portugal* para servir de manual no ensino secundário[18]: livro de formato pequeno, com 300 páginas, foi por um lado uma primeira experiência de colaboração entre dois historiadores académicos, que seria muito desenvolvida em 1928, e propôs já uma divisão da História de Portugal em épocas (no caso sete), que seria retomada e corrigida na edição de Barcelos. E no meio século seguinte não se fez nada de semelhante (Alfredo Pimenta terá tentado, no seio da Academia Portuguesa de História,

[16] TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando (1996) – *Ob. cit*., p. 271.

[17] Publicada postumamente em 1935, por outro jesuíta: Domingos Maurício Gomes dos Santos; não passou de Afonso III.

[18] Segundo o programa oficial para as classes VI e VII do Ensino Secundário (Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1921, 300 p.).

mas sem sucesso). A próxima *História de Portugal* coletiva seria a dirigida por José Hermano Saraiva para as Edições Alfa (6 vol.; 10 anos de democracia; vocação gráfica semelhante).

Em 1955, Vitorino Magalhães Godinho fazia um balanço desolador dos resultados da publicação das *Histórias de Portugal* de Fortunato de Almeida e de Barcelos, comparando-as com o efeito que teve a de Oliveira Martins (de que era confesso admirador; e quem não é?): "Constatação dolorosa: nenhuma destas duas grandes histórias serviu de trampolim para qualquer movimento vasto e interno de investigação; parecem fechar uma época, e não abrir horizontes para renovação da pesquisa. Contrariamente à tão discutida e discutível construção de Oliveira Martins, cujos problemas postos ainda não estão esgotados, nem todas as hipóteses exploradas, nem a inspiração superada. É que a historiografia portuguesa parece ter-se isolado das grandes correntes culturais vindas dos quatro ventos do globo, e naquelas duas sínteses, como também nas monografias, quase nunca se integra a evolução portuguesa na evolução peninsular e mundial, quase nunca se aplica o método comparativo. Onde encontrar, salvo honrosas exceções, as marcas de qualquer influência de Henri Pirenne, Lucien Febvre, Marc Bloch? Da Junta Internacional da História dos Preços nunca houve comissão portuguesa, e em Portugal não encontraram qualquer eco os trabalhos de Labrousse, Hamilton, Beveridge e outros tantos"[19]. Torgal interroga-se se em 1996 se Godinho manteria a mesma dureza na apreciação da obra. Como fui testemunha, não mantinha. Matizou bastante essa apreciação e valorizou-lhe numerosas dimensões e contributos.

História nacionalista, 'isolacionista', marcada pela mitologia das descobertas? Sem dúvida alguma. Mas nunca esqueçamos que quer esse nacionalismo quer essa mitologia dos Descobrimentos eram transversais a todas as ideologias e posicionamentos políticos, e vêm cheios de força do século XIX, desencantado e decadentista, que enraizou definitivamente a Expansão, as suas glórias e os seus heróis como o tema por excelência da História de Portugal. Não por acaso, esta *História de Portugal* está bastante ligada à *História do Regimen Republicano em Portugal*, dirigida por Luís de Montalvor, do início dos anos 30, em que uma parte substancial é escrita por Joaquim de Carvalho, e em cuja abertura Jaime Cortesão ensaia os seus *Factores Democráticos para a formação de Portugal*. Damião Peres procurou rodear-se de especialistas, e basear-se numa história positiva e documental, sem grande espaço para o pensamento igualmente brilhante, mas mais ensaístico, de um António Sérgio; preferiu-lhe Jaime Cortesão, no que estaria sintonizado com Godinho.

[19] *Idem, ibidem,* p. 270.

Por último, proponho breves comentários aos autores, bem como uma reflexão mais profunda sobre a ligação da *História de Portugal* de Barcelos à Faculdade de Letras.

O papel de Damião Peres não precisa de mais comentários. Para o 1.º volume ser dado à estampa em 1928, como se pretendia, e os outros se seguirem a uma cadência anual[20], todo o projeto foi obrigatoriamente pensado, amadurecido e organizado alguns anos antes. Por exemplo, a ideia de os livros terem uma valiosíssima carga iconográfica, da responsabilidade geral de Eleutério Cerdeira, que surge como codirector da História, responsável por uma inédita "Direcção Artística"[21].

Seria descabida uma tentativa infantil de contar colaboradores da Universidade do Porto, das de Coimbra e Lisboa ou de outras instituições. Interessa apenas sublinhar que Damião Peres se procurou rodear dos melhores, na sua ótica, e para isso o local onde se formaram ou onde trabalhavam não contava: por isso temos desde o início David Lopes, da Universidade de Lisboa, Virgílio Correia, da Universidade de Coimbra, Lúcio de Azevedo, Paulo Merêa[22], José Joaquim Nunes, Aarão de Lacerda, Newton de Macedo, António Baião, Joaquim de Carvalho, Luís de Pina, M. Lopes de Almeida ou Hernâni Cidade. A partir do 3.º volume, publicado em 1931, Damião Peres aparece já como docente da Universidade de Coimbra, que em boa hora o aproveitou, a ele e a outros, depois da dramática extinção da Faculdade de Letras do Porto. E por isso esta escola tem também crédito na prossecução e concretização final da obra; como já tinha, juntamente com a de Lisboa, devido aos colaboradores que nelas ensinavam desde o primeiro momento da conceção do projeto.

Mas posso escrever, sem bairrismos serôdios nem deturpação dos factos, que o diretor e inspirador do projeto era desta, da nossa Faculdade, como o foram muitos outros colaboradores[23]. Insisto: para que o primeiro volume saísse em 1928 e os seis seguintes em (quase) rigorosa sequência anual foi necessário que toda a planificação da obra, o convite aos colaboradores, a receção e a correção de quase todos os capítulos, a demorada e muito cuidada seleção das ilustrações, e depois o próprio trabalho de composição gráfica e de maquetagem, bem como de correção tipográfica das provas, tivessem começado muito antes; provavelmente pouco depois da fundação

[20] Com a exceção do hiato de 1930.

[21] Chamo a atenção para a quantidade e a profunda utilidade das ilustrações, sejam pinturas românticas de episódios célebres, sejam fotografias a preto e branco de locais e monumentos entretanto modificados ou desaparecidos.

[22] Que nos deixou páginas ainda hoje obrigatórias.

[23] Em relação aos quais será mais correto falar da Universidade do Porto no seu conjunto.

da Faculdade de Letras, e claramente na primeira metade dos anos 20. Não pode ter sido senão com um sabor agridoce, talvez mais amargo do que doce, que Damião Peres apresentou o primeiro volume da sua obra monumental, da obra da sua vida, no ano mesmo em que fechavam a sua Faculdade.

E nota-se, na *História de Portugal*, essa filiação na primeira Faculdade de Letras? Claro que sim, e a dois níveis: um, evidente, o dos autores e do diretor. O outro, menos evidente e sugerido por mim: a grande abertura de espírito que reinava nesta Faculdade, a seriedade do trabalho e a justiça na avaliação, o são convívio entre professores e alunos, nas salas da Quinta Amarela ou no ambiente saturado de fumo do Café Sport, não podem ter sido alheios à abertura intelectual da obra e ao espírito de colaboração que uniu todos os que para ela escreveram.

Quando o "Círculo de Leitores" pensou pela primeira vez em editar uma História de Portugal, fez um inquérito junto dos historiadores mais conhecidos ao tempo, e a pergunta era a seguinte: acha que, depois da *História de Portugal* de Barcelos, há lugar para o lançamento de uma obra da mesma envergadura? Já tinha sido publicada a *História de Portugal* da Alfa, na qual o próprio José Mattoso colaborara (e muitos outros historiadores de primeira água). Eis uma boa homenagem, uma muito boa homenagem àquela 'velha' e monumental *História de Portugal*, ao seu diretor, aos seus autores e à Faculdade que a gerou e permitiu.

Estamos em 2019. Como podemos nós, como posso eu, na qualidade de docente, encerrar estes pensamentos em voz alta? Estou saturado da magnífica imagem dos "anões aos ombros de gigantes", erradamente atribuída a Bernard de Chartres, do século XII, e que Umberto Eco há muito provou ser uma ideia recorrente desde a Antiguidade Clássica. Sobretudo porque não sinto que eu, anão do presente, veja mais longe que os gigantes que me precederam apenas porque vim depois deles e portanto posso subir para os seus ombros e ter outro alcance. Contento-me com bastante menos: anões que sucedemos a gigantes, temos de conhecer bem o legado desses gigantes, divulgá-lo, explorar ao máximo as suas potencialidades. E temos sobretudo de tentar passar tal legado, o melhor que pudermos e soubermos, aos estudantes da Faculdade de Letras do Porto, para fingir que este hiato lamentável entre o encerramento da Faculdade e a sua reabertura não aconteceu, para ajudar a formar, senão gigantes, que já não é o tempo deles, pelo menos pessoas que, se se sentassem nas mesas do Café Sport com os velhos mestres dos anos 20, fossem capazes, como os alunos de há cem anos, de aguentar uma boa discussão e de, em conjunto com esses mestres, ajudar a criar ideias novas.

JOSÉ RAMIRO PIMENTA, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS
JOÃO CARLOS GARCIA, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS

A GEOGRAFIA NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (1919-1931): UMA HERANÇA RATZELIANA

O ensino superior de Geografia na cidade do Porto não se inicia apenas com a criação da Faculdade de Letras em 1919. Havia muito que diversos temas, enquadrados em diferentes campos do saber, e que a seu tempo foram integrando a Geografia moderna, se lecionavam nas instituições de ensino superior que o poder central permitira criar no Porto, face ao monopólio nacional conservado pela Universidade de Coimbra.

Na segunda metade do século XVIII, a ação reformadora pombalina estendeu-se ao Porto, de forma mais incisiva, desde a revolta popular contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1757, e a nomeação de João de Almada e Melo (1703-1786), para dirigir os destinos da cidade, não só os militares como os civis mas, particularmente, os institucionais e os urbanísticos. Neste quadro foi criada a Aula de Náutica, em 1762, que fixou a existência do ensino superior no Porto, e neste, o ensino dos temas geográficos[1].

A PRESENÇA DA GEOGRAFIA: DA AULA DE NÁUTICA ÀS REFORMAS LIBERAIS

A Aula foi suportada pela Companhia, já que o ensino da Náutica se ligava ao particular interesse que a instituição tinha na exportação do Vinho do Porto e no comércio marítimo de longo curso. Aos temas como a Astronomia, a Cosmografia, o estudo dos climas ou dos oceanos, juntavam-se na lecionação, os dedicados às questões militares da guerra marítima e à

[1] Araújo, Bernardo e Monteiro, 2012.

Cartografia. Entre os lentes de Aula de Náutica destacou-se o nome de José Monteiro Salazar (1715-1789), piloto e reputado cartógrafo, de quem se conhecem diversas cartas hidrográficas, em particular, o *Mapa da Cidade e Rio da cidade do Porto*, de 1779.

O exercício prático destes temas cartográficos e geográficos no ensino superior portuense conhecerá uma nova etapa através da criação da Aula de Debuxo e Desenho, em 1779. Normalmente associada às Belas-Artes e às questões técnicas das Ciências Náuticas, esta Aula liga-se à Geografia por dois conteúdos programáticos importantes: o desenho de paisagem e a elaboração de mapas hidrográficos e plantas das cidades com portos marítimos ou fluvio-marítimos. Refere-se no texto de fundação, que as lições se destinam tanto à "(…) mocidade nobre como também para os comerciantes, fabricantes, artistas, oficiais, aprendizes e marinheiros"[2].

O funcionamento regular destas instituições não foi fácil nos conturbados tempos da viragem do século. Quer a Aula de Náutica, quer a de Debuxo e Desenho, que há muito apresentavam profundos problemas internos, foram extintas em 1803, ao ser criada uma nova e poderosa instituição: a Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto, ainda sob a tutela da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Eram vários os cursos ministrados e em quase todos encontramos temas, métodos e materiais que se relacionam com a Geografia. Para os de Matemática, de Pilotagem e de Agricultura, em particular, a Academia teve de adquirir instrumentos astronómicos e marítimos, globos, cartas geográficas e topográficas, além de numerosa bibliografia especializada.

Na Aula de Desenho da Academia: "O lente devia dar em cada ano um curso completo de Desenho que compreendesse os seus diferentes ramos, de modo a fazer públicas as obras de arte, naturais ou de convenção, explicando distintamente os princípios da perspectiva, o modo de preparar as tintas e de dar aguadas. Devia, além disso, ensinar, positiva e eficazmente, o desenho de marinha, fazendo copiar e reduzir plantas de costa, baías, enseadas e portos, representando as vistas de ilhas, cabos e promontórios e a dos navios considerados em diferentes posições e manobras e, por último, habilitar os alunos na praxe do risco das cartas geográficas e topográficas"[3].Mas, além deste desenho mais técnico e relacionado com a elaboração de mapas e plantas, há que recordar as aulas de pintura, e nelas a importância da paisagem[4].

---

[2] Santos, 1996:30-31.

[3] Santos, 1996:45.

[4] Para avaliarmos a qualidade das aulas lecionadas na Academia, bastará enumerarmos os artistas que aí ensinaram nas primeiras décadas de Oitocentos: Vieira Portuense (1800-1805), Domingos Sequeira (1806-1821), João Baptista Ribeiro (1811-1831) e Augusto Roquemont (1831-1832).

Na Academia era também ministrado um Curso de Comércio que contava, entre as matérias ensinadas, com uma Geografia histórico-comercial, essencialmente descritiva e exaustiva, no que respeitava a informações sobre países e suas colónias, matérias-primas e produções económicas, cidades, portos e rotas marítimas. Diretamente relacionados com o Curso de Comércio encontravam-se os cursos de línguas Francesa e Inglesa, onde os alunos destinados à carreira de piloto, deviam traduzir obras eruditas de Geografia e nestas, com maior atenção, os temas de hidrografia e de matemática.

Após as Invasões Francesas, a ocupação inglesa e a Revolução Liberal de 1820, em pleno contexto da Guerra Civil, foi fundada no Porto, em 1833, "(…) uma biblioteca pública com os livros das bibliotecas dos conventos extintos, [que] destinava à Academia da Marinha e do Comércio, dos exemplares duplicados, as obras que tratavam de ciências matemáticas, navegação, comércio e agricultura, indústria e artes, geografia, cronologia e história. Não tinha nesse tempo a Academia, cadeiras de Física, nem de Química, nem de História Natural. O decreto destinava um exemplar dos duplicados relativos a estas matérias para a Escola Médica"[5]. De facto, os sucessivos conflitos militares já referidos haviam criado no Porto condições para a criação do ensino superior da Medicina e da Cirurgia, daí a existência da Régia Escola de Cirurgia, desde 1825.

Como aconteceu em Lisboa, onde várias instituições de ensino público receberam notáveis espólios bibliográficos graças à "redistribuição" organizada pela Biblioteca Nacional, a partir das numerosas livrarias das extintas ordens religiosas, também no Porto ocorreu um processo semelhante, com base na Biblioteca Pública[6]. As pequenas bibliotecas das instituições de ensino superior, que a pouco e pouco, por aquisições ou doações se tinham constituído, receberam então um muito significativo número de obras, entre as quais se contavam verdadeiros tesouros bibliográficos. Bastará avaliarmos a quantidade e a qualidade das obras de Geografia e de Cartografia existentes na Biblioteca do Fundo Antigo da Universidade do Porto, tendo em conta a sua proveniência, para confirmarmos a importância desse processo, na constituição das coleções bibliográficas da Universidade.

A GEOGRAFIA NAS ESCOLAS E ACADEMIAS OITOCENTISTAS

O quadro reformista liberal, também no Porto, tem um momento alto na criação de instituições de ensino superior, nos anos de 1836-1837. Nesta última data e, em parte, como herdeira da Academia Real de Marinha e Comér-

[5] Basto, 1937. Ver *2º Centenário da Academia Real da Marinha*…, 2003.
[6] Ver Barata e Cabral, coord., 1984.

cio, foi fundada a Academia Politécnica do Porto, instituição que atravessará todo o século XIX, até à implantação da República, como a grande referência do ensino técnico superior na cidade[7]. Nela encontramos as matérias geográficas lecionadas nos mesmos tipos de cursos (ou afins), que haviam funcionado nas instituições que a antecederam. No Curso de Pilotos e de Engenheiros Geógrafos ensinava-se o Desenho de figura e de paisagem, o Desenho de topografia e paisagem pelo natural, o Desenho geográfico, com a obrigatoriedade de elaboração de mapas e "plantas de costas, baías, enseadas e portos". Em todas estas variantes do desenho se cruzavam princípios e elementos da Astronomia, da Matemática, da Pintura, da Cartografia, e implicavam o trabalho de campo.

A Geografia mais descritiva surgia no Curso de Comerciantes. A 11.ª Cadeira (Comércio), repartida por três anos, incluía Geografia comercial, com a caracterização topográfica e comercial dos portos, especialmente os que negociavam com Portugal e suas colónias, a descrição das estradas mais adequadas para o tráfego de artigos comerciais e o movimento dos portos. Com a reforma de 1885 alguns princípios foram alterados. A instituição era "(…) especialmente destinada a formar *engenheiros civis* de obras públicas, minas e indústria, e habilitar para *comerciantes*. Ministrava também os *cursos preparatórios* para a admissão na escola do exército, escola naval, escolas médico-cirúrgicas e pharmacia"[8]. Segundo o Regulamento da Academia, de 1888, entre as matérias lecionadas, a Geografia não volta a surgir autonomamente. Nos cursos de Engenharia Civil, Industrial e de Obras Públicas e Minas, bem como no Curso de Comércio, existia no 3.º ano de licenciatura, uma disciplina em que se ensinava Economia Política, Estatística e princípios de Direito Público e de Direito Administrativo, onde alguns conhecimentos de Geografia Política e da Geografia Económica faziam parte do programa.

Como o ensino e as matérias se tornaram mais técnicos e específicos, foram adquiridos novos materiais e instrumentos científicos mas conservaram-se muitos outros, que tinham apoiado a lecionação dos anteriores temas. O capítulo X do Regulamento enumera os "estabelecimentos da academia auxiliares do ensino", onde encontramos alguns diretamente relacionados com os trabalhos de campo geográficos e cartográficos: "Bibliotheca, observatório astronómico, gabinete de physica, laboratório chimico, gabinete de zoologia, gabinete de mineralogia, geologia e paleontologia, gabinete de minas e laboratório metallúrgico, jardim botânico, collecção de modelos de

[7] Ver Basto, 1937.
[8] *Regulamento*…, 1888:5.

cinemática, collecção de instrumentos astronómicos, geodésicos e topográficos, collecção de estampas, e modelos de desenho"[9].

Em 1836, no contexto das reformas setembristas, a Régia Escola de Cirurgia dará lugar à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, que funcionará até à implantação da República, paralelamente à Academia Politécnica do Porto, formando muitas gerações de alunos do continente, dos arquipélagos atlânticos e dos territórios coloniais. Na mesma data também foi criada na cidade a Escola de Farmácia.

Algumas matérias lecionadas e investigadas nestas instituições ligam-se a temas geográficos. A mais conhecida é, provavelmente, a relação entre o clima e os estados de tempo e determinadas doenças. Foi no Porto que se divulgou uma das primeiras séries portuguesas de dados climáticos instrumentais, num periódico científico intitulado *O Ano Médico*, em 1796. Mas a Medicina também se interessava pelos aspetos geográficos, ao ser chamada a dar parecer sobre a salubridade urbana (Higiene Pública e Medicina Legal) ou sobre determinados territórios a colonizar, internamente ou em espaços ultramarinos (Medicina Tropical). Também no ensino de Farmácia eram tidos em consideração, aspetos da Botânica Sistemática na sua relação com a Fitogeografia.

As reformas de 1836 também não esqueceram o campo das Artes, criando na cidade a Academia Portuense de Belas-Artes, que se manterá até à entrada do regime republicano, acompanhada desde 1881, pela Escola de Belas-Artes do Porto. Em ambas a pintura de paisagem será amplamente ensinada e o desenho de Arquitetura desenvolver-se-á ao longo do século XX.

A UNIVERSIDADE DO PORTO E A GEOGRAFIA NA FACULDADE DE CIÊNCIAS

Entre as primeiras reformas do novo regime republicano, estabelecido em outubro de 1910, contaram-se as dedicadas ao ensino, nos seus vários níveis. No ensino superior, a criação das Universidades de Lisboa e do Porto, representando o fim do monopólio da Universidade de Coimbra em Portugal e nos seus territórios coloniais, foi um momento decisivo, permitindo a constituição ou reformulação das instituições até então existentes.

Na Universidade do Porto, a Geografia surge desde o primeiro momento, pela sua ligação à Faculdade de Ciências (FCUP), criada em 1911. Desde então e até à reforma de 1930, o ensino da Geografia, segundo os seus vários ramos, esteve presente em diversos cursos. Em Ciências Histórico-Naturais (1º grupo da 3ª secção), que compreendia a Geologia, a Zoologia e a Botâ-

[9] *Regulamento*, 1888:25-26.

nica, mais concretamente em Ciências Geológicas, eram lecionadas Cristalografia, Mineralogia, Petrologia, Paleontologia, Geologia, e uma disciplina de Geografia Física[10]. Existiam também cursos subsidiários de desenho, como o Desenho rigoroso, o Desenho de máquinas e o Desenho à vista de plantas e animais mas, de entre eles destacaríamos, com quatro aulas práticas no primeiro semestre do 4.º ano da licenciatura, os de Desenho Topográfico e Desenho aplicado à Cartografia, que entrarão no currículo dos alunos da Faculdade de Letras, quando esta for criada em 1919.

Nos primeiros anos da FCUP, no bacharelato em Ciências Histórico-Naturais, de quatro anos, existiam no 3.º ano, as disciplinas de Botânica Especial e Geografia Botânica, Desenho Topográfico e Zoologia dos Vertebrados e Geografia Zoológica e, no 4.º ano, uma Geografia Física, semestral. O curso passará a licenciatura em 1918. A reforma de 1926 estabelecerá no 3.º ano, a Botânica Sistemática, Fitogeografia e Fitopaleontologia, e a Zoologia Sistemática, Zoogeografia e Zoopaleontologia e, no 4.º ano, a Geografia Física. A posterior reforma de 1930 fará desaparecer a Geografia na Botânica mas criará duas novas disciplinas nas Ciências Biológicas: a Ecologia Vegetal e Fitogeografia e a Ecologia Animal e Zoogeografia, no 4.º ano[11]. Também em 1930 é estabelecida no Curso de Ciências Físico-Químicas a disciplina de Geografia Física e Física do Globo, para os alunos do 4.º ano de licenciatura.

A GEOGRAFIA NA PRIMEIRA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

Aquando da fundação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), Portugal tinha 6 milhões de habitantes, acabava de sair de uma guerra em várias frentes, na Europa e em África, vivia a instabilidade política da Primeira República e conhecia a última de uma série de epidemias, que provocara no País entre 50.000 e 100.000 vítimas, a chamada Gripe Espanhola[12]. O Porto tinha então cerca de 200.000 habitantes, 46% dos quais analfabetos. Esse valor era mais elevado no conjunto do distrito, 63%, o que se aproximava da média nacional, que rondava os 70%. Não era apenas o ensino universitário que necessitava de reformas, mas toda a questão da "Instrução Pública".

A FLUP data de agosto 1919 e à sua criação, envolta em polémica, ligam-se os nomes de António Granjo (1881-1921) e, sobretudo, de Leonardo Coimbra (1883-1936), filósofo e republicano convicto, então Ministro da Instrução Pública[13]. Na cidade do "31 de janeiro" de 1891, fora proclama-

[10] Andrade, 2000:167.
[11] Salema, 2000:296-297.
[12] Ver Alves, 2012.
[13] Cf. Alves, 2019:39; ver Magalhães, 2012.

da, poucos meses antes, a Monarquia do Norte, e daí partira um exército mal organizado e mal armado a combater os republicanos vindos do sul. Nessa cidade mal refeita dos acontecimentos políticos foi estabelecida uma nova instituição, que nem todos defendiam como necessária, mesmo dentro da academia, fundada nos ideais da *Renascença Portuguesa*[14]. Desse movimento intelectual sediado no Porto saíram alguns dos seus professores, outros vieram de Lisboa, transmitindo inovações teóricas e práticas pedagógicas[15].

A estrutura da FLUP baseou-se na das Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra estabelecidas em 1911, a que se somavam as alterações da reforma de 1918, plasmadas nos Decretos-Lei nº 4.651, de 14 de julho de 1918 e nº 4.945, de 1 de novembro de 1918[16]. Foram criados cinco cursos: Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, Ciências Histórico-Geográficas e Ciências Filosóficas. Além do grau de licenciado, a Faculdade de Letras atribuía também o de Doutor em Ciências Históricas e em Ciências Geográficas[17].

Na Licenciatura em Ciências Histórico-Geográficas da FLUP, as disciplinas de Geografia sempre foram minoritárias. Ao longo dos quatro anos existiam 31 disciplinas, sendo 5 de Geografia, 1 de Cartografia e Elementos de Topografia e 1 de Etnologia. O papel concedido à Geografia era de mera ciência auxiliar. No primeiro período de funcionamento da instituição, entre 1919 e 1925, no 1.º ano apenas existia uma disciplina anual, Geografia Geral, lecionada por A. A. Mendes Corrêa (1888-1960), e uma disciplina semestral, de Geografia Física, lecionada por Aarão Ferreira de Lacerda (1863-1926), na FCUP. No 2.º ano, mais três disciplinas asseguradas por Mendes Corrêa na FLUP, Antropogeografia Geral e Etnologia, semestrais, e Geografia de Portugal e Colónias, anual. Os alunos nelas inscritos frequentavam na FCUP, como disciplina obrigatória semestral, Cartografia e Elementos de Topografia. No 3.º ano existia apenas uma disciplina anual de Geografia, na FLUP, Geografia Política e Económica, que foi regida por sucessivos professores pouco relacionados com a matéria: António Luís Gomes (1898-1981), entre 1921 e 1923, Artur de Magalhães Basto (1894-1960), entre 1923 e 1924,

[14] Cf. Alves, 2019:20

[15] Do Liceu de Gil Vicente, um dos mais prestigiados de Lisboa, onde Leonardo Coimbra fora professor e bibliotecário, vieram para a FLUP, por sua indicação, vários professores, como Newton de Macedo, Canuto Soares e Delfim Santos - ver Ramos, 1983:254. Sobre a missão confiada a Leonardo Coimbra pelos republicanos é ilustrativo o telegrama que lhe foi enviado por Adriano Brandão e Adolfo Pinto de Souza, a 8 de junho de 1919: "Desde que o ensino encontrou em V.ª Ex.ª um defensor das novas teorias é urgente e indispensável continuar essa obra, purificando o professorado a bem da Universidade e prestígio da República" (Universidade Católica Portuguesa – Porto, Biblioteca Memorial Leonardo Coimbra, *Correspondência*, Telegrama 35).

[16] Araújo, F., 2008:55.

[17] Ver Ramos, 2011.

e Humberto Pinto de Lima (1902-1984), entre 1925 e 1926. No 4.º ano não existiam disciplinas de Geografia[18].

Por se considerar fundamental na formação dos alunos de Letras, a Geografia de Portugal e Colónias era obrigatória em todas as licenciaturas[19], como o era também, em conjunto com a Geografia Geral e a Geografia Política e Económica, para os alunos do Ensino Primário Superior, nas variantes de Filologia Românica, Filologia Germânica e Ciências Histórico-Geográficas.

À Geografia, ainda que minoritária, reconhecia-se, assim, alguma importância como portadora de conhecimentos úteis e da cultura geral do cidadão. A título de exemplo, transcrevemos o programa de Geografia Geral (1919/1920), disciplina obrigatória para todos os futuros professores formados pela FLUP. É uma Geografia física (geomorfologia, climatologia, biogeografia) e centrada na escala do planeta ou das suas grandes regiões. A Geografia Humana surge apenas na sua relação com as condições naturais:

> "Conceito, divisões e evolução histórica da Geografia.
> Origem, forma, dimensões e plano da Terra.
> Relevo e modelado terrestre. Causas epigénicas e condições estruturaes. Evolução hidrográfica. Ciclos d'erosão. As condições meteorológicas no modelado. O modelado das costas marítimas. O modelado glaciário. Deslocamentos da crusta. Vulcanismo. Classificação das montanhas.
> As grandes áreas oceânicas, seus caracteres e sua formação.
> Divisões naturaes da Terra firme. Paleogeografia.
> Estudo de cada uma das principaes regiões geomorfológicas. Eurásia: região septentrional da Europa, zona dos massiços antigos, dobramentos alpinos, depressão mediterrânea; estudo sumário da região septentrional da Ásia, do bordalete montanhoso meridional, da costa ocidental do Pacífico e do sudeste asiático. Dados geraes sobre as principaes regiões geomorfológicas de: Indo-África e plataforma australiana; América do Norte; Antilhas; América do Sul; terras polares.
> Biogeografia. Zonas de vegetação e regiões zoológicas. O meio e os seres vivos.
> Antropogeografia. Relações da Geografia Física com a Geografia humana"[20].

Entre 1926 e a extinção definitiva da FLUP, em 1931, ocorreram algumas pequenas alterações, quer na estrutura das disciplinas, quer na atribuição das diversas temáticas aos professores. A Geografia Geral, no 1.º ano, continuou a ser lecionada por Mendes Corrêa, mas coadjuvado por Humberto Pinto de Lima. Também no 1.º ano e na FCUP, Mendes Corrêa substituiu Aarão Ferreira de Lacerda, na Geografia Física. No 2.º ano, desapareceu a Cartografia e Elementos de Topografia e a Geografia de Portugal e Coló-

[18] Sá, 1986:203-204.

[19] Em 1920/1921, por exemplo, frequentaram a disciplina 43 alunos dos vários cursos da FLUP, mas apenas 6 eram de Ciências Histórico-Geográficas (FLUP, Arquivo Central, 1.ª FLUP, Il-8-56).

[20] FLUP, Arquivo Central, 1.ª FLUP, Il-8-72-v.

nias, anual, subdividiu-se em duas disciplinas semestrais de Geografia de Portugal e de Geografia Colonial Portuguesa, ambas lecionadas por Mendes Corrêa, com a colaboração de Artur de Magalhães Basto, no que se refere a esta última[21]. No 3.º ano, a única cadeira de Geografia, a Geografia Política e Económica, foi assegurada por Humberto Pinto de Lima, Mendes Corrêa e Torquato de Sousa Soares (1903-1988).

A reforma de 1926 alterou também os estatutos de autonomia ou não autonomia de algumas grandes áreas científicas: a Filosofia foi unida à História criando-se o Curso de Ciências Histórico-Filosóficas. Em 1930, uma nova reforma extinguiu o Curso de Ciências Histórico-Geográficas. A Geografia seguia agora o seu rumo autonomamente, mas apenas nas Universidades de Coimbra e Lisboa[22]. Ao Porto a ordem chegara demasiado tarde: o Governo decretara já o encerramento da FLUP. A Geografia só reaparecerá na Universidade do Porto quatro décadas depois[23].

PROFESSORES E ALUNOS DE GEOGRAFIA

Atendendo às poucas matérias de Geografia lecionadas na FLUP, mesmo nas chamadas Ciências Histórico-Geográficas, o corpo docente ativo ao longo dos doze anos de funcionamento da instituição foi reduzido e com pouca ou nenhuma formação superior em Geografia. A figura tutelar e omnipresente foi António Augusto Mendes Corrêa, licenciado em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto em 1911 e Doutor em Ciências Histórico-Naturais, pela FCUP, em 1921. Tomou posse como Professor Ordinário da FLUP, em agosto de 1928 e foi nomeado Professor Ordinário de Ciências Geográficas, pelo Conselho Escolar da mesma instituição, em julho de 1925. A 2 de dezembro do mesmo ano foi-lhe concedido o título de Doutor em Letras, na área de Ciências Geográficas[24]. Este último grau, como aconteceu com outros casos na FLUP, por a lei o permitir, não foi obtido através da apresentação, discussão e aprovação de qualquer trabalho académico, mas sim por votação entre os seus pares, o que provocou acesas críticas nas academias congéneres[25]. Embora a obra publicada de Mendes Corrêa inclua centenas de títulos, são muito poucos os que, mesmo lateralmente, se relacionam com aspetos geográficos[26]. Na investigação científica, o seu inte-

[21] A substituição de Mendes Corrêa por Magalhães Basto, em dezembro de 1930, prende-se com a nomeação do primeiro como comissário português na Exposition Coloniale Internationale et des Pays d'Outre-Mer, realizada em Paris, em 1931.

[22] Cf. Amaral, 1983.

[23] Ver Homem, 1991.

[24] Pina, 1966:108.

[25] Araújo, F, 2008:55.

[26] Cf. Eiras, 1989.

resse maior sempre passou pela Etnologia e pela Antropologia, em particular a Antropologia Física, com significativo desenvolvimento internacional, na década de 1930.

Como referimos, um importante contributo para a lecionação das matérias geográficas na FLUP, foi dado, numa primeira fase, por Aarão Ferreira de Lacerda, na Faculdade de Ciências. Como Mendes Corrêa, este professor era também licenciado em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, doutorou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra e na Academia Politécnica do Porto foi lente de Filosofia, desde 1887, e de Zoologia, desde 1890. A seu cargo esteve a disciplina de Geografia Física que, como sabemos, não era exclusiva para os alunos de Letras[27].

Na Universidade do Porto, à presença dos médicos na Geografia há que juntar a dos juristas. Artur de Magalhães Basto, licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e cunhado de Mendes Corrêa, foi por este proposto para professor da FLUP, em julho de 1922, e na instituição lecionou também Geografia, entre 1923 e 1928. António Luís Gomes, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, era filho de António Luís Gomes (1863--1961), Ministro do Fomento (1910) e Reitor da Universidade de Coimbra (1921-1924) e irmão de Ruy Luís Gomes (1905-1984), futuro professor da Faculdade de Ciências e futuro Reitor da Universidade do Porto, após 1974. Foi contratado para o Curso de Filologia Românica da FLUP, em 1919. O magistério dos dois juristas passou pela disciplina de Geografia Política e Económica, onde se descreviam países e capitais, aspetos demográficos, recursos económicos, redes de transportes e a estrutura política e administrativa dos Estados e das suas colónias.

Finalmente, o contributo de dois dos primeiros alunos da FLUP, licenciados em Ciências Histórico-Geográficas, em 1924, que entraram no corpo docente no ano seguinte: Torquato de Sousa Soares e Humberto Pinto de Lima, que também auxiliaram na disciplina de Geografia Política e Económica e na Geografia Geral. Com a extinção da FLUP, em 1931, o primeiro continuou a carreira na Universidade de Coimbra, com um interregno, como professor nos Estudos Gerais Universitários, de Angola, em Sá da Bandeira, entre 1967 e 1970; o segundo abandonou a Universidade em 1929, depois de ainda lecionar disciplinas de Antropologia e Arqueologia. Posteriormente, entrou na carreira diplomática, conhecendo-se a sua presença nos Consulados Gerais de Portugal em Nairobi, entre 1932 e 1938, em São Francisco, em

[27] Andrade, 2000:169. Também no Curso Superior de Letras, em Lisboa, que antecedeu a Faculdade de Letras, a primeira cátedra de Geografia foi ocupada por um médico, Francisco Xavier da Silva Telles (1860-1930) - cf. Pimenta, 2019.

1944, em Salisbury, hoje Harare, em 1959, Tanger, em 1960 e na Embaixada de Portugal em Brazzaville, entre 1962 e 1964[28].

Ao terminar a 1.ª República existia cerca de um milhar de alunos universitários no Porto, repartidos pelas diversas Faculdades: Ciências (388), Medicina (386), Letras (104), Farmácia (62) e Técnica (60). Os professores eram, no total das instituições, 141[29]. Só nos primeiros quatro anos de funcionamento da FLUP (1920-1923) matricularam-se 165 estudantes, 37 (22,4%) dos quais em Ciências Histórico-Geográficas, 22 homens e 15 mulheres. A sua média de idades era de 22 anos. Apenas 12 (32,4%) eram naturais do Porto, os restantes do Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta[30]. Concretamente nas disciplinas de Geografia, os números foram sempre ainda mais reduzidos. No último ano de funcionamento normal da FLUP (1927/1928) foram 27 os alunos matriculados nessas matérias: 13 a Geografia Geral, 6 a Geografia de Portugal, 2 em Antropogeografia e 6 em Geografia Política e Económica[31].

Em escassos nove anos, entre 1923 e 1931, a FLUP formou 167 licenciados (88 alunas e 79 alunos), mas apenas 36 (22%) em Ciências Histórico-Geográficas. Um dado importante é encontrarmos registadas 15 (42%) licenciadas, quando na primitiva FLUP todo o corpo docente foi constituído exclusivamente por homens e o rácio homens/mulheres no quadro geral do ensino em Portugal estava longe de ser equilibrado[32].

O outro interessante aspeto deste universo de alunos é a repartição geográfica das suas naturalidades. Vista como um fenómeno urbano, dentro de um quadro ideológico preciso e muito ligado a algumas instituições culturais do Porto na segunda década do século XX, a criação e existência da FLUP serviu afinal uma elite muito mais ampla, que não se limitou à cidade ou ao noroeste português. Apenas 9 (um quarto) dos alunos de Ciências Histórico-Geográficas eram naturais do Porto, a que somaríamos mais 3 de Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Rio Tinto. Os vários núcleos emissores de estudantes, seja a média ou a "longa" distância, explicam-se pelos eixos da rede de caminho-de-ferro e seus acessos mais próximos: as linhas do Minho, do Douro e do Norte. Do Entre Douro e Minho chegam alunos de Valença, de Amares, de Braga e de Famalicão. Do Douro chegam, pela margem norte, de Carrazeda de Ansiães, de Alijó, de Sabrosa, de Vila Real e mesmo do vale do Tâmega, de Vila Pouca de Aguiar; e pela margem sul, de São João da Pes-

[28] Sales e Mota, 2018.
[29] Carvalho, 1986:715-716.
[30] FLUP, Arquivo Central, 1.ª FLUP, Il-6-1-f e Il-6-3-f.
[31] FLUP, Arquivo Central, 1.ª FLUP, Il-8-14.
[32] Santos, 1991:47.

queira, de Moimenta da Beira e de Cinfães. Pelas linhas da Beira Alta e do Norte, chegam da Guarda, de Oliveira do Hospital, de Oliveira de Azeméis, de Avanca e mesmo de Lisboa. Há ainda um estudante natural de Zamora e outro de Belém do Pará.

Todos chegam para estudar instalando-se na cidade, em quarto alugado, na casa de algum elemento da família, quase todos no centro, poucos nos arredores. A ida a casa só algumas vezes no ano. A descoberta do Porto e da Universidade faz-se rapidamente, porque tudo é perto e se encontra concentrado. Nas novas instituições escolares, multiplicam-se os departamentos, institutos, laboratórios, museus, gabinetes e bibliotecas.

O GABINETE DE GEOGRAFIA E AS BIBLIOTECAS DA FLUP

Como em qualquer outra escola contemporânea, certamente para apoio ao ensino dos temas geográficos, foi criado na primitiva FLUP um Gabinete de Geografia. Nele seriam guardados e se disponibilizariam materiais específicos, como mapas, globos, maquetes e, provavelmente, fontes e bibliografia necessárias aos professores e alunos, como estatísticas e monografias. Um bom exemplo de material pedagógico que pertenceu à primitiva FLUP é a coleção de mapas parietais franceses que ainda hoje se conserva no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto. Trata-se de um significativo conjunto de *Cartes Murales Vidal-Lablache*, com mapas físicos, políticos e económicos dos continentes, grandes regiões do Mundo e países, preparados e editados em Paris, e difundidos internacionalmente para as escolas[33]. Ainda no ano do encerramento definitivo da FLUP (1930/1931), o orçamento do Gabinete contemplava a compra de atlas, mapas e globos para apoio ao ensino[34].

Atendendo à diversidade de matérias incluídas nos estudos geográficos, em particular, no que se refere aos aspetos da Geografia Física, os professores e os alunos não se limitariam à frequência da biblioteca da FLUP, com um rico e muito atualizado acervo bibliográfico, como veremos. Mais antigas e com importantes espólios herdados, doados ou adquiridos, existiam as bibliotecas das Faculdades Técnica, de Ciências e de Medicina. A estas, há que acrescentar as dos centros de investigação, como os relacionados com a Faculdade de Ciências: Museu e Laboratório Antropológico (desde 1912), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (desde 1918) e Instituto de Investigações Antropológicas (desde 1923), todos ligados à figura de

[33] Alguns desses exemplares estiveram patentes na exposição *Entrou-me uma alma nova! Faculdade de Letras do Porto (1919-1931)*, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre abril e setembro de 2019.

[34] Cf. FLUP, Arquivo Central, 1.ª FLUP, Il-6-16-fv.

Mendes Corrêa que, como referimos, na primitiva FLUP dirigiu os destinos da Geografia. Na FLUP fora criado o Instituto de Estudos Históricos, dirigido por Damião Peres (1889-1976), no qual existia uma Secção de Geografia, também coordenada por Mendes Corrêa[35]. Na sequência da publicação da *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, entre 1920 e 1922, o Instituto editou a *Revista de Estudos Históricos*, entre 1924 e 1926. Mas, falemos da Biblioteca da primitiva FLUP[36].

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO NA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

Uma biblioteca é, ao mesmo tempo, o lugar e um símbolo dos seus leitores. Percorrendo o catálogo 'geográfico' da Biblioteca da 'primitiva' FLUP, acorre naturalmente ao espírito a imagem de professores e estudantes a requisitar os volumes que precisam consultar, uns para atualizar matérias de aula, outros para se submeterem ao seu exame. Livros, atlas e revistas criteriosamente adquiridos ao longo de mais de uma década, traduzem o espírito científico do lugar na sua época – um espírito forjado pela leitura concertada de um número considerável de obras em que tanto se incluem a *Evolução das Espécies* (1900) de Darwin (1809-1882) como a "Introdução geográfica" nas *Notas sobre Portugal* (1908), do geógrafo Silva Telles[37].

Para uma caracterização das duas faces – 'técnica' e 'social' – da ciência ensinada e produzida na FLUP no período de 1919-1931, optámos por identificar 'exemplares' geográficos utilizados por professores e estudantes para, em seguida, os interpretar nos 'contextos' mais genéricos das influências científicas internacionais e das formas de aplicação ao serviço do Estado, nomeadamente as associadas ao magistério de Mendes Corrêa, responsável pela Secção de Geografia[38].

O essencial da informação relativa à Biblioteca da 'primeira' FLUP encontra-se sistematizado na obra *Fundo primitivo da Biblioteca Central, 1919-1928* (1989), elenco das obras daquela instituição, hoje depositadas na Biblioteca Central da atual FLUP. A consulta do 'Catálogo do Instituto de Antropologia'[39] permitiu complementar a informação que o 'Fundo Primitivo' já providenciava, afirmando de um modo mais nítido as relações interdisciplinares da Geografia e iluminando mais vivamente o contexto epistemológico geral das 'Letras' portuenses no início do século XX.

---

[35] Pina, 1966:103.

[36] À presença da Geografia na primitiva FLUP, com base na sua biblioteca, dedicámos já um primeiro estudo: Garcia e Pimenta, 2004.

[37] As datas de edição das obras referidas respeitam aos exemplares que pertenceram à biblioteca da primitiva FLUP e hoje se encontram na Biblioteca Central da atual FLUP.

[38] Ver Pimenta, 2005.

[39] FCUP, Biblioteca, Arquivo Professor Mendes Correia (1921-1967).

As obras de autores portugueses presentes no universo bibliográfico sobrevivente da biblioteca da instituição são um ponto de partida adequado para o reconhecimento das características principais da Geografia que se investigava e ensinava na FLUP de há um século. São exemplares dispersos da versão nacional de uma Ciência com uma tradição diversificada, que – no momento da sua institucionalização, que pouco antecede o da constituição daquela biblioteca – lutava ainda pela sua afirmação, procurando remover do corpo multiforme os elementos não-científicos que entorpeciam o seu desenvolvimento.

Em Portugal, a Geografia fora introduzida no Ensino superior pela mão de Silva Telles em 1904, no Curso de Superior de Letras, instituição que se consubstanciaria na Faculdade de Letras da Lisboa, no contexto da criação pela República, em 1911, das novas Universidades de Lisboa e do Porto. O primeiro doutoramento em Geografia teria lugar em Coimbra, em 1922, quando Aristides de Amorim Girão (1895-1960) apresenta e defende o estudo geográfico da *Bacia do Vouga*. Apesar das críticas de certo esquematismo que lhe são dirigidas, é o primeiro trabalho de uma Geografia antideterminista, de acordo já com os princípios da *Geógraphie humaine* de Vidal de La Blache (1845-1918) e seus discípulos. Na Universidade do Porto, o primeiro título de Doutor em Ciências Geográficas seria entregue, administrativamente, em 1925, a Mendes Corrêa, professor da FCUP, que se manterá como responsável da Secção de Geografia até ao encerramento da Faculdade de Letras, em 1931.

Podemos notar que a Geografia portuguesa esboçava já uma tendência – que mais não deixaria de reforçar ao longo de todo o século XX – de dedicar estudos científicos tanto à metrópole como às colónias. A *Corografia Portugueza* (1706-1712), do Padre Carvalho da Costa (1650-1715), embora oriunda duma tradição pré-universitária que, desde o Renascimento, vinha produzindo estudos sobre o País e algumas das suas regiões, atesta o tipo 'nacional' de produção geográfica que a "Introdução Geográfica" nas *Notas sobre Portugal* (1908), de Silva Telles representa: uma versão elaborada já nos moldes de uma Geografia científica e plenamente madura.

As preocupações geográficas sobre o 'ultramar português' podemos reconhecê-las num *Dicionário Geographico das Provincias e Possessões do Ultramar* (1850), de José Maria de Sousa Monteiro (1810-1881), obra de sistematização descritiva, mas é na *Geographia e Estatistica Geral de Portugal e Colonias* (1875), de Gerardo A. Pery (1835-1894), onde, pela primeira vez, a informação geográfica sobre o Ultramar português é interpretada de uma forma integrada.

Aos estudos da nova disciplina associa-se o uso crescente da cartografia, no início de pendor mais descritivo, mas tornando-se progressivamente mais

interpretativa e até, como veremos, acentuando contornos propagandísticos, no contexto da afirmação do nacionalismo tardo-republicano que eclodiria e faria parte integrante da cultura académica do período totalitário que se lhe sucede.

As obras estrangeiras de Geografia existentes na Biblioteca indicam-nos, de algum modo, os programas de pesquisa internacionais que seriam dominantes no tempo de funcionamento da primitiva FLUP, assim como a geografia 'política' dessa produção. Se, decerto, ali estão presentes os grandes clássicos anglo-saxónicos – desde logo as obras de Ellen Semple (1863-1932) e Ellsworth Huntington (1876-1947), que tanta influência haveriam de ter na Geografia do Porto, especialmente a de Mendes Corrêa – a França e a Alemanha surgem como os dois países com mais autores e obras de Geografia, demonstrando como a Europa pareava a América e a Europa continental as Ilhas Britânicas – na localização dos principais centros de produção da Geografia internacional.

É igualmente importante tomar em consideração as línguas para que se traduziam as obras de maior divulgação, que nos indicam quais as 'línguas francas' de organização da Ciência internacional. Se hoje convivemos quase exclusivamente com a língua inglesa para esse fim, não deixa de ser notório, na composição do elenco das obras traduzidas, o elevado número de versões em castelhano, como, por exemplo, a *Geografía Económica* (1927) de Walter Schmidt (1888-1975) ou *Las Razas Humanas* (1888), do mais importante geógrafo do fim do século XIX, Friedrich Ratzel (1844-1904). As traduções portuguesas de obras fundamentais da Ciência geográfica são, ontem como hoje, quase inexistentes.

Na sua diversidade, os livros de Geografia internacional revelam as preocupações científicas e escolares que presidiram à sua aquisição. As grandes 'obras fundadoras' da Ciência geográfica estavam presentes na biblioteca da primitiva FLUP: *Cosmos* (1848), de Alexander von Humboldt (1769-1859), *Anthropogeographie* (1914), de Friedrich Ratzel, o *Atlas Générale* (1922), de Vidal de La Blache. Estavam também presentes os verdadeiros 'manuais' de ensino disciplinar, como o influente *Traité* (1902 e 1920), de De Martonne (1873-1955), no âmbito da Geografia física, no da Geografia humana, o *Dictionnaire* (1907), de A. Demangeon (1872-1940) ou o não menos importante livro de G. Chisholm (1850-1930), *Handbook of Commercial Geography* (1920). Referência permanente em trabalhos de Mendes Corrêa, ali podemos ver também a *Géographie Générale des Mers* (1933), de Camille Vallaux (1870-1945).

A entrada da Geografia na Universidade – se descontarmos as primeiras formulações de forte pendor idealista que C. Ritter (1779-1859) trouxera para a Universidade de Berlim – fez-se sob a égide do Naturalismo. Esta é uma situação que ocorre também com outras disciplinas da Ciência social, como

a Antropologia ou a Arqueologia, que hoje estão, como a Geografia, incorporadas nas Faculdades de Letras. Também na Biblioteca da FLUP temos acesso a inúmeros exemplares de obras científicas, e de várias disciplinas, de cunho fortemente naturalista.

Se em algum caso a presença de livros de Ciência natural, como, por exemplo, *La Terre* (1910), de Auguste Robin (1859-19--), se justifica pela partilha curricular de alguns cursos com a Faculdade de Ciências, muitos outros, como a *Histoire Naturelle* (1888), de Langlebert (1820-18--) ou o influente *Les Races Humaines* (1882), de Abel Hovelacque (1843-1896), parecem indicar a influência determinante do naturalismo biologista na formação de diversos programas de pesquisa disciplinares.

A Geografia humana é também profundamente influenciada pelo naturalismo dominante – disso nos dá conta a presença da obra de Ratzel, com especial significado, pelo carácter 'fundacional' que teria na disciplina, a *Anthropogeographie*. Em Portugal, a influência naturalista nos estudos da sociedade teria do mesmo modo inúmeros cultores e obras publicadas. Os *Elementos de Antropologia* (1880), de Oliveira Martins (1845-1894) são a sua expressão na 'realista' Geração de Setenta.

Algumas obras da escola do Porto, como *Homo* (1926), de Mendes Corrêa, aprofundam ainda mais esta subordinação do espírito humano à sua dimensão física e biológica. No contexto geral naturalista e evolucionista das 'Letras' na Universidade não é de estranhar que o principal responsável pela secção de Geografia definisse, num livro sobre a geografia pré-histórica de Portugal, a essência *esquelética* de um povo:

> O português actual é dolicocéfalo, ortocéfalo (quase camecéfalo), metriocéfalo (quase acrocéfalo), levemente eurimetópico, de buraco occipital mesossema (quase megassema), leptoprósopo, cameconco ou mesoconco, leptorrínico, fenozígico (quase criptozígico), mesostafilino (quase leptostafilino), ortognata e megalocéfalo[40].

O PROGRAMA GERAL DE INVESTIGAÇÃO

Com origem em formulações anteriores da ideia do Progresso humano, já presente no Século das Luzes, a conceção evolucionista da Natureza ganharia ímpeto irreprimível pouco após a publicação da *Evolução das Espécies* de Darwin. A par do movimento universitário internacional do seu tempo, também o programa geral de investigação e ensino da primitiva FLUP associará intimamente as conceções evolucionistas ao estudo da Sociedade.

Os professores e estudantes têm à sua disposição não apenas a obra 'fundacional' de Darwin, como também outras obras que nas Ciências naturais

[40] Corrêa, 1924:327.

são animadas pelo mesmo espírito 'de evolução', como uma tradução francesa de 1875, dos *Principles of Geology*, de Charles Lyell (1797-1875), ou as obras 'recapitulacionistas' de E. Haeckel (1834-1919) sobre o desenvolvimento embrionário, com datas de edição entre 1897 e 1908.

Mais importantes para uma caracterização do 'ambiente evolucionista' no estudo das 'Letras' são, porventura, as obras que nitidamente configuram a 'tradução' das noções originárias da Ciência natural para o âmbito da Ciência social, em vários domínios desta, como *Moïse ou Darwin* (1900), de A. Dodel (1843-1908), o *Précis de Logique Évolutionniste* (1897), de P. Regnaud (1838-1910), ou os *Ensaios sobre a Evolução da Humanidade* (1881), de Teixeira Bastos (1856-1902), discípulo e divulgador de Teófilo Braga (1843--1924) – e as de Herbert Spencer (1820-1903), com datas de edição entre 1861 e 1930, um dos autores que mais influência terá exercido na configuração de uma Ciência evolucionista da Sociedade.

A receção do Evolucionismo pela Universidade não foi uniforme e a presença de uma obra sobre apuramento de raças animais – *Darwinismus und Thierproduktion* (1876) – subtilmente nos informa de que a FLUP estava, nos inícios do século XX, bastante recetiva às versões mais *'aptistas'* da doutrina. Ao contrário dos postulados darwinistas da História natural – que pressupunham a modificação prévia do organismo (hoje diríamos, 'genética'), melhor adaptabilidade ao meio ambiente e predomínio quantitativo da prole como condições da evolução das espécies – as versões 'neo-lamarckianas' invertiam esta ordem de causalidade, afirmando que a modificação *exterior* do ambiente poderia induzir transformações estruturais nos seres vivos. Compreende-se o efeito poderoso desta inversão quando associada à aplicação dos princípios da 'lenta transformação das espécies' ao 'súbito aperfeiçoamento da sociedade'.

Vários exemplares da biblioteca que aqui vamos compulsando indiciam que, da Filosofia à Educação, da História à Etnografia, nenhum domínio disciplinar das 'Letras' ficou imune à avassaladora influência de versões mais ou menos extremas de Darwinismo social.

Da mesma natureza 'aptista' da obra referida, podemos ver *Experimentelle Abstammungs und Vererbungslehre* (1913) e *Évolution individuelle et Hérédité* (1898), respetivamente de Ernst Lehmann (1880-1957) e Félix Le Dantec (1869--1917), dois autores unidos pelo radicalismo lamarckiano; mas também as obras que exprimem a intenção de aperfeiçoamento pedagógico e individual: *Education: intellectual, moral and physical* (1905), de Spencer, ou as *Questões Pedagógicas:* os *exercícios militares na Escola* (1911), de F. Adolfo Coelho (1847--1919) – a tudo cobrindo, como uma cúpula doutrinária, a firme crença no poder da *Hygiène Sociale contre le paupérisme* (1882), de Adolphe Coste (1842-1901).

Com a companhia de Lehman e Le Daudet, a que poderíamos juntar *Race*

et milieu (1909), de G. Lapouge (1854-1936), a Ciência social lamarckiana – que a situação política internacional, a partir da eclosão de movimentos e ideologias *fascisti*, condicionava e refletia – aproximou-se perigosamente da defesa do eugenismo, o que permitiria, ao mais ilustre representante da Geografia académica do Porto, afirmar, em 1928, a *seleção artificial* da espécie humana como uma obrigação do Estado.

> Longe de mim concluir que a raça está inteiramente perdida, que a população portuguesa está condenada a perecer em breve numa selecção inexorável. Eu confio nos agentes automáticos de depuração natural e na sobrevivência de gerações fortes. Mas é preciso não esperar que a natureza, cruelmente ceife as existências de pobres criaturas que nasceram fracas, doentes ou predispostas à doença. De resto, sobrevivem, mercê da terapêutica e da higiene, muitos indivíduos que atravessam a vida contagiando os sãos, desfalcando terrivelmente a saúde, a tranquilidade, a economia e a moralidade públicas. Governar (...) é também seleccionar[41].

Operada a inversão epistemológica que permitiu substituir a 'possibilidade' da Natureza pela 'necessidade' social – uma ciência descritiva da evolução natural por uma ciência prescritiva da evolução social –, surge no espírito 'moderno' das primeiras décadas do século XX a tentação de criar uma ciência total do Homem.

Na Universidade do Porto esta teleologia científica encontrou abrigo na 'Antropologia' de que, mais tarde, num testemunho já anacrónico de J. R. Santos Júnior (1901-1990), o sucessor de Mendes Corrêa, definiria o objeto inteiro e *compacto*:

> A Antropologia estuda o homem na sua morfologia externa (Somatologia), na estruturação interna (Anatomia Humana, Esplancnologia), nas suas capacidades de ordem superior e intelectual (Filosofia, Psicologia Humana), nos problemas da origem do homem e da sua evolução (Paletnologia ou Paleontologia Humana), no estudo das civilizações (História, Política, Antropologia Social, Sociologia), nas suas múltiplas capacidades de expressão e de comunicação (Linguística), nos múltiplos problemas ligados às necessidades vitais imediatas, comida, abrigo, propagação da espécie (Etnografia ou Antropologia Cultural, Económica e Política), nos problemas de ordem superior que se ligam não só à origem e evolução da vida humana (Embriologia, Hereditariedade, Genética), mas também ao problema transcendente e aguilhoante de além-da-vida, do postmortem (Religiões, Teologia)[42].

É uma 'ciência social total' que subordina a cultura e a história às influências determinantes do *ambiente* e da *raça*. O já referido livro de Lapouge, *Race et milieu social* – com o significativo subtítulo *Essais*

[41] Corrêa, 1928:6-7.
[42] Santos Júnior, 1971:7-8.

d'Anthroposociologie – é decerto um dos textos sagrados da nova liturgia. Outros títulos confirmam esta tendência e alguns deles, como *Les Fonctions mentales dans les sociétés inférieures* (1918 e 1928), de Lévi-Bruhl (1857--1939), contribuirão para firmar a *irredutibilidade* cultural dos diversos povos da terra, conceção influente que se fará sentir na Ciência social ao longo de quase todo o século XX.

Na abundante bibliografia de Mendes Corrêa existem inúmeros títulos que exprimem uma investigação científica baseada na subordinação da cultura à *raça*, e da história ao *ambiente*. *Geologia e Antropologia em Portugal* (1929) ou *Antropologia e História* (1954) são obras que indiciam a expressão paradigmática da Geografia como uma 'mesologia' – que, mais do que as relações ecológicas das comunidades com o lugar em que habitam, deseja sobretudo conhecer 'o peso formidável do ambiente na formação da raça'. Neste contexto, não passa de uma singularidade que encontremos na biblioteca da primitiva FLUP *La Terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire* (1922), em que Lucien Febvre (1878-1956) fundamenta o primado da cultura na relação social com a natureza.

A influência 'antropológica' na Geografia do Porto fica bem explícita no número de obras de Ratzel e seus discípulos. Não apenas ali vemos a influente obra *Anthropogeographie*, e as respectivas traduções espanhola (1888) e italiana (1914), como também *Influences of Geographic Environment on the Basis of Ratzel's System of Anthropo-geography* (1914), de Ellen Semple, ou *Principles of Human Geography* (1921), de Ellsworth Huntington, este último um exemplar serôdio e radical do pensamento determinista em Geografia humana, onde a influência do ambiente na vida social é levado ao extremo caricatural de afirmar que a 'zonalidade climática' apenas se adequaria à 'civilização evoluída' em três regiões do mundo: América do Norte, Europa média, e Austrália meridional. Com metodologias similares e objetivos equivalentes, a 'Antropogeografia' do Porto desenvolveria um programa 'compacto' de fundamentação 'determinista' da *formação* e *expansão* de Portugal.

IDENTIDADE E ORDEM

A caracterização epistemológica do programa científico-pedagógico da Geografia da FLUP, entre 1919 e 1931, pode caracterizar-se fazendo apelo a dois tipos de relações com o objeto teórico da disciplina: *identidade* e *ordem*.

Os *Povos primitivos da Lusitânia*, de Mendes Corrêa, cuja data de edição (1924) plenamente se localiza no período de existência da FLUP, é a obra *pivot* da tentativa de estabelecimento de 'grande antiguidade' da identidade étnica do ocidente em relação ao resto da Península Ibérica e, assim, da justificação da autonomia nacional. Mais tarde, outras obras mais

regionalistas aprofundariam a relação supostamente orgânica das partes do território e o seu todo, mas nunca se desenvolveriam de acordo com os preceitos humanistas em que a Geografia europeia se começava então a fundamentar.

A ideia de superioridade racial aplicada aos estudos do Ultramar português teria o seu epígono na publicação da obra de Mendes Corrêa, *Raças do Império*, em 1943. No breve período de funcionamento da FLUP o trabalho relacionado com a Antropogeografia colonial limitar-se-ia à revisão de materiais, sobretudo, antropométricos, de missões como as Fonseca Cardoso (1865-1912); seria apenas após o encerramento da instituição, que Mendes Corrêa se dedicaria ao trabalho de campo no mundo tropical. Muito significativamente, nenhuma obra de Geografia propriamente tropical viu a luz no magistério da FLUP, embora seja necessário recordar que Mendes Corrêa viria a presidir a duas das principais instituições 'geográficas' do colonialismo e tropicalismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Junta das Missões Geográficas.

A Geografia na FLUP é um exemplo eloquente das relações estreitas que a Universidade estabelece com a Política e, por isso, dos riscos genéricos de qualquer forma intensa de ativismo académico. Dependente do professorado de Ciências e, por isso, mais físico-antropológico do que geográfico, favorecendo mais a 'influência da raça' do que a 'do ambiente', o programa antropogeográfico do Porto retira do contexto geral do evolucionismo a sua versão mais estridente, e até contraditória com os postulados de Darwin, que se designou retrospetivamente de 'neo-lamarckianismo' – assentando, por um lado, na afirmação da articulação 'eficiente' de uma relação mesológica-antropológica única no extremo ocidental da Península Ibérica, materializada na 'Nação' portuguesa, e, por outro, na fundamentação, no quadro da diferenciação racial, da expansão de Portugal no mundo tropical.

O magistério de Mendes Corrêa, a periferização da face ambiental dos estudos sociais frente ao racialismo genético e a eleição de temas de investigação associados a claros propósitos não-científicos, etnicistas e racialistas, tornam difícil afirmar que se possa considerar o ensino na primitiva FLUP como muito significativo na evolução da Geografia académica portuguesa – esta teria de esperar pelos contributos decisivos de Amorim Girão na Universidade de Coimbra e, especialmente, de Orlando Ribeiro (1911-1997) nesta e, sobretudo, na Universidade de Lisboa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jorge Fernandes (2019) – Das Faculdades de Letras à FLUP (1919). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*. 4.ª série. 9:1, 3-49.

ALVES, Jorge Fernandes (2012) – *A Universidade na República, a República na Universidade : a UP e a I República, 1910-1926*. Porto: Universidade do Porto.

AMARAL, Ilídio do (1983) – Geógrafos e Geografia na Faculdade de Letras de Lisboa. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. 68-82.

ANDRADE, Miguel Montenegro de (2000) – A Mineralogia e Geologia na Faculdade de Ciências do Porto. In *Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: os primeiros 75 anos: 1911-1986*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, p. 165-273.

ARAÚJO, Francisco Miguel Veloso (2008) – *Faculdade(s) de Letras do Porto: da (re)criação à revolução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado em História da Educação.

ARAÚJO, José Moreira de; BERNARDO, Luís Miguel; MONTEIRO, Marisa (2012) – *250 anos da criação da Aula da Náutica do Porto: catálogo*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64528.

BARATA, Paulo J. S. (2003) – *Os Livros e o Liberalismo: da livraria conventual à Biblioteca Pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

BASTO, Artur de Magalhães (1937) – *Memória histórica da Academia Politécnica do Pôrto*. Porto: Universidade do Porto.

CABRAL, Luís, coord. (1984) – *Biblioteca Pública Municipal do Porto: exposição no 150.º aniversário da sua fundação, 1833-1983*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

CARVALHO, Rómulo (1986) – *História do ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CORRÊA, A. A. Mendes (1928) – *O Problema eugénico em Portugal*. Porto: Tipografia da Enciclopédia Portuguesa. Sep. de Congresso Nacional de Medicina. Porto, 1927.

CORRÊA, A. A. Mendes (1924) – *Os Povos primitivos da Lusitânia*. Porto: A. Figueirinhas.

EIRAS, Adriano (1989) – *Faculdade de Letras do Porto (1919-1931): contribuição bibliográfica para a sua história*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Fundo primitivo da Biblioteca Central: 1919-1928 (1989). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GARCIA, João Carlos, coord. (2019) - *Os Mapas da Academia: a Cartografia na Biblioteca do Fundo Antigo da Universidade do Porto*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.

GARCIA, João Carlos; PIMENTA, José Ramiro (2004) – Os Livros de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931): ciência, ensino e divulgação. In *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 545-559.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1991) – A História que nos fez e a História que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto. *Revista de História*. 11, p. 227-240.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (2012) – Leonardo Coimbra e a criação política da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. In NETO, Vítor, coord. – *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, p. 457--469.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2012) – *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo: de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento em Antropologia Social e Cultural.

PIMENTA, José Ramiro (2005) – O 'Laboratório' de Mendes Correia: geohistoriografia do programa de investigação da 'Cultura Castreja' na terceira década do século XX. In COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 10.º, Évora, 2005 – *A Geografia Ibérica no contexto europeu: actas*. Évora: Universidade de Évora; Associação Portuguesa de Geógrafos. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/108.pdf.

PIMENTA, José Ramiro (2019) – Francisco Xavier da Silva Teles. In MATOS, Sérgio Campos, coord. – *Dicionário de historiadores portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/imagens/silva_teles.pdf.

PINA, Luís de (1966) – Faculdade de Letras do Porto: breve história. *Cale*. Porto. 1, 59-172.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (2011) – A Primitiva Faculdade de Letras do Porto e a Universidade de Coimbra. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 42, 95-108.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (1983) – Notas sobre a origem e o estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2.ª série. 1, 245-260.

Regulamento da Academia Polytechnica do Porto: approvado por decreto de 28 de junho de 1888. Porto: Typographia Occidental, 1888.

SÁ, Víctor de (1986) – Notas sobre o ensino da História na 1.ª Faculdade de Letras do Porto. *Revista da Faculdade de Letras: História*. 2.ª série. 3, 199-209.

SALEMA, Roberto (2000) – A Botânica na Faculdade de Ciências do Porto. In *Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: os primeiros 75 anos: 1911-1986*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, p. 275-347.

SALES, José das Candeias; MOTA, Susana (2018) – Tutankhamon em Portugal: relatos na imprensa portuguesa, 1922-1939: a revista *Diónysos*, Huberto Pinto de Lima e Tutankhamon. *Revista de História, da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. 18, 227-249.

SANTOS, Cândido dos (1996) – *Universidade do Porto: raízes e memória da instituição*. Porto: Universidade do Porto.

SANTOS, Cândido dos (1991) – *A Mulher e a Universidade do Porto: a propósito do Centenário da formatura das primeiras médicas portuguesas*. Porto: Universidade do Porto.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1971) – Antropologia: amplitude e finalidade desta ciência. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22:1, 5-19.

2.º Centenário da Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto, 1803-1837. Porto: Universidade do Porto, 2003.

RUI CARVALHO HOMEM, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS
CETAPS – CENTRE FOR ENGLISH, TRANSLATION AND ANGLO-PORTUGUESE STUDIES

OS ESTUDOS INGLESES NA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO: ALGUNS TEXTOS E CONTEXTOS

OS ESTUDOS INGLESES E A UNIVERSIDADE – ENQUADRAMENTOS PARA UMA CONSTRUÇÃO DISCIPLINAR

A medida em que os textos veem a sua capacidade de significação determinada por fatores extratextuais é uma das grandes vertentes do discurso sobre o literário, mas aquilo que pretendo propor a partir do pequeno jogo verbal ("textos e contextos") no subtítulo deste breve artigo terá pouco a ver, diretamente, com essa persistente questão teórica. Tomarei como ponto de partida, mais simplesmente, a perceção de que o conhecimento carreado por determinados acervos bibliográficos, nos domínios da história e da crítica literárias, constitui um contexto com particular potencial de determinação dos contornos assumidos pelos estudos ingleses na Faculdade de Letras em dois tempos históricos: o da primeira Faculdade de Letras, cujo centenário se comemora; e o da refundação – o que, para a área de estudos em causa, significa 1972 e o período subsequente (Santos, 2011:202 e *passim*). Para tal, quererei dar especial atenção a segmentos relevantes do chamado "Fundo Primitivo" da biblioteca da FLUP, bem como do Instituto de Estudos Ingleses, absorvido em meados da década de 1990 pela biblioteca do atual Departamento de Estudos Anglo-Americanos.

Antes de avançar para essa leitura, porém, gostaria de considerar por alguns momentos o contexto mais amplo – o que aqui quererá dizer o contexto internacional – do qual emerge a área disciplinar de Estudos Ingleses incluída na formação em Filologia Germânica criada em 1919 para a primeira Faculdade de Letras. A consagração académica do estudo das línguas, culturas e literaturas nacionais fora, como se sabe, um importante fundamento e objetivo da ascensão disciplinar das filologias no ambiente

académico oitocentista[1]. É apenas aparentemente paradoxal que em vários casos – e o inglês é exemplo proeminente – o acolhimento universitário do estudo de uma dada cultura nacional possa ocorrer de modo mais expressivo a partir do exterior dessa cultura. Esse aparente paradoxo resulta do facto de o estudo de tal cultura surgir ligado ao da respetiva língua enquanto língua estrangeira, assim se distinguindo do estudo da produção literária e cultural da língua materna. Como Balz Engler faz notar,

> this difference of perspective between doing English in an English-speaking country and doing English elsewhere is crucial. In English-speaking countries it may be taught without much reference to other literatures, languages, and cultures. Elsewhere English will always be viewed against other languages. But the two perspectives, mother-tongue and foreign language, cannot simply be put beside each other either. The foreign perspective will always include the English perspective as well, if only because much of the secondary material used is written from an English-speaking perspective (Engler, 2000:7).

Para os meus propósitos neste breve ensaio é em tudo relevante que a figura mais saliente do grupo de Filologia Germânica da primeira Faculdade de Letras, Luís Cardim (1879-1958), tivesse tido períodos de estudo, complementares da sua formação, quer em Inglaterra quer na Alemanha nos anos iniciais do séc. XX. Cardim foi objeto de recentes estudos documentais e biográficos por José Martins Ferreira[2] e de artigos contextualizantes de Manuel Gomes da Torre (1987) e João Almeida Flor (2004) – pelo que não pretendo aqui concentrar a minha atenção no seu percurso e obra. Não deixarei de fazer notar, porém, que o período formativo deste académico foi um tempo importante para o reconhecimento quer do tipo de cultura filológica por que se notabilizara o espaço académico alemão desde o século anterior (e que incluíra vincada atenção às letras inglesas), quer da tardia consagração da literatura nacional como objeto de estudo em universidades inglesas.

[1] Como se propunha com ambição num influente volume de Benjamin W. Dwight, em meados do séc. XIX, a filologia compreenderia, na sua aceção então mais atual e ampla, "the scientific exploration and comprehension of its [the language's] interior mechanism, in relation both to its original elements, and also to their varied transformations, through a wide range of comparative analysis" (Dwight 1860:194). Esta dimensão "comparativa" revelar-se-ia fundamental para discursos sobre o vínculo entre línguas e culturas nacionais; um dos propósitos centrais da filologia seria, ainda segundo Dwight, "to pour new light on the history of nations" (269), com a seguinte consequência: "ethnography cannot be written truly, except in the light of thorough philological inquiry" (271). Note-se que todo o projeto filológico era celebrado, num prefácio do editor, como a "new and great science", "which one of the first linguists of the country has justly said", "may almost be called the science of the age" (Dwight, 1860:1; sem referência para a citação inclusa).

[2] Ver, em particular, o rico espólio documental compilado por este estudioso e disponibilizado, sob o título *O Dr. Luís Cardim e a primeira Faculdade de Letras do Porto*, em https://luiscardim.wordpress.com/ (acesso 13-9-2020).

Com efeito, ao tempo (por 1907-08) da estada de Cardim em Inglaterra com uma bolsa do governo português (Cidade, 1959:240), poucos anos tinham passado desde a fundação em Oxford da cátedra de Literatura Inglesa, criada em 1894 mas ocupada e ativa apenas a partir de 1904. Fora um desenvolvimento tardio – tendo em conta o acolhimento disciplinar que a anglística encontrava já em ambientes académicos não-anglófonos – mas florescente, e com inevitável impacto na formação de Cardim. A consideração menor que em Inglaterra marcara o estudo universitário das letras inglesas, tradicionalmente preteridas face às letras clássicas, viria a ser sublinhada por um dos grandes nomes das humanidades na Inglaterra novecentista, E. M. W. Tillyard (1889-1962); em reminiscências sobre o seu percurso formativo, Tillyard recordaria como, pelos anos iniciais do século, professores de clássicas e de história, ainda no ensino secundário, lhe tinham dado a rara oportunidade (quase como um bónus recreativo) de estudar alguns grandes textos da literatura inglesa:

> I had a teacher of Classics who treated his subject in more than one way, the literary way included. He linked up the Classics with other literatures. Thus, while we were reading Theocritus, he made the history master, who had charge of English (there was no English master), teach us [Milton's] *Lycidas*. And, more remarkable, he gave us in the Sixth a talk on literary criticism and followed it up by putting the history master on to Sidney's *Apologie [for Poetrie]* and Dryden's *Essay of Dramatic Poesy.* (…) Thus I learnt at the Perse as I might not have done if I had gone to another school that there was such a study as literary criticismo. And that lesson I never forgot (Tillyard, 1958:13).

No mesmo ensaio, Tillyard é igualmente claro sobre a ausência de tais oportunidades na sua experiência universitária em Cambridge.

Gradualmente, e coincidindo com a geração de Tillyard (e de Cardim), as letras vernáculas obteriam uma dignificação que refletia transformações socioculturais e de política educativa. A já referida criação da cátedra de Literatura Inglesa em Oxford chegava, não por acaso, uma geração após o *Elementary Education Act* de 1870, a grande peça legislativa que criara as bases para uma gradual universalização da escolaridade e para um alargamento de aspirações formativas socialmente menos restritas e mais viáveis, nas humanidades, através do estudo das realizações imaginativas historicamente proporcionadas pela língua materna. A celebração de grandes autores da literatura inglesa no quadro de tal estudo supria, conforme foi sugerido (entre outros) por Terry Eagleton, lacunas na relação entre crença, identidade e experiência que se tinham aberto com uma progressiva secularização cultural. Eagleton é um dos mais conhecidos defensores da tese de um nexo substitutivo entre a religião e o cânone literário: "If one were asked to provide a single explanation for the growth of English studies in the later nineteenth century, one could do worse than reply: 'the failure of religion' (Eagle-

ton, 1996:20). E prossegue: "As religion progressively ceases to provide the social 'cement', affective values and basic mythologies by which a socially turbulent class-society can be welded together, 'English' is constructed as a subject to carry this ideological burden from the Victorian period onwards" (Eagleton, 1996:21).

Uma das fontes de Eagleton para perceções coevas deste nexo substitutivo é George Gordon, citado na sua palestra inaugural (1923) como segundo detentor da cátedra de Literatura Inglesa em Oxford. Eagleton equivoca-se, porém, na literalidade que atribui a Gordon no passo em causa. Com efeito, Gordon demarcava-se, com algum sarcasmo, do simplismo com que alguns parecia tudo esperarem da celebração e divulgação das letras vernáculas em espaço universitário – agora que vinham preencher aquele que fora o espaço das letras clássicas: "that the English language and literature should occupy in the education of this country, and occupy at once, that position of ascendancy which the Classics are believed to have resigned" (Gordon, 1923:11). A resistência de Gordon a um discurso simultaneamente apologético e impositivo na definição das expetativas mais exaltadas quanto à função social e culturalmente redentora das letras vernáculas é clara no recorte satírico de um passo que Eagleton cita fora de contexto: "It [the 'literary doctrine'] is briefly this: that England is sick, and that English Literature must save it. The Churches (as I understand) having failed, and social remedies being slow, English Literature has now a triple function: still, I suppose, to delight and instruct us, but also, and above all, to save our souls and heal the State" (Gordon,1923:12).

Embora não notando a ironia de Gordon, Eagleton observa, com fundamento, que a ressonância deste passo é tardo-oitocentista, e encontra-lhe um eco do grande homem de letras vitoriano Matthew Arnold. Em *Culture and Anarchy* (1869), as reflexões de Arnold – por exemplo, "poetry (…) requires, no less than religion, a true delicacy of spiritual perception" (Arnold [1869], 2006:4) – incluíam a expetativa de que as letras nacionais pudessem humanizar as massas e elevar a estatura intelectual e espiritual das classes médias, resgatando-as do impulso para a boçalidade que entendia próprio dos nexos económicos da era industrial.

Na realidade, várias figuras gradas das letras vitorianas exprimiram a convicção de que a história literária, lida com base num desígnio integrador, produziria recursos imaginativos e expressivos adequados aos desafios da sua circunstância. Um exemplo característico foi o de Edward Dowden, professor em Dublin no Trinity College, defensor de um essencialismo identitário à luz do qual argumentou a favor de uma marca intelectual anglófona centrada no empirismo. Para Dowden, o Renascimento inglês, "an age eminently positive and practical" (Dowden, 1875:8), teria produzido tal ma-

triz; mas, se Dowden demandava um nexo explicativo no passado isabelino, prontamente contrapunha que o seu próprio século oferecia recursos "espirituais" e "científicos" que (numa espécie de complementaridade epistemológica) permitiam que a grandeza literária de outra era encontrasse na segunda metade do séc. XIX a sua plena potenciação imaginativa – estribada na grandeza dos escritores de língua inglesa:

> We need to supplement the noble positivism of Shakspere with an element not easy to describe or define, but none the less actual, which the present century has demanded as essential to its spiritual life and well-being, and which its spiritual teachers – Wordsworth, Coleridge, Shelley, Newman, Maurice, Carlyle, Browning, Whitman (…) – have supplied and are still supplying. The scientific movement of the present century is not more unquestionably a fact, than this is a fact (Dowen, 1875:40).

Dowden publicou o seu *Shakspere: a critical study of his mind and art* em 1875, mas a influência da atitude crítica e historiográfica que o carateriza estendeu-se por décadas, recobrindo inevitavelmente o tempo formativo de estudiosos da geração que protagonizou o surgimento dos Estudos Ingleses na primeira Faculdade de Letras (com destaque para Luís Cardim, por via do seu período de estudo em Inglaterra).

Mais do que conjeturar sobre a familiaridade ou não deste ou daquele académico com contributos críticos específicos, interessa-me apontar o quadro intelectual geral em que ocorre a definição disciplinar dos estudos ingleses no período em apreço – sendo que o exemplo de Dowden me conduz a uma questão que antes apenas aflorei. Este é um tempo de celebração de grandes figuras da história literária (santos seculares, se quisermos); e o panteão de tais figuras é a partir do último quartel do séc. XIX inquestionavelmente dominado por Shakespeare. A sua exaltação como poeta nacional e a consolidação do discurso sobre a sua excecionalidade definem-se neste período – e não é acidental que o primeiro detentor da cátedra de Literatura Inglesa em Oxford, Walter Raleigh, se tivesse notabilizado como autor de um estudo monográfico sobre Shakespeare, que encimou uma coleção intitulada *English Men of Letters*. Como também não é por acaso, quando regressamos à particularidade portuguesa e portuense que nos interessa, que Cardim se tenha empenhado na produção de dois estudos breves mas abrangentes respetivamente da obra dramática de Shakespeare lida em contexto histórico e genérico – *Shakespeare e o Drama Inglês* (1931) – e (com já uma dúzia de anos passada sobre o encerramento da Faculdade) uma biografia, *A Vida de Shakespeare (factos, lendas e problemas*) (1943), tão pensada para divulgação quanto o volume anterior.

Pretenderei interrogar a relação entre estes interesses e os acervos bibliográficos que irei comentar; e vou fazê-lo a partir das implicações de uma

observação de George Steiner (uma das grandes figuras da história intelectual global desde o último quartel do séc. XX). Num artigo em que discutia as consequências do processamento cultural da obra de grandes autores para a cultura que os recebia (o exemplo concreto era a obra de Homero), Steiner argumentava que esse processamento tinha um efeito diretamente revelador dos contornos e estruturas da cultura recetora – e socorria-se, para tornar mais vívido o seu argumento, de uma metáfora recolhida de técnicas de imagiologia, a do isótopo radioativo que, injetado num determinado corpo, tem um efeito de "iluminação" ou esclarecimento quanto às condições (fisiológicas, patológicas) do corpo em causa (Steiner, 1993).

SHAKESPEARE NO FUNDO PRIMITIVO DA BIBLIOTECA DA FLUP: PRESENÇAS FUNDADORAS

Pedindo de empréstimo a metáfora imagiológica de Steiner, tentarei "iluminar" ou esclarecer um pouco como a Faculdade de Letras, no momento da sua fundação mas também da sua refundação, se posicionou perante a área disciplinar dos Estudos Ingleses a partir de um determinado conjunto de livros sobre a obra daquele autor (Shakespeare) que, nas duas gerações anteriores ao momento fundador, se tornara (como, já no nosso tempo, o crítico americano Harold Bloom lhe chamou) "o centro do cânone" (Bloom, 1995:45).

A obra de Shakespeare é, efetivamente, central ao chamado Fundo Primitivo da biblioteca da Faculdade de Letras. É um espólio que, em contexto, revela atualização (tanto mais de apreciar quanto as condições materiais e logísticas ao tempo da sua construção eram tudo menos favoráveis[3]) e uma amplitude considerável de abordagens. Essa amplitude reflete com alguma nitidez vertentes e transições que moldaram a anglística em tempos decisivos para a sua constituição disciplinar, com destaque para uma divergência a que Chris Baldick, num estudo histórico da crítica e teoria literárias desde os finais do séc. XIX, não hesita em chamar uma "batalha":

> the battle (…) between (…) the respectably "scientific" regime of philologists, mostly trained in German universities, who ensured that the classification of historical and linguistic facts (…) took precedence over the study and appreciation of modern literature – (…) dismissed as a lightweight matter of private opinion and chatter beyond the scope of serious scholarship (…) – and those who championed the study of literature "as literature" rather than as linguistic data (Baldick, 1996:24).

[3] Como todo o processo relativo à primeira Faculdade de Letras, o aprovisionamento da biblioteca não podia deixar de ser afetado pelos constrangimentos financeiros da Primeira República – sendo de notar que o registo dos debates parlamentares inclui menção expressa à necessidade de dotar a Faculdade de uma biblioteca adequada (Alves, 2012:350, 358 e *passim*).

No Fundo Primitivo, a primeira destas abordagens, acrescidamente justificada pela ênfase no ensino da língua que o contexto não-anglófono requeria e pela formação filológica dos docentes, era devidamente sustentada por vários tomos em alemão sobre história da língua inglesa e *Englische Philologie* (Einenkel, 1916; Storm, 1881). A sua aplicação especificamente ao estudo de Shakespeare era assegurada por um volume (então influente) do educador e clérigo inglês Edwin A. Abbott, *A Shakespearian Grammar: an attempt to illustrate some of the differences between Elizabethan and modern English* (cuja primeira edição era de 1869, sendo a reimpressão do Fundo Primitivo de 1909) – um caso particularmente nítido do recurso à linguística histórica para salientar e fundamentar particularidades formais do texto shakespeariano e ao mesmo tempo usar o texto literário (e dramático) como espaço de demonstração de desenvolvimentos com considerável importância na história da língua.

Não faltavam neste acervo, porém, contrapontos à tradição filológica – contrapontos que evidenciavam a atenção, na primeira Faculdade de Letras, àquelas abordagens da literatura e do drama que em 1914 tinham sido defendidas por Arthur Quiller-Couch (catedrático de Literatura Inglesa em Cambridge) no mesmo fôlego em que satirizava os estudos de base linguística de "professores teutónicos e teutonizantes"[4]. No seu recorte mais tradicional, a vertente não filológica no espólio shakespeariano do Fundo Primitivo é representada por estudos que tratam os textos como reflexo de contextos históricos reconhecidos pelas suas feições mais gerais. Um exemplo saliente é o de um tomo, com origem nas comemorações em 1916 dos trezentos anos da morte de Shakespeare, *Shakespeare's England: an account of the life & manners of his age* (1917), que reunia contributos de luminárias do mundo das letras e da academia como Walter Raleigh (catedrático de Estudos Ingleses em Oxford) e o poeta laureado, Robert Bridges, autor de uma *Ode ao tricentenário de Shakespeare*. A biblioteca incluía ainda panorâmicas históricas situadas entre a erudição e a divulgação – como se sugeria com a coexistência nas prateleiras respetivamente de George Saintsbury, *A History of Elizabethan Literature* (London, 1918) e G. B. Harrison, *The Story of Elizabethan Drama* (Cambridge, 1924); e atendia às necessidades imediatas de um contexto educativo através de manuais como o de Tucker Brooke, *Shakespeare of Stratford: a handbook for students* (1926).

Dentro da grande diversidade de abordagens e posicionamentos disciplinares que o espólio shakespeariano do Fundo Primitivo (apesar das suas dimensões) ia contemplando, merece especial menção o conjunto de estudos

[4] *Teutonic and Teutonising professors* – um remoque citado em Baldick, 1996:32.

de história do teatro e da literatura dramática. Tais estudos abordam o seu objeto de perspetivas que incluem argumentos favoráveis quer a um sentido de tradição nacional, quer a um discurso de saliência autoral – dando relevo a talentos individuais, com a leitura a oscilar entre a excecionalidade reclamada para Shakespeare e a mitigação dessa excecionalidade pela consideração de precursores e contemporâneos. Alguns dos livros em causa refletem uma erudição tradicional, como sucede com outro volume de Tucker Brooke, *The Tudor Drama: a history of English national drama to the retirement of Shakespeare* (1911). Nesta como noutras áreas de inquirição, porém, os espécimes com maior longevidade crítica e académica que encontramos no fundo primitivo, com incidência na obra de Shakespeare, são os que representam formas de processamento crítico e historiográfico que constituíam relativa novidade em inícios de novecentos.

Tais casos incluem, com alguma saliência, a investigação sobre palcos e práticas teatrais de finais da Idade Média e inícios da Idade Moderna que marcou a obra e o legado de E. K. Chambers (1866-1954), representada no fundo primitivo por primeiras edições de obras (em vários volumes) que teriam reedições múltiplas ao longo do século – como sejam *The Mediaeval Stage* (1903) e *The Elizabethan Stage* (1923). Em certos aspetos, a obra de Chambers afigura-se precursora de um interesse investigativo por práticas históricas no teatro que veio a ter forte consequência na produção de saber mas também na atividade teatral. Os estudos de Chambers são contemporâneos da ultrapassagem histórica do gosto por produções teatrais cenograficamente complexas (com recurso a maquinaria de cena que tinha sido o reflexo no teatro vitoriano da primeira era industrial) e da consequente busca de uma simplicidade primeva demandada no mito da suposta nudez do palco de Shakespeare. Não que qualquer leitura atenta de Chambers sustentasse tal mito na sua formulação mais chã, mas permitia, sim, advogar o esforço de retorno a um entendimento historicizado da relação entre palavra, gesto e espaço que conduzia a uma maior austeridade cénica – entendida como recuperação histórica. A presença de Chambers no acervo do Fundo Primitivo não terá sido casual – nem foi, de todo, inconsequente: Luís Cardim dedicar-lhe-ia uma atenção repercutida nas cerca de trinta ocasiões (entre citações no texto e referências em notas) em que cita este autor no seu *Shakespeare e o Drama Inglês* (1931).

A importância de estudos de base contextual e historicizante não poderá elidir a perceção, porém, de que esta coleção shakespeariana foi reunida numa era que tão reiteradamente celebrava a excecionalidade dos grandes autores – o que implicaria a inclusão de volumes de base biográfica, como *A Life of William Shakespeare* (1925), do estudioso americano Joseph Quincy Adams (que viria a ser o primeiro diretor da Folger Shakespeare Library). E

não era só das culturas académicas de língua inglesa que provinham contributos biográficos ou biografizantes – uma orientação representada no Fundo Primitivo também em volumes franceses e alemães. Com efeito, a coleção inclui o extenso e idiossincrático *William Shakespeare* (1864) de Victor Hugo, que combinava a narrativa biográfica com opinião crítica e uma avaliação da fortuna póstuma de Shakespeare enquadrada por uma panorâmica do que o autor entendia serem os maiores génios literários do mundo. Entre os tomos de edição alemã, avultam títulos sobre "o homem", "a vida e a obra" – como sejam *Shakespeare der Mensch* (1923), de Helene Richter, e *Shakespeare, Sein Wesen und Werk* (1928), de Friedrich Gundolf; sendo que o acervo germânico na coleção complementava esta ênfase com levantamento de fontes e crítica textual, em publicações nalguns casos apoiadas pela associação de estudos shakespearianos mais antiga da Europa, a Deutsche Shakespeare Gesellschaft (Anders, 1904; Perrett, 1904; Wallace, 1912).

Note-se, contudo, que o vincado interesse pela individualidade que os inícios do séc. XX herdavam da cultura do Romantismo se manifesta no acervo shakespeariano do Fundo Primitivo de um modo que se não limita, de todo, ao biografismo – antes encontrando as suas realizações mais influentes em argumentos favoráveis ao reconhecimento da singularidade de Shakespeare tal como ela se evidencia e afere nos seus textos e respetiva consequência teatral. Tais argumentos representam-se no contributo do já citado Walter Raleigh para a coleção *English Men of Letters* (com o seu *Shakespeare*, de 1907), uma participação num desígnio caracteristicamente canonizante em que Raleigh advoga a inevitabilidade de as qualidades únicas de Shakespeare o deixarem inapelavelmente "destacado dos seus pares"[5]. A esta luz, uma presença ainda menos surpreendente, quando se considera a sua ênfase na exploração da singularidade humana, é um dos volumes (pela aparência) mais intensamente usados deste espólio – A. C. Bradley, *Shakespearian Tragedy* (1904) – sendo que, neste caso, a perscrutação de uma individualidade visava não o autor, mas as suas mais conhecidas criações trágicas, entendidas como representações persuasivas de perfis humanos.

Bradley terá sido, porventura, o mais influente crítico na história do processamento de Shakespeare em contextos educativos[6], sendo que as evidências do uso do seu *Shakespearian Tragedy* pelos estudantes de Filologia

[5] "Shakespeare (…) as an English man of letters (…) has been separated from his fellows, and recognized for what he is: perhaps the greatest poet of all time" (Raleigh, 1907:2).

[6] Como Tiffany Stern fazia notar há quase duas décadas, ponderando a sua própria experiência formativa, "the Edwardian Shakespeare who came straight out of A. C. Bradley's Shakespearean Tragedy of 1904 (…) was still, bizarrely, flourishing in the universities of the 1970s (…) [his] psychological criticism (…) continues to live on in the schoolroom – my own education was strictly Bradleian – so that much classroom teaching of Shakespeare is now 100 years behind current criticism" (Stern, 2003:126, 132)..

Germânica da primeira Faculdade de Letras sugerem que esta comunidade, apesar das contingências sociopolíticas e da curta vida da sua escola, estava ligada pela sua pequena biblioteca ao que eram então os discursos mais atuais e consequentes na cena académica global. Para um breve exercício de aferição do que acervos bibliográficos podem revelar sobre a delineação de um contexto académico Bradley é particularmente relevante – quer pela sua longa influência, quer pela notoriedade dos ataques que viria a sofrer e pelo modo como eles marcaram a história da crítica shakespeariana. Notabilizou-se por um tratamento do texto de Shakespeare que não é filológico nem de base teatral, mas antes e eminentemente literário e crítico; e que implica enfrentar Shakespeare (na página, mais do que na cena) fundamental e definidoramente como criador de personagens, que Bradley trata como perfis humanos e explora de modo psicologizante. É um modelo crítico, este a que se chamou *character criticism*, diretamente herdeiro do interesse romântico por uma literatura dos estados de alma, pelo drama (lido, mais do que encontrado no teatro) enquanto exploração da cena íntima. Mas esta abordagem viria a ser rejeitada com veemência a partir de perspetivas críticas afins às poéticas do primeiro modernismo novecentista.

Memoravelmente, o grande crítico e poeta anglo-americano T. S. Eliot (num ensaio de 1919) caraterizaria o tipo de leitura epitomizado na obra de Bradley como assentando numa falácia de hipostasiação, num tratamento de personagens dramáticas como se fossem seres humanos, com existência biológica e historicamente verificável (Eliot, 1969). Mas o ataque mais caraterístico (e mais frequentemente citado) à abordagem crítica de Bradley viria de L. C. Knights, em particular com um ensaio (ironicamente intitulado *How many children had Lady Macbeth?*) publicado em 1933 – ou seja, dois anos após o encerramento da primeira Faculdade de Letras do Porto. O que nos lança na consideração de um hiato – mas também da medida em que espólios bibliográficos podem dar corpo a uma superação compensatória.

A COLEÇÃO SHAKESPEARIANA NO INSTITUTO DE ESTUDOS INGLESES / DEAA: ALGUMAS NOTAS

A reação crítica a que agora me referia, muito mais dirigida para a construção textual da ação dramática e para oportunidades de significação que radicam em condições formais dos textos, está também representada na biblioteca da FLUP – já não no Fundo Primitivo, mas antes nos acervos construídos com e após a refundação de 1972, como sucede com a coleção shakespeariana incluída na biblioteca do Instituto de Estudos Ingleses, entretanto absorvida pelo Departamento de Estudos Anglo-Americanos (DEAA). Se, pelas razões que acima sugeria, tomarmos como exemplo a obra de L.C. Knights, cuja consagração académica se firmou nas décadas de

trinta e quarenta e se estendeu até à de setenta, encontramo-la representada nesta outra coleção por reedições (em 1962 e 1963) de estudos da fase inicial da carreira do autor[7].

Por outras palavras: quando se considera, em sequência, o conjunto de existências nestes dois fundos respeitantes à área de inquirição que tenho vindo a considerar, é curioso verificar como a aquisição, por compra ou através de doações institucionais, de produção crítica e histórico-literária de meados do séc. XX cria um efeito de mitigação da séria truncatura criada pelos mais de quarenta anos que intervêm entre o encerramento de 1931 e a refundação da Filologia Germânica na segunda Faculdade de Letras. As pontes entre uma e outra circunstância foram, nalguns casos, fortuitas, mas evidenciando canais de circulação que combinam história política, universitária e local. Um exemplo revelador dos trânsitos e (des)continuidades que marcaram este espólio é o de uma edição da obra completa de Shakespeare, datada de 1938, que ostenta o carimbo, como local primeiro do seu registo, da "Sala Inglesa" que funcionou na Faculdade de Engenharia durante a II Guerra[8]; depois, o carimbo do Instituto Britânico do Porto (criado entretanto pelo British Council); e finalmente (quando o Instituto deixou de manter uma biblioteca para leitura geral, compreendendo obras literárias, historiografia e crítica) o do Instituto de Inglês da Faculdade de Letras.

Mais do que salientar curiosidades pontuais (mas não por isso menos reveladoras), pretendo no segmento final deste artigo inferir da coleção shakespeariana hoje mantida no DEAA uma breve perspetiva histórico-crítica sobre alguns dos saberes nela representados – entre as correntes académicas dos meados de novecentos e as que hoje nos informam a investigação e o ensino. As publicações que fizeram parte dos recursos iniciais da biblioteca que, após 1972, assistiu a área de Estudos Ingleses evidenciam de novo amplitude e diversidade, sendo que as várias abordagens que compreendem tiveram fortuna intelectual diversa.

Um caso nítido das vicissitudes da história intelectual é o de G. Wilson Knight, autor de um conjunto de estudos controversos, mas com grande popularidade, com datas de primeira publicação que se estendem de 1930 até próximo da morte deste académico em 1985. Os livros de Knight estão abundantemente presentes (nalguns casos com vários exemplares), na coleção em

[7] Como noutros pontos deste artigo, obras que não sejam objeto de citação (mas antes de simples menção geral) constam da lista final de fontes – mas não obtêm referência particularizada no texto ou em notas.

[8] Ver, no Repositório Temático da Universidade do Porto, notícia recolhida de *O Comércio do Porto* de 23 de junho de 1945 – "Na Sala Inglêsa da Universidade do Pôrto prestaram, ontem, homenagem ao professor Combe-Martin os seus alunos do curso de Inglês Básico" - https://hdl.handle.net/10405/23256 (acesso 13-9-2020).

causa, em reedições de finais da década de sessenta e inícios da de setenta. O seu sucesso no quadro do processamento académico (mas também popular) de Shakespeare no segundo e terceiro quartéis do séc. XX assentou na aplicação crítica de sistemas simbólicos à identificação de padrões imagéticos nos textos de Shakespeare. Porém, as caraterísticas visionárias, espiritualizantes e conjeturais que muitos apontaram ao exercício crítico de Knight não lhe asseguraram favor continuado no período posterior aos anos setenta, tão marcado que este foi por distintas formas de ceticismo intelectual e por modelos críticos assumidamente refratários à qualidade trans-histórica do que Knight entendia ser a grande literatura. Apesar da forte presença dos seus livros na nossa biblioteca, poucos serão hoje os docentes da área de estudos em causa que ativamente recomendem a leitura de Knight a estudantes de licenciatura que pretendam um primeiro contacto com o tratamento crítico e historiográfico de Shakespeare pelos melhores especialistas.

Este caso de relativa descontinuidade é, porém, uma exceção ao que de outro modo se pode apontar como a consequência e longevidade intelectual de outras vertentes críticas representadas na biblioteca do Instituto de Estudos Ingleses / DEAA. Uma dessas vertentes é a que enfatiza que o texto dramático só encontra a sua realização plena no teatro, sendo que um dos estudiosos que no séc. XX mais se notabilizou por um tratamento crítico de Shakespeare sempre fundado na consideração do palco foi Harley Granville-Barker, cujos *Prefaces to Shakespeare*, escritos entre as décadas de vinte e quarenta, integram a colecção detida pelo DEAA em reedições de 1963-64. Continuadamente lido e referido (recordo-me de o estudar e citar quando estudante, na viragem da década de setenta para a de oitenta), Granville-Barker propôs perspetivas que nalguma medida antecedem o grande favor de que argumentos sobre a vocação teatral, que não literária do texto shakespeariano gozaram desde os anos finais do séc. XX. Tais argumentos estão hoje abundantemente representados, no acervo do DEAA, por uma gama de publicações que inclui edições críticas recentes do texto shakespeariano como as da coleção *Shakespeare in Production* (Cambridge University Press)[9], cujo aparato de introduções e notas se compõe da história de palco e das implicações cénicas dos textos – que não do rasto gerado pelo seu processamento pela crítica literária.

A perspetiva complementar desta, a que se funda na consideração primariamente dos processos composicionais de Shakespeare como escritor e na

[9] Para uma descrição da coleção em causa, ver https://www.cambridge.org/core/series/shakespeare-in-production/A2EEB39B02682C1E932F662A287723FF (acesso 13-9-2020). Pela sua extensão, não incluo na lista de referências deste artigo os tomos da coleção – que são pesquisáveis, no catálogo da biblioteca da FLUP, a partir do título da coleção, *Shakespeare in Production*.

matéria textual em si mesma (prévia e independentemente da sua atualização cénica) tem óbvia – e dominante – presença no acervo shakespeariano do DEAA; mas gostaria de salientar a este respeito uma via de inquirição que proporcionou, na história académica recente, importantes pontes entre a erudição mais tradicional e propostas críticas recentes e controversas. Refiro-me ao estudo de fontes para o drama shakespeariano, primariamente representado no fundo em causa pelos sete volumes organizados por Geoffrey Bullough sob o título *Narrative and dramatic sources of Shakespeare* (1.ª ed. 1957; temos a obra em edição de 1961). Trata-se de uma compilação com processamento crítico que se revelou fundamental para a compreensão de como o drama de Shakespeare e dos seus contemporâneos se fez fundamentalmente de reescrita de textos prévios.

A consequência é dupla: as condições formais, retóricas, pragmáticas dessa reescrita (quando se procede ao cotejo com as fontes) põem em evidência qualidades, quer literárias quer de agudo sentido da cena, que oferecem validação a um autor como Shakespeare; mas a perceção de que esse autor foi também um re-escritor, o praticante de uma criatividade eminentemente apropriativa, não deixa de abalar argumentos de singularidade e originalidade que, no caso de Shakespeare, tiveram séculos de elaboração. Daqui resulta que o labor de arquivo e de minucioso trabalho textual realizado nos meados do século por Bullough pode alimentar algum do ceticismo sobre a condição autoral que tão vincadamente marcou a crítica literária pós-estruturalista.

Mais especificamente, os laços entre a monumental compilação de fontes por Bullough e esforços críticos recentes incluem o modo como a evidenciação de percursos de escrita que são eminentemente literários permitiu a um crítico textual como Lukas Erne (num muito citado estudo de 2003, presente no DEAA) contrariar a tendência dominante para propor o texto de Shakespeare como criado estritamente para a cena (que não para a leitura). Bullough é também, nalguma medida, um precursor (remoto, embora) daquela renovação do interesse pela crítica textual que os recursos da era digital vieram trazer, e que se evidencia numa coletânea de estudos como *Textual Performances* (2004), igualmente adquirida pelo DEAA. E, adicionalmente, favoreceu a construção de argumentos mais sólidos a favor das práticas colaborativas, envolvendo diferentes autores, que marcaram a escrita dos textos dramáticos de Shakespeare e dos seus contemporâneos – um domínio de particular controvérsia nos estudos shakespearianos que tem obtido o empenho de nomes salientes, incluindo o de Brian Vickers (que, enquanto participante ativo nas querelas em torno da autoria da obra de Shakespeare, está representado no espólio do DEAA através de publicações de 1993 e 2004).

NOTA FINAL: UMA CONSEQUÊNCIA CRÍTICA E TRANSLATÓRIA

Uma nota final – mas de considerável importância: invocando uma metáfora de George Steiner, tentei colocar em evidência a forma como as existências bibliográficas que sustentam o estudo de um autor central à disciplina de estudos ingleses podem gerar o efeito de "iluminação" dos contornos de todo um contexto intelectual e cultural, revelado nas suas configurações definidoras por um corpo textual exógeno. O que desse modo se revela – assim tentei também argumentar – é um posicionamento informado e consolidado face a uma área disciplinar que se descobre representada, através de dois acervos concomitantes, na diversidade das opções que historicamente a construíram. Acrescentarei agora que esse posicionamento disciplinar é produtivo, que não apenas assimilativo. Para lá dos expectáveis resultados investigativos do trabalho na área de Estudos Ingleses na Faculdade de Letras, e que direta ou indiretamente refletem os saberes comportados por todo um lastro de precedentes críticos, o chamado "projeto Shakespeare" (lançado por Manuel Gomes da Torre e ancorado num grupo de investigação coordenado por Gualter Cunha), vem produzindo uma nova tradução integral da obra do poeta e dramaturgo inglês[10]. Nas opções dos tradutores, como no aparato crítico que as enquadra, as novas versões são, afinal, a textualização mais reveladora da resposta de um contexto cultural e académico específico ao "centro do cânone" – e ao modo como ele foi processado, em sedes portuguesas e outras, ao longo de todo um século.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Joseph Quincy (1925) – *A Life of William Shakespeare*. Boston: Houghton Mifflin.

ALVES, Jorge Fernandes (2012) – *A Universidade na República, a República na Universidade: a UP e a I República (1910-1926)*. Porto: Universidade do Porto.

ANDERS, H. R. D. (1904) – *Shakespeare's books: a dissertation on Shakespeare's reading and the immediate sources of his works*. Berlin: Georg Reimer.

ARNOLD, Matthew ([1869] 2006) – *Culture and anarchy*. Ed. Jane Garnett. Oxford: Oxford University Press.

BALDICK, Chris (1996) – *Criticism and literary theory: 1890 to the present*. London; New York: Longman.

[10] Publicada inicialmente, entre 2001 e 2008, pela editora portuense Campo das Letras (entretanto desaparecida), esta nova tradução viu catorze volumes sair sob esta chancela, tendo a coleção o título *Shakespeare para o século XXI*. Desde então, a iniciativa tem persistido sob a chancela Relógio d'Água, com o título *Projecto Shakespeare* – que conta já com outros treze volumes.

BEECHING, H. C. (1909) – *William Shakespeare: player, playmaker, and poet*, 2nd ed. London: John Murray.

BLOOM, Harold (1995) – *The Western Canon: the books and school of the ages*. London; Basingstoke: Macmillan.

BRADLEY, A. C. (1904) – *Shakespearian tragedy: lectures on Hamlet, Othello, King Lear, Macbeth*. London: Macmillan.

BROOKE, Tucker (1926) – *Shakespeare of Stratford: a handbook for students*. New Haven: Yale University Press.

BROOKE, Tucker (1911) – *The Tudor drama: a history of English national drama to the retirement of Shakespeare*. Boston: Houghton Mifflin.

BULLOUGH, Geoffrey ([1957] 1961) – *Narrative and dramatic sources of Shakespeare*. London: Routledge; Kegan Paul. 7 vol.

CARDIM, Luís (1943) – *A Vida de Shakespeare: factos, lendas e problemas*. Lisboa: Seara Nova.

CARDIM, Luís (1931) – *Shakespeare e o drama inglês*. Porto: Faculdade de Letras.

CHAMBERS, E. K. (1923) – *The Elizabethan stage*. Oxford: Clarendon Press.

CHAMBERS, E. K. (1903) – *The Mediaeval stage*. Oxford: Oxford University Press.

CIDADE, Hernâni (1959) – Luís Cardim, no convívio, na aula e na obra de investigador e poeta. *O Tripeiro*. 5.ª série. 15:8 (dez.):240-244.

DOWDEN, Edward (1875) – *Shakespeare: a critical study of his mind and art*. London: Henry S. King & Co.

DWIGHT, Benjamin W. (1860) – *Modern philology: its discoveries, history, and influence*. 2nd ed. rev. and corrected. New York: Barnes & Burr.

EAGLETON, Terry (1996) – The Rise of English. In *Literary theory: an introduction*. 2nd ed. Oxford: Blackwell, p. 15-46.

EINENKEL, Eugen (1916) – *Geschichte der Englischen Sprache*. 3e ed. Strasbourg: Karl J. Trubund.

ELIOT, T. S. ([1919] 1969) – *Hamlet*. In *Selected essays*. London: Faber, p. 141-146.

ENGLER, Balz (2000) – Writing the European History of English. In *European English studies: contributions towards the history of a discipline*. Ed. Balz Engler and Renate Haas. Leicester: The English Association, p. 1-12.

ERNE, Lukas (2003) – *Shakespeare as literary dramatist*. Cambridge: Cambridge University Press.

ERNE, Lukas; KIDNIE, Margaret Jane, ed. (2004) – *Textual performances: the modern reproduction of Shakespeare's drama*. Cambridge: Cambridge University Press.

FLOR, João Almeida (2004) – Shakespeare in the bay of Portugal: a tribute to Luís Cardim (1879-1958). In *Translating Shakespeare for the twenty--first century*. Ed. Rui Carvalho Homem and Ton Hoenselaars. Amsterdam; New York: Rodopi.

GORDON, George (1923) – *The Discipline of Letters: an inaugural lecture delivered before the University of Oxford on 9 May 1923*. Oxford: Clarendon.

GRANVILLE-BARKER, Harley ([1927-1948] 1964) – *Prefaces to Shakespeare*. London: B.T. Batsford.

GUNDOLF, Friedrich (1928) – *Shakespeare, sein Wesen und Werk*. Berlin: Georg Bondi.

HARRISON, G. B. (1924) – *The Story of Elizabethan drama*. Cambridge: At the University Press.

HUGO, Victor (1864) – *William Shakespeare*. Paris: Librairie Internationale.

KNIGHT, G. Wilson ([1958] 1966) – *The Sovereign flower: on Shakespeare as the poet of royalism*. London: Methuen.

KNIGHT, G. Wilson ([1947] 1969) – *The Crown of life: essays in interpretation of Shakespeare's final plays*. London: Methuen.

KNIGHT, G. Wilson ([1932] 1968) – *The Shakespearian tempest: with a chart of Shakespeare's dramatic universe*. London: Methuen.

KNIGHT, G. Wilson ([1931] 1968) – *The Imperial theme: further interpretations of Shakespeare's tragedies including the roman plays*. London: Methuen.

KNIGHT, G. Wilson ([1930] 1970) – *The Wheel of fire: interpretations of Shakespearian tragedy.* London: Methuen.

KNIGHTS, L. C. ([1933] 1963) – How many children had Lady Macbeth?: an essay in the theory and practice of Shakespeare criticism. In *Explorations*. London: Chatto & Windus, p. 1-39.

KNIGHTS, L. C. (1962) – *Drama and society in the age of Jonson*. Harmondsworth: Penguin.

KNIGHTS, L. C. (1962) – *Shakespeare: the histories*. London: Longman.

ONIONS, C. T.; LEE, Sidney; RALEIGH, Walter (1917) – *Shakespeare's England: an account of the life & manners of his age.* Oxford: Clarendon Press.

PERRETT, Wilfrid (1904) – *The Story of King Lear from Geoffrey of Monmouth to Shakespeare*. Berlin: Mayer & Müller.

RALEIGH, Walter (1907) – *Shakespeare*. London: Macmillan.

RICHTER, Helene (1923) – *Shakespeare der Mensch*. Leipzig: Bernhard Tauchnitz.

SAINTSBURY, George (1918) – *A History of Elizabethan literature*. London: Macmillan.

SANTOS, Cândido dos (2011) – *História da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto.

SHAKESPEARE, William (1938) – *The Works of William Shakespeare, gathered into one volume*. Oxford: Shakespeare Head Press.

STEINER, George (1993) – From Caxton to *Omeros*: the continuing appeal of Homer to Anglo-Saxon ideals and experience. *TLS* (17 August):13-16.

STERN, Tiffany (2003) – Teaching Shakespeare in higher education. In *Shakespeare in Education*. Ed. Martin Blocksidge. London: Continuum, p. 120-140.

STORM, Johan (1881) – *Englische Philologie: Anleitung zum Wissenschaftlichen Studium der Englischen Sprache*. Heilbronn: Verlag von Gebr Henninger.

TILLYARD, E. M. W. (1958) – *The Muse unchained: an intimate account of the revolution in English studies at Cambridge*. London: Bowes & Bowes.

TORRE, Manuel Gomes da (1987) – Dr. Luís Cardim: dos liceus para a antiga Faculdade de Letras do Porto. *Revista da Faculdade de Letras do Porto. Línguas e Literaturas*. 2.ª série. 4:279-300.

VICKERS, Brian (2004) – *Shakespeare, co-author: a historical study of five collaborative plays*. Oxford: Oxford University Press.

VICKERS, Brian (1993) – *Appropriating Shakespeare: contemporary critical quarrels*. New Haven: Yale University Press.

WALLACE, Charles William (1912) – *The Evolution of the English drama up to Shakespeare*. Berlin: Georg Reimer.

ARNALDO CARDOSO DE PINHO, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

DUMA FILOSOFIA DA LIBERDADE A UMA PEDAGOGIA DA LIBERDADE: LEONARDO COIMBRA E A IDEIA FUNDADORA INICIAL DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

1.

No *Prefácio* ao vol. III das *Obras Completas*, de Leonardo Coimbra, Manuel Ferreira Patrício, um dos melhores conhecedores do pensador da Lixa, começa por perguntar-se: Qual é a relação que existe entre a vida e a obra dum filósofo?, para responder que, ao lado da vida normal dum ser, existe um horizonte mais vasto, que é o da construção reflexiva. E compara o autor, quanto a nós a justo título, a Ortega y Gasset, cuja obra completa de resto estava a ser publicada, ao mesmo tempo[1].

Acrescentaríamos a este primeiro plano de abordagem a impressão de "cor *inquietum*" que logo encanta e prende quem o lê pela primeira vez e que tem sido aplicada ao pensamento de Santo Agostinho; ou de pensamento madrugante, com que Sant'Anna Dionísio, seu discípulo e biógrafo caracterizou a sua filosofia[2].

Quer isto dizer que o pensamento de Leonardo não tenha sido sistémico, ou tenha sido mesmo anti-sistémico? Se assim pensássemos não levaríamos a sério a obra *O Criacionismo: esboço dum sistema filosófico*. Efetivamente, ao longo da sua vida, os diversos temas tratados encaixam-se num sistema, cuja primeira e inabalável fundamentação está no método, ou seja, na gnoseologia a que sempre foi fiel, a saber, pensar por noções, aliando racionalidade abstrata e realidade concreta.

---

[1] PATRÍCIO, Manuel Ferreira (2006) – Prefácio. In COIMBRA, Leonardo - *Obras completas. III - 1916-1918*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto; Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

[2] DIONÍSIO, Sant'Anna (1985) - *Leonardo Coimbra: o filósofo e o tributo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 383 e seg.

Esta vitalidade da reflexão leonardina é particularmente aguda nos seus dois textos, *A Alegria, a dor e a graça* (1916) e a *Luta pela imortalidade* (1918).

A prioridade do método permite a Leonardo ultrapassar o racionalismo crítico mais ou menos kantiano e por isso ultrapassar a razão meramente judicativa, sem, contudo, entrar em delírio irracional. Daí o lugar que tem na sua obra e na sua vida pública a intuição, a empatia, o sentimento, a saudade, a alegria e a dor, a graça e a amizade. E nestas imbricado, o sentido construtivo duma razão em busca.

Como bem escreveu um dos seus discípulos, Delfim Santos, os que leem a sua obra como um conjunto disperso, não chegam a perceber que o seu pensamento "não é apenas regulativo do conhecimento, mas também constitutivo da realidade. Esta não é em si, resulta do conúbio do pensamento e do não pensamento, é noção. A noção não é ideia nem conceito, mas o núcleo da percepção transcendental, a fonte donde promana o que se diversificará em ôntico e lógico. E esta é a razão pela qual o criacionismo se define como dialéctica de noções e critica as filosofias que se constroem como dialéctica de conceitos".

E acrescenta Delfim Santos: "Os conceitos são pensamento pensado, as noções pensamento realizante, constituinte disso que, como objecto, nós pensamos e a que sempre o pensamento ficará mais ou menos estranho. A dialéctica nocional é, no seu dinamismo, diluente de todos os estatismos sempre limitativos da aspiração de liberdade que é sinal distintivo do Homem"[3].

É deste pressuposto gnoseológico, claríssimo desde a sua primeira obra sistemática, *O Criacionismo* (1912), que nasce a identidade de Leonardo. Identidade que lhe permite ir para a realidade com entendimento e paixão, assumindo momentos de lirismo e saudade, perante a vida e a natureza, a multiplicidade do Universo ou o mistério de Deus; mas também a incompreensão por parte daqueles que, viciados nos hábitos mentais do racionalismo e de uma cultura historicista, reduzem o pensamento a um conjunto de cânones, segundo os quais a realidade se lê uniformemente compassada.

Por isso Leonardo pode ser interpretado com as palavras de Unamuno. "A filosofia é um produto humano de cada filósofo e cada filósofo é um homem de carne e osso como ele. E faça o que fizer, filosofa, não apenas com a razão, mas com a vontade, com o sentimento, com a carne e com os ossos, com a alma toda e com o corpo todo. Filosofa o homem"[4].

---

[3] SANTOS, Delfim (1959) – Prefácio. In *O Criacionismo*. Porto, Tavares Martins, p. IX e X.

[4] UNAMUNO, Miguel de (1980) – *Del Sentimiento tragico de la vida*. Madrid: Espasa-Ca1pa, p. 28.

E em vários ensaios, dos quais destaco *Que quer dizer pensar*, Heidegger, já bem longe de *Ser e Tempo*, desenvolve o tema de que pensar é estar em movimento para...[5]. Isto depois de ter dito que a filosofia se move por interesse no sentido literal da palavra 'interesse' e que "mostrar interesse pela filosofia", cito, "não indica de maneira alguma que estejamos preparados para pensar. Mesmo o facto de que, há longos anos, sejamos assíduos a estudar os tratados e escritos dos grandes pensadores não garante que pensemos nem que estejamos prontos para aprender a pensar. Ocupar-se de Filosofia pode ao contrário, de maneira tenaz, entreter a ilusão de que pensamos, porque, não é? nós filosofamos"[6].

2.

"Quando a poderosa inteligência de Leonardo Coimbra surge na vida portuguesa, escreveu António Quadros, encontra uma situação mental esvaziada de conteúdo. A segunda metade do século XIX assistira por um lado à crítica da teologia católica ou do magistério eclesiástico e por outro ao triunfo intelectual de um pensamento estrangeirado nas linhas de força que, vindas do iluminismo setecentista, desembocavam no positivismo e idealismo"[7].

Do ponto de vista da crítica do Magistério eclesiástico, que hoje reconhecemos bem pobre, apologético e nos começos da renovação da Teologia, sob os auspícios do que se chamou neotomismo, ele também pouco capaz de ser fonte de renovação, encontramos a obra de Amorim Viana, *Defesa do Racionalismo e Análise da Fé* (1866) em que o pensador portuense critica os dogmas tradicionais, em boa verdade usando o mesmo modelo de linguagem; mas sobretudo a conferência de Antero, de carácter mais cultural, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, integrada nas *Conferências do Casino* (1876).

Sob o segundo aspeto, continuo a seguir António Quadros, as grandes linhas de força foram as do socialismo utópico que o próprio António Sérgio se viu obrigado a analisar no seu comentário ao proémio escrito por Oliveira Martins para a *Teoria do Socialismo* (1870): "três páginas de confusão babélica graças ao anelo de sempre estar de acordo com todas as doutrinas que então se impunham, misturando um Hegel com um Proudhon e um Spencer com reminiscências de um Kant, de um Michelet, de um Vico..."[8].

---

[5] HEIDEGGER, Martin (1957) – Que veut dire "penser". In *Essais et conférences*. Paris: Gallimard, p. 159.

[6] HEIDEGGER, Martin – *Ob cit.*, p. 154.

[7] QUADROS, António (1985) – A Obra de Leonardo Coimbra no contexto cultural da sua época. In *Leonardo Coimbra, filósofo do real e do ideal.* Lisboa: Instituto Amaro da Costa, p. 24.

[8] QUADROS, António – *Ob. cit.*, p. 25.

Seria necessário ainda apontar a importância prática do pensamento positivista, sobretudo Teófilo Braga e a reação intelectual a este pensamento, pouco ou nada vigorosa, vinda do setor monárquico ou eclesiástico, mais ou menos fideista. A resposta a este pensamento viria de pensadores não identificados com estes setores, mais ou menos eclesiásticos, como Cunha Seixas, Sampaio Bruno e mais tarde Leonardo Coimbra. Este, sempre fiel ao seu método de pensar por noções, ou seja, de pensar sempre em direção a… segundo a fórmula com que abre *A Alegria, a Dor e a Graça* – "As almas verídicas (porque há aparências, esboços de alma) nutrem-se dum único alimento, o absoluto".

Este grande princípio, a que Leonardo permaneceu sempre fiel, deu um carácter de tal veracidade e autenticidade ao seu percurso de pensador e homem de ação, que dificilmente se encontra em Portugal alguém que se lhe possa comparar.

José Marinho, um dos seus melhores discípulos e comentadores, pôde, por isso, escrever: "A mais extraordinária surpresa que pode colher o estudioso da obra de Leonardo Coimbra é o da sua extraordinária unidade significativa. Unidade significativa quer dizer alguma coisa de melhor e mais fundo que a unidade metodológica dos *Pensées* de Pascal (...). Como nenhuma outra obra de pensamento que se abra para nós em língua portuguesa como viva e difícil expressão (...) a sua começa por perturbar pela sua multiplicidade, acaba por seduzir-nos pela própria certeza da sua unidade profunda, tão sérias são as correspondências de umas expressões para outras, tão constantes os temas de meditação e as ideias fundamentais, tão universal e harmonioso o sentido do seu desenvolvimento. E importa aqui entender bem o que se diz. Escrevendo "universal", desde logo atendemos à crítica que dirigiu Leonardo Coimbra desde a primeira página à última que escreveu a uma concepção unitária da filosofia tanto na substância do pensamento como na forma de conceber. Da mesma forma que a unidade do ser não só respeita como suscita a pluralidade mais ampla, assim no conhecimento, segundo a mesma inelutável lei, que é a intrínseca necessidade e também liberdade aberta, o conhecimento respeita, a variedade das formas de apreender e conceber"[9].

Curiosamente, ao ler este texto de José Marinho que tão bem define a arte de pensar de Leonardo, lembrei-me dum velho texto que Heidegger enviou para as comemorações dos 150 anos do nascimento de Kierkegaard, organizado pela UNESCO em Paris em 1964. O texto, rico de ensinamentos, intitulava-se *O Fim da filosofia e as tarefas do pensamento*[10].

---

[9] MARINHO, José (2001) - *O Pensamento filosófico de Leonardo Coimbra.* Ed. Jorge Croce Rivera. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 597.

[10] Texto em: *Kierkegaard vivant*. Paris: Gallimard Idées, 1966, p. 167 e seg.

Entendendo por fim da filosofia, o acabamento dos grandes sistemas e afirmando que esse acabamento dos grandes sistemas abria lugar e vez ao pensamento, afirmava a dada a passo o pensador de Freiburg: "A filosofia fala bem da luz da razão, mas não tem na devida conta a clareira do ser".

Este tema vem continuamente nos ensaios da última fase de Heidegger, sobretudo nos textos sobre a verdade – *Alêtheia* – que o autor glosa sempre como estado de não separação ou «diferença» entre o dito e o ser, entendendo portanto o pensamento como tarefa permanente de abertura sobre a clareira – *Lichtung* – onde se espraia sem se desligar do ser.

Foi nesta relação metafísica primordial que Leonardo concebeu o pensar e dentro dele o homem como ser pensante, dentro dum todo. Para Leonardo a vida do homem é um sistema de relações com o Universo; e a sua felicidade não pode ser entendida fora desta consciência aglutinadora, que faz crescer o homem livremente no conhecimento e no amor do todo, sendo a vida "o alargamento totalizante dessas relações e o seu aprofundamento significativo"[11].

Mas um tal sistema de relações subsiste por si? Não, responde Leonardo, porque "um sistema de relações só pode subsistir suspenso do Absoluto que o segure e anime"[12].

E o sistema é relativo a quê, a nada? "Uma cadeia ou rede de cadeias suspensa de novas relações seria como uma corrente de pérolas suspensa da sombra dum prego"[13]. É a relação do homem com o Absoluto que segura a cadeia das relações e por isso "a relação do homem com o Absoluto, através e para além das relações universais, é o sentido metafísico do homem, a essência mesmo da sua natureza"[14].

Trata-se, para Leonardo, do grande iniludível problema do homem: "A tragédia do homem na vida, a sua posição em frente do que para ele é, de modo diferente, o problema do destino"[15]. Já que as diferentes formas do humanismo são, finalmente, "as diferentes formas de luta do homem com o Destino"[16].

O pensamento de Leonardo, quer na sua vertente metafísica, quer na sua vertente antropológica continha em gérmen, a sua atuação e a sua doutrina no que à educação diz respeito. Era um pensamento metafísico aberto e um pensamento pedagógico humanista, nem antropolátrico, nem idealista, como longamente define nos primeiros passos de *A Rússia de hoje e o homem de sempre*.

---

[11] COIMBRA, Leonardo (1962) – *A Rússia de hoje e o homem de sempre*. Porto: Livraria Tavares Martins, p. 1.

[12] *Ibidem*.

[13] *Ibidem*, p. 2.

[14] *Ibidem*.

[15] *Ibidem*.

[16] *Ibidem*, p. 4.

Mas este pensamento estava já em gérmen, nos seus primeiros pequenos textos, escritos antes de *O Criacionismo*, de que destaco: *O Homem livre e o Homem legal*, aparecido em 1907, na revista *Nova Silva*; *A Inquisição Positivista*, aparecido em *A Vida* (jan. 1909), *O Pensamento e a liberdade*, em *A Vida* (1909), *A Filosofía da liberdade*, aparecido em *A Montanha* (20 mar. 1912)[17].

Em todos estes textos já está definida uma racionalidade aberta, que apontava para um humanismo de tendência anarquista, fiel aos ideais republicanos, não jacobinos.

3.

Acabada a ditadura sidonista e acabada também a tentativa de restauração monárquica, pela derrota da chamada Monarquia do Norte, Leonardo foi convidado para Ministro da Instrução Pública.

Leonardo foi Ministro desta pasta por duas vezes: a primeira de 2 de abril de 1919 a 28 de junho do mesmo ano e a segunda entre 30 de novembro de 1922 e 8 de janeiro de 1923. Esteve ainda no Parlamento por duas vezes: eleito pelo círculo de Penafiel em 1919 e pelo círculo do Porto em 1922.

Na curta passagem pelo Ministério, o governo produziu legislação de fundo, que se pode qualificar como uma verdadeira reforma do ensino. Mostrou, que num governo que visava essencialmente preparar eleições, Leonardo tinha um programa bem refletido sobre a educação em geral, no país.

A segunda passagem pelo Ministério ficou marcada sobretudo pela "questão do ensino religioso": Leonardo como se sabe advogava a liberdade de ensino religioso nas escolas privadas o que ao tempo suscitou enorme polémica e o abandono do ministério.

A capacidade de ação de Leonardo em 1919 fez-se sentir na criação das escolas primárias superiores, na reforma da Biblioteca Nacional de Lisboa, confiada a Raul Proença, numa nova orientação do Conservatório de Música de Lisboa, confiado a Viana da Mota, numa proposta de reforma dos estudos filosóficos nos liceus e faculdades de Letras e sobretudo no decreto de transferência da Faculdade de Letras de Coimbra para o Porto.

O texto de Leonardo, *O Problema da Educação Nacional*, mostra que o filósofo tinha uma ideia ou um quadro de referências, técnica e doutrinariamente fundado, sobre o ensino[18]. Desde cedo Leonardo se referira ao ensino universitário e nomeadamente à Universidade de Coimbra. Encontramos na revista *Nova Silva*, em 1909, um texto sobre esta Universidade[19]: Leonardo,

---

[17] Textos em: COIMBRA, Leonardo – *Obras completas*, *ob. cit.*, tomo I, p. 1.003-1.012.

[18] Ver texto em: *Ibidem,* tomo VI, p. 149-152.

[19] *Nova Silva*. 1:3 (1909) 9.

como sabemos conhecia bem esta Universidade pois fora aí aluno entre 1898 e 1903. A questão de Leonardo, liga-se fundamentalmente a dois aspetos pedagógicos:

- a sua ideia de Universidade;
- a sua experiência pessoal em Coimbra.

O texto de *Nova Silva* é particularmente violento, numa época em que Leonardo era anarquista: "Maldita seja essa Universidade em que se quebram tantas energias e se desvirtuam tantas intenções! Que seja arrasada, incendiada, demolida pedra a pedra"[20].

Havia também uma razão pessoal de pouca estima com a Universidade devido ao facto de Leonardo ter desistido do concurso para assistente da Faculdade de Filosofia, com particular referência ao Prof. Silva Cordeiro[21].

Estas duas causas devem ter influenciado Leonardo: mas terão sido suficientes para um tal atrevimento – a saber o de acabar com a Faculdade em Coimbra e a transferir para o Porto, com o cortejo de críticas para si e para o governo que representava tal gesto? A nosso ver, nenhuma razão poderia justificar uma tal ousadia senão uma convicção muito forte duma reforma futura, não apenas de novos conteúdos, mas também duma nova pedagogia. E estas decorriam da mundividência de Leonardo Coimbra que expusemos e que é fundamental.

De facto, a 10 de maio de 1919, desanexou da Universidade de Coimbra a Faculdade de Letras. O decreto apontava inconvenientes na localização duma Faculdade em Coimbra: o meio era pequeno sem dinâmica social e económica para o conhecimento prático da vida que deviam ter os professores, quase todos destinados ao ensino secundário, para poderem formar o carácter dos alunos. Em Coimbra – rezava o decreto n.º 5.570 de 10 de maio de 1919 – "os professores do corpo docente viviam como que insulados no seu trabalho especulativo, literário e científico". Já o Porto vivia num outro enquadramento social "de mais atractividade que o de Coimbra", pelo que era aí mais conveniente criar a dita Faculdade. Uma razão, talvez mais de peso, apresenta o pensador-legislador: a preferência da Faculdade de Letras de Coimbra pela erudição livresca relativamente às especulações originais do espírito moderno, tendência que se manifestava "nas obras de seus principais professores e alunos laureados, uma quase completa orientação tomista de forma escolástica"[22].

O Decreto, como se compreende, estava destinado a uma longa polémica, de que não interessa para aqui seguir as vicissitudes.

---

[20] *Ibidem*.

[21] COIMBRA, Leonardo (1913) - Porque abandonei o concurso. *Vida Portuguesa.* (16-1-1913).

[22] *Diário do Governo. 1.ª série*. 98 (10 maio 1919).

A decisão do Ministro era, de facto, mais do que ousada e seria necessário estudar o que era a Faculdade de Letras de Coimbra à época para melhor compreender a atitude de Leonardo. Pelo que me foi dado ler, foi talvez Álvaro Ribeiro, discípulo de Leonardo, quem melhor percebeu a atitude do Mestre.

Segundo o conhecido discípulo de Leonardo, a grande preocupação do ministro Leonardo Coimbra era, logicamente, "a de dotar a cultura portuguesa de um ensino superior de Filosofia"[23]. Essa dotação sem dúvida teria a ver com a cultura filosófica de Leonardo, já à época muito abrangente, e também certamente com o fracasso das doutrinas positivistas como matriz da República, ou melhor do partido dominante da 1.ª República, que eram de índole positivista. Sendo embora republicano, Leonardo sempre desconfiou dessas doutrinas, como aliás Sampaio Buno e outros.

Segundo o mesmo Álvaro Ribeiro escreve, nas *Memórias de um letrado*, "A ordenação das disciplinas seria naturalmente a do *Curso de Filosofia Positiva*, segundo a classificação das ciências feita por Augusto Comte, mas completada pelas disciplinas de epistemologia, metafísica, ética, moral e política, ordenadas segundo o pensamento geral do autor de *O Criacionismo*"[24].

A questão universitária que logo se levantou tinha, pois, as maiores razões de fundo, para além dos motivos mais ou menos de circunstância. É que, como escreve Álvaro Ribeiro, "o curso superior de Filosofia pensado por Leonardo Coimbra para instituir nas faculdades de Letras, realizaria, a breve ou longo prazo, uma reforma total da Universidade portuguesa"[25].

Como se sabe, a questão universitária veio a terminar pelo compromisso, acabando por coexistir as duas Faculdades do Porto e de Coimbra. Mas o dia 28 de maio de 1926 criou um novo enquadramento político. A revista *A Águia*, órgão da Renascença Portuguesa, bem foi chamando a atenção para os perigos de acabar com esta Faculdade[26].

O certo é que o governo por Decreto de 12 de abril de 1928 extinguiu a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a qual deixou de funcionar em 1931. Só em 1961, vinte e cinco anos após a morte de seu criador, reabriu.

Numa entrevista dada ao *Diário de Lisboa* em 1924, Leonardo pronunciava-se de maneira explosiva sobre a intenção que descortinava em Lisboa de fechar faculdades na Universidade do Porto afirmando "que a universidade do Porto tem uma frequência enorme de alunos (as faculdades de Letras e

---

[23] RIBEIRO, Álvaro (1979) – *Memórias de um letrado*. Lisboa: Guimarães Editores, vo1. 2, p. 151.

[24] *Ibidem*, p. 152.

[25] *Ibidem*, p. 153.

[26] *A Águia*. 3.ª série. 10:58 (abr.-jun. 1927).

Farmácia têm mais alunos que as de Lisboa e Coimbra juntas). E tem um quadro de professores que honra, sobremaneira o ensino e que o Estado tem a obrigação e dever de respeitar"[27].

4.

O Prof. Cerqueira Gonçalves escreveu num pequeno texto sobre Leonardo que já é difícil etiquetar com rótulos a Filosofia de Leonardo. Mas esta dificuldade mais se avoluma se o seu pensamento se procura entender no horizonte político. Mas a questão tornar-se-á indecifrável se não se acertar na entrada para a sua Filosofia.

Escreve o ilustre Professor que o mundo para Leonardo Coimbra não é uma República de cidadãos, em que cada um destes se aproxima dos outros e a eles se identifica por instâncias de constituição formal; é antes uma comunidade de mónadas, onde todas, como centros de ação vão encontro das outras, em progressiva unidade e diferenciação[28].

Dentro deste princípio a Pátria encerra simultâneamente o calor do lar e a universalidade social. Assim pode escrever em total coerência, distinguindo e acoplando enraizamento e universalidade: "A vida moderna é duma dispersão assustadora. A alma não se recolhe, vive em permanente exteriorização (…). O lar, o abrigo das ternuras reconfortantes, perdeu-se na vertigem da vida moderna, toda de ruído ambição e desesperado movimento. A Pátria, esse outro reduto de fecundas tradições e elos solidariedade, é uma ficção palavrosa, ou uma terrível voracidade de fauces arreganhadas por ambicionadas presas"[29].

A coerência interna do pensamento e ação de Leonardo Coimbra não se moveu por circunstâncias de conjuntura. Mas por um conjunto de ideais, mais que sociológicos, um esforço ascensional daquilo a que chamou, primeiro, interação de mónadas religiosas, aberto a toda a grande e desinteressada virtude"[30].

O estudo da Pedagogia de Leonardo Coimbra deve ao Professor Manuel Patrício um trabalho fundamental[31]. Ao concluir esse trabalho a que deu o título de *A Pedagogia de Leonardo Coimbra*, escreve o antigo Reitor da Universidade de Évora: "A teoria e prática da educação implicam, para Leonardo, uma referência essencial à cultura e à teoria da cultura. Ao dis-

[27] Entrevista transcrita em *Obras Completas*, *ob. cit.*, vol. VI, p. 23 e seg.

[28] GONÇALVES, Joaquim Cerqueira (1985) – Leonardo Coimbra: a Filosofia criacionista. In *Leonardo Coimbra, filósofo do real e do ideal*, *ob. cit.*, p. 127 e seg.

[29] COIMBRA, Leonardo – Criacionismo: síntese filosófica. In *Obras completas*, *ob. cit.*, vol. I, tomo II, p. 376-377.

[30] *Ibidem*, p. 378.

[31] PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1992) – *A Pedagogia de Leonardo Coimbra: teoria e prática*. Porto: Porto Editora, p. 607.

cutir a primeira reforma republicana da educação, já para o nosso filósofo, o problema da educação é o problema da transmissão da cultura. É da análise da essência da cultura humana que o pensador extrai que a teoria tem supremacia sobre a prática e de que a organização da educação deve exprimir essa supremacia. A teoria da cultura de Leonardo Coimbra foi sempre distinta da de Comte, com recusa da verdade e da validade da lei dos três estados".

O quadro em que se move Leonardo, segundo Manuel Patrício, é sempre basicamente o de *O Criacionismo*; dado que "não pode haver uma educação criacionista parcelar ou sectorial ela tem de ser comenianamente, integral ou universal, realizadora da totalidade do processo dialéctico do conhecimento humano. O que nela cresce é a liberdade e o espírito"[31].

A criação da Faculdade de Letras do Porto em 1919 foi uma ousadia tal, que a nosso ver só se justifica, como já escrevi e agora repito, pelo que escreveu Álvaro Ribeiro em *As Memórias de um letrado*, com a intenção de dotar a cultura portuguesa de um ensino superior de Filosofia.

Na discussão havida no Parlamento aquando do debate sobre a criação deste curso que nos é transmitida pelo discípulo de Leonardo, Sant'Anna Dionísio, a questão fundamental é sobre a liberdade. E após um arroubo lírico muito ao seu estilo, Leonardo pergunta: "No corpo da nossa Universidade filtra-se porventura essa ideia serena de liberdade?, para apontar a reivindicação de "autonomia" como uma expressão clara de mandarinato. E senão, diz, é ver as expressões mais solenes do ensino universitário tradicional. É ver as teses niilistas que saem do seu seio, dos seus mais altos expoentes. Teses em que se defende o direito da força em que se degrada a vida superior do espírito até automatismos sociais gerados pelo automatismo no mundo das ideias e pela obediência absoluta no mundo das vontades"[32].

5.

A boa porta de entrada, em conclusão, para o pensamento de Leonardo é uma Filosofia de liberdade, que evitasse o que desde cedo chamou o cousismo, isto é, toda a forma de pensamento estático, que não fosse de noções.

Assim, o seu pensamento não foi nunca o do pensado pura e simplesmente, mas o do pensado no horizonte do a pensar, numa busca incessante de referências, entre liberdade e transcendentalidade, numa dialética ascensional.

Distinguindo sempre o livre pensamento como doutrina e o livre pensamento como método, Leonardo desde cedo constatou que o livre pensamento como doutrina não era livre pensamento nenhum; e a criação da Faculdade de Letras do Porto é, de facto, de um tal atrevimento, que só é explicável pela afirmação de seu discípulo Álvaro Ribeiro, que citámos, pela intenção

[32] DIONÍSIO, Sant'Anna – *Ob. cit.*, p. 96.

de dotar "a cultura portuguesa de um ensino superior de Filosofia". Ora essa preocupação tinha também a ver, seguramente, com o próprio destino da República. Talvez Leonardo Coimbra estivesse também convencido, como escreve ainda Álvaro Ribeiro, que o curso de filosofia "pensado por Leonardo Coimbra para instituir na Faculdade de Letras, realizaria a breve ou longo prazo, uma reforma total da Universidade portuguesa"[33].

[33] RIBEIRO, Álvaro – *Ob. cit.*, p. 143.

JOÃO TEIXEIRA LOPES, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

PORTO, CIDADE MENTIROSA?

O PORTO COMO LABORATÓRIO DE PESQUISA: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Ocorreu-me, pela ocasião deste centenário, pensar a cidade onde a Faculdade de Letras se insere, já que tal desiderato é não só uma obrigação sociológica como uma necessidade pedagógica.

O Porto é um excelente laboratório de pesquisa sociológica, uma configuração, uma singularidade – daí a obrigação sociológica, pois permite observar mudanças e continuidades, testar hipóteses e quadros de referência, experimentar novas abordagens e conceitos. Cidade multiforme, multissecular, autêntico palimpsesto onde se acumulam e interagem diversas camadas, quer no plano diacrónico (a História, a longa duração, a estrutura), quer no plano sincrónico (mosaico social de desigualdades e diferenças, plurais modos de relação com o espaço, cenário de interações, *locus* identitário e reivindicativo). Mas também necessidade pedagógica – sede de uma área metropolitana, exposta a processos intensos de globalização, sujeita a pressões e mutações aceleradíssimas, a escala da cidade e da sua região cruza-se com a ordem do quotidiano estudantil, nos seus percursos, rotas, inflexões, labirintos, experiências, constrangimentos e margens de manobra, manifestando-se, por isso, como oportunidade de diálogo em sala de aula.

METODOLOGIA: ANDAR, OBSERVAR, REGISTAR

O ponto de vista será o da deambulação pelos espaços públicos, contrapondo visualidades (hegemónica e contra-hegemónica) e prolongando a metodologia andante, que segui em anteriores trabalhos, com uma recolha

de dois tipos de fotografias sociais: um conjunto de arquivo, fontes secundárias que retratam a narrativa do poder económico e político e um leque de fotografias da autoria de Inês Barbosa, socióloga com quem tenho vindo a colaborar e que captam as gramáticas insurgentes. Recorrendo a uma metodologia andante (Lopes, 2007; Ingold e Vergunst, 2008) e à sociologia visual (Becker, 1974; Harper, 1988; Pink, 2013; Ferro, 2010), deambulamos pelas ruas, praças e esquinas de olhos postos nos muros e paredes. Com um olhar *de perto* e *de dentro*, entre a familiaridade e o estranhamento, a pesquisa desenvolveu-se como uma forma de imersão, exploração e descodificação da luta simbólica na e pela cidade. Não por acaso, vivemos sob a tirania de uma "sociedade ocularcêntrica" (Campos *et al.*, 2011:3), em que se acentua o exercício, cada vez mais metódico e reflexivo, de ver e ser visto.

ESPAÇOS PÚBLICOS: PODER E CONFLITO

O controlo do espaço público é uma outra maneira de falar sobre a localização do poder e o poder dos locais e tem emergido como uma dimensão central na reconfiguração dos centros urbanos. Nas últimas décadas, os espaços públicos tornam-se um tema-chave na renovação de centros históricos, na atração de classes sociais abastadas (desempenhando um papel estratégico nos processos de gentrificação), na expansão do turismo global e na produção de uma imagem cosmopolita em competição com outras cidades. São, ainda, os locais da luta de classes e da contestação de programas e políticas neoliberais que alteraram drasticamente a vida de milhões de pessoas.

Importa não esquecer que o uso e a representação da cidade são moldados pela proeminência de tais espaços na vida cotidiana, nas rotinas, nas celebrações e nos rituais, demonstrando a importância das âncoras espaciais dentro da urbe e evidenciando que eles são algo mais que um conceito geométrico ou uma simples caixa (o contrário, enfim, de um espaço absoluto, centralizado e homogéneo).

Como Henri Lefèbvre apontou, não há "espaço puro". A sua teoria do espaço incluía três dimensões consubstanciais: o espaço como é percebido (representação do espaço), o espaço como é concebido (espaço representacional) e o espaço vivido (como representações fenomenológicas do espaço (Lefèbvre, 1995). Numa discussão mais recente dessas ideias, Gottdiener e Hutchison (2011) enfatizam que, enquanto as instituições económicas, políticas e sociais criam e recriam o espaço urbano, o seu significado é produzido pelos moradores locais. Por outras palavras, o espaço não é simplesmente um contentor sem conteúdo; o território urbano cria padrões específicos de relações sociais e é constantemente alterado e recriado pela sua dinâmica.

No entanto, mal-entendidos do conceito são comuns. Antes de tudo, os espaços públicos são mais do que espaços urbanos, pois servem de base para a representação e o conflito, insinuando-se com potencialidade de esfera pública, além de um terreno de territorialidade subjetiva (Guattari, 2009), com usos comuns e esperados, bem como contra usos inesperados e às vezes contestados. Além disso, os espaços públicos são o resultado social e histórico de uma demarcação física e simbólica, com uma convergência/divergência de sentidos e de práticas por parte de classes e grupos sociais, o que necessariamente conduz a embates e disputas.

A NARRATIVA IMAGÉTICA DOMINANTE

A cidade do Porto é uma arena privilegiada desses conflitos e está longe de ser uma realidade homogénea, apesar de "bilhetes postais" como este:

Fot. 1 - O olhar turístico

Fonte: https://nit.pt/tag/turismo-em-masssa

Cidade estilizada e estetizada, encantatória, plena de fulgor e dinamismo: eis como nos tem sido apresentado o Porto do *boom* turístico, dos estudantes estrangeiros ou da plataforma privilegiada das companhias *low cost*. Alguns chamam-lhe mesmo "a galinha dos ovos de oiro", tal o maná de oferendas que proporciona. A linguagem hiperbólica (*mais*, *melhor*, *maior*) traduz não só as "rivalidades entre localidades" (Barreira, 2013), como a penetração da linguagem do *marketing* e a fábrica de ícones em que se transformou a cidade como banca de negócios.

Fot. 2 - Ver sem profundidade

Fonte: João Manuel Ribeiro / Global Imagens

O olhar turístico beneficia do endeusamento da mobilidade como novo capital e bebe, ainda, das novas vagas nostálgicas que buscam a coleção de memórias transformadas em inventários de "experiências". Não importa se o olhar se demora pouco, se toca, apenas ao de leve, nos objetos, pessoas e paisagens; urge estar em movimento, viajar, visitar, contar, ostentar.

Navega-se, pois, à superfície, num frenesim de estímulos excitados pelas imagens que nos possuem (apesar de serem por nós criadas) e colonizam, espécie de dispersão rizomática, elogio da "disponibilidade absoluta" para consumir e ser consumido (Crary, 2018), para, enfim, ser parte mais ou menos anódina da contínua espetacularização do real (Débord, 2012) – movimento em que a economia reinante se faz ver por cadeias de mediações cada vez mais profissionalizadas, como esse artifício alquímico do *marketing* de cidade.

A nova economia política dos signos integra desejo, imaginação e governabilidade. Pelas difusas, tantas vezes implícitas, "doces" e insinuantes formas de dominação simbólica, somos levados a imaginar e a desejar o que a normalização sistémica do poder hegemónico está disposta a consentir. Contudo, tal frémito rapidamente conduz ao esquecimento, à "amnésia coletiva" como estratégia de volatilidade, à aceleração do ritmo de destruição das mercadorias e das existências como mercadorias. A indistinção contemporânea entre estar *on* e *off*, esse estado de vigília permanente, precipita, paradoxalmente, um desgaste do olhar, que se fragmenta e se perde, inibindo qualquer esforço de acumulação e integração. Avesso à complexidade e à

interação real (não meramente festiva e tematizada) das diferenças, o olhar turístico dominante glorifica a mesmidade do urbanismo genérico, da arquitetura de impactos, da sumptuosidade quase barroca, das comemorações brandizadas, do *happening* perpétuo, em suma, de simplificação identitária e da remonumentalização grandiloquente.

Na volatilidade do capitalismo tardio, as fronteiras entre verdade e ficção, autenticidade e encenação, património real ou inventado deixam de ser relevantes. A certa altura, a cidade encenada substitui a cidade real. Ou a separação deixa de ser pertinente. No reino do simulacro, absorve-se o "real sem origem nem realidade (…) a simulação põe em causa a diferença do «verdadeiro» e do «falso», do «real» e do «imaginário» liquidando os referenciais (Baudrillard, 1991:7-10).

Fot. 3 - Casa Oriental: o simulacro

Fonte: https://gailatlarge.com/blog/2016/04/28/43493

Na Casa Oriental, outrora uma mercearia, a simbologia colonial da fachada é agora obliterada por uma fita de bacalhaus de plástico e um interior rococó que homenageia as conservas portuguesas.

Impõe-se a pergunta: ter-se-á o Porto transformado numa "cidade mentirosa", à semelhança de Barcelona, tal como descrita por Manuel Delgado: cidade "*top-model*, mulher treinada para permanecer permanentemente atrativa e sedutora, que passa o tempo a maquilhar-se e a pôr-se bonita perante o espelho, para depois exibir-se ou ser exibida na passarela das cidades *fashion*" (Delgado, 2007:13)?

Certo é que as recentes metamorfoses do Porto escondem duplamente: por um lado, tapam as profundas clivagens sociais e a intensa segregação e relegação sócio espacial (as ilhas – tirando as que são recuperadas com *glamour* – e os bairros); por outro, reduzem a interpretação da urbe, pois não desenvolvem as descontinuidades, os detalhes, os espaços vazios, as zonas intersticiais.

CONTRA NARRATIVAS

Contudo, nos bastidores outras cidades se insinuam. Na verdade, o Porto tornou-se uma cadeia de produção de bens simbólicos, desenvolvendo-se à boleia do *boom* turístico. Um intenso processo de especulação imobiliária expulsou de milhares de cidadãos das freguesias do chamado "centro histórico", num primeiro momento, e de vastas franjas das classes populares e médias da cidade mais alargada, num segundo tempo.

Os dados são claros: de agosto de 2009 a agosto de 2019, o número de passageiros a passar pelo aeroporto subiu 169%; as propriedades listadas no *Airbnb* subiram de 10 para 100 mil, entre 2010 e 2018 (Fernandes *et al*., 2018); o número de famílias despejadas rondará as 100 por ano. O relatório de caracterização e diagnóstico urbanístico do Plano Diretor Municipal dá conta do elevado grau de degradação do parque habitacional, das disparidades intraurbanas e da subida exponencial do valor da habitação (Porto, 2018). Por outro lado, existem quase cinquenta bairros de habitação social com trajetos, realidades e dinâmicas sociais e urbanas muito distintas (Pereira, 2016).

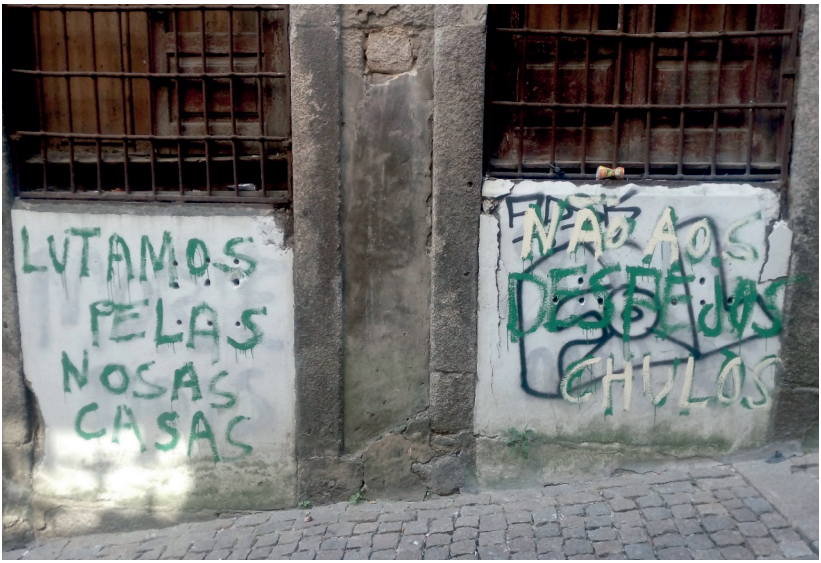
Neste sentido, pareceu-nos estimulante resgatar manifestações visuais de apropriação e de resistência a esses fenómenos. Para além das retóricas e poéticas imanentes, traduzem a disputa do espaço público, convidando a uma análise que dê conta das tensões e das contradições que o atravessam. Assim, permitem pensar a cidade de outra maneira, a partir da heterogeneidade e da polifonia.

Não sendo fixas nem imutáveis, as plurais e conflituais pertenças e identidades urbanas constituem-se mutuamente, através de redes de interlocuções

mais ou menos explícitas, mais ou menos mediadas. Os encontros urbanos desempenham aí um papel crucial, sendo a base das experiências citadinas significativas, onde acrescentamos informação, riqueza e complexidade ao nosso *stock* de conhecimentos, saindo do estrito limite da bolha cognitiva, social e cultural.

Atente-se na fotografia n.º 4.

Fot. 4 - Lutamos pelas nossas casas



Fonte: Inês Barbosa

Num edifício abandonado, alguém escreveu: "lutamos pelas nossas casas", a lembrar uma outra inscrição, também espalhada pela cidade: "Tanta casa sem gente / tanta gente sem casa". A afirmação desse presente – "lutamos" – expõe a fratura da urbe desigual e desmonta os discursos glorificadores de uma mítica unidade urbana. As identidades são sempre relacionais, articulando-se com o reconhecimento inerente à não-indiferença perante o outro.

Também no Porto grassam exemplos de hostilidade para com o *boom* turístico. Atitudes de turismofobia encontram-se hoje nas principais cidades europeias, com reflexos etnocêntricos e essencialistas e até com práticas por vezes violentas e iconoclastas. Hospitalidade e hostilidade combinam-se no tecido urbano e o Porto não é exceção.

Fot. 5 - Ironia hostil

É difícil saber quem ao certo escreveu estas mensagens, em geral anónimas. Em alguns casos, parecem ser espontâneos "gritos de alma". Noutros, pela sua estética e recorrência (fot. 6), encontramos indícios que nos levam a coletivos de artistas jovens e precários que, de forma mais ou menos sistemática, têm usado as paredes como instrumento de protesto (e de diálogo). É possível "ler" estas paredes com o contexto objetivo e material da sua produção. De certa forma, como tomadas de posição, elas reenviam para distintas posições (e disposições) dentro do espaço social urbano. A gentrificação não se opera sem resistência.

Fot. 6 - O inverso da cidade como mercadoria

Fonte: Inês Barbosa

Para além da ação anónima, inorgânica ou em coletivos de intervenção artística, a urbe tem contado com ação coletiva organizada, que se traduz em encontros, colóquios e manifestações "clássicas", onde se cruzam protagonistas de associações de moradores, partidos políticos e grupos de ativistas pelo direito à habitação, acrescentando experiência a um movimento social que, no Porto, viveu vários apogeus, particularmente durante o SAAL, mas também, por exemplo, aquando da demolição do bairro do Aleixo (Queirós, 2019).

A retórica do patriotismo de cidade (Delgado, 2007) tornou cada vez mais difícil a expressão da dissonância, rapidamente etiquetada como traição ao imparável desenvolvimento económico. A pulsão unificadora e normalizadora de um discurso quase autoritário (discurso de poder e até mesmo de Estado) é enorme.

Estes exemplos de visualidades e práticas contra-hegemónicas mostram, afinal, que nem tudo se reduz ao mesmo diapasão de uma rígida, repressiva e falsamente homogénea "moral cívica".

Fot. 7 - A manifestação

Fonte: Inês Barbosa

NOTAS FINAIS: A CIDADE SUSPENSA

No momento em que escrevo estas últimas linhas, o Porto recupera paulatinamente de um surto de fantasmagoria imposto pela emergência pandémica. Os céus de minha casa eram atravessados, de cinco em cinco minutos, por uma ininterrupta ponte área. Agora, apenas se ouve a eterna conspiração dos pássaros. Se, num primeiro momento, era difícil encontrar vivalma na rua, restitui-se aos poucos alguma animação. Mas, quanto aos turistas, contam-se pelos escassos dedos da mão. Anteriormente, a disputa política centrava-se na necessidade de travar o frenesim do alojamento local. Agora, os discursos públicos apontam a urgência de o transformar em habitação permanente de renda acessível.

Nenhuma nostalgia me domina, nem me conforto na retórica decadentista. Não defendo, tampouco, qualquer regresso a um mirífico tempo imaculado do burgo ensimesmado, "purificado" de estranhos. Agradam-me cidades abertas, como veias pulsantes, incertas, imprevisíveis, ricas de experiências e significado. Cidades de *serendipidade*, onde é possível enriquecermos os nossos reportórios com elementos não previstos. Contudo, talvez possamos aproveitar esta possibilidade trágica para ganhar tempo; para percebermos a importância de cidades vivas na sua singularidade, sem se dissolverem no *passe-partout* da *selfie*; para valorizarmos espaços públicos polémicos, onde as várias perspetivas se cruzam, digladiam e

acrescentam, onde a diferença se exprime e reconfigura, sem se reduzir ao exotismo de pacotilha, ao autêntico de fancaria ou à celebração estandardizada. Ao mesmo tempo, novas políticas sociais económicas e sociais terão de combater as desigualdades estruturais que tanto sofrimento e injustiça têm causado. Haverá tempo, em suma, para *religar*, criar laços, habitar.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Irlys (2013) – *A Cidade como narrativa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

BAUDRILLARD, Jean (1991) – *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água.

BECKER, Howard S. (1995) – Visual sociology, documentary photography, and photojournalism: it's(almost) all a matter of context. *Visual Studies*. 10:1, 5-14.

CAMPOS, Ricardo; BRIGHENTI, Andrea Mubi; SPINELLI, Luciano, org. (2011) – *Uma Cidade de imagens*. Lisboa: Mundos Sociais.

CRARY, Jonathan (2018) – *24/7: o capitalismo tardio e os fins do sono*. Lisboa: Antígona.

DÉBORD, Guy (2012) – *A Sociedade do espectáculo*. Lisboa: Antígona.

FERNANDES, José Alberto Rio [et al.] (2018) – *O Porto e o Airbnb*. Porto: Book Cover.

FERRO, Lígia (2010) – O Graffiti mediador: reflexões sobre as metamorfoses da prática em três cidades. In *Juventudes contemporâneas: culturas, gostos e carreiras*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 75-91.

GOTTDIENER, Mark; HUTCHISON, Ray (2010) – *The New urban sociology*. Boulder, Colorado: Westview Press.

GUATTARI, Felix (2009) – *As Três ecologias*. São Paulo: Papirus.

HARPER, Douglas (1988) – Visual sociology: expanding sociological vision. *The American Sociologist*. 19, 54-70.

INGOLD, Tim; VERGUNST, Jo Lee (2008) – *Ways of walking: ethnography and practice on foot*. London; New York: Routledge.

LEFÈBVRE, Henri (1974) – *La Production de l'espace*. Paris: Anthropos.

LOPES, João Teixeira (2008) – Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público. *Sociologia*. 17/18, p. 69-80.

PEREIRA, Virgílio Borges (2016) – *A Habitação social na transformação da cidade*. Porto: Edições Afrontamento.

PINK, Sarah (2013) – *Doing visual ethnography*. London: Sage Publications.

PORTO. Câmara Municipal (2018) – Habitação e dinâmicas urbanas: relatório de caracterização e diagnóstico. In *Plano Diretor Municipal*. Porto: C. M. P.

QUEIRÓS, João (2019) – *Aleixo: génese, (des)estruturação e desaparecimento de um bairro do Porto (1969-2019)*. Porto: Edições Afrontamento.

GASPAR MARTINS PEREIRA, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS
CITCEM – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR "CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA"

PORTO, 1919

INTRODUÇÃO

O tema desta conferência remete-nos para a observação da cidade que viu nascer a primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, partindo de três questões simples: O que era o Porto desse tempo? Que constrangimentos e dinâmicas marcavam o seu pulsar quotidiano? Que desafios enfrentava? No entanto, a simplicidade destas questões é apenas aparente, pois qualquer delas comporta armadilhas, para as quais convém, desde já, alertar. Antes de mais, porque a análise histórica de um lugar num dado momento remete para uma pluralidade e complexidade de pontos de vista, do que se observa e de quem observa, que não se esgotam no tempo curto. Como salientou Pierre Nora, mesmo quando se aborda um acontecimento, este "testemunha menos sobre o que traduz do que sobre o que revela, menos sobre o que é do que sobre aquilo que provoca. A sua significação absorve-se na sua repercussão; é apenas um eco, um espelho da sociedade, um buraco"[1].

Por outro lado, para compreender a cidade como espaço vivido, é necessário fugir de uma visão unitarista. O Porto de 1919, como qualquer outra cidade, é um lugar plural, onde coexistem vivências, sentimentos, memórias, pontos de vista e aspirações diversificadas. A cidade é um "*cocktail* de dosagens variadas e cores mutáveis", um "caleidoscópio" com combinações de imagens que se multiplicam e em constante transformação[2]. Mas as diferentes vivências, individuais ou de grupo, não são estanques, geram convergências, osmoses e contaminações, vizinhanças, relações de poder e de

[1] NORA, 1977:256.
[2] PAQUOT, 1992:13.

dependência, solidariedades e conflitos, adesões e resistências[3]. Para complicar tudo, as fontes disponíveis, apesar da sua imensidão para a época contemporânea (das estatísticas à fotografia ou ao cinema, da literatura à imprensa periódica ou aos acervos de arquivos públicos ou privados), são sempre muito marcadas pelo peso desigual dos diferentes pontos de vista e, muitas vezes, por falta de transparência. As representações, os discursos e as narrativas são produzidas, geralmente, pelas elites. Uma parte importante da sociedade – os mais pobres, as mulheres, as crianças, os analfabetos – praticamente não tem voz. Ou é invisível ou é vista pelos olhos dos homens com alguma cultura.

No entanto, não é menos verdade que a cidade é o resultado não só das vivências e relações interpessoais, de vizinhança, profissionais e de grupos de interesses, mas também de uma história colectiva, que lhe confere um carácter próprio, independentemente dos que a habitam em cada momento. Além disso, não é uma comunidade isolada. Pela sua natureza, como espaço de trocas e de circulação, de gentes, de produtos e de ideias, relaciona-se com outros espaços, urbanos ou rurais, próximos ou distantes, nacionais ou internacionais. Absorve ou rejeita, com maior ou menor capacidade de adaptação, integração ou resistência, as novidades e o espírito da época.

Na vida das cidades, como na vida das pessoas, o fio do tempo entretece, em cada momento, como ensinou Braudel, temporalidades distintas: algumas de longa duração, rotinas, hábitos e persistências tradicionais; outras conjunturais, tendências que enquadram não só os movimentos da economia mas que podem dominar também os ambientes políticos, sociais ou culturais; finalmente, o tempo curto dos acontecimentos, cuja análise só se torna compreensível se tivermos em conta os contextos em que ocorrem e os mecanismos da acção humana que os produzem, onde se jogam também hábitos e tradições e, ao mesmo tempo, pulsões inovadoras de mudança ou de resistência[4].

A POPULAÇÃO PORTUENSE: TRAVAGEM DO CRESCIMENTO E PERIFERIZAÇÃO

Comecemos pela análise de alguns dados demográficos. No início de 1919, muitas famílias portuenses estavam de luto. No Verão do ano anterior, o Porto, como todo o país, fora abalado pela irrupção da gripe pneumónica, que se somou a outras epidemias, como o tifo, causando milhares de vítimas mortais, sobretudo entre os mais pobres[5]. Se, nos primeiros meses de 1919,

[3] RONCAYOLO, 1986:441.

[4] BRAUDEL, 1958.

[5] Mesmo no caso da gripe pneumónica, apontada como mais "democrática", por atingir todos os estratos sociais, a opinião de muitos médicos, incluindo Ricardo Jorge, que dirigiu o combate à doença no país, era de que a doença teria tido maior impacto entre os mais pobres (SOBRAL e LIMA, 2018:51-53).

a pneumónica parecia estar já debelada no Porto, o terror das epidemias espalhou-se de novo com um surto de varíola e outro, mais persistente, de tifo exantemático, em especial nas ilhas e nas zonas degradadas da cidade.

Natalidade, mortalidade e epidemias no concelho do Porto, 1917-1920

Anos Nasc.	(an)	Tx.nat.(‰o)	Óbitos (n)	Tx.mort.(‰o)	Óbitos tvg*
1917	5.769	27,84	5.584	26,95	86
1918	4.607	21,98	9.565	45,64	2.933
1919	4.682	23,22	7.416	36,77	1.379
1920	6.144	30,31	5.597	27,62	232

Fonte: INE, 1971:76

***** tifo, varíola e gripe

Os serviços da polícia sanitária conseguiram limitar os contágios e as vítimas mortais da epidemia, mas à custa de métodos compulsivos, que obrigaram dezenas de milhares de pessoas a banhos, despiolhamentos e desinfecções. Muitas habitações populares, sobretudo nas ilhas, foram sujeitas a fumigações, queima de roupas e colchões e outras acções sanitárias[6], que deixavam, em muitas zonas pobres, cheiros intensos, de creolina e enxofre.

Por essa altura, a população portuense rondava os 200 mil habitantes, um número revelador da travagem do ritmo de crescimento demográfico na primeira década da República, só em parte explicável pela pandemia de 1918 e 1919. Nesse período, intervieram outros factores: de início, a forte emigração, que atingiu o seu ponto mais alto entre 1911 e 1913; depois, no tempo da Grande Guerra, a redução do afluxo de migrantes das zonas rurais, num contexto de retracção do dinamismo das actividades económicas da cidade, em especial da indústria, por falta de carvão e de matérias-primas. De tudo isso resultou o menor crescimento interdecenal do Porto em quase cem anos, entre 1864 e 1960.

[6] Só na semana de 23 a 29 de Março, em que se detectaram 157 novos casos de tifo, foram desinfectados 785 prédios, registando-se 4.353 banhos e despiolhamentos nos postos sanitários. Mais de metade das pessoas (2.854) foram levadas sob prisão por terem faltado a intimações da polícia. Além desses casos, foram apanhados 623 indivíduos, "nas rusgas feitas aos locais mais frequentados por vagabundos" - *O Comércio do Porto*. (2-4-1919). Essas acções de higienização prosseguiram durante meses, pelo menos até Setembro.

População do concelho do Porto, 1900-1930

Anos	Habitantes	Taxa cresc. (%)
1900	167.955	-
1911	194.009	1,4
1920	203.091	0,5
1930	232.280	1,4

Fonte: INE, 1971: 18, 24, 30 e 40

Numa análise mais fina, facilmente se percebe que a dinâmica demográfica foi desigual no espaço urbano. Entre 1911 e 1920, o centro (Miragaia, Vitória, S. Nicolau, Sé e Santo Ildefonso) perdeu mais de 8% da sua população, em contraste com a zona pericentral (Massarelos, Cedofeita, Paranhos e Bonfim), que cresceu quase 12,5%, e com os subúrbios (Campanhã, Lordelo, Foz, Nevogilde, Aldoar e Ramalde), com um aumento de mais de 8%, reforçando a tendência de crescente "periferização" da cidade[7].

Variação populacional do Porto, por zonas, 1911-1920

Zonas	Variação (%)
Central	-8,3
Pericentral	12,4
Periférica	8,3

Apesar da perda demográfica, o centro mantinha uma forte densidade populacional, concentrando quase um terço dos habitantes do concelho[8], sendo também essa área a que recebia mais forasteiros. O Porto continuava a ser uma cidade voltada para o rio, onde se misturavam bacalhoeiros e vários navios de longo curso com barcas de passagem, barcos de pesca, rabelos que traziam vinhos do Douro, rabões carvoeiros e outros. Em 1919, a cidade portuária, fortemente afectada pelas vicissitudes da guerra nos anos anteriores, recuperou o seu dina-

[7] SEIXAS, 2008:98-99.

[8] Entre 1911 e 1920, a população do "centro" passou de 33% para 29% do total dos residentes do concelho.

mismo, com a reanimação do comércio marítimo. No entanto, o centro urbano, embora continuasse a designar-se por "baixa", situava-se cada vez mais nitidamente na parte alta, na Praça da Liberdade, que se tornara o centro cívico desde o início do século XIX e em torno do qual se concentravam as principais artérias comerciais, Clérigos, Almada, Praça Almeida Garrett, 31 de Janeiro, Batalha, Sá da Bandeira, Bonjardim, Santa Catarina... Era a zona mais movimentada, onde se adensavam as casas de modas, serviços, cafés, cervejarias, restaurantes, livrarias, cinemas, teatros e outros espaços culturais. Desde 1916, a inauguração da Estação de S. Bento viera reforçar essa centralidade, que se alargou à Avenida Central, da Liberdade ou das Nações Aliadas, lançada nesse mesmo ano, em que começou também a ser demolido o velho palácio onde funcionara a Câmara durante quase um século. Mas, em 1919, o que viria ser a Avenida dos Aliados ainda oferecia a imagem de um campo de batalha, com montes de destroços e entulhos dessa e de outras demolições, que continuavam a fazer-se sem pressas, tanto mais que as vicissitudes políticas e económicas não estimulavam o movimento de novas construções. Em Março, a nova Comissão Administrativa republicana decidiu avançar mais depressa com a construção da Avenida das Nações Aliadas, recorrendo a um empréstimo bancário para expropriações de prédios do lado oriental, de modo a permitir o alinhamento dessa parte[9]. E, em finais de Agosto, na tomada de posse da Câmara eleita, o porta-voz da minoria socialista, José Ribeiro, ao apresentar o programa de acção municipal do seu partido, destacava que a vereação deveria dar prioridade às obras da Avenida Central, "para que o Porto perca aquele aspecto desolador de uma cidade em ruínas"[10]. O primeiro grande projecto de construção aprovado pela Câmara em 1919 terá sido o da delegação da Companhia de Seguros "A Nacional", entre a Praça da Liberdade e a Avenida[11], mas o projecto inicial foi substituído e as obras só começariam no ano seguinte, sendo o edifício inaugurado em 1925[12]. Em finais de 1919, também o Clube Fenianos Portuenses apresentou o projecto de construção da sua nova sede, no topo poente da Avenida, mas a licença só viria a ser concedida no ano seguinte[13]. Na reunião camarária de 15 de Novembro, seria aprovado o projecto da Comissão Técnica Municipal, para ordenamento do espaço da Avenida, contemplando faixas para circulação dos eléctricos e outros veículos, passeios, lugares de estacionamento, monumentos, arborização, aque-

[9] Sessão de 20-03.1919 - *O Comércio do Porto*. (22-3-1919).

[10] Arquivo Municipal do Porto – *Actas de Vereação*. 25-8-1919.

[11] Arquivo Municipal do Porto – *Licenças de Obras*. Processo 195/1919, apresentado em 22-3-1919 e aprovado em 21-5-1919.

[12] O projecto inicial do arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira viria a ser substituído, em 1920, por outro do arquitecto Marques da Silva. PINTO, 2012:83.

[13] Arquivo Municipal do Porto – *Licenças de Obras*. Processo 723/1920, apresentado em 25-10-1919 e aprovado em 24-9-1920. O edifício foi projectado pelo arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira.

dutos e iluminação, só seria aprovado em reunião camarária de 15 de Novembro de 1919[14]. Só a partir de então se assistiria a um lento processo de urbanização do novo centro urbano.

Para lá dessa zona central, nas freguesias de Cedofeita, Paranhos, Bonfim e Massarelos, crescia a mancha de novas urbanizações. Era aí que se situavam as maiores fábricas e as maiores concentrações operárias, habitando sobretudo em "ilhas", que, em 1910, rondavam as 1.200 em toda a cidade, albergando cerca de 40 mil moradores. Apesar do investimento das vereações republicanas na construção de "colónias operárias", para solucionar o problema do alojamento popular, os resultados foram muito limitados[15], continuando, de resto, a construir-se novas ilhas[16]. Era também nessa área pericentral que se notavam maiores contrastes e se acumulavam os maiores problemas sanitários, com muitas lixeiras na via pública, falta de saneamento, ruas de terra batida ou macadame, enlameadas no Inverno e poeirentas no Verão, que suscitavam reclamações dos moradores, pedindo o calcetamento com paralelepípedos.

As freguesias periféricas, mais de metade do território do concelho, eram ainda dominadas por extensas áreas rurais, aqui e ali entremeadas por alguns pólos de urbanização, em torno de fábricas, infra-estruturas (como a estação do Pinheiro ou o novo Matadouro da Corujeira, em Campanhã) e novos arruamentos. Além disso, num tempo de forte especulação imobiliária e de falta de habitações baratas nas zonas central e pericentral, os subúrbios atraíam as camadas trabalhadoras mais pobres[17].

---

[14] Arquivo Municipal do Porto – *Planta geral da Avenida dos Aliados. Projecto da Comissão Técnica Municipal de distribuição dos espaços*, 1919.

[15] As colónias operárias de Antero de Quental (no Monte Aventino, Campanhã), Estêvão de Vasconcelos (na Prelada, Ramalde), Dr. Manuel Laranjeira (em Paranhos) e Viterbo de Campos (na Arrábida, entre Lordelo e Massarelos), mandadas construir pela vereação portuense entre 1914 e 1917, equivaliam a 312 habitações (MATOS, 1994:685). Relativamente aos respectivos projectos, veja-se: TAVARES, 2016:71-77. Além desses bairros, promovidos pela Câmara, foi construído o da Arrábida (temporariamente designado por Bairro de Sidónio Pais), com 35 casas, em resultado da aplicação da legislação sidonista de 1918, que previa a participação de capitais privados, mas que, dado o desinteresse dos privados, acabou por ser também construído pela Câmara - MATOS, 2015:374-375. Em 1919, na sequência do decreto de 14 de Abril, do Ministro do Trabalho, Dias da Silva, para a construção de novos bairros sociais, um desses bairros viria, mais tarde, a ser atribuído ao Porto - TIAGO, 2010:258-259. O decreto de 11 de Outubro de 1919, do Ministro do Trabalho, José Domingues dos Santos, determinou a expropriação imediata da Quinta da Granja de Cima, em Lordelo do Ouro - *Diário do Governo* (11-10-1919) 2.137. E, logo no dia seguinte, o próprio Ministro do Trabalho presidiria à cerimónia de colocação da primeira pedra do Bairro Social de Lordelo - Arquivo Municipal do Porto – *Cópia do auto de colocação da pedra fundamental do Bairro Social n.º 5, Lordelo - Porto*, 12-10-1919; *O Comércio do Porto* (14-10-1919).

[16] PEREIRA, 1995:65.

[17] Numa notícia do jornal *O Comércio do Porto* pode ler-se: "Para o lugar de Azevedo, em Campanhã, tem acorrido nos últimos anos uma notável afluência de população operária que, devido em grande parte à carência de casas baratas, vai procurando nas freguesias suburbanas habitações que economicamente não encontram na cidade" - *O Comércio do Porto* (2-11-1919).

A extensa rede de transportes urbanos sobre carris facilitava, desde finais do século XIX, a aproximação entre o centro e os subúrbios, com ligações aos concelhos limítrofes. Com 20 linhas, que cobriam cerca de 69,5 quilómetros (52 dos quais no interior do concelho), os eléctricos da Companhia Carris de Ferro do Porto eram o meio de transporte privilegiado dos portuenses, em especial das classes populares[18]. Por esta altura, a par de meios de transporte tradicionais, como os carros de bois ou as carruagens puxadas por cavalos, aumentou o número de automóveis e *side-cars*, que, apesar de confinados às elites, marcavam já o movimento urbano. A euforia da velocidade parece ter contagiado então os condutores, tornando-se um perigo público. Os desastres eram quase diários, muitos mortais. Na imprensa da época, são frequentes as notícias de acidentes e os protestos contra a falta de medidas eficazes das autoridades: "Continuam os automóveis em desordenada correria pelas ruas da cidade, sem que até aqui tenham sido adoptadas medidas enérgicas que refreiem um pouco o delírio da velocidade e ponham a recato a vida dos transeuntes"[19].

EUFORIA, DEPRESSÃO E TURBULÊNCIA: SINAIS CONTRADITÓRIOS NA VIDA ECONÓMICA

Finda a guerra, a vida económica da cidade revelava sinais contraditórios. Os meios empresariais do Porto esperavam uma rápida reanimação das actividades económicas mais afectadas pelo conflito. Em alguns sectores cruciais, como o comércio do vinho do Porto, o último ano da guerra fora já de grande crescimento e os exportadores acreditavam que o futuro próximo seria de prosperidade. De facto, os volumes exportados em 1919 (mais de 98 mil pipas) foram os maiores de sempre. E, além disso, a progressão em valor foi ainda mais expressiva, duplicando face ao ano anterior[20]. Os ingleses estavam sequiosos de *port wine* e dispunham-se a pagá-lo por preços elevados. Nos leilões de Londres, os *Old Ports* e os *Vintage* atingiam valores fabulosos.

Exportações de vinho do Porto, 1917-1919

Anos	Volume (pipas)	Valor (contos)
1917	30.046	4.620
1918	82.914	10.434
1919	98.342	20.922

Fonte: MARTINS, 1990:222, 233

[18] SOUSA e ALVES, 2001:142-151.
[19] *O Comércio do Porto.* (29-7-1919).
[20] MARTINS, 1990:222, 233.

A avaliar pelas entradas de navios nos portos do Douro e Leixões e pelo volume de mercadorias aí carregadas ou descarregadas, o movimento comercial aumentou consideravelmente. Em conjunto, o número de navios entrados subiu mais de 60%, mas nos portos do Douro a variação foi muito maior, rondando os 120%.

Embarcações entradas nos portos do Douro e Leixões, 1918-1919

Anos	Douro	Leixões	Total
1918	328	440	768
1919	720	517	1.237

Fonte: *Estatística comercial: comércio e navegação: ano de 1918. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921, p. 320; Estatística comercial: comércio e navegação: ano de 1919. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, p. 360.*

O movimento de mercadorias aumentou também quase 60%. Mas, neste caso, Leixões sofreu um decréscimo substancial[21], que os portos do Douro compensaram largamente, com uma variação de 157%.

Movimento de mercadorias nos portos do Douro e Leixões, 1918-1919
(em toneladas)

Anos	Douro	Leixões	Total
1918	142.648	122.026	264.674
1919	367.263	50.979	418.242

Fonte: *Estatística comercial: comércio e navegação: ano de 1918. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921, p. 312-313; Estatística comercial: comércio e navegação: ano de 1919. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, p. 344-345.*

[21] Os meios empresariais do Porto, nomeadamente a Associação Comercial e a Associação Industrial, bem reclamavam a urgência de conclusão das obras do porto de Leixões, orçamentadas em 1912, mas na sua maior parte sempre adiadas, por falta de verbas. Desde Abril de 1919, surgem-nos na imprensa múltiplas referências à necessidade imperiosa da conclusão do cais acostável do molhe sul do porto de Leixões, bem como de dragagens na entrada desse porto, que estava muito assoreada, de modo a permitir o restabelecimento das escalas dos grandes paquetes transatlânticos. Reclamava-se também a urgência da construção da linha férrea de cintura, para facilitar o acesso de mercadorias a Leixões, das obras do porto comercial do Douro e de dragagens na barra do rio, mas pouco se avançou - *O Comércio do Porto.* (16-4-1919); (23-4-1919); (24-4-1919). Em Junho, anunciava-se o início de algumas dragagens no Douro e no porto de Leixões - *O Comércio do Porto*. (22-6-1919). Mas, mais de um mês depois, as grandes dragagens ainda não tinham começado - *O Comércio do Porto*. (31-7-1919). No final do ano, a Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto continuava a alegar dificuldades financeiras que impediam a concretização das obras projectadas, apelando ao governo para disponibilizar as verbas necessárias - *O Comércio do Porto*. (15-10-1919); (22-10-1919), o que só viria a acontecer, numa pequeníssima parte, em 1920. As obras foram então orçamentadas em 30 mil contos, sendo a comparticipação do Estado de 750 contos - SOUSA e ALVES, 2002:178-179; PRATA, 2011:106, 178-179.

Se os dados sobre o movimento de mercadorias nos portos do Douro e Leixões apontam para um aumento do dinamismo comercial portuense no pós-guerra, uma análise mais detalhada revela que esse dinamismo era maior do lado das importações do que das exportações. Em 1919, o volume dos produtos embarcados nesses portos baixou cerca de 13% face ao ano anterior, enquanto triplicou a quantidade de mercadorias descarregadas.

Mercadorias carregadas e descarregadas nos portos do Douro e Leixões, 1918-1919

(em toneladas)

Anos	Carregadas	Descarregadas	Total
1918	169.780	94.894	264.674
1919	147.131	271.111	418.242

Fonte: *Estatística comercial: comércio e navegação: ano de 1918. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921, p. 312-313; Estatística comercial: comércio e navegação: ano de 1919. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, p. 344-345.*

Em 1919, o comércio marítimo continuou a enfrentar dificuldades quer devido à falta de navios quer por circunstâncias naturais, como aconteceu na segunda quinzena de Fevereiro, em que o estado do mar e as cheias do rio obrigaram a suspender o movimento no Douro[22].

Os problemas eram ainda maiores no comércio interno. Ao longo de 1919, a circulação ferroviária sofreu contínuas perturbações. Nos primeiros meses do ano, muitos comboios foram mobilizados para o transporte de tropas e outros circulavam com atrasos de horas, prejudicando o tráfego de mercadorias. A situação agravou-se durante a Monarquia do Norte, que suspendeu a circulação ferroviária para o Sul. A posterior normalização do serviço esteve longe de satisfazer as necessidades comerciais. Maiores transtornos resultariam da longa greve ferroviária, que durou cerca de dois meses, no Verão desse ano. E, mesmo depois da greve, o transporte de mercadorias continuou irregular, com muitos produtos retidos durante meses na Alfândega e em Campanhã, sem seguirem para os destinatários e deteriorando-se[23].

Por outro lado, em diversos momentos, o comércio a retalho da cidade sofreu os efeitos da escassez de géneros e da falta de moeda de trocos. No início de Fevereiro, algumas lojas viram-se obrigadas a fechar as portas[24]. E o mesmo se passou com diversas fábricas[25].

[22] *O Comércio do Porto*. (4-3-1919).
[23] *O Comércio do Porto*. (27-9-1919).
[24] *O Comércio do Porto*. (2-2-1919). A falta de trocos repetiu-se em outros momentos, como no início de Abril e em Setembro - *O Comércio do Porto*. (6-4-1919), (14-9-1919).
[25] *O Comércio do Porto*. (13-2-1919): "algumas fábricas desta cidade haviam resolvido fechar a pretexto de não haver trocos para poderem pagar as férias aos seus operários".

As actividades industriais continuaram a enfrentar enormes dificuldades. A principal indústria da cidade, a têxtil algodoeira, atravessou um período de crise, com grandes *stocks* por escoar. Em meados de Março, como noticiava *O Comércio do Porto*, a crise estendia-se a outras indústrias:

> Agravam-se as condições das nossas indústrias de forma assustadora, não apenas pela escassez e carestia das matérias-primas e combustíveis, que de há muito se fazem sentir, mas agora pela falta de trabalho nas fábricas e pela situação aflitiva do operariado, que tendo reduzido os dias semanais de labor, não pode acudir às necessidades da sua alimentação, em vista dos altos preços das subsistências[26].

Pela mesma altura, a imprensa operária pintava com cores ainda mais negras a situação da têxtil, com muitas fábricas fechadas e milhares de trabalhadores no desemprego[27].

Em Maio, a legislação elaborada pelo Ministro do Trabalho, o socialista Augusto Dias da Silva – em especial o decreto que estabeleceu as 8 horas de trabalho diário e 48 horas semanais para o comércio e indústria[28], mas também os decretos sobre os seguros sociais obrigatórios[29] –, suscitou o aplauso geral dos trabalhadores, que exigiram a aplicação imediata da lei logo que foi anunciada e ainda antes da sua publicação. No dia 2 de Maio, em diversas fábricas e oficinas, bem como na construção civil, os operários recusaram-se a trabalhar mais de 8 horas[30]. Por outro lado, a lei contou com a resistência do patronato, que multiplicou os protestos e recorreu, em vários casos, ao *lock out*[31], conseguindo protelar, sucessivamente, a sua aplicação[32].

---

[26] *O Comércio do Porto*. (15-3-1919).

[27] A Classe têxtil. *A Voz do Povo*. (23-3-1919).

[28] Decreto 5.516, de 7-5-1919. Augusto Dias da Silva tinha, entretanto, abandonado o governo no início de Maio, por discordar dos meios repressivos utilizados contra o movimento operário na capital.

[29] Sobre os seguros sociais e outros aspectos da política social deste período, veja-se PEREIRA, 1999; CARDOSO e ROCHA, 2009.

[30] *O Comércio do Porto*. (3-5-1919), (6-5-1919).

[31] *O Comércio do Porto*. (9-5-1919), (13-5-1919). Nesta última data, poucas fábricas têxteis se mantinham em laboração. Em Agosto, os industriais metalúrgicos do Porto e Gaia recorreram também ao *lock out*, em protesto contra a lei das 8 horas de trabalho - TEODORO, 2014:578.

[32] Em meados de Maio, atendendo às reclamações dos empresários, o governo prolongou por 30 dias o prazo para aplicação do novo regime de trabalho. Longe de extinguir o conflito, atiçou-o ainda mais. Os operários exigiam o cumprimento imediato da lei. Os patrões exigiam a sua revogação, considerando que, a ser aplicada, seria a "ruína da indústria nacional". Veja-se, por exemplo, a convocatória de uma reunião da Associação de Classe dos Industriais das Artes Metalúrgicas, a realizar a 22-6-1919, publicada com destaque na imprensa: "As 8 horas de trabalho / A ruína da indústria nacional / Alerta Industriais / Salvaguardai os vossos interesses" – *O Comércio do Porto*. (21-6-1919). Depois de sucessivas prorrogações, a lei viria a entrar em vigor a 1 de Novembro desse ano.

Em contrapartida, o pós-guerra parece ter favorecido o sector financeiro. Assistiu-se então a uma forte expansão da actividade bancária e à criação de novos bancos. No Porto, ainda em 1918, foi criado o Banco Popular Português e, em Maio de 1919, constituiu-se a casa bancária Cupertino de Miranda & Irmão, que, mais tarde, daria origem ao Banco Português do Atlântico[33].

MONARQUIA DO NORTE, FIDELIDADE À REPÚBLICA E MEMÓRIA DA GUERRA

A nível político, a cidade vivia, no início de 1919, um ambiente crispado e depressivo, de medo e confrontação. Desde o ano anterior, à sombra do Sidonismo, assistia-se ao controlo dos poderes locais por conservadores católicos e monárquicos (no comando da polícia, com Sollari Allegro; no governo civil, com Alberto Margaride; na Câmara, com José Alves Bonifácio; nas chefias militares; etc.), paralela à formação de grupos de "trauliteiros" e à perseguição, espancamento e prisão de muitos republicanos e de militantes socialistas, sindicalistas e anarquistas, ao ataque e destruição de sedes de jornais, centros republicanos ou colectividades conotadas com os republicanos, como a sede dos Fenianos, na Batalha, diversas escolas (como o Vintém das Escolas, a Escola da Fontinha e outras) e mesmo empresas cujos proprietários eram simpatizantes republicanos, como a casa bancária Borges & Irmão, na Rua do Bonjardim[34]. Em Dezembro de 1918, o movimento monárquico reforçou o seu poder na cidade com a criação da Junta Militar do Norte, que reclamava "um governo de ordem, cheio de força e de prestígio, sem ligações partidárias, que, sobrepondo-se às ambições dos políticos, leve a paz e a tranquilidade à família portuguesa"[35]. A Junta concentrou tropas no Porto e preparou o terreno para a restauração da Monarquia, que se concretizou em 19 de Janeiro de 1919, sob o comando de Paiva Couceiro[36].

A Junta Governativa do Reino, instalada no Porto, perdeu-se em proclamações, paradas militares, exéquias e missas solenes, récitas de gala e reposição de símbolos da Monarquia. Por exemplo, no final de Janeiro, a Junta Governativa instituiu novos feriados civis, que passavam a ser: 19 de Janeiro (Restauração da Monarquia), 29 de Abril (Outorga da Carta Constitucional), 19 de Agosto (Aniversário da Rainha), 4 de Setembro (Casamento de Suas Majestades), 28 de Setembro (Aniversário da Rainha-Mãe, D. Amélia), 15

[33] SOUSA, 1984:100; CORDEIRO, 2010:64; VALÉRIO, 2014:377-378.
[34] SOUSA, 1984:90-91; PEREIRA, 2021.
[35] *O Comércio do Porto*. (26-12-1918).
[36] SANTOS, 2010:406-407; BRITO, 2016:72-73.

de Novembro (Aniversário do Rei), além do 1 de Dezembro (Restauração de Portugal). Cortou as comunicações com o Sul, suspendeu as garantias na cidade do Porto, reforçou a censura à imprensa e repôs a pena de morte por crimes julgados em Tribunal Militar. Promoveu a formação ou o reforço de grupos de civis armados por "rapazes da elite portuense", como o Batalhão Realista do Porto, o Batalhão de Voluntários da Rainha, que usava o lema "Deus, Pátria e Rainha!", ou o Real Batalhão Académico, criado na Universidade do Porto[37], e também de rurais e desempregados[38]. O saneamento, perseguição e prisão de republicanos tornaram-se constantes, a par da nomeação ou promoção de monárquicos.

O efémero "Reino da Traulitânia" foi derrotado, em cerca de 2 horas, em 13 de Fevereiro, numa operação em que se destacaram as forças da Guarda Real[39], chefiadas pelo capitão João Maria Sarmento Pimentel, demonstrando a capacidade de mobilização dos republicanos, com a participação activa de muitos grupos civis. Poder-se-ia discutir se o 13 de Fevereiro representou mais a derrota da Monarquia – por falta de apoio popular, por escassez de forças militares ou pela divisão e inépcia dos seus líderes – ou a vitória da República, pela maior organização e conjunção momentânea de forças. Ou se a derrota dos monárquicos correspondeu à revitalização da República. Como escreveu Raul Brandão, referindo-se a Paiva Couceiro: "Saiu-lhe sempre tudo torto. É tão mau político que, quando fez proclamar a monarquia no Norte, mais uma vez salvou a república!"[40]. Após a derrota da intentona monárquica em Lisboa, "Couceiro estava sozinho e condenado"[41]. Porém, a unidade que permitiu a renovação da República, dir-se-ia que mais antimonárquica do que republicana, foi efémera e teve de contar com a força da rua[42], como já acontecera antes em Lisboa. Quando, ao meio-dia de 13 de Fevereiro[43], o capitão Sarmento Pimentel soltou o grito de "Viva a República!", milhares

[37] *O Comércio do Porto*. (22-1-1919). Sobre a formação do Batalhão Académico, veja-se SANTOS, 2011:121-122; ALVES, 2012:240.

[38] A propósito, pode ler-se no semanário socialista *A Voz do Povo*: "Prisões a esmo. Aplicação de insultos e ameaças a toda a gente mais ou menos suspeita. Espionagem exercida em toda a parte por brutos, beatos e mendigos profissionais. O regime da denúncia, do cacete e da sova, plenamente em acção. Uma corporação de civis, na maior parte recrutados pelo célebre Padre Domingos em terras de província estava formada com milhares de homens, sem predicados de educação, incluindo bandidos, rufias e gatunos de mistura com bastantes vergônteas da casta fina…!" *A Voz do Povo*. (23-2-1919).

[39] Designação efémera dada pela Monarquia do Norte à Guarda Republicana.

[40] BRANDÃO, 2000:59.

[41] VALENTE, 2006:137.

[42] TELO, 2011:214.

[43] Nas suas *Memórias*, o capitão Sarmento Pimentel refere ter sido "às 11 horas desse dia" que ele "e seus dedicados e corajosos companheiros" puseram "a procissão democrática nas ruas da cidade que logo, com meia dúzia de tiros, abafou os rompantes do Carmo e da Trindade, mais a malta reaccionária do Quartel General, Governo Civil, Batalha, Éden, obrigando tudo que se tinha fantasiado de azul e branco a uma debandada geral, o quixotesco "Regente" mais seu acaciano governo na dianteira" - PIMENTEL, 1974:195.

de pessoas saíram às ruas[44], muitas armadas, dando a entender que a revolta antimonárquica vinha sendo meticulosamente preparada pelas comissões revolucionárias republicanas, socialistas[45] e anarquistas[46].

Vencida a Monarquia, os novos poderes integraram membros de vários partidos republicanos, bem como socialistas, na Câmara, na Junta Geral de Distrito e nas Juntas de Freguesia. Para Governador Civil do Porto foi escolhido um republicano de esquerda, José Domingues dos Santos, capaz de fazer pontes com socialistas e sindicalistas[47]. No Porto, como no país, a luta contra a aventura monárquica favoreceu não só uma fase de unidade republicana mas também a formação tácita de um «bloco radical», para renovar a República e responder aos problemas sócio-económicos resultantes da guerra[48]. Por pouco tempo.

Os dias que se seguiram ao derrube da Monarquia do Norte, apesar da chuva, por vezes intensa, foram de "extraordinária" e festiva animação das ruas do Porto, com contínuas manifestações de milhares de pessoas, bandas de música, confraternização com os militares, as armas enfeitadas com camélias, mimosas e outras flores, bandeiras da República nas janelas... Sucediam-se comícios, jantares de confraternização e de homenagem, bodos aos pobres, saraus e festas, nas escolas, nos centros republicanos e socialistas, nos teatros e cinematógrafos, cheios de gente. Simultaneamente, foram atacados e destruídos locais conotados com a Monarquia do Norte, como o famigerado Éden Teatro[49] e as sedes do Batalhão Realista, da Associação Católica, do Círculo Católico e dos jornais *Liberdade* e *Pátria*, multiplicando-se as demissões e prisões de monárquicos[50].

No auge dos festejos republicanos, em Fevereiro e Março, sucederam-se também diversas homenagens aos combatentes da Grande Guerra e acções de solidariedade para com as suas famílias, organizadas pela Junta Patriótica

---

[44] CORREIA, 2016:111-114. O que contradiz, de resto, a perspectiva pouco fundamentada de alguns historiadores, segundo a qual a República só podia contar "com a adesão popular das principais cidades ou, talvez mesmo pudesse só confiar nos habitantes de Lisboa, como se viu em 1919", como escreveu, recentemente, RESENDE, 2019:293.

[45] A participação activa dos socialistas em defesa da República não significou, porém, o abandono do ideário do partido - CORREIA, 2016:111-114.

[46] LIMA, 1920:116-117. Segundo este autor, participaram no 13 de Fevereiro 17 grupos anarquistas, com 200 a 300 efectivos, além de "muitos outros operários libertários dispersos por grupos republicanos". Tal como os socialistas, também os anarquistas e sindicalistas revolucionários assumiam que a defesa da República não os faria abdicar das suas posições: "Revolucionar-se-iam para defender a República, mas, uma vez ela consolidada, reservariam a sua acção para os seus movimentos de reivindicação económica e de oposição aos governos". *Idem*, *ibidem*.

[47] QUEIROZ, 2012.

[48] PINTO, 2011:55-57.

[49] No Eden-Teatro, do Porto. *Ilustração Portuguesa*. 680 (3-3-1919) 173.

[50] *O Comércio do Porto*. (14-2-1919).

do Norte, Casa dos Filhos dos Soldados, Triângulo Vermelho Português[51], Grémio Académico Republicano e outras instituições. Ao longo do ano, decorreriam muitas outras iniciativas, como a comemoração da batalha de La Lys, em 9 de Abril, com um cortejo cívico e uma sessão no Teatro Águia de Ouro, a grande festa pró-Aliados, no dia 4 de Maio, no Teatro Sá da Bandeira, o "cortejo patriótico" de 28 de Maio, ou a Festa da Paz e da Liberdade, em 14 de Julho, com um cortejo que reuniu milhares de pessoas, festa infantil e discursos patrióticos (nomeadamente, do Ministro do Trabalho, José Domingues dos Santos, e do escritor e ex-combatente, Augusto Casimiro), no Palácio de Cristal, e festa popular noturna no Jardim da Cordoaria[52]. A própria Universidade organizou uma sessão solene de homenagem aos combatentes, em 10 de Agosto[53]. Refira-se ainda a popularidade de diversas edições de livros de memórias e testemunhos da guerra, a maior parte com a chancela da Renascença Portuguesa[54]. Menos entusiástica seria a comemoração do primeiro aniversário do armistício, em 11 de Novembro, uma terça-feira fria e tempestuosa[55]. Em contrapartida, foram muito animados, com grande afluência de público, os festejos comemorativos da implantação da República, em 5 e 6 de Outubro, que decorreram em vários pontos da cidade[56].

---

[51] Após a restauração da República no Porto, o Triângulo Vermelho Português, com sede nesta cidade, abriu três casas para os soldados, duas no Porto e uma em Gaia, apoiadas por 57 voluntários, geralmente senhoras. Tratava-se, essencialmente, de locais de convívio, acolhimento e, em certos casos, hospedagem temporária de soldados, onde eram oferecidos lanches, maços de tabaco, roupas, apoio para a escrita de cartas às famílias, projecção de filmes, sessões musicais, etc. Até ao final de Março de 1919, terão passado por essas casas mais de 40 mil militares - Triângulo Vermelho Português. *Ilustração Portuguesa*. 692 (26-5-1919) 415.

[52] Festas da Paz e da Liberdade no Porto. *Ilustração Portuguesa*. 702 (4-8-1919) 85-86. Sobre o papel da Junta Patriótica do Norte na "rememoração" da Grande Guerra, veja-se CORREIA, 2011:33-50.

[53] ADUP REIT - *Recortes de imprensa* [1919-1987]. Disponível *on-line* em: https://hdl.handle.net/10405/22606. Acesso em 31-3-2019.

[54] Nomeadamente: CORTESÃO, Jaime - *Memórias da Grande Guerra: 1916-1919*; MORAIS, Pina de - *Ao Parapeito* (2 edições); MALHEIRO, Alexandre - *Da Flandres ao Hanover e Mecklenburg: notas dum prisioneiro*; SELVAGEM, Carlos - *Tropa d'África*; PIMENTA, Eduardo - *A Ferro e fogo: na Grande Guerra (1917-1918)*. Em 1919, a mesma editora publicou ainda a peça dramática de MALHEIRO, Alexandre - *O Amor na base do CEP*, que havia sido representada em Outubro do ano anterior por prisioneiros de guerra portugueses, detidos no campo alemão de Breesen. A questão da guerra despertou intenso debate entre os intelectuais da Renascença Portuguesa, que se traduziu, desde 1914, em diversos artigos na revista *A Águia* (em 1916, sairia mesmo um número triplo especial sobre o tema - *Portugal e a Guerra*. 52/53/54) e na publicação de diversos livros, como o de CASIMIRO, Augusto - *Nas Trincheiras da Flandres*. 1918 (em 1919, teve 4 edições). Depois de 1919, continuaria a dar à estampa memórias de combatentes, de que poderíamos destacar as de CASIMIRO, Augusto - *Calvários da Flandres: 1918*. Fevereiro de1920; COSTA, Gomes da - *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra: a Batalha do Lys, 9 de Abril de 1918*. 1920; MORAIS, Pina de - *O Soldado-Saudade na Grande Guerra*. 1921. Sobre a literatura de guerra e o papel editorial da Renascença Portuguesa nesse domínio, veja-se LEAL, 2000:441-460.

[55] *O Comércio do Porto*. (12-11-1919): "ao fim da tarde, após trovoada bastante forte, caiu sobre a cidade violenta saraivada, que deixou as ruas cobertas de granizo".

[56] *O Comércio do Porto*. (4-10-1919); (5-10-1919); (7-10-1919).

Durante 1919, o Porto viveu num ambiente de contínua efervescência política. Ressurgiram muitos centros republicanos, alguns deles desactivados ou destruídos durante o Sidonismo e a Monarquia do Norte, e reapareceram os jornais democráticos *A Montanha* e *O Norte*. Também os centros socialistas e os grupos anarquistas ganharam novas adesões e multiplicaram as suas actividades.

Em Maio, as eleições para a Câmara de Deputados e para o Senado e, duas semanas depois, para os corpos administrativos (Câmara Municipal e Junta Distrital) confirmaram o poder do Partido Republicano (democráticos) e, em segundo plano, o dinamismo dos socialistas portuenses, que elegeram dois deputados (Manuel José da Silva e Ladislau Batalha) e conquistaram, mais uma vez, a minoria na vereação.

Por outro lado, nos meios operários, muitos militantes socialistas, sindicalistas e anarquistas discutiam e propagandeavam a "revolução social", numa altura em que as fronteiras ideológicas entre essas forças se tornavam difusas e surgiam apelos à unidade[57]. A cada passo, a imprensa da época dava notícia de prisões de "bolchevistas", por andarem a colar ou a distribuir manifestos[58]. O Centro Comunista do Porto, criado em Abril de 1919 por anarquistas libertários[59], tornou-se um foco activo de propaganda maximalista[60]. Em finais desse mês, promoveu uma concorrida conferência do anarquista Cristiano de Carvalho, sobre *O proletariado e a revolução social*, no Teatro Carlos Alberto[61]. Outras conferências do mesmo teor eram promovidas pelos sindicalistas da União Operária Nacional, que preconizavam "a necessidade de activar a propaganda da organização operária, preparando assim conscientemente as massas trabalhadoras para a grande transforma-

[57] Entre outros exemplos, refira-se a posição de Martins Santareno, no órgão oficial dos socialistas do Porto, em defesa da unidade dos sindicalistas, anarquistas e socialistas em torno da revolução social - *A Voz do Povo*. (13-4-1919).

[58] A propaganda bolchevista parece ter-se intensificado a partir do Verão, em simultâneo com a agitação operária. Em Agosto, em reuniões de diversas associações operárias e da UON, foram aprovadas moções de protesto contra as prisões por bolchevismo - *O Comércio do Porto*. (23-8-1919). No início de Setembro, a associação dos marceneiros promoveu a angariação de donativos para as famílias dos presos por bolchevismo - *O Comércio do Porto*. (5-9-1919). Em meados de Outubro, os colchoeiros protestaram contra a prisão de camaradas seus, por ocasião do grande comício contra a carestia de vida - *O Comércio do Porto*. (16-10-1919). Uma notícia sobre a prisão de dois estivadores referia que faziam parte de um "Comité Bolchevista" - *O Comércio do Porto*. (29-10-1919). Uma outra notícia denunciava a existência de bolchevistas nos quartéis - *O Comércio do Porto*. (30-10-1919). Veja-se também PINA, 2018:106).

[59] PINA, 2018:92, 100; FERREIRA, 2011:94; FREIRE e LOUSADA, 2013:85.

[60] Logo em 1920, ter-se-á verificado a cisão desse grupo, com o abandono dos marxistas, passando a designar-se Centro Comunista Libertário - SILVA, 1971:92-94. Segundo João Quintela, o jornal *Bandeira Vermelha*, órgão da Federação Maximalista Portuguesa, editado desde 5 de Outubro de 1919, não só se vendia no Porto como tinha vários correspondentes nesta cidade - QUINTELA, 1976:22-23; veja-se, também, PINA, 2018:99-101.

[61] *O Comércio do Porto*. (27-4-1919).

ção social"[62]. Em Abril, no primeiro número do novo periódico socialista *A Comuna*, editado pelo Grupo de Propaganda Social, um artigo de Ladislau Batalha exaltava a nova era de "revolução social":

> À guerra dos Estados vai sobrepor-se a guerra dos Povos. (…) Os indícios mostram ser chegado o momento histórico em que o Proletariado despedaça as algemas opressoras, e investe intemerato para as lutas que terão por último termo a definitiva emancipação da Humanidade[63].

No mês seguinte, *A Comuna* fundiu-se com o órgão histórico da Federação Socialista do Norte, *A Voz do Povo* (1907-1919), dando origem ao jornal *República Social* (1919-1934). Por esta altura, o principal centro de encontro dos socialistas do Porto continuava a ser a Casa do Povo Portuense, na Rua de Camões, com cooperativas em vários pontos da cidade. Mas, em todas as freguesias, existiam centros e grupos socialistas activos, que desenvolviam intensa propaganda. Nesse ano, um grupo de jovens criou o Grupo Dramático Socialista, que levou à cena várias peças do repertório clássico do teatro social[64]. Referindo-se a este período, Alexandre Vieira, redactor principal do diário sindicalista *A Batalha*, elogiava a combatividade dos socialistas portuenses, que, ao contrário do que acontecia na capital, mantinham maior ligação ao movimento operário[65]. O mesmo autor realçava a importância dos grupos anarquistas do Porto, não só através da intervenção sindical mas sobretudo com a publicação de jornais importantes[66], como *A Aurora* (1910-1920)[67], pelo Grupo de Propaganda Libertária, criado em 1904 e bastante activo até 1925, em que participaram conhecidos militantes anarco-sindicalistas, como Serafim Cardoso Lucena (1872--1943), Manuel Joaquim de Sousa (1883-1945) ou Clemente Vieira dos Santos (1889-1960)[68]. Outro grupo libertário muito activo era o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais, fundado em 1908, nas Antas, que promovia edições, conferências, cursos, excursões, teatro e outras iniciativas[69].

A agitação política manifestava-se também na Universidade, com adesões à causa monárquica ou à causa republicana. No início de Junho, estu-

[62] *O Comércio do Porto*. (2-4-1919).
[63] BATALHA, Ladislau - A Crise mundial. *A Comuna*. (30-4-1919) 1.
[64] PERALTA GARCÍA, 2009:136.
[65] VIEIRA, 1974:177-178.
[66] VIEIRA, 1974:177: "Se bem que o operariado do Porto tivesse secundado animosamente o movimento sindicalista português, havendo mesmo saído do seu seio militantes que na 1.ª secção da CGT desempenharam papel saliente, a verdade é que a acção exercida pelos elementos avançados da segunda cidade do país se fez sentir mais notavelmente nos agrupamentos anarquistas, em especial no que respeita à imprensa, onde sustentaram jornais e revistas dos melhores que têm sido editados em Portugal".
[67] Continuado pelo jornal *A Comuna: órgão comunista libertário* (1920-1927), igualmente sediado na Rua do Sol, e tendo como redactor principal Serafim Cardoso Lucena.
[68] FREIRE e LOUSADA, 2013:82, 63, 75-76, 79.
[69] FREIRE e LOUSADA, 2013:83.

dantes da Faculdade de Ciências declararam-se em greve, alegadamente em solidariedade com os seus colegas de Coimbra, contra a extinção da Faculdade de Letras nessa cidade e a sua substituição pela Faculdade de Letras, a criar na Universidade do Porto. Mas outros estudantes de Ciências, tal como o Grémio Académico Republicano do Porto, opuseram-se a essa greve, considerando que se tratava de um movimento "reaccionário", "anti-patriótico e anti-republicano", que não tinha o apoio da academia do Porto[70]. Em 15 de Dezembro, os confrontos entre estudantes republicanos e monárquicos foram mais violentos, provocando vários feridos, entre os quais o Director da Faculdade, Paulo Ferreira, que esteve internado alguns dias no hospital[71].

CRISE DE SUBSISTÊNCIAS, CARESTIA DE VIDA E AGITAÇÃO SOCIAL

Em 1919, o Porto viveu um período de intensa agitação social. Para as classes populares, a esperança de que o fim da guerra viesse resolver o problema das subsistências e da carestia de vida, que se tinha agravado muito em 1918, saiu, em parte, defraudada. O Porto era a cidade do país com o custo de vida mais caro, superior ao da capital. Mas, em 1919, ao contrário do que acontecera no ano anterior, abrandou o ritmo do aumento do custo de vida, o que permitiu valorizar os salários reais.

Índices do custo de vida nas cidades de Lisboa e Porto e dos salários fabris, 1914-1921

Anos	Custo vida Lisboa	Custo vida Porto	Salários fabris
1914	100	100	100
1915	112	112	140
1916	137	138	180
1917	172	215	225
1918	234	378	270
1919	314	399	317
1920	475	830	400
1921	728	1.044	750

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal ano de 1921. Lisboa: Imprensa Nacional, 1925, p. 234; MEDEIROS, 1978:133-134; MARQUES, 1978:367.*
Nota: *índices referentes a Julho de cada ano; na construção dos índices do custo de vida foram considerados os "preços a retalho de 26 géneros destinados à alimentação, iluminação e lavagem".*

[70] *O Comércio do Porto*. (4-6-1919), (6-6-1919).

[71] *O Comércio do Porto*. (16-12-1919), (20-12-1919), (21-12-1919). Refira-se que a FLUP começara, entretanto, a funcionar, provisoriamente, no edifício da Faculdade Ciências, em Outubro, iniciando-se as aulas em 10 de Novembro, com 60 alunos inscritos, mais do que os que frequentavam as faculdades de Letras em Lisboa e Coimbra - *O Comércio do Porto*. (16-10-1919), (30-10-1919); veja-se, também, ALVES, 2012:335.

No início do ano, contrariando as previsões mais otimistas, a crise de subsistências agravou-se. Em Janeiro, lia-se no jornal socialista *A Voz do Povo*:

> A carestia de vida, impiedosamente, cruelmente, não cessa de nos castigar, não obstante haver terminado a guerra e de se haver tornado menos difícil o transporte e a circulação das mercadorias por mar e por terra. / Alguns dos géneros essenciais à alimentação da pobreza, tais como o arroz, a batata, o açúcar, a carne, o pão, o feijão, o azeite, ou não se encontram facilmente ou custam carradas de dinheiro. / A fome, portanto, também não cessa de castigar o povo operário, que não ganha o necessário para custear uma alimentação que ao menos lhe conserve a saúde e lhe permita uma regular resistência à acção do trabalho, do Inverno e das doenças que grassam e que vitimam gente em abundância[72].

Na imprensa generalista, várias notícias apontavam no mesmo sentido. No dia em que se implantou a Monarquia do Norte, *O Comércio do Porto* referia-se à crise de subsistências, considerando que se tornara "maior do que ela teria sido no auge da guerra"[73].

A nova vereação republicana, nomeada após a derrota dos monárquicos, assumiu a questão das subsistências como um dos principais problemas a solucionar. Logo no dia da tomada de posse, a 15 de Fevereiro, afirmava "a urgência em tomar todas as providências para que à população humilde do Porto não falte o pão"[74]. O pelouro das subsistências foi confiado ao industrial Manuel Pinto de Azevedo[75], que já desempenhara essas funções na vereação anterior ao Sidonismo[76]. Ainda nesse mês, foi adoptado um novo sistema de distribuição de pão às classes pobres, proposto por Alfredo da Silva, professor do Instituto Comercial do Porto, que a Câmara nomeou como seu delegado no Serviço de Subsistências. O novo sistema funcionou a partir de 1 de Março, permitindo a venda diária de 60 mil kg de "pão da Câmara" em cerca de 120 padarias a mais de 26 mil chefes de família, o que correspondia a perto de 120 mil pessoas, conseguindo acabar com as longas filas de espera[77].

[72] *A Voz do Povo*. (12-1-1919).

[73] *O Comércio do Porto*. (19-1-1919). Em outro artigo, publicado no início de Fevereiro, dava nota do péssimo funcionamento dos serviços municipais encarregados de zelar pelo abastecimento regular de pão às classes pobres: "Vêem-se longas filas de pobres, mulheres e crianças, a tiritar de frio e muitas vezes encharcadas, longas horas à espera de pão, sendo para lamentar que dias tem havido em que alguma dessa pobre gente retira sem ser servida e outra doente" - *O Comércio do Porto*. (4-2-1919).

[74] Arquivo Municipal do Porto - *Actas da Comissão Administrativa*, sessão de 15-2-1919.

[75] *Idem*, *ibidem*.

[76] ROSSUM, 2011:75-95.

[77] *O Comércio do Porto*. (4-3-1919), (15-3-1919). Em Agosto, um relatório do delegado da Comissão de Subsistências, apresentado na reunião de vereação de 21 desse mês, reafirmava que, devido aos esforços da Câmara, o pão nunca faltou na cidade, sendo abastecidas em média pelo "pão da Câmara" 32.678 famílias, correspondendo a 126.367 pessoas, em 124 padarias, que distribuíam cerca de 54.000 kg pão/dia - *O Comércio do Porto*. (22-8-1919).

A melhoria do abastecimento de pão não extinguiu, obviamente, a pobreza extrema, que afligia muitas famílias operárias, afectadas pelo desemprego, como acontecia com os tecelões e os fiandeiros, fazendo crescer a "legião de pedintes" nas ruas, constituída sobretudo por crianças[78]. Na noite de 11 de Março, a Junta Geral do Distrito iniciou uma campanha contra a mendicidade infantil, prendendo todas as crianças mendigas e internando-as em asilos:

> Pela Junta Geral do Distrito continuam a ser recolhidas nos estabelecimentos de beneficência seu cargo as crianças que a miséria e a orfandade atiraram para as ruas da cidade. (…) além dos 1.063 menores que já tinha a seu cargo em fins de Fevereiro, recolheu nas 7 noites últimas 116 menores famintos que, esmolando, vagueavam pelas ruas centrais da cidade[79].

Se a acção da Câmara do Porto permitiu travar a crise de subsistências na cidade, não conseguiu evitar o aumento dos preços de muitos produtos nem as fraudes praticadas por comerciantes menos escrupulosos. Eram frequentes as queixas contra o pão intragável, o roubo no peso, as falsificações e os açambarcamentos. Daí que as organizações operárias protestassem, a cada passo, contra "a insuportável carestia das subsistências"[80].

A tensão aumentou a partir de Setembro, quando a União dos Sindicatos lançou uma campanha contra a carestia, iniciada com uma "concorridíssima reunião operária", em 18 desse mês, que convocou um comício para o dia 21, nas Fontainhas[81]. O comício foi proibido pelas autoridades[82], mas, logo a seguir, a União dos Sindicatos marcou outro para o dia 14 de Outubro, com abandono do trabalho a partir das 12 horas, que juntou milhares de populares num terreno da Rua da Alegria. Os discursos e a moção aí aprovada deixam perceber a orientação anarco-sindicalista do movimento, com laivos de propaganda bolchevista: "O povo consumidor do Porto, reunido em comício público, para protestar contra a carestia de vida, saúda o proletariado da Rússia, da Hungria, da Itália e de todos os pontos do globo, que se têm sacrificado pela revolução social, que desponta"[83]. Na segunda quinzena desse mês, diversas associações operárias reuniram-se em sessão permanente contra a carestia de vida[84]. Alguns géneros desapareciam do mercado e só se conseguiam obter por preços altíssimos, como aconteceu, por diversas vezes, com o açúcar, sobretudo a partir de Agosto. Em Outu-

[78] *O Comércio do Porto*. (14-3-1919).
[79] *O Comércio do Porto*. (22-3-1919).
[80] *O Comércio do Porto*. (3-4-1919).
[81] *O Comércio do Porto*. (19-9.1919), (21-9-1919).
[82] *O Comércio do Porto*. (23-9-1919).
[83] *O Comércio do Porto*. (15-10-1919).
[84] *O Comércio do Porto*. (21-10-1919), (24-10-1919).

bro, *O Comércio do Porto* comentava: "[o açúcar] desaparece, como por encanto, do mercado e as reduzidas quantidades que se podem obter são vendidas a preços exorbitantes"[85]. Em Novembro, voltou a haver falta de pão. Entretanto, agravara-se também a crise da habitação, escasseando as casas para arrendar, o que se traduziu no aumento das rendas. Já no final do ano, numa reunião magna na sede da União dos Sindicatos Operários, defendia-se que as classes trabalhadoras deveriam reivindicar aumentos de salários para fazer face ao grande aumento dos preços dos géneros, aventando-se a possibilidade de uma greve geral[86].

O ano de 1919 foi, aliás, marcado por uma intensa agitação grevista, em especial a partir do Verão. Os primeiros meses do ano, dominados pelos acontecimentos políticos, parecem ter sido de acalmia, mas o 1.º de Maio, que teve grande participação popular, iniciou uma fase de reivindicações e conflitos em vários sectores, em torno da jornada de trabalho de 8 horas e/ /ou de aumentos salariais[87]. Em Maio e Junho, houve greves de tanoeiros[88], alfaiates[89], metalúrgicos[90], barbeiros[91], encadernadores[92], correeiros e construtores de carruagens[93], padeiros[94], chapeleiros, refinadores de açúcar[95], tecelões[96] e ourives de prata[97]. Em Julho, o movimento grevista ganhou ainda maior amplitude com a entrada em cena dos trabalhadores dos transportes,

[85] *O Comércio do Porto*. (11-10-1919). Em Dezembro, os preparativos da época natalícia foram marcados pela carestia de sal e de açúcar.

[86] *O Comércio do Porto*. (20-12-1919).

[87] *O Comércio do Porto*. (3-5-1919).

[88] *O Comércio do Porto*. (22-5-1919). A greve continuou durante grande parte do mês de Junho, atingindo momentos de grande violência, como em 29 de Maio, em que a repressão policial provocou dois mortos e vários feridos - *O Comércio do Porto*. (30-5-1919).

[89] *O Comércio do Porto*. (27-5-1919). Só terminou em 17 de Junho - *O Comércio do Porto*. (18-6-1919).

[90] *O Comércio do Porto*. (28-519-19). Em algumas fábricas, os operários só voltaram ao trabalho no início de Julho, após os patrões aceitarem o horário de 8 horas - *O Comércio do Porto*. (5-7-1919). Mas, nas principais fábricas da cidade, a greve dos metalúrgicos continuou, pelo menos, até ao início de Setembro - *O Comércio do Porto*. (5-9-1919).

[91] *O Comércio do Porto*. (31-5-1919). A greve terminou em 3 de Junho - *O Comércio do Porto*. (4-6-1919).

[92] *O Comércio do Porto*. (7-6-1919), (19-6-1919).

[93] *O Comércio do Porto*. (13-6-1919).

[94] *O Comércio do Porto*. (26-6-1919). A greve foi marcada por alguns episódios de violência, repressão policial e intervenção do Governador Civil, procurando pôr fim ao conflito. Foram mobilizados praças da Manutenção Militar da Póvoa de Varzim, para que não faltasse pão na cidade - *O Comércio do Porto*. (1-7-1919). Numa reunião no Governo Civil, os donos das padarias e os trabalhadores chegaram a um acordo para terminar a greve, mas no início de Agosto vários industriais ainda não cumpriam esse acordo - *O Comércio do Porto*. (2-8-1919).

[95] *O Comércio do Porto.* (19-6-1919).

[96] *O Comércio do Porto*. (28-6-1919).

[97] TEODORO, 2014:577.

nomeadamente dos Caminhos de Ferro[98] e da Carris[99]. Até ao final do ano, decorreriam muitas outras greves: funileiros[100], operários de fábricas de botões[101], de calçado[102] e de guarda-sóis[103], empregados dos talhos[104], trabalhadores da Fábrica de Instrumentos Musicais[105], descarregadores de bacalhau[106], carpinteiros[107], jardineiros[108], fabricantes de vassouras[109], trabalhadores do cabo aéreo de S. Pedro da Cova[110] e outros.

A criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT), que sucedeu à União Operária Nacional (UON), no Congresso Operário de Coimbra, em 13-15 de Setembro, veio reforçar a organização sindical, com a constituição de sindicatos únicos em diversas profissões, por fusão de associações de classe. Liderada pelo anarco-sindicalista portuense, Manuel Joaquim de Sousa, e dispondo de um jornal diário de ampla difusão, *A Batalha*, a CGT impulsionou a radicalização dos movimentos laborais. No Porto, onde os anarco-sindicalistas tinham grande implantação no movimento operário[111], a ideia de greve geral, já avançada no comício de 14 de Outubro contra a carestia de vida, concretizar-se-ia em Janeiro de 1920, sendo declarado o estado de sítio na cidade, encerradas sedes sindicais e presos vários militantes operários[112].

VIDA CULTURAL E SOCIABILIDADES PORTUENSES

As vicissitudes políticas que marcaram o quotidiano da cidade em 1919, a par da intensa agitação das classes trabalhadoras, não parecem ter enfraque-

[98] A greve foi declarada à escala nacional em 2 de Julho - *O Comércio do Porto*. (3-7-1919) e envolveu vários episódios de violência, com a prisão de grevistas - *O Comércio do Porto*. (4-7-1919) -, substituição de trabalhadores - *O Comércio do Porto*. (5-7-1919) -, etc., só terminando no início de Setembro - *O Comércio do Porto*. (2-9-1919). Sobre esta greve dos ferroviários, veja-se MEDEIROS, 1978:183-195; PEREIRA, 2011:129-132.

[99] Desde 28 de Julho - *O Comércio do Porto*. (29-7-1919).

[100] *O Comércio do Porto*. (2-7-1919). A greve terminou logo a seguir, pois os patrões concederam as 8 horas de trabalho - *O Comércio do Porto*. (4-7-1919).

[101] Onde o patrão baixara os salários - *O Comércio do Porto*. (8-7-1919).

[102] *O Comércio do Porto*. (20-7-1919).

[103] *O Comércio do Porto*. (24-7-1919).

[104] A 1 de Agosto, a greve durou apenas algumas horas, já que os patrões atenderam a reivindicação de aumento salarial - *O Comércio do Porto*. (2-8-1919). Mas, alguns dias depois, a greve continuava em alguns talhos, o que deixa supor que nem todos os patrões cumpriram o aumento de salários acordado - *O Comércio do Porto*. (10-8-1919).

[105] *Idem*, *ibidem*.

[106] *O Comércio do Porto*. (6-9-1919).

[107] A greve, iniciada em 22 de Setembro, reivindicava as 8 horas de trabalho e o aumento de salários - *O Comércio do Porto*. (21-9-1919).

[108] *O Comércio do Porto*. (3-10-1919).

[109] *O Comércio do Porto*. (9-10-1919).

[110] *O Comércio do Porto*. (10-10-1919).

[111] PEREIRA, 2013:117.

[112] TEODORO, 2014:103 e 580.

cido a vida cultural e social do Porto. Antes pelo contrário. Já atrás aludimos à revivescência dos centros republicanos, socialistas e libertários, muitos dos quais eram não só espaços de acção política mas também de intensa sociabilidade[113], promovendo diversas iniciativas culturais, conferências, cursos, debates, edições, saraus musicais ou teatrais, excursões, etc., assumindo um papel importante na formação e na vida cívica de muitos portuenses. Mas a vida cultural e social no Porto de 1919 estava longe de se limitar a esses centros. Mesmo numa sondagem breve, seria impossível dar nota da multiplicidade de espaços, grupos e iniciativas que ora diferenciavam ora aproximavam os portuenses.

Seria fastidioso elencar aqui as livrarias, tipografias e editoras do Porto desta época e, ainda mais, a respectiva actividade editorial. Já nos referimos à Renascença Portuguesa. Entre muitas outras, poder-se-iam destacar a Livraria Editora Chardron, de Lello & Irmão, instalada no belo edifício da Rua dos Carmelitas desde 1906, a Imprensa Social, da Casa do Povo Portuense, na Rua de Camões desde 1914, a Companhia Portuguesa Editora, a Imprensa da Enciclopédia Portuguesa, as tipografias Central, Progresso, Costa Carregal, Mendonça, as Oficinas do Comércio do Porto, a Livraria de J. Pereira da Silva, a Civilização… Apesar da extensão do analfabetismo, a leitura era um hábito regular de muitos portuenses, a avaliar pelas sucessivas edições de algumas obras, para já não falar das dezenas de jornais que então se publicavam no Porto[114], seis deles diários – *O Comércio do Porto*, o *Jornal de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro*, *A Montanha*, *O Norte* e *O Debate*[115] –, além da distribuição de diversos jornais da capital.

Por esta altura, o Porto, berço do cinema em Portugal, continuava a acarinhar a sétima arte. É certo que a aventura de manter uma indústria cinematográfica, sonho de Alfredo Nunes de Matos, com a construção dos Estúdios Invicta Film (1918-1924) e a aposta num modelo de cinema nacional, baseado em romances portugueses, não teve o êxito financeiro esperado. A popularidade dos filmes realizados pelo francês Georges Pallu, como *A Rosa do Adro* e as médias metragens *O Comissário da Polícia* e *O Mais Forte*, estreados, respectivamente, em Julho e em Novembro de 1919, no Jardim Passos Manuel, não evitou a falência da Invicta poucos anos depois[116]. Mas o número significativo de cinematógrafos, muitos deles combinando

[113] ALMEIDA, 2015:148-156. A esses espaços poderíamos acrescentar as 13 lojas maçónicas que estavam activas na cidade em 1919, reunindo mais de 800 obreiros, quase todos da elite republicana, com grande influência na vida política, económica e social – ALMEIDA, 2015:120-147.

[114] Para uma análise da imprensa portuense, veja-se FERNANDES, 1978.

[115] Até ao início de Fevereiro de 1919, publicou-se também o vespertino monárquico *Pátria*, mas o seu envolvimento na preparação da Monarquia do Norte levaria à sua extinção.

[116] CORDEIRO, 2010:105.

essa função com outras artes do palco, desde o teatro à música ou à dança e a espetáculos de variedades, com sessões regulares e grande afluência de público, revela bem a sua importância entre os espaços culturais da cidade[117]. Além do já referido Jardim Passos Manuel, as escolhas podiam variar entre o Teatro Nacional (mais tarde transformado no Rivoli), o Sá da Bandeira, o Carlos Alberto, o Águia de Ouro, o High Life, o Salão Jardim Trindade ou o Gil Vicente, no Palácio de Cristal. Por vezes, havia sessões ao ar livre[118]. A adesão dos portuenses ao cinema revela-se ainda na publicação de revistas especializadas. Em 1919, por iniciativa de Alberto Armando Pereira, começou a editar-se *Porto Cinematográfico*, que duraria até 1925.

O teatro rivalizava em popularidade com o cinema, nessas ou em outras salas. Em 1919, merecem referência especial, por razões bem diferentes, dois teatros do Porto. Um deles, o Éden Teatro, na Rua Alexandre Herculano, por ter sido utilizado pelos monárquicos para prisão, julgamento e tortura de republicanos e outros opositores à Monarquia do Norte[119], o que o tornou um dos alvos da fúria popular, aquando da restauração da República[120]. Outro teatro histórico do Porto, o S. João, na Praça da Batalha, teve destino inverso, renascendo das cinzas. No lugar do velho teatro lírico, destruído por um incêndio em 1908, foi construído um novo edifício, projectado pelo arquitecto Marques da Silva, pronto para reabrir ao público em meados de 1919[121], mas só reinaugurado em 7 de Março de 1920, com a *Aida*, de Verdi, interpretada pela Companhia de Ópera Italiana[122].

Vale a pena referir, ainda, que as representações teatrais juntavam actores amadores e públicos em muitas outras salas espalhadas pela cidade, sobretudo nas colectividades populares, algumas das quais se afirmavam também como «grupos dramáticos» e promoviam diversas iniciativas que propiciavam a convivialidade quotidiana de muitos associados. Refiro apenas, entre muitos outros, o Grupo Dramático Beneficente Mocidade da Arrábida, ainda hoje activo: além das suas atividades regulares, comemorou, em 15 de Agosto, o seu quarto aniversário com um programa que incluiu a tradicional alvorada e fogo-de-artifício, distribuição de esmolas aos pobres, uma sessão solene, um sarau dançante e, à noite, a iluminação exterior do edifício e um espectáculo com o drama *Cenas do Mundo*[123].

[117] CORREIA, 1993.

[118] Como aconteceu, por exemplo, na Avenida das Tílias, no Palácio de Cristal, em 13-9-1919, ou na Praça Liberdade, na comemoração da implantação da República, em 5-10-1919 - *O Comércio do Porto*. (14-9-1919), (4-10-1919).

[119] OLIVEIRA,1919:5-7; LIMA, 1920:49-76.

[120] *O Comércio do Porto*. (18-2-1919).

[121] *O Comércio do Porto*. (9-7-1919).

[122] MOREIRA, 2017:52.

[123] *O Comércio do Porto*. (15-8-1919).

Com maior capacidade económica dos seus associados, os clubes burgueses dispunham, na maioria dos casos, de amplas instalações para a realização de actividades culturais e de lazer: gabinetes de leitura, espaços de convívio e de refeições, salas de jogo, salões para conferências, exposições, saraus literário-musicais e *soirées* dançantes. Alguns tinham já uma longa história. Com mais de 2 mil associados, o mais activo e frequentado era o Ateneu Comercial do Porto, que completou em Agosto as suas bodas de ouro, organizando grandes festejos entre 29 e 31 desse mês, incluindo alvorada com duas bandas de música pelas ruas centrais da cidade, concertos, abertura ao público das suas instalações, bodo aos pobres, concurso de montras, sessão solene, iluminação do edifício e da Rua Passos Manuel, lançamento da primeira pedra do monumento a Almeida Garrett, na Avenida das Nações Aliadas, almoço de confraternização dos sócios no Palácio de Cristal, que se prolongou pela tarde e noite, com sessões de cinema e marionetes e um festival nocturno com música e espectáculo de pirotecnia[124]. Outros clubes da cidade organizavam vários eventos, como a Assembleia Comercial Portuense, com *soirées* dançantes todos os meses, o Clube Portuense, «o mais distinto e aristocrático clube do Porto»[125], ou o Clube Fenianos Portuenses. No entanto, em 1919, estes dois últimos, por razões diversas, reduziram a sua intensa actividade à realização de projectos e obras das suas novas sedes. Os Fenianos, cuja sede na Batalha fora alvo da fúria trauliteira, optaram por adquirir à Câmara um vasto terreno no topo poente da Avenida das Nações Aliadas, onde viriam a construir a sua nova sede, cujo projecto, da autoria do arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira, foi apresentado, publicamente, no início de dezembro[126]. Por essa altura, já o Clube Portuense ultimava as obras no Palácio Vizela, esperando inaugurar a nova sede em 1920[127]. Refira-se, ainda, que, no final de 1919, foi inaugurado um novo clube, o Splendid Club, na Rua de Santa Catarina[128].

A par dos centros, clubes e colectividades, outros espaços da cidade ofereciam oportunidades de lazer e de sociabilidade a públicos mais vastos. O mais importante continuava a ser o Palácio de Cristal, frequentado sobretudo pelas classes médias e pelas elites portuenses. O restaurante, onde se organizavam, muitas vezes, jantares-concerto e chás dançantes, reunia "numerosas pessoas de distinção"[129]. Além das exposições – eram particular-

[124] PEREIRA e PEREIRA, 1995:109-110, 128-129.
[125] *O Comércio do Porto*. (23-12-1919).
[126] *O Comércio do Porto*. (9-12-1919).
[127] *O Comércio do Porto*. (27-12-1919.
[128] *O Comércio do Porto*. (25-12-1919).
[129] Como aconteceu, por exemplo, no "chá-tango" de 18 de Dezembro, uma 5.ª feira, animado pelos "danseurs parisienses" Mimi Fritz e Gerardo - *O Comércio do Porto*. (20-12-1919).

mente concorridas as exposições de flores, nomeadamente de crisântemos e de rosas[130] – e outras actividades, como a patinagem, realizadas na nave central, o Palácio era um lugar de passeio público nos seus magníficos jardins e de encontros amorosos nos seus recantos, mantendo uma animação cultural regular e variada no cinematógrafo (Gil Vicente), na Galeria Nacional de Belas Artes e no Museu Industrial. No Verão, eram também muito populares os espectáculos de marionetes.

No período da República, como tem sido salientado por diversos autores, a democratização do desporto, e particularmente do futebol[131], não só multiplicava os praticantes e os clubes como enchia os campos de jogo com adeptos entusiastas. A guerra fizera abrandar essa tendência, mas, logo em 1919, era visível a "renovação". No caso portuense, destacava-se já a superioridade do Futebol Clube do Porto face aos outros clubes (entre os quais o Boavista e o Salgueiros). Outras modalidades, como o tradicional *lawn tennis*, acarinhado pela comunidade britânica, ou os desportos náuticos (regatas, *water polo*, natação, etc.), em que sobressaía o Fluvial, mas também o hipismo e o ciclismo, despertavam grande interesse dos portuenses.

Mesmo numa abordagem breve, não poderíamos omitir, entre os lazeres portuenses, os que se relacionavam com as muitas festividades tradicionais, de carácter religioso, mas com atractivos mundanos, desde os arraiais aos excessos gastronómicos e aos não menos excessivos consumos de vinho, que animavam alegrias esfusiantes ou desacatos. Especialmente entre o final da Primavera e o início do Outono, muitos portuenses participavam em numerosas festividades, na cidade ou nos concelhos vizinhos, como Senhor da Pedra, Santa Ana de Oliveira (em Oliveira do Douro), Senhora da Assunção (na Serra do Pilar), Senhora da Saúde (na Arca de Água), S. Bartolomeu (na Foz), Senhor Jesus do Além (em Gaia), Senhora da Conceição de Monchique (em Massarelos), Senhor de Matosinhos… Em meados de Junho, *O Comércio do Porto* noticiava a animação de romeiros portuenses que se deslocavam ao Senhor da Pedra, em Miramar:

> Logo às primeiras horas de domingo, todas as ruas do Porto começaram a ter um movimento desusado, notando-se já diversos grupos de populares que, desejosos de autogozarem as delícias da romagem, mas também de qualquer forma suavizarem o sacrifício do longo trajecto a percorrer, lançavam à brisa matinal os seus descantes e as suas guitarradas características, acordando o silêncio da madrugada com o eco das cantigas mais em voga no ambiente popular e pondo uma nota original e extravagante na habitual pacatez de uma

[130] Veja-se, por exemplo, o documentário *Exposição de rosas no Palácio de Cristal*. Filmes Castello Lopes, 1919. Disponível *on-line* no *site* da Cinemateca Portuguesa: http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=2708&type=Video. Acesso em 20.03.2019.

[131] Veja-se, por exemplo, COELHO e PINHEIRO, 2002; PEREIRA, 2018.

madrugada domingueira nesta tranquila cidade sempre fiel ao seu tradicionalismo. / Mais tarde, pela ponte fora, em direcção a Vila Nova de Gaia, o aspecto da multidão era então interessantíssimo, merecendo especial reparo vários char-à-bancs adornados de flores e folhagens e ajoujados de povo numa alegria verdadeiramente saudável, consoladora, espontânea, nascida da alma popular e, como ela, simples e despreocupada[132].

Mas a principal festa da cidade era, como hoje, o S. João, por tradição e por ser o feriado municipal escolhido pelos portuenses em 1911[133]. Na noite de 23 para 24 de Junho, a maioria dos portuenses saía à rua, muitas vezes em rusgas que deambulavam por diversos pontos da cidade, em especial pelas zonas populares, onde se multiplicavam os festejos, com bailaricos e locais de petiscos e bebidas: Taipas e Belmonte, Bonjardim, Fontinha, Malmerendas, S. Victor, Monte Aventino, Largo da Sé, Campo Pequeno, Fontainhas, Palácio de Cristal, Passeio Alegre... Em 1919, o São João decorreu com um "calor sufocante", que juntou uma multidão nas Fontainhas, para "ver nascer o dia". No Palácio de Cristal, terão estado mais de 10 mil pessoas[134].

Em contrapartida, as festas de São Pedro, outrora tão populares, sobretudo em Miragaia, tinham perdido importância na cidade, mas continuavam a atrair muitos foliões ao arraial da praia da Afurada. Em 1919, a festa acabou em tragédia. Na manhã de 29 de Junho, naufragou uma bateira que transportava 13 pessoas da Afurada para o cais do Bicalho, 9 das quais morreram afogadas[135].

Outros espaços de encontro e convivialidade propiciavam a muitos portuenses momentos de lazer quotidiano ou sazonal, desde os cafés, cervejarias e tabernas aos locais de veraneio e passeatas na Foz, Matosinhos, Leça, Granja ou Espinho, estes mais limitados às elites, ou às populares excursões e ao que chamaríamos hoje de turismo gastronómico. E muito mais…

NOTA FINAL

Um percurso mais longo pelo Porto de 1919 levar-nos-ia por esses e outros caminhos, que não tive tempo de trilhar aqui. Numa análise breve, a observação de uma cidade deixa sempre muitos recantos por sondar, ambientes, acontecimentos, processos, ideias, tendências, relações, modos de viver, mais ou menos visíveis ou escondidos. Sem preocupações de exaustividade, mas tentando compreender o sentido plural e complexo da cidade e das suas gentes, pretendi apenas alinhar um conjunto de notas sobre diversos aspectos que terão marcado, com maior ou menor intensidade, a vida dos portuen-

[132] *O Comércio do Porto*. (17-6-1919).
[133] SILVA, 2011.
[134] *O Comércio do Porto*. (24-6-1919), (26-6-1919).
[135] *O Comércio do Porto*. (8-7-1919).

ses em 1919. Neste percurso, beneficiei de vários estudos monográficos dos muitos investigadores que se têm debruçado sobre a história do Porto neste período, e muitos mais poderia ter utilizado. A leitura de algumas fontes hemerográficas, em especial do diário *O Comércio do Porto*, possibilitou-me aprofundar um ou outro ponto, numa cronologia mais fina, para perceber os principais acontecimentos que eram notícia na imprensa generalista.

Nota: Por opção do autor, este texto não segue o acordo ortográfico de 1990.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo (2015) – *A Maçonaria no Porto durante a 1.ª República*. Lisboa: Chiado Editora.

ALVES, Jorge Fernandes (2012) – *A Universidade na República, a República na Universidade: a UP e a I República*: *1910-1926*. Porto: U.Porto Edições.

BRANDÃO, Raul (2000) – *Memórias. Tomo III - Vale de Josafat*. Lisboa: Relógio d'Água.

BRAUDEL, Fernand (1958) – Histoire et sciences sociales: la longue durée. *Annales E. S. C.* (Out.-Dez.) 725-753.

BRITO, André Santos (2016) – *A Conflitualidade social na cidade do Porto no período da Grande Guerra: 1914-1919*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

CARDOSO, José Luís; ROCHA, Maria Manuela (2009) – O Seguro social obrigatório em Portugal, 1919-1928: acção e limites de um Estado previdente. *Análise Social*. 44:192, 439-470.

COELHO, João Nuno; PINHEIRO, Francisco (2002) – *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2010) – *História do Porto. Vol. 13 - Desafios à* República*: cidade inconformada e rebelde*. Matosinhos: Quid Novi.

CORREIA, Fausto Rafael dos Santos Teles (2016) – *Os Socialistas portuenses e a Grande Guerra*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

CORREIA, Sílvia (2011) – A Junta Patriótica do Norte: um projecto republicano de rememoração da I Guerra Mundial em Portugal. *CEM: Cultura, Espaço e Memória*. 2, 33-50.

CORREIA, Victor Manuel Miranda (1993) – *O Cinema no Porto, 1893--1935*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea.

FERNANDES, Raul de Matos (1978) – *Jornais do Porto: 1896-1925*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

FERREIRA, Pedro Soares (2011) – *Entre o terror e a esperança: a Revolução Russa na sociedade portuguesa: 1917-1921*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre (2013) – *Roteiros da Memória Urbana - Porto: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Edições Colibri.

GUICHARD, François (1994) – O Porto no século XX. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p. 523-637.

LEAL, Ernesto Castro (2000) – Narrativas e imaginários da 1.ª Grande Guerra: "O Soldado-Saudade" português nos "nevoeiros de morte". *Revista de Historia das Ideias*. 21, 441-460.

LIMA, Campos (1920) – *No Reino da Traulitânia: 25 dias de reacção monárquica no Porto*. 2.ª ed. Porto: Renascença Portuguesa.

MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. (1978) – *História da 1.ª República Portuguesa: as estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

MARTINS, Conceição Andrade (1990) – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

MATOS, Fátima Loureiro de (1994) – Os Bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*. 29:127, 677-695.

MATOS, Fátima Loureiro de (2015) – Da implantação da República à Primeira Guerra: as primeiras tentativas de resolução do problema habitacional das classes operárias. In PEREIRA, Gaspar Martins [*et al*.]. – *A Grande Guerra, 1914-1918: problemáticas e representações*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, p. 369-381.

MEDEIROS, Fernando (1978) – *A Sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo.

MOREIRA, Joana Miguel (2017) – *O Teatro no Porto no período entre guerras: os teatros Carlos Alberto e São João (1914-1945)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

NORA, Pierre (1977) – O Regresso do acontecimento. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre, org. – *Fazer História*. Lisboa: Bertrand, vol. 1, p. 243-262.

OLIVEIRA, César (1990) – *O Operariado e a Primeira República, 1910-1924*. Lisboa: Alfa.

OLIVEIRA, Manuel Caetano de (1919) – *Durante a Monarquia dos Trauliteiros: de 19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919: Depoimento duma vítima*. Porto: Tip. Central.

PAQUOT, Thierry (1992) – Introduction. In RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry, dir. – *Villes et civilisation urbaine, XVIIIe-XXe siècles*. Paris: Larousse, p. 11-17.

PERALTA GARCÍA, Beatriz (2009) – *La Cultura obrera en Portugal: teatro y socialismo durante la Primera República (1910-1926)*. Mérida: Junta de Extremadura; Editora Regional de Extremadura.

PEREIRA, Gaspar Martins (1995) – *Famílias portuenses na viragem do século: 1880-1910*. Porto: Edições Afrontamento.

PEREIRA, Gaspar Martins (2002) – *Eduardo Santos Silva: cidadão do Porto*. Porto: Campo das Letras.

PEREIRA, Gaspar Martins (2011) – As Ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX. In SANTOS, Carlota, coord. – *Família, espaço e património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, p. 477-493.

PEREIRA, Gaspar Martins (2021) – *Sociedade dos Vinhos Borges: uma história secular*. Rio Tinto: Sociedade dos Vinhos Borges. [No prelo]

PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena, coord. (1995) – *Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto: 1869-1994*. Porto: Ateneu Comercial do Porto.

PEREIRA, Joana Dias (2009) – A Ofensiva operária. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 421-440.

PEREIRA, Joana Dias (2011) – *Sindicalismo Revolucionário: a História de uma idéa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

PEREIRA, Joana Dias (2013) – Anarcossindicalismo. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 1, p. 114-122.

PEREIRA, Miriam Halpern (1999) – As Origens do Estado-providência em Portugal: as novas fronteiras entre o público e o privado. In *A Primeira República Portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, p. 47-76.

PEREIRA, Ricardo Costa (2018) – *O Futebol português durante a I República: 1910-1926*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento em História.

PIMENTEL, João Sarmento (1974) – *Memórias do capitão*. 2.ª ed. Porto: Editorial Inova.

PINA, André Costa (2018) – *A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

PINTO, Ana Catarina (2011) – *A Primeira República e os conflitos da modernidade, 1919-1926: a esquerda republicana e o bloco radical*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

PINTO, Ana Isabel Ferreira (2012) – *Da arquitectura de Marques da Silva e Oliveira Ferreira: para um retrato portuense nas primeiras décadas do século XX*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (1971) – *A Cidade do Porto: súmula estatística: 1864-1968*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

PRATA, Ana (2011) – *Políticas portuárias na I República: 1880-1926*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

QUEIROZ, António José (2012) – *José Domingues dos Santos: o defensor do povo: 1887-1958*. Lisboa: Assembleia da República.

QUINTELA, João G. P. (1976) – *Para a história do movimento comunista em Portugal. 1 - A Construção do partido: 1.º período 1919-1929*. Porto: Edições Afrontamento.

RESENDE, Nuno (2019) – A Monarquia do Norte (1919): um "ensaio-retrato". *Brotéria*. 188 (Fev.) 283-305.

RONCAYOLO, Marcel (1986) – Cidade. In ROMANO, Ruggiero, ed. – *Enciclopédia Einaudi*. *Vol. 8 - Região*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 396-487.

ROSSUM, Arnold Arie van (2011) – *A Questão das subsistências no Porto, no período da Grande Guerra*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

SAMARA, Alice (2013) – Confederação Geral do Trabalho. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 1, p. 830-833.

SAMARA, Alice; PIRES, Ana Paula (2014) – Greves e movimentos grevistas. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 2, p. 189-198.

SANTOS, Cândido dos (2011) – *História da Universidade do Porto*. Porto: UP Editorial.

SANTOS, Miguel Dias (2010) – *A Contra-revolução na I República: 1910-1919*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SANTOS, Miguel Dias (2014) – Monarquia do Norte. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 2, p. 991-995.

SEIXAS, Paulo Castro (2008) – *Entre Manchester e Los Angeles: ilhas e novos condomínios no Porto*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

SILVA, Germano (2011) – Leitores JN votaram S. João para feriado. *Jornal de Notícias*. (17 jun.).

SILVA, José (1971) – *Memórias de um Operário*. Porto: [s. n.], vol 1.

SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa (2018) – A Epidemia da

pneumónica em Portugal no seu tempo histórico. *Ler História*. 73, 45-66.

SOUSA, Fernando de, coord. (2013) – *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto: 1822-2013*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

SOUSA, Fernando de (1984) – *Banco Borges & Irmão, 1884-1984: uma instituição centenária*. Porto: Banco Borges & Irmão.

SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes (2001) – *Os Transportes Colectivos do Porto: perspectiva histórica*. Porto: STCP – Serviço de Transportes Colectivos do Porto.

SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes (2002) – *Leixões: uma história portuária*. Leça da Palmeira: Administração dos Portos do Douro e Leixões.

SOUSA, Manuel Joaquim de (1974) – *O Sindicalismo em Portugal*. 4.ª ed. Porto: Edições Afrontamento.

TAVARES, Domingos (2016) – *António Correia da Silva, arquitecto municipal*. Porto: Dafne Editora; CEAU.

TELO, António José (2011) – *Primeira República. II – Como cai um regime*. Lisboa: Editorial Presença.

TEODORO, José Miguel de Jesus (2014) – *A Confederação Geral do Trabalho: 1919-1927*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Doutoramento em História.

TIAGO, Maria da Conceição (2010) – Bairros sociais da I República: projectos e realizações. *Ler História*. 59, 249-272.

VALENTE, Vasco Pulido (2006) – *Um Herói português: Henrique Paiva Couceiro, 1861-1944: biografia*. Lisboa: Aletheia Editores.

VALÉRIO, Nuno (2013) – Bancos e sistema bancário. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 1, p. 375-379.

VIEIRA, Alexandre (1974) – *Para a história do sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova.

LÚCIA MARIA CARDOSO ROSAS, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS
CITCEM – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR "CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA"
MARIA LEONOR BOTELHO, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS
CITCEM – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR "CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA"

AARÃO DE LACERDA E A HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA ROMÂNICA PORTUGUESA

INTRODUÇÃO

Entre 1916 e 1918 Aarão de Lacerda desloca-se várias vezes à Ermida de Paiva (Castro Daire) para conhecer e estudar aquela construção românica. O estudo da Ermida fora-lhe solicitado por Virgílio Correia, diretor da revista *Terra Portuguesa: revista ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*. Publicado neste periódico entre 1917 e 1918, com o título *O Templo das siglas: a Igreja da Ermida do Paiva*[1], o texto de Aarão de Lacerda será editado pelo autor em 1919, em monografia onde reúne os artigos anteriormente dados à estampa[2].

Aarão de Lacerda (1890-1947) inicia a sua obra com a descrição e valorização da paisagem onde está situado o antigo mosteiro (fig. 1). A impressão anímica que uma construção românica, ou outra, sempre suscita quando situada em lugar de deslumbramento paisagístico marca as primeiras páginas da obra sobre a Ermida do Paiva. Nesta descrição o autor exalta os valores do campo relativamente aos da cidade, *topos* de larga diacronia já presente na literatura e tratadística greco-romanas. Mas a sua apreciação do monumento ultrapassa aquela impressão anímica, afirmando Aarão de Lacerda que não quer isolar o templo do meio

[1] LACERDA, Aarão de – O Templo das siglas: a Igreja da Ermida do Paiva. In CORREIA, Virgílio, dir. lit. - *Terra Portuguesa: revista ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*. 3:2, 21/23 (out./ /dez. 1917) 220-223; 3:3, 29/30 (1918) 78-80.

[2] LACERDA, Aarão de (1919) – *O Templo das siglas: a Igreja da Ermida do Paiva.* Porto: Edição do Autor. Agradecemos ao Prof. Doutor Nuno Resende a cedência de uma cópia do manuscrito original.

onde os monges o construíram para assim melhor o compreender. Nesta obra sente-se o contacto direto do autor com o monumento, que visitou pela última vez em setembro de 1918[3], tendo improvisado "uma câmara escura e um laboratório com o mínimo de utensílios", tendo tratado "logo de colher, como podia, os apontamentos gráficos necessários para esta monografia"[4].

Fig. 1 – Ermida do Paiva. Implantação. ©Cláudia Cunha

Sendo um dos primeiros estudos monográficos sobre arquitetura românica realizado com rigor metodológico, *O Templo das siglas* configurar-se-á como uma obra seminal de larga fortuna crítica na historiografia sobre o românico em Portugal. O interesse em entender a relação entre o conjunto edificado e o território fará escola na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, muito embora com outros instrumentos de análise e outro entendimento da própria arquitetura (fig. 2). Decorridas mais de cinco décadas, na vasta obra de Carlos Alberto Ferreira de Al-

[3] LACERDA, Aarão de (1919) – *Ob. cit.,* p. 55.

[4] LACERDA, Aarão de (1919) – *Ob. cit.*, p. 20-21. Segundo informação oral que nos foi facultada pelo próprio filho do autor, o Sr. Nuno Lacerda, a 24 de maio de 2013, na UCP-Porto, sabemos que o autor se fazia muitas vezes acompanhar dos filhos e da mulher nestas viagens de estudo (geralmente realizadas aos fins-de-semana) e que estes o auxiliavam segurando espelhos para iluminar os pontos escolhidos para fotografar. Agradecemos a informação, que desconhecíamos.

meida dedicada ao românico estará sempre presente aquela relação. A construção de uma igreja na época da reconquista "com a sua torre e o seu sino, é um verdadeiro sinal de paisagem humana, estruturada e habitada"[5]. Marcando o local de implantação, simbolizando a posse daquele território e a segurança física e espiritual dos seus moradores, a Ermida de Paiva constitui um significativo exemplar da funda ligação entre a arquitetura e o lugar.

Fig. 2 – Ermida do Paiva. Implantação e fachada ocidental da igreja. ©Cláudia Cunha

O mosteiro de Ermida do Paiva, do qual subsiste a igreja e algumas estruturas adjetivas, foi edificado na cumeada de uma pequena elevação a 380 metros de altitude, situada na encosta sul do maciço de Montemuro, próximo da margem direita do rio Paiva[6]. A sua proximidade a linhas de água e a sua situação na meia encosta, entre terras de potencial agrícola e as áreas de monte, aptas à pastorícia, e não longe de manchas de flores-

[5] ALMEIDA, C. A. Ferreira de (1978) – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, p. 176. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[6] ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria Leonor; RESENDE, Nuno (2013) – Ermida do Paiva: reflexões e problemáticas. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto. 12, 248.

ta, revelar-se-iam fundamentais para a subsistência e desenvolvimento do mosteiro[7] (fig. 3).

Fig. 3 – Ermida do Paiva. Cabeceira e fachada norte da nave. ©Cláudia Cunha

CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO

Foi nas duas primeiras décadas do século XX que a historiografia da arquitetura românica começou a dar ao prelo os primeiros textos consagrados a um único edifício. Em 1907, Pedro Vitorino (1882-1944) publica um artigo sobre o mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel)[8], em 1910 dedica-se à Sé do Porto[9] e em 1917 à igreja de Águas Santas (Maia)[10]. No mesmo ano, Aguiar Barreiros (1874-1961) escreve sobre a igreja de Fonte Arcada (Póvoa de Lanhoso)[11] e Virgílio Correia (1888-1944) aborda o mosteiro de Santa Maria de Cárquere (Resende)[12].

[7] CUNHA, Cláudia (2015) – *Ermida do Paiva: arquitetura e escultura*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 7. Dissertação de Mestrado.

[8] VITORINO, Pedro (1907) – Paço de Souza. *Phoenix: revista d'Arte.* Porto. 32-36.

[9] VITORINO, Pedro (1910) – A Cathedral do Porto. *O Tripeiro.* Série 1. 2:63, 423-426.

[10] VITORINO, Pedro (1917) – Águas Santas. *O Comércio do Porto*. 64 (31 mar.).

[11] BARREIROS, Manuel de Aguiar (1917) – A Igreja Romanica de Font'Arcada. *Terra Portuguesa: revista ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*. 3:2, 15/16 (abr./maio) 64-69.

[12] CORREIA, Virgílio (1917) – Nossa Senhora de Carquere. *Terra Portuguesa: revista ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*. 3:2, 15/16 (abr./maio) 56-60.

No ano de 1908 regista-se um dos mais significativos avanços da historiografia portuguesa sobre esta matéria. Da autoria de Manuel Monteiro (1879-1952), o estudo intitulado *S. Pedro de Rates: com uma introdução àcerca da architectura românica em Portugal*[13], influenciará os autores que escreveram sobre o românico português durante o século XX. Dividindo as igrejas românicas em grupos conforme a sua planimetria, entendendo os edifícios nucleares como focos irradiadores e inspiradores de motivos ornamentais glosados noutras igrejas, Manuel Monteiro, conhecedor das obras de André Michel (1853-1925), Camille Enlart (1862-1927) e Émile Mâle (1862-1954), lançou as bases do estudo da arte românica portuguesa que lucidamente desenvolveu em estudos posteriores. O processo analítico e a sistematização das construções românicas por regiões, que Manuel Monteiro desenvolveu, teve uma vasta repercussão nos estudos sobre o românico que marcará todo o século XX.

Em Portugal, é entre 1870 e 1908, que a historiografia do românico dá os seus primeiros passos. É o tempo das primeiras publicações, de alguma indefinição terminológica e da aplicação de metodologias de análise inspiradas, principalmente, na historiografia francesa e espanhola. Em 1870, Augusto Filipe Simões (1835-1884) edita a sua obra *Reliquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, inaugurando a historiografia da arquitetura da época românica em Portugal. Neste primeiro estudo, os edifícios românicos, então denominados de *romano-byzantinos,* adquirem uma autonomia formal e cronológica. A. F. Simões foi o primeiro autor a estudar as construções românicas como objetos artísticos diversos até então quase sempre incluídos no estilo gótico, e a distingui-los do estilo *ogival*. Estudo esclarecido, na sua obra o autor prefere a designação *francesa* de estilo *romano-bizantino,* que lhe parece mais ajustada com a *genealogia* da arquitetura praticada na Europa desde o início do século XI, embora refira o termo *românico* "bem como dizem os hespanhoes" e o adjetivo português que melhor lhe corresponde: *romão.* O método que utiliza para datar as igrejas românicas é o da comparação de elementos como a planimetria, disposição de alçados internos, a localização de torres, etc., em lição bem assimilada nas obras de Arcisse de Caumont (1801-1873) *L'Architecture religieuse au Moyen Âge* (1824), *Cours d'antiquités monumentales* (1831-1843) e *Abécédaire ou Rudiment d'archeologie* (1850) e de Fernand de Dartein (1839-1912), *Étude sur l'architecture lombarde et sur les origines de l'architecture romano-byzantine* (1858)[14]. Se o estudo da arquitetura gótica mais

[13] MONTEIRO, Manuel (1908) – *S. Pedro de Rates: com uma introdução àcerca da architectura românica em Portugal*. Porto: Imprensa Nacional.

[14] ROSAS, Lúcia (1995) – *Monumentos pátrios: a arquitetura religiosa medieval: património e restauro, 1835-1928*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 97-98. Tese de Doutoramento. 2 vol. (ed. policopiada).

cedo se define, principalmente em Inglaterra e na Alemanha, onde se registam estudos rigorosos mas também a projeção de mitos que ainda hoje enformam o conhecimento sobre a arquitetura medieval, será somente na segunda década do século XIX que a arquitetura românica recebe designação própria sendo entendida na sua alteridade relativamente ao gótico[15].

A realização da primeira grande exposição temática dedicada à arte românica em Portugal (1914 – Ateneu Comercial do Porto) constituiu um marco significativo da divulgação e valorização das construções românicas. Foi esse o significado da conferência inaugural e das fotografias expostas. Quatro anos mais tarde, em publicação inédita no contexto da historiografia da arte portuguesa, é editada a obra *Arte Românica em Portugal* (1918), onde figuram as imagens expostas[16]. A estes dois acontecimentos associam-se os nomes de Joaquim Vasconcelos (1839--1946) e de José Marques Abreu (1879-1958), o primeiro como autor da conferência inaugural, o segundo como autor das fotografias expostas e posterior edição da obra monumental. Os anos compreendidos entre 1908 e 1918 surgem, pois, no panorama da historiografia do românico português como definidores de um período não só de afirmação concetual mas também de valorização da arte românica[17].

AARÃO DE LACERDA: PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Aarão Soeiro Moreira de Lacerda, Doutor em Letras - Ciências Históricas, foi um dos mais insignes e destacados professores da primeira Faculdade de Letras do Universidade do Porto[18]. Foi regente das cadeiras de História Geral da Arte, Arqueologia Artística Geral e Arqueologia Artística Portuguesa.

Entre os títulos que publicou destacam-se as obras:

- Arte. In PERES, Damião, dir. lit.; CERDEIRA, Eleutério, dir. art. – *História de Portugal.* Edição monumental comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade. Porto: Portucalense Editora, 1929, vol. 2, p. 616-708;

- Para a história das artes plásticas em Portugal durante os séculos XII, XIII e XIV. In *Congresso do Mundo Português: memórias e comunicações apresenta-*

---

[15] BOTELHO, Maria Leonor (2013) – *A Historiografia da arquitectura da época românica em Portugal: 1870-2010.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, p.13-142.

[16] VASCONCELOS, Joaquim de (1918) – *A Arte Românica em Portugal.* Texto de Joaquim de Vasconcellos com reproducções seleccionadas e executadas por Marques Abreu. Porto: Edições Illustradas Marques Abreu.

[17] De facto, através da publicação de duas obras nucleares, que inauguram e encerram este intervalo temporal, ficam definidas as grandes linhas de investigação sobre as quais irão assentar os restantes estudos da historiografia do românico português.

[18] Aarão Soeiro Moreira de Lacerda. In *Docentes e estudantes da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20aarão%20de%20lacerda [acesso 19-5-2013].

das ao Congresso de História Medieval (II Congresso). Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, vol. 2, p. 549-583;

- *História da Arte em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1942, vol. 1.

O TEMPLO DAS SIGLAS: A IGREJA DA ERMIDA DO PAIVA

Todavia, é na publicação *O Templo das siglas: a Igreja da Ermida do Paiva* que Aarão de Lacerda apresenta uma abordagem mais inovadora, realizando um dos primeiros estudos monográficos rigorosos sobre a arquitetura românica e o primeiro sobre o monumento (fig. 4).

Aarão de Lacerda organizou o seu texto em cinco capítulos que expressam a preocupação em compreender o património arquitetónico no espaço e no tempo: I. O Templo e a Paisagem; II. Subsídios para a História do Monumento; III. O Monumento; IV. Velhas Relíquias do Templo das Siglas; V. Foral e Velhas Tradições.

Fig. 4 – Ermida do Paiva. Siglas. Fachada sul da nave. ©Cláudia Cunha

Depois da descrição da envolvente do mosteiro, Aarão de Lacerda prossegue com uma breve referência à literatura de caráter memorialista, eivada de tradições e incertezas quanto à fundação e à Ordem monástica da comunidade. O autor esclarece estas dúvidas com a leitura de uma inscrição de 1160 que refere o nome de Roberto, considerando ser essa a data de construção do templo e D. Roberto o seu fundador, já que nos *Anais da Ordem Premonstratense* surge o

seu nome como o fundador do mosteiro. Como já esclareceu Mário Barroca, a inscrição funerária de D. Roberto data de 1160, estando gravada na face exterior da cabeceira junto ao arranque da parede sul da nave. Embutido no solo, no espaço correspondente ao da epígrafe conserva-se um sarcófago antropomórfico, provavelmente o túmulo de D. Roberto, que a epígrafe assinala[19]. Como refere Cláudia Cunha, a presença dos cónegos de Prémontré em Portugal foi objeto de atenção por parte de vários historiadores, tendo José Mattoso chamado a atenção, na década de sessenta do século XX, para o facto de a história desta Ordem Religiosa ser entre nós "muito obscura" dada a escassez de fontes. Mais recentemente, Saul António Gomes sublinhou novamente este aspeto, afirmando que a fixação dos Premonstratenses em Portugal se deu em contexto de dificuldades e que esta Ordem apresenta, aparentemente, um caráter marginal no contexto histórico do monaquismo português[20]. Provavelmente por se encontrar encoberta por camadas de cal, Aarão de Lacerda não faz qualquer menção à epígrafe pintada a tinta ocre no tímpano do portal sul. Assinalando a sagração da igreja pelo bispo de Lamego, D. Paio, em 1214, esta epígrafe menciona, de forma explicita, a presença de um presbítero da Ordem premonstratense[21] (fig. 5).

Fig. 5 – Ermida do Paiva. Tímpano do portal sul com inscrição de 1214. ©Cláudia Cunha

[19] BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 4 vol., insc. n.º 105.

[20] CUNHA, Cláudia (2015) – *Ob. cit.*, p. 11.

[21] BARROCA, Mário Jorge – *Ob. cit,* insc. n.º 273.

O conhecimento da bibliografia coeva e do próprio conceito de românico estão bem patentes na obra de Aarão de Lacerda. Concordando com Vicente Lampérez y Romea (1861-1923)[22], afirma que, apesar de num determinado momento começar a cronologia no ogival, não acaba contudo a do românico, demonstrando uma notável lucidez relativamente à sincronia dos fenómenos artísticos. É neste sentido que critica quem classifica de "gótico um monumento só por que êle possui na porta principal o simples ogivado das arquivoltas"[23]. A cultura artística de Aarão de Lacerda também se respalda no pensamento de autores nacionais. Em 1942 considerará que, para o estudo do românico em Portugal, o texto de Manuel Monteiro editado em 1908 é de grande valia. Caracteriza-o como "lúcida síntese àcêrca da arquitectura românica em Portugal, ainda hoje cheia de actualidade que uma nova edição tornará mais completa"[24].

Aarão de Lacerda apreciou a arquitetura e a escultura arquitetónica da Ermida à luz de modelos nacionais e forâneos, destacando a singularidade da solução adotada na cabeceira. Foi, porventura, o segundo tramo da abside aquele que mais chamou a atenção de Aarão de Lacerda, dada a sua invulgar planimetria. Esta parcela é poligonal, mas é constituída por quatro e não por cinco panos, a configuração mais utilizada no românico português, como exemplificam as absides de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira) e São Pedro de Roriz (Santo Tirso) (fig. 6).

Fig. 6 – Ermida do Paiva. Cabeceira. Interior. ©Cláudia Cunha

[22] Cf. LAMPÉREZ Y ROMEA, Vicente (1930) – *Historia de la Arquitectura cristiana española según el estúdio de los elementos y los monumentos*. 2.ª ed. Madrid: Espasa-Calpe. 3 vol.

[23] LACERDA, Aarão de (1919) – *Ob. cit.*, p. 65.

[24] LACERDA, Aarão de (1942) – *História da Arte em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, vol. 1, p. 232.

O autor enquadra a igreja no que designa de período românico de transição tendo em conta a abóbada de arco quebrado da cabeceira e a sua planimetria poligonal comparando-a, pela diferença, com a já então demolida igreja de São Cristovão de Coimbra.

Segundo Aarão de Lacerda a Ermida representa, em relação aos outros monumentos portugueses do seu tempo, uma exceção que o leva a concluir da chegada a Portugal de uma confraria de canteiros onde se destacavam escultores de merecimento, ou então da construção do monumento sob a direção de um arquiteto que podia ser o próprio fundador, D. Roberto. Tendo procedido a um cuidado levantamento fotográfico do edifício, bem como ao registo gráfico da sua planta, escultura e ainda das marcas de canteiro – que levariam o autor a nomeá-lo *Templo das siglas* –, Aarão de Lacerda procurou clarificar as origens do mosteiro e a sua ligação à Ordem Premonstratense baseando-se nos cronistas portugueses da Época Moderna e nos *Anais da Ordem*, como já foi referido[25].

O LEGADO HISTORIOGRÁFICO DE AARÃO DE LACERDA

Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que em publicação intitulada *Influências francesas na arte românica portuguesa* abordou a problemática das soluções e modelos da arquitetura francesa patenteados no românico português – com destaque para a solução dos capitéis de face diédrica (associados às soluções de planimetria poligonal), observada quer na Ermida do Paiva quer em Roriz[26]. Ferreira de Almeida frisou de forma clara a relevância da Ermida do Paiva para a historiografia que se dedica ao estudo da arquitetura românica em Portugal, descrevendo-a como uma construção com diversas características novas no panorama da arquitetura românica portuguesa de então. Para o autor, as soluções empregues nesta obra, revelando embora algo da ambiência regional, acusam notórios influxos forâneos, designadamente do centro-oeste de França, da região do Limousin, também patentes na Sé do Porto. Tendo elencado as principais soluções que se destacam no conjunto edificado, Ferreira de Almeida considerou tratar-se de um monumento com qualidades e lições que o singularizam dentro da nossa arquitetura românica[27]. Mais recentemente, Cláudia Cunha, na sua dissertação de mestrado[28], explorou as semelhanças estruturais entre a igreja da Ermida e

---

[25] CUNHA, Cláudia – *Ob. cit.*, p. 8.

[26] ALMEIDA, C. A. Ferreira de (1987) – *Influências francesas na arte românica portuguesa*. Sep. de: *Histoire du Portugal: Histoire Européenne: Actes du Colloque, 22-23 Mai 1986.* Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1987, p. 27-36.

[27] ALMEIDA, C. A. Ferreira de (2001) – *O Românico: História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 1, p. 128.

[28] CUNHA, Cláudia – *Ob. cit.*, *passim*.

diversos exemplares românicos da região do Bas-Limousin, esclarecendo uma similitude que só fará sentido quando analisada não unicamente no contexto da circulação de modelos, mas também na circulação de artistas oriundos daquela região. Outras obras do românico português têm sido associadas a modelos e formas artísticas oriundas do centro-oeste de França, sobretudo pela adoção de tipologias de molduras e capitéis, de que são exemplo as igrejas de Cedofeita (Porto), Águas Santas (Maia), Cabeça Santa (Penafiel), Fandinhães (Marco de Canaveses) e Roriz (Santo Tirso), entre outras. Todavia, estes edifícios não apresentam um quadro de conjugação entre as soluções arquitetónicas e construtivas e as formas escultóricas de procedência limosina, conjugação essa que se encontra patente na Ermida do Paiva. O processo de cópia de modelos de pequenas peças, como molduras e capitéis, revela um caráter epidérmico no que diz respeito às transferências artísticas. Todavia, a definição planimétrica, o arranjo de alçados e as proporções das várias parcelas de uma construção configuram um processo mais complexo. Certamente que nestes casos os modelos não se difundem da mesma forma.

A igreja da Ermida do Paiva suscita a reflexão sobre os mecanismos de expansão das formas artísticas e sobre os processos de circulação de artistas, obras e modelos. Como interroga Peter Kurmann, será necessário abandonar a hipótese da migração dos artistas e considerar que a transferência das formas foi garantida principalmente pelo transporte dos modelos ou será mais profícuo conjugar a viagem dos artistas com a viagem dos modelos[29]? Estudar as *transferências* de soluções construtivas e formais da arte românica é uma tarefa que apresenta várias dificuldades. Na época românica estimou-se largamente a variedade o que dificulta ainda mais as filiações estilísticas. Por outro lado, o critério de análise que tem por base as filiações estilísticas tem vindo a ser posto em causa, uma vez que os seus resultados se prestam a confusas conclusões. No interior da cabeceira da Ermida repete-se um modelo de capitel que encontramos no arco triunfal da igreja de São Pedro de Abragão (Penafiel). A peça é composta por figuras humanas que emergem do cesto do capitel, apoiando-se em largas folhas. Este modelo é muito semelhante ao dos capitéis remanescentes do claustro de San Serni de Tavèrnoles (Alto Urgell/MNAC), datados do segundo quartel do século XII, o que nos faz repensar a questão das filiações estilísticas. Se, por um lado, as influências da região do Limousin na Sé do Porto (e também na Ermida) se entendem no quadro das relações comerciais entre a cidade do Porto e La Rochelle, até porque a catedral portuense patenteia modelos do centro-oeste de França não só na escultura mas também na arquitetura, por outro,

[29] ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria Leonor; RESENDE, Nuno – *Ob. cit.*, p. 255.

a utilização do mesmo modelo na Ermida e em Tavèrnoles é mais difícil de explicar, se for entendido no contexto da deslocação dos artistas[30].

Se é relativamente simples compreender o fenómeno numa mesma zona geográfica, mais complexo se torna quanto às relações artísticas entre regiões afastadas entre si, como acentua Barral i Altet[31]. A questão das transferências artísticas recebeu uma nova dinâmica com a publicação na *Revue de l'Art* (1998) de um conjunto de textos sobre a circulação dos artistas, das obras e dos modelos na Europa medieval. Um dos aspetos que Roland Recht coloca então no centro do debate é o da cultura visual de cada artista que se forma com ritmos distintos. Numa mesma época, artistas que pertencem a duas ou três gerações sucessivas coexistem e produzem em simultaneidade não sendo todos permeáveis às mesmas influências[32]. Segundo Recht, cada domínio da criação artística, definido a partir de um material e de uma técnica, coloca problemas que lhe são próprios relativamente à circulação de artistas, peças ou modelos. Em 2009, a revista *Histoire de l'Art*, traz novamente ao centro do debate a questão das transferências, circulação de obras, artistas e modelos na Idade Média. Nesta publicação, Jean-Marie Guillouêt distingue as noções de *circulação* e de *transfert*[33]. A noção de transferência artística não tem como objetivo descrever a circulação de artistas, obras e modelos, muito embora estas questões estejam presentes. Todavia, a aplicação da noção de transferências artísticas permite analisar a maneira como a deslocação de artistas, obras e modelos pode reconfigurar os meios artísticos que os acolhem, ou aqueles de onde provêm.

A investigação que aborda o papel dos atores – artistas, obras e modelos – e a forma como participam na reconfiguração de um determinado produto artístico, constitui uma perspetiva de análise que a historiografia está ainda longe de conseguir resolver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do caráter forâneo das soluções da Ermida do Paiva, o rigor analítico com base na medição do templo, o levantamento das siglas e a vontade de entender a construção na malha do território fazem da obra de Aarão de Lacerda uma obra pioneira.

---

[30] *Ibidem*.

[31] BARRAL I ALTET, X. (2006) – *Contre l'Art Roman?: essai sur un passé réinventé*. [S. l.]: Fayard, p. 103.

[32] RECHT, Roland (1998) – La Circulation des artistes, des oeuvres, des modèles dans L'Europe médiévale. *Revue de l'Art*. Paris. 120, 5-10.

[33] GUILLOUÊT, Jean-Marie (2009) – Les Transferts artistiques: un outil operatoire pour l'histoire de l'art medieval?. *Histoire de L'Art: interations et transferts artistiques*. Paris. 64, 17-25.

Seja pela falta de edifícios de grande escala ou pela falta de vastos e complexos programas iconográficos, seja pela fortuna crítica de algumas obras, como a de Aarão de Lacerda, seja pela multifacetada abordagem que C. A. Ferreira de Almeida imprimiu na sua investigação, a verdade é que a historiografia da arte portuguesa, no que diz respeito fundamentalmente à arquitetura românica, é hoje distinta da historiografia de outros países europeus.

A compreensão do românico no lugar, a conjugação entre os locais de implantação e a arquitetura, a ação antrópica das comunidades monásticas e/ou paroquiais, o entendimento da relação entre a construção românica e as dinâmicas do *habitat* e a importância dada ao valor simbólico dos conjuntos construídos, conferem à historiografia do românico português uma notória singularidade.

Se os instrumentos analíticos do presente permitem um outro entendimento da Ermida de Paiva, que Aarão de Lacerda não podia ter no seu tempo, cremos que a sua obra deixou marcas profundas na compreensão do fenómeno construtivo dos séculos XII e XIII. É este o seu maior legado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. A. Ferreira de (2001) – *O Românico: História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 1.

ALMEIDA, C. A. Ferreira de (1987) – *Influências francesas na arte românica portuguesa*. Sep. de: *Histoire du Portugal: Histoire Européenne: Actes du Colloque, 22-23 Mai 1986*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1987, p. 27-36.

ALMEIDA, C. A. Ferreira de (1978) – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. 2 vol. (ed. policipiada).

BARRAL I ALTET, X. (2006) – *Contre l'Art Roman? : essai sur un passé réinventé*. [S. l.]: Fayard.

BARREIROS, Manuel de Aguiar (1917) – A Igreja romanica de Font'Arcada. *Terra Portuguesa: revista ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*. Lisboa. 3:2, 15/16, (abr./maio) 64-69.

BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa: 862--1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 4 vol.

BOTELHO, Maria Leonor (2013) – *A Historiografia da Arquitectura da época românica em Portugal: 1870-2010.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

CORREIA, Virgílio (1917) – Nossa Senhora de Carquere. *Terra Portuguesa: revista ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*. Lisboa. 3:2, 15/16 (abr./maio).

CUNHA, Cláudia (2015) – *Ermida do Paiva: arquitetura e escultura*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado (ed. policipiada).

Guillouët, Jean-Marie (2009) – Les Transferts artistiques: un outil operatoire pour l'histoire de lárt medieval? *Histoire de L'Art: interations et transferts artistiques*. Paris. 64, 17-25.

LACERDA, Aarão de (1942) – *História da Arte em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, vol. 1.

LACERDA, Aarão de (1919) - *O Templo das siglas: a Igreja da Ermida do Paiva*. Porto: Edição do Autor.

LACERDA, Aarão de (1917-1918) – O Templo das siglas: a Igreja da Ermida do Paiva. *Terra Portuguesa: revista ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*. Lisboa. 3:2, 21/23 (out.-dez.) 220-223; 3:3, 29/30, 78-80.

LAMPÉREZ Y ROMEA, Vicente (1930) – *Historia de la Arquitectura cristiana española según el estúdio de los elementos y los monumentos*. 2.ª ed. Madrid: Espasa-Calpe. 3 vol.

MONTEIRO, Manuel (1908) – *S. Pedro de Rates: com uma introdução àcerca da architectura românica em Portugal*. Porto: Imprensa Nacional.

RECHT, Roland (1998) – La Circulation des artistes, des oeuvres, des modèles dans L'Europe médiévale. *Revue de l'Art*. Paris. 120, 5-10.

ROSAS, Lúcia (1995) – *Monumentos pátrios: a arquitetura religiosa medieval: património e restauro, 1835-1928*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vol. Tese de Doutoramento (ed. policopiada).

ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria Leonor; RESENDE, Nuno (2013) – Ermida do Paiva: reflexões e problemáticas. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto. 12, 245-262.

SIMÕES, Augusto Filipe (1870) – *Reliquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*. Lisboa: Typ. Portugueza.

VASCONCELOS, Joaquim de (1918) – *A Arte românica em Portugal*. Texto de Joaquim de Vasconcellos com reproducções seleccionadas e executadas por Marques Abreu. Porto: Edições Illustradas Marques Abreu.

VITORINO, Pedro (1917) – Águas Santas. *O Comércio do Porto*. 64 (31 mar.).

VITORINO, Pedro (1910) – A Cathedral do Porto. *O Tripeiro*. Série 1. 2:63, 423-426.

VITORINO, Pedro (1907) – Paço de Souza. *Phoenix: revista d'Arte*. Porto. 32-36.

ISABEL MARGARIDA DUARTE, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS
CLUP - CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

100 ANOS A FORMAR PROFESSORES PARA FORMAR LEITORES: FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

INTRODUÇÃO

Problematizar a relação entre a formação de professores de Português e o incentivo à leitura, dito de outro modo, sugerir que certas opções e práticas da formação de professores talvez sejam indutoras de comportamentos profissionais e pessoais facilitadores da formação de leitores, implica situar a atual profissionalização de professores de Português num espaço e num tempo. O espaço central é, para o nosso caso, o da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). O tempo são os últimos 100 anos. Mas o espaço não será apenas esse, matricial, dado que me referirei também ao que acolheu[1], tão generosamente, a conversa que está na base deste texto. E o tempo terá também ramificações: para o passado e, sobretudo, para o futuro. Citando Tolentino de Mendonça[2], "As memórias são, como se sabe, moedas para ser usadas no país do futuro".

O plano desta reflexão está dividido nas seguintes partes:

- A primeira Faculdade de Letras
- O lugar de onde falamos
- A formação de professores de Português na FLUP
- Formar professores para formar leitores
- Projetos com futuro: quatro + quatro exemplos
- Considerações finais.

---

[1] Esta conferência teve lugar na Biblioteca Luísa Dacosta da Escola de 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico Francisco Torrinha, no Porto, no dia 19 de novembro de 2019. Foi comentador Luís Alberto Marques Alves, a quem agradeço.

[2] "A solidão não se mede aos palmos", da rubrica "Que coisa são as nuvens", em *Expresso. Revista*. (23-5-2020) 90.

Tentarei fazer uma breve viagem diacrónica, de um tempo mais longínquo para o mais recente. Mas tecerei, também, algumas reflexões sobre o espaço. Procurarei, depois, afunilar o olhar e focá-lo na formação de professores de Português na FLUP. E daí, partirei para a referência a alguns projetos liderados por professores de Português em vários contextos, ex-estudantes nossos, testemunhos de que formamos professores que, por seu turno, formam leitores. É o olhar para o futuro.

Os objetivos do texto são, essencialmente, os três que elenco:

1. relacionar a formação de professores com as suas circunstâncias;
2. defender as vantagens de se ter hábitos de leitura;
3. problematizar a ligação entre formação de professores e promoção da leitura.

A reflexão plasmada neste texto não tem preocupações de caráter histórico. A História não é nem a minha área de formação nem de pesquisa. Não se espere pois, deste artigo, uma investigação pormenorizada e rigorosa de datas e nomes, percursos e trajetórias pessoais ou coletivas. Situo-me no lugar de formadora de professores de Português e é a partir daqui que refletirei sobre as ligações entre a minha instituição de origem, a forma como trabalhamos naquele âmbito concreto e alguns indícios que parecem corresponder a bons resultados.

A PRIMEIRA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

Apesar dos muitos e interessantes dados recolhidos, tratados e eficientemente divulgados por vários docentes e investigadores da FLUP, noutras ocasiões e mormente no ano das comemorações do centenário da criação da primeira Faculdade de Letras do Porto, apesar das bases de dados atraentes e de fácil consulta já anteriormente organizadas ou disponibilizadas durante o ano de 2019[3], irei fazer, a partir de informação nelas recolhida, uma muito breve síntese de alguns factos, tendo em conta um eventual leitor que os não conheça. Falarei da primeira Faculdade de Letras, com a preocupação apenas de contextualizar, a traços largos, o passado, para melhor podermos enquadrar a nossa atuação presente. Valorizarmos o lugar de onde falamos implica conhecê-lo e apresentá-lo. Será um modo de atribuirmos mais sentido ao presente e até ao futuro e de os pensarmos a partir de informação mais rica e variada.

No blogue dos 100 anos da FLUP, podemos ler: "A Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi criada pela Lei n.º 861, de 27 de agosto de 1919,

[3] Veja-se, por exemplo, o blogue dos 100 anos da Facudade, que, durante 2019, facultou permanente informação sobre as comemorações e a história da primitiva Faculdade de Letras em: http://blogs.letras.up.pt/100anosflup/ [acesso 29-5-2020].

que estipulava, no seu artigo 11.º, o seguinte: "É criada na Universidade do Porto uma Faculdade de Letras com um quadro de disciplinas, grupos e secções, análogo ao das mesmas Faculdades de Lisboa, (…) e Coimbra".

Como sabemos, as Universidades de Lisboa e do Porto são criações da República, de 1911, mas, no caso do Porto, a Universidade não contava, desde o início, com uma Faculdade de Letras, que só começou a funcionar no ano letivo de 1919-1920. Esta instituição, que formou dezenas de intelectuais de renome na cidade e no país, foi no entanto encerrada pelo governo da Ditadura Militar, poucos anos depois, pelo Decreto n.º 15.365, de 12 de abril de 1928. Segundo as informações que podemos ler no referido blogue da FLUP:

> Na primeira fase e na sequência da sua criação, em 1919, a FLUP formou 167 licenciados nos cursos de Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, Ciências Históricas e Geográficas e Filosofia, até à sua extinção formal pelo Decreto n.º 15.365, de 12 de abril de 1928. O último exame de licenciatura foi realizado a 29 de julho de 1931 e pelo Decreto-Lei n.º 23.180 de 31 de outubro de 1933, os professores adidos da extinta Faculdade foram mandados prestar serviço como professores provisórios nos liceus.

É uma história curta, com um fim precipitado, mas o elenco dos docentes e estudantes da Faculdade, bem como os relatos de vivências conviviais e intelectuais que nela tiveram lugar, testemunham a formação de excelência de grande parte dos que por lá passaram, a vivacidade das discussões, a abertura de espírito reinante. Esta elite intelectual está apresentada sumariamente, para quem quiser conhecê-la, na base de dados da Reitoria, em *Docentes e Estudantes da Primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto*[4].

Pelo desenho curricular dos cursos que interessam à formação de professores de Português (sobretudo Filologias Românica, Germânica e Clássica) e pelo percurso profissional de parte considerável dos seus professores e estudantes, poderemos deduzir que a primeira Faculdade de Letras preparou professores com sólida formação filológica, uma verdadeira elite. A lista dos protagonistas dessa primeira aventura inclui nomes tão notáveis como António Salgado Júnior, Adolfo Casais Monteiro, Agostinho da Silva, Armando de Lacerda, Hernâni Cidade ou Delfim Santos, para citar apenas alguns. Como atrás se disse, uma parte destes protagonistas acabou por ingressar na carreira do Ensino Liceal, extinta a Faculdade de Letras. É o caso, por exemplo, de filólogos de exceção como António Salgado Júnior, que se tornou professor de Português no então Liceu D. Manuel II[5].

---

[4] Ver: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20faculdade%20de%20letras%20da%20u.porto [acesso 12-11-2019].

[5] Foi aí professor de Português, no 1.º ano do liceu, de dois familiares próximos, no final dos anos sessenta do séc. XX. Da sua erudição são testemunhas as várias gerações de alunos liceais que leram a edição de *O Livro da Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro, da *Colecção Autores de Língua Portuguesa. Textos Literários* (Lisboa: [s.n.], 1938), de cujos prefácio e notas se encarregou.

Durante mais de três décadas, no Porto não existiu, portanto, Faculdade de Letras, tendo a cidade recuperado esta instituição apenas em 1961, data em que foi reaberta, apenas com duas licenciaturas – História e Filosofia –, e ainda o curso de Ciências Pedagógicas. Com efeito, de 1961 até 1968, a FLUP contou somente com esta reduzida oferta formativa.

O LUGAR DE ONDE SE FALA

O lugar de onde se fala tem, a meu ver, uma importância crucial, marcando a perspetiva pessoal, ou seja, o ponto de vista e a voz de quem fala. Referi-me, muito brevemente, à primeira Faculdade de Letras e voltarei mais demoradamente à segunda. Mas a palestra que esteve na origem deste texto foi proferida, não obviamente por acaso, num espaço que também merece que, a seu propósito, teçamos algumas reflexões. Por uma feliz ideia dos organizadores deste conjunto de conferências (as *Conferências do 19*, realizadas mensalmente ao longo do ano de 2019), elas tiveram lugar, salvo a primeira e a última, fora da FLUP, em variadíssimos espaços emblemáticos da cidade, assim estreitando, de forma mais forte, a cumplicidade existente entre o Porto e a sua Faculdade de Letras. Ora, aquela cujas reflexões agora partilho por escrito teve lugar na Escola de 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico Francisco Torrinha, cenário adequadamente escolhido para falar de formação de professores. Triplamente bem escolhido[6]: por ser uma escola conceituada da cidade, porque, dentro do estabelecimento de ensino, se optou pela Biblioteca para lugar do encontro, e porque Francisco Torrinha (1879-1955), o patrono da escola, foi justamente docente na primeira Faculdade de Letras. Francisco Torrinha é ainda hoje, para muitos de nós, pelo menos nome de dicionário, o dicionário do Torrinha, com edições recentes, mais atrativas do que aquela edição Domingos Barreira, de 1951, que ainda conservo com proveito. Mas Francisco Torrinha não foi apenas autor do Dicionário. Como sobre ele podemos ler no sítio já referido[7], "Em finais de 1922 teve necessidade de interromper a carreira docente liceal para ingressar como Professor Contratado do 1.º Grupo (Filologia Clássica) na 1.ª Faculdade de Letras do Porto, onde regeu as cadeiras de Língua e Literatura Grega, Língua e Literatura Latina e Gramática Comparada do Grego e do Latim. O Conselho Escolar da Faculdade conferiu-lhe o grau de Doutor em Letras – Filologia Clássica, no dia 19 de Abril de 1926".

Este passeio pelos lugares que enquadram esta reflexão não terminará sem me referir ao belo espaço da Biblioteca da escola, onde a conferência

[6] No meu caso pessoal, a escolha da escola foi ainda mais adequada porque se dá a coincidência de a conhecer eu bem, por ter sido o estabelecimento de ensino frequentado entre o 5.º e o 9.º anos de escolaridade pelos meus três filhos, razão pela qual nem o espaço físico, nem a história da escola, nem alguns dos seus docentes me são alheios.

[7] Ver: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1004242 [acesso 23-10-2019].

teve lugar. Antes disso, porém, terei de justificar melhor o motivo por que paro a falar deles. Vem-me então à memória, do muito que o li, o livro de Almeida Garrett *Viagens na minha terra*. No início do Cap. XXVI, Garrett valoriza a força e a graça que advêm a uma história, por ser ela contada "nos próprios sítios em que se passou":

> Mas de tudo isto o que se tira, a que vem tudo isto para as minhas viagens ou para o episódio do vale de Santarém em que há tantos capítulos nos temos demorado?
> Vem e vem muito: vem para mostrar que a história, lida ou contada nos próprios sítios em que se passou, tem outra graça e outra força; vem para te eu dar o motivo por que nestas minhas viagens, leitor amigo, me fiquei parado naquele vale a ouvir do meu companheiro de jornada, e a escrever para teu aproveitamento, a interessante história da menina dos rouxinóis, da menina dos olhos verdes, da nossa boa Joaninha (Garrett, 1846:130).

Uma parte da reflexão que nos ocupa enquadra-se melhor se tivermos em conta que "a história, lida ou contada nos próprios sítios em que se passou, tem outra graça e outra força". Insistiremos teimosamente nesta ideia, pela terceira vez, ao referirmos o nome da Biblioteca Luísa Dacosta, onde a conferência teve lugar. Eis o espaço ideal para falar de promoção da leitura: uma biblioteca escolar, pertencente à Rede de Bibliotecas Escolares, projeto nacional responsável, com o Plano Nacional de Leitura, e a Rede de Bibliotecas Municipais entre outros, pelo aumento significativo do número de leitores em Portugal. A Biblioteca, antiga capela do Colégio Brotero, edifício agora ocupado pela escola, é um lugar particularmente bonito e bem recuperado, com os frescos de Martins da Costa, o mobiliário airoso das Bibliotecas escolares de hoje e o lado mais sério da capela que foi.

A Biblioteca tem, além do mais, uma patrona muito bem escolhida – Luísa Dacosta (1927-2015). A escritora, que era também professora de Português do 2º. ciclo do Ensino Básico, foi docente na Escola Francisco Torrinha entre 1976 e 1997, ano em que se aposentou. Nos últimos anos do seu magistério, ocupou-se, sobretudo, enquanto animadora da Biblioteca[8]. Foi sempre uma defensora acérrima das sessões de leitura, sobre as quais escreveu inúmeros textos, inclusive nas páginas dos seus diários (2005, 2008). Que melhor nome para uma Biblioteca escolar do que o de uma escritora e professora de Português que a dinamizou?

[8] Dois apontamentos pessoais sobre Luísa Dacosta, que partilho, porque correspondem a bons exemplos de fomento da leitura: o entusiasmo da minha filha mais velha, pelos seus 13 ou 14 anos, depois de ter assistido a uma aula de Luísa Dacosta na Biblioteca, onde a professora lhes apresentou Nicolau Tolentino e lhes leu vários poemas, com aquela pronúncia transmontana que conservava; o entusiasmo da irmã do meio, então com 12 anos, no ano em que Luísa Dacosta se aposentou e as turmas do 2.º ciclo representaram, como homenagem à escritora e professora, as diferentes peças do *Teatrinho do Romão* (1977). Aquela versão de *Frei João sem cuidados* tem um lugar cativo na nossa memória familiar.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS NA FLUP

Feita esta apresentação dos lugares, retomo brevemente a história da formação de professores da FLUP. Começo pelo chamado curso de Ciências Pedagógicas, existente, no Porto, entre o início da segunda Faculdade de Letras, 1961, e 1974, ano em que foi extinto.

Pela reforma de 1930 (Decreto-lei n.º 18.973, de 16 de outubro de 1930), foi criada a Secção de Ciências Pedagógicas nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e de Coimbra, dado que, nesse ano, o Porto já não tinha Faculdade de Letras. O curso decorria num só ano letivo e era composto por um núcleo comum de 5 disciplinas, a saber: Pedagogia e Didática, História da Educação, Psicologia Geral, Psicologia Escolar e Higiene. A frequência desta Secção de Ciências Pedagógicas era obrigatória para a habilitação profissional de professores dos Ensinos Liceal e Técnico, que pretendessem profissionalizar-se, através de um estágio pedagógico da responsabilidade do Ministério da Educação Nacional, estágio que terminava com um Exame de Estado. Mas, segundo Rui Grácio, esta formação de Ciências Pedagógicas "tinha-se tornado desajustada" ao longo das décadas em que existiu e o mesmo autor refere que J. F. Gomes (1974), catedrático da História da Educação, denunciou "os «males» do sistema: número excessivo de alunos e sua heterogeneidade, frequência facultativa, total falta de coordenação entre o curso e o estágio pedagógico nas escolas" (Grácio, 1983a:169). O facto de a frequência ser facultativa e de, entre 1930 e 1961, o curso só ter existido em Lisboa e Coimbra, fez com se tenha transformado apenas num conjunto de matérias estudadas por sebentas, para exames com centenas de candidatos desmotivados (Stoer, 2008). Mesmo depois da reabertura da Faculdade de Letras no Porto, em 1961, o panorama pouco melhorou, sendo escassa a frequência das aulas.

Depois da extinção do curso, na sequência do 25 de abril de 1974, a formação de professores do 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário restringiu-se aos estágios pedagógicos organizados pelo Ministério da Educação e coordenados a nível nacional, e os jovens candidatos a professores transitavam de um curso universitário de 5 anos, exclusivamente científico, diretamente para as escolas onde estagiavam. A situação veio a alterar-se com a criação, em 1987[9], em todas as Faculdades de Letras, do chamado Ramo Educacional, que começou por ter um regime transitório e, depois, se organizou de forma mais definitiva, com um conjunto de Unidades Curriculares da área Educacional, algumas disciplinas da área da Didática (as então chamadas Me-

[9] Portaria n.º 850/87, de 3 de novembro: https://dre.pt/application/conteudo/497458. Agradeço a observação da Sónia Rodrigues, que me chamou a atenção para o facto de esta reestruturação curricular na Faculdade de Letras da Universidade do Porto ter ocorrido no ano imediatamente seguinte à criação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 outubro), que refere que o ensino é obrigatório, universal e gratuito.

todologias) e um Estágio pedagógico, acompanhado de Seminário, em Escolas Básicas com 3.º ciclo e Secundárias.

Duas décadas depois, este modelo deu lugar a um outro: um Curso de Especialização em Ensino (2005), de um ano, posterior ao final da licenciatura. Desde 2008, a criação dos Mestrados em Ensino, na sequência de legislação que obrigava todos os professores a serem detentores deste grau para poderem concorrer a vagas de professores nas escolas públicas, abre justamente para o panorama presente, embora tenha havido alguns ajustamentos na legislação inicial (por exemplo, com a criação da variante Português/Inglês num dos mestrados bilingues em línguas e do mestrado monolingue de Português[10], além de um reforço da percentagem da área da Didática e da formação científica de base)[11] e também os decorrentes do primeiro ciclo de avaliação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), terminado em 2015[12].

Quando falamos na formação de professores de Português na FLUP, nos tempos mais recentes, além dos vários mestrados com ensino do Português (referidos na nota 10), temos ainda em conta o *Mestrado em Português Língua Segunda / Língua Estrangeira*, que, não sendo um mestrado em ensino, também ele procura formar professores que assumam, como uma das suas principais tarefas, a formação de leitores. Não de português como língua materna, mas como língua estrangeira, como língua segunda, ou de herança, ou de acolhimento, como língua não materna, enfim, como língua adicional, designação que alguns usam para retirar qualquer eventual carga negativa por ventura descortinável nas anteriores.

Mas também não é só nos programas regulares de formação que, na FLUP, se formam professores para formar leitores. Tem havido, ao longo dos tempos, inúmeros Cursos de Formação Contínua[13], colóquios[14], publicações, e, mais

---

[10] Ver, respetivamente, para o tempo presente e a formação de professores de Português, o *Mestrado em Ensino de Português e de Língua Estrangeira no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário nas áreas de especialização de Alemão ou Espanhol ou Francês ou Inglês* e o *Mestrado em Ensino de Português no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.*

[11] Cfr. o Decreto-lei nº 79/2014, de 14 de maio, que regula, atualmente, o regime jurídico da habilitação profissional para a docência nos Ensinos Básico e Secundário.

[12] Em agosto de 2020, a A3ES enviou à FLUP a avaliação do *Mestrado em Ensino de Português no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário*, que não implicou qualquer alteração, por ter sido muito positiva e ter resultado na creditação do curso por mais 6 anos, sem qualquer condição.

[13] Por exemplo aquele, tão vivamente participado, que deu origem ao livro por nós organizado *Gavetas de leitura: estratégias e materiais para uma pedagogia da leitura* (2001).

[14] Exemplificamos com alguns desses colóquios: os dois internacionais da Aprolínguas (20-22 de setembro de 2018 e 16-18 de junho de 2016), de que resultaram duas publicações. E ainda *A Linguística na Formação de Professores de Português* (30-31 de março de 2000), com mais duas edições: *A Linguística na Formação de Professores de Português 2* (12-13 de julho de 2010) e, mais recentemente, o *3.º Encontro A Linguística na Formação do Professor – das teorias às práticas educativas*, tendo resultado, do primeiro e do último, publicações (em 2001 e 2019, respetivamente). Todas as iniciativas científicas da área da Literatura que têm lugar na FLUP são, obviamente também, de crucial importância para a valorização da formação em leitura dos estudantes-futuros professores.

recentemente, relatórios de Mestrado, com a investigação-ação de que dão conta, centrados prioritariamente na leitura: no seu fomento, na compreensão leitora, na multiplicidade de fatores que a condicionam e potenciam, na sua relação com outras áreas do Português, nomeadamente a gramática, a Literatura, a educação literária, etc.[15].

FORMAR PROFESSORES PARA FORMAR LEITORES

Cabe aqui uma referência muito especial à Unidade Curricular (UC) *Didática do Português (I e II)* dos atuais Mestrados em Ensino do Português (ou à *Metodologia do Ensino do Português* que a antecedeu, nos modelos de formação anteriores) porque uma marca da FLUP consiste no facto de nunca ter separado os conhecimentos de base da Linguística dos da Literatura, isto é, de, diferentemente das outras Faculdades de Letras, onde existe uma Didática da Língua e uma Didática da Literatura, a do Porto ter sempre oferecido uma única Didática, em dois semestres, que tem por objeto a reflexão sobre o ensino da linguagem toda. Esta opção, que vem do início da formação de professores na instituição, na segunda Faculdade de Letras, aquando da criação do Ramo Educacional, tem sido militantemente defendida por vários docentes da Faculdade ao longo dos anos[16] e vai de par com outra decisão que foi, quanto a nós, uma boa aposta: a *Didática do Português* ficou sempre ligada ao Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, ao invés de ter ficado alocada, como noutras Universidades, a departamentos de educação. Assim, a relação entre os conhecimentos linguísticos e literários esteve sempre na base das propostas científicas da área da Didática que fomos fazendo. E no reforço dos conhecimentos científicos de base reencontramos ensinamentos e preocupações da primeira Faculdade de Letras.

A recusa em desligar a reflexão sobre o ensino da língua da do ensino da literatura nasce de uma convicção partilhada e profunda de que não é possível nem desejável dissociar as duas áreas, como, aliás, Vítor Aguiar e Silva também defendeu (2005, 2008).

Para explicar como os conhecimentos mais aprofundados sobre a língua que falamos permitem problematizar aquela área hoje designada, nos programas, como "educação literária", e sublinhar a importância central do acesso aos textos para se gostar da língua, atente-se na citação de Aida Santos, ex-docente da área na FLUP:

> (...) só se chega a gostar da língua (no sentido cognitivo, afectivo, ou até naqueloutro mais concreto, de fruição sensível: gostar a língua) pelos textos, não sendo de conceber o in-

[15] Cf. Mendonça, 2014; Lima, 2014; Morais, 2014; Ribeiro, 2015, entre outros.

[16] Fonseca, 2000; Figueiredo, 2005; Duarte, 2008, 2010; Rodrigues, 2017, por exemplo.

verso, isto é, que se possa esperar, por exemplo, que seja possível apreciar ou dominar primeiro a língua e que o gosto pela leitura dos bons autores possa criar-se à margem das práticas lectivas ou "aconteça", venha depois" (Santos, 2003:108).

Para se gostar de ler, tem de se passar pela experiência de ler bons textos e os bons textos leem-se melhor se soubermos mais português, se refletirmos mais atentamente sobre a língua, a sua organização, as potencialidades do seu uso, incluindo o criativo, e conhecermos mais factos acerca dela.

Vamos aqui tomar em conta o ato de ler não entendido no sentido de mero relacionamento de grafemas e fonemas para decifrar sílabas, palavras, frases e textos, num processo que leva à compreensão e que por ela é facilitado. Não estamos a pensar na aprendizagem da leitura, tal como tem lugar, normalmente, no 1.º ciclo do Ensino Básico, até porque formar os professores que vão ensinar a ler, nesse sentido inicial, não é tarefa nossa, mas das Escolas Superiores de Educação. Note-se, no entanto, que são vitais, na formação de professores na FLUP, o conhecimento e a investigação produzidos nas Unidades Curriculares e na área genérica da Psicolinguística e do ensino de línguas (concretamente, no caso da FLUP, por Maria da Graça Pinto), que amplamente permitem equacionar questões de aprendizagem da leitura e escrita e são bibliografia obrigatória para os cursos de formação de professores de Português e outras línguas[17].

Quando falamos de leitura, no nosso contexto de formação de professores, estamos a entendê-la como um processo universal de obtenção de significados: quer os explícitos quer os que, não o sendo, implicitamos por dedução, a partir de elementos linguísticos dos textos a que temos de estar atentos. Como Rodrigues (2017) mostra, apesar das diferenças entre diversos programas e outros documentos reguladores que têm enquadrado a atuação dos professores de Português nas últimas décadas, há uma consensual convergência no que concerne ao papel central da leitura nesse âmbito. Trabalhamos com os nossos estudantes, futuros professores de Português, na problematização da importância que têm, para cada cidadão, os vários tipos subjacentes à conceção de leitura dos programas dos Ensinos Básico e Secundário. Referiremos, muito brevemente, essa reflexão.

A leitura para informação e estudo ou para recolha de informação é de crucial importância por dois motivos maiores. Por um lado, é a forma como os alunos estudam para outras disciplinas do currículo. Adquirimos conhecimentos, em grande parte, através da informação que recolhemos lendo textos de tipo informativo e explicativo, sobretudo. Quem não sabe retirar informação relevante de um texto não será eficaz no estudo, não acederá ao

[17] Cf. Pinto, 1998, 2001, 2005, 2007, 2009, 2013a, 2013b, 2013c.

conhecimento e será penalizado, não conseguindo ter sucesso escolar. Por outro lado, como o relatório Delors (1996)[18] apontou, a formação ao longo da vida é um dos pilares centrais da educação para o século XXI. Poucos dos nossos jovens de hoje terão um emprego para a vida, como acontecia com os seus avós, por exemplo. Serão obrigados a mudar com frequência de atividade ou profissão, a mobilizar novas competências e novos saberes. Terão de se reciclar e adaptar a novas tarefas. Ora, para adquirirem essa capacidade, devem ser capazes de, autonomamente, estudarem e se prepararem. O que é feito, na maioria das vezes, através da leitura, isto é, através da informação que saibam extrair, com a máxima eficácia, dos textos que leem.

Um outro tipo de leitura é a que se chama metódica e orientada, isto é, a leitura mais frequente na escola, na aula de Português, orientada pelas perguntas orais do professor que tenta conduzir o raciocínio dos alunos, de modo a que eles acionem, no texto, todos os sentidos possíveis, e disso retirem prazer estético. A orientação do professor pode ser proposta num guião de leitura escrito, a partir do qual os alunos, sozinhos, em pares ou grupos, tentam interagir com o texto e os seus sentidos.

Quanto à leitura recreativa ou extensiva, espera-se dela que permita aos alunos lerem sem lhes ser exigido muito mais em troca. Seria a leitura de livros inteiros (de contos inteiros, às vezes), por isso já se lhe chamou, também, "leitura integral". Não deve ser, apenas, a leitura das obras obrigatórias dos Programas de Português, nem sequer a dos livros sugeridos em listas mais ou menos oficiais, como as do Plano Nacional de Leitura ou as das Metas Curriculares[19], mas deve abarcar todos os livros que os alunos queiram ler na íntegra, pelo puro prazer de ler. E se os três tipos de leitura têm uma importância central na criação de hábitos de leitura, talvez seja através desta última, feita de modo mais gratuito para o aluno, que melhor se consegue formar leitores.

Qualquer que seja o programa de formação de professores de Português em que tenhamos estado envolvidos, a reflexão em torno do papel desse professor como formador de leitores é uma prioridade. Tal como escreveu Graciete Vilela, que também foi nossa companheira nesta jornada,

> O estímulo e o desenvolvimento do gosto pela leitura deve ser um dos objectivos prioritários do professor de língua materna. E se esse objectivo deve ser considerado logo no 1.º ciclo do ensino básico, com os seus frutos visíveis e médio e a longo prazo, o 2.º e o 3.º ciclos devem desenvolver as potencialidades de leitura já criadas, proporcionando espa-

[18] O relatório foi publicado com o sugestivo título *Learning: the Treasure Within: report to Unesco of the International Commission on Education for the Twenty-first Century*. A tradução portuguesa, da ASA, é de 1986, ano da publicação original.

[19] Para as Metas Curriculares do Ensino Básico, ver: https://www.dge.mec.pt/portugues [acesso 15-11-2019].

> ços de reflexão, de abertura e de alargamento. Uma criança que adquiriu hábitos, ritmo e velocidade de leitura necessita, posteriormente de desafios contínuos às suas capacidades de leitor, de acompanhamento que transforme o explícito em implícito, de provas de que o ato de ler constitui uma fonte inesgotável da descoberta do EU, do mundo e dos outros (Vilela, 1995:15).

Defendemos então, com a autora, que "o ato de ler constitui uma fonte inesgotável da descoberta do EU, do mundo e dos outros" e vale portanto a pena incentivar o prazer de ler[20]. Talvez só ele consiga tornar os alunos leitores, isto é, sujeitos que leem para lá da escolaridade obrigatória, cidadãos com hábitos de leitura. Tão importante como a descoberta do eu e do mundo é a descoberta do outro, que a literatura e a leitura em geral ajudam a fazer e potenciam.

Faça-se aqui um aparte para explicar o que entendemos por um cidadão que lê. Um dos valores aspetuais do presente do indicativo em português é o da habitualidade. Se eu digo, por exemplo, "A Teresa lê", não significa isto que, neste momento, a Teresa está a ler. Justamente, a perífrase estar a + infinitivo (ou, no caso do Português do Brasil, a perífrase estar + gerúndio) indica, preferencialmente, a coincidência da ação de a Teresa ler com o momento da enunciação. Quando digo que "a Teresa lê", quero dizer que ela tem o hábito de ler, ela lê habitualmente. Como, se disser que o João bebe, não quero significar, na maior parte das ocorrências, que, no momento da enunciação, ele está a beber, mas que ele tem o hábito de beber, bebe em excesso, ou seja, tem o vício da bebida.

Em suma, quando falo de um aluno que lê, tomo o presente no seu valor aspetual de habitualidade. Estou a querer dizer que o aluno tem o hábito de ler, o que nunca será um vício, nem nunca será em excesso. Porquê? Porque da leitura decorrem, para os alunos em particular e os cidadãos em geral, um conjunto insubstituível de vantagens, que a seguir pormenorizarei.

Os que leem têm, sem grande esforço, um maior acervo lexical do que os não leitores. Aprendem (e poderão aprendê-lo ainda mais eficazmente com professores de Português bem preparados) a deduzir o significado de palavras que não conheçam quer do contexto, quer da estrutura da própria palavra. Porque conhecem mais léxico, acedem ao sentido mais depressa, ganham velocidade de leitura e assim retiram, mais facilmente, prazer dessa atividade. Pelo que lerão mais e passarão a adquirir mais vocabulário, numa espécie de espiral em que os não leitores ficarão sempre cada vez mais para trás.

[20] *Incentivar o prazer de ler* é o título de um livro de Christian Poslaniec, que traduzimos para as edições ASA, em 2006. O subtítulo informa que o livro inclui *Actividades de Leitura para Jovens*.

Como é óbvio, quem tem hábitos de leitura com mais facilidade interioriza regras ortográficas, porque mais vezes e durante mais tempo tem, debaixo dos olhos, a forma escrita correta das palavras. E assim, quase sem esforço, o leitor passa a saber como elas se escrevem.

O aluno que lê possui, igualmente, um maior elenco de estruturas sintáticas disponível pois, ao lermos (ou ao ouvirmos ler, daí também a importância desta atividade quando a criança ainda não sabe ler), interiorizamos as estruturas sintáticas típicas da escrita, mais complexas e rigidamente exigidas, do que as que a criança conhece da oralidade, isto é, as que foi adquirindo pelo uso, naturalmente, desde que começou a ouvir falar. Por isso é possível sublinhar "a inevitável cumplicidade entre leitura e escrita" (Pinto, 2013b:116) a que Graça Pinto se refere com frequência. Quem mais lê, em suma, escreve melhor.

Mas, além destas vantagens de caráter mais prático, mais escolar, a leitura enriquece-nos ainda com outras, de maior relevância para a formação do ser humano: mais conhecimentos do mundo, mais abertura para o outro. No excerto do texto de Luísa Dacosta (1993) do jornal *Matosinhos hoje*[21], que transcrevemos, a escritora chama a atenção para o contributo da leitura na criação de empatia entre o leitor e os outros.

> Num tempo, ainda não muito distante, quando se acreditava que o futuro era feliz e estava ao alcance do nosso querer, as crianças iam à escola para aprender a ler, a escrever e a contar.
> Hoje, neste nosso mundo economicista, poluído por um consumismo desenfreado, só saber contar parece ter importância. Escrever e ler são valores a cair em desuso. Perigosamente, a cair em desuso, porque ao deixarmos de ler estamos a desumanizar-nos, a tornar-nos insensíveis ao outro, que deixamos de sentir como um outro eu. Ainda este ano, que agora termina, fomos confrontados com dois crimes cruéis, impensáveis, praticados por crianças que, em Inglaterra, mataram um bebé e, em França, espancaram até à morte um marginal. Eram crianças que não tinham lido Andresen, que não tinham chorado com a dor muda da "Sereiazinha", que não tinham sentido os pés enregelados na neve da "Rapariga dos fósforos", nem, na pele da alma, a rejeição do "Patinho feio". Eram crianças da era violenta da imagem, viciadas na acção instantânea, sem tempo para a sensação e que por isso tinham deixado de sentir como sua a dor do outro.

Vale a pena atentar, embora sem aprofundar aqui muito o conceito, na noção de empatia linguística (Rabatel, 2017), que "(…) de uma perspetiva enunciativa, consiste em pôr-se no lugar de um outro (interlocutor ou terceira pessoa), um locutor emprestar a sua voz a um outro, para encarar

[21] A impossibilidade de verificar a data exata do texto, devido à COVID-19, por estarem fechados os serviços de consulta da Biblioteca Florbela Espanca, em Matosinhos, impedem-me de referir o dia exato da publicação que é de dezembro de 1993.

um acontecimento, uma situação do ponto de vista do outro"[22] (Rabatel, 2017:300). Esta empatia linguística, a que acedemos através da leitura, torna o leitor um sujeito mais solidário.

Apesar do otimismo sugerido por esta ideia generosa, lembremo-nos de George Steiner e da sua chamada de atenção prudente para a coincidência supreendente entre os crimes do nazismo e uma elite culta: "Sabemos agora que um homem pode ler Goethe ou Rilke à noite, que pode interpretar Bach e Schubert e ir para o trabalho em Auschwitz de manhã" (2014:13), escreveu, em *Linguagem e Silêncio*.

A cautela avisada de Steiner não nos deve demover, no entanto, de aproveitar essa fonte inesgotável de educação ética que a leitura proporciona e que está nas mãos do professsor de Português dinamizar. A ligação entre leitura literária e ética não parece difícil de estabelecer e há propostas, como a de Karen Bohlin (2005), de atividades e tarefas previstas para que essa relação se fortaleça e se estreite, com proveito da formação moral dos jovens leitores. *Teaching Character Education through Literature*, a obra referida, tem o elucidativo subtítulo *Awakening the Moral Imagination in Secondary Classrooms*. Estamos portanto a partir do pressuposto de que a leitura, além dos benefícios mais práticos que traz ao leitor, no que tange ao aprofundamento das competências linguísticas, e ao aperfeiçoamento dos desempenhos em português, bem como ao alargamento da sua enciclopédia, também contribui para ajudá-lo a tornar-se melhor pessoa. Pode talvez parecer um pouco ingénua esta crença no poder dos livros, que dá igualmente título ao número de janeiro de 2020 da revista *Sciences Humaines – Le pouvoir des livres*. Este número especial tem o subtítulo ambicioso *Comment la littérature peut changer notre vie*. Mas o desprezo pelo conhecimento não é, com certeza, melhor alternativa.

Para a criação de hábitos de ler, convergiram, ao longo das últimas décadas, vários incentivos, quase todos decorrentes de desígnios nacionais. Em primeiro lugar, refiro o Plano Nacional de Leitura (PNL)[23], cujo contributo para a formação de leitores é inestimável e já empiricamente confirmado por alguns dos relatórios que, ao longo dos anos, foram sendo elaborados, para o Plano, por diversos peritos externos. A persistência do PNL que, embora com altos e baixos e com épocas de mais e outras de menos investimento, tem sido uma constante desde o seu lançamento, propiciou uma atitude mais ativa e imagi-

[22] Nossa tradução de "(…) sous son versant énonciatif, revient à se mettre à la place d'un autre (interlocuteur ou tiers), un locuteur prêtant sa voix à un autre, pour envisager un évènement, une situation du point de vue de l'autre".

[23] Ver sítio Ler+, explorando as diferentes iniciativas que o projeto lançou ou apoiou ao longo dos anos: http://www.pnl2027.gov.pt/np4/home [acesso 3-1-2020].

nativa por parte de escolas, autarquias, bibliotecas e pais. Algumas das vertentes do PNL incluíram pediatras do Serviço Nacional de Saúde, estabelecimentos prisionais e outros parceiros que, habitualmente, não pensávamos poder trazer para a causa da promoção da leitura. A profusão de linhas e atividades, de projetos e concursos em torno do Plano potenciou uma criativa explosão de formas inovadoras de lidar com a leitura, de que é um bom exemplo o projeto *Ouve, isto é um livro!*, que a Escola Francisco Torrinha e o Agrupamento de Escolas Garcia de Orta de que faz parte ganharam e estão a implementar[24]. Não poderia deixar de falar deste projeto concreto, tendo a escola em causa cedido as suas instalações para a conversa em que este texto se baseia.

Recentemente, por exemplo, foi lançada, pelo PNL, a iniciativa *10 minutos a ler*, para as escolas dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário da rede pública, "para que instituam no seu quotidiano a atividade diária da leitura por prazer"[25].

Um outro incentivo à leitura vem da edição múltipla e cuidada de livros infanto-juvenis. Os livros para esta faixa etária são hoje muito mais variados, interessantes, cuidados graficamente do que eram no tempo dos meus filhos e infinitamente mais do que eram na minha infância. Os livros têm ilustrações de grande qualidade, sentido de humor e fazem pensar, em vez de nos darem, no final, uma lição de moral já pronta a adotar.

Um terceiro elemento de incentivo à leitura vem das Bibliotecas escolares e municipais de qualidade que hoje temos. O projeto das Bibliotecas Escolares e a rede de Bibliotecas Municipais têm-se constituído como um inegável e talvez o mais vital incentivo à leitura. Os bibliotecários são, geralmente, profissionais conhecedores do seu ofício e motivados e organizam, nos espaços, hoje fisicamente muito agradáveis e acolhedores, das várias bibliotecas, sessões para crianças (Horas do conto, Cantinhos de leitura) e clubes de leitura para adultos, exposições e feiras do livro, conversas com autores e ilustradores, entre muitas outras iniciativas louváveis. Darei rapidamente o exemplo da Biblioteca Manuel da Fonseca[26], em Santiago do Cacém, onde a sala destinada à leitura para os mais pequenos do concelho é um espaço maravilhoso, escuro para sugerir recolhimento, mas decorado de luzes e co-

[24] Vale a pena percorrer o arquivo de leituras já existentes em: https://aegarciadeorta.pt/ouve-isto-e-um-livro/ [acesso 22-4-2020].

[25] Como se pode ler no sítio da medida, "O apoio do PNL2027 a esta iniciativa traduz-se na atribuição aos agrupamentos de escolas / escolas não agrupadas de uma verba de 1.000€ para atualizar e reforçar o fundo documental destinado a suportar o empréstimo e a circulação das obras". A iniciativa, que teve uma enorme adesão, lançou também um concurso e promete ser estendida a outros contextos. Ver: http://www.pnl2027.gov.pt/np4/10minutosaler.html [acesso 20-1-2020].

[26] Durante o período de confinamento da COVID-19, a Biblioteca organizou atividades como a gravação e difusão diárias de um conto em *Lar Doce Ler – Vamos contar-te uma história* e, com outras, o serviço de Bibliotecas Municipais *take-away*.

res variadas, propiciador da criação de um ambiente que facilmente acolhe a ficção e predispõe para o sonho e a imaginação que ela desperta.

Por fim, mas não menos importante: as famílias estão hoje, apesar da permanência de desigualdades sociais inaceitáveis, muito mais predispostas para cuidar da leitura das crianças do que há meio século atrás, quando uma fatia considerável de portugueses era analfabeta. Assim como foi possível incutir hábitos de higiene oral a partir do envolvimento dos pais, também é possível incutir hábitos de leitura com a cumplicidade deles. Que têm, hoje, um nível bem mais elevado de habilitações literárias do que há umas décadas, compreendendo melhor, portanto, o contributo da leitura para o crescimento harmonioso das crianças e jovens.

Além de todos estes incentivos à leitura, temos de contar, acima de tudo, com o envolvimento profissional dos professores, nomeadamente dos de Português. Da formação inicial deles, tem de fazer parte uma sólida formação científica e, inevitavelmente, o gosto de ler, pois não é possível motivarmos para uma atividade se não gostarmos dela.

No que à formação sólida diz respeito, refira-se que, no espaço das Unidades Curriculares de Didática do Português, os estudantes tomam contacto com trabalhos científicos que relacionam, por exemplo, a compreensão leitora com o conhecimento linguístico (Costa, 1992). Esse texto clássico é de leitura e discussão obrigatórias. Mas outra investigação, mais recente, entra na aula e é disponibilizada aos estudantes. A tese de Batalha (2018) que trata das relações entre o conhecimento explícito da língua e a competência de leitura, mostrando os avanços nesta área resultantes do trabalho explícito com alguns mecanismos de retoma pronominal, ou melhor, com a identificação mais rápida de antecedentes de alguns pronomes, é também apresentada aos estudantes. Entram igualmente nas nossas aulas os trabalhos desenvolvidos por Costa (2016) e Amaral (2009), para dar apenas mais dois exemplos de como o conhecimento da investigação na área pode traduzir-se em ideias e projetos pedagógicos mais fundamentados cientificamente para melhorar a competência leitora e, assim, incentivar o prazer de ler.

Mas o incentivo à leitura não se consegue concretizar através de mediadores que não gostem de ler. Não é eficaz se os professores não tiverem o hábito de partilhar as suas leituras. Por isso vimos organizando, há muitos anos, nas aulas de Didática do Português, nuns anos com mais e noutros com menos sucesso, uma atividade de escrita sobre os livros que vamos lendo. Há um caderno que circula entre quem nele quiser escrever sobre as suas leituras, assim as partilhando com os outros. Quando passa de mão em mão, o caderno traz-nos a palavra dos outros sobre os livros que vão sendo lidos. Às vezes são sugestões, outras vezes desafios. Uns textos vêm acompanhados de desenhos, de fotografias, de colagens. Cada um é livre de registar o

que a leitura lhe propôs. Outra atividade frequente nas aulas de Didática é a leitura inicial de uma crónica que não se discute depois, mas serve como pretexto para entrarmos todos no silêncio que a leitura requer, e que é também o da reflexão e da participação na aula. Com estas atividades, pretende-se mostrar como se faz fazendo, isto é, espera-se também que os jovens futuros professores as possam replicar quando estiverem com os seus alunos, no caso de delas terem tirado algum proveito e exemplo.

Quando se fala em sólida formação científica, não estamos a limitá-la às Ciências da Linguagem, à Literatura ou aos conhecimentos de Didática. Estamos a pensar numa aprofundada formação científica que inclua também as Unidades Curriculares que abrangem a área a que hoje se chama Formação Educacional Geral, herdeira das Ciências Pedagógicas de que acima se falou. Estamos ainda a pensar numa formação que contemple a relação entre as novas tecnologias e o ensino, não apenas devido ao sobressalto que a COVID-19 causou nas nossas rotinas e nas nossas vidas profissionais e pessoais, mas porque o ensino das gerações atuais tem de obrigatoriamente passar pelo uso inteligente e problematizador dessas novas tecnologias com que, de facto, vivemos.

Este último tópico fez-me alargar os exemplos com que pretendia testemunhar que a FLUP forma professores de Português formadores de leitores. Com efeito, é impossível não equacionar, depois do confinamento a que fomos sujeitos de março a junho de 2020 e da passagem das aulas para ambiente digital, as várias soluções inventivas que alguns dos professores que formámos encontraram para continuar a incentivar a leitura.

PROJETOS COM FUTURO: QUATRO + QUATRO EXEMPLOS

O primeiro projeto a que irei referir-me tem como animadora Sofia Araújo[27], acontece na Biblioteca Municipal de Gondomar, e chama-se Clube de Leitura da Câmara Municipal de Gondomar. Os leitores, de idade e características sociais muito diversas, levantam na Biblioteca, com antecedência, o livro que vai ser discutido. A Sofia convida uma ou mais pessoas para conversarem publicamente com ela sobre esse livro. Seleciona passagens que são lidas, de forma muito expressiva e sedutora, pelos elementos da *In Skené*, Companhia de Teatro. A assistência participa descontraidamente na conversa. E, no final, há uns sumos e umas bolachas cuja função é justificar a demora por ali, no edifício da Biblioteca, enquanto se trocam impressões com os outros elementos do Clube de Leitura[28].

[27] Doutora pela FLUP, onde também se profissionalizou, leciona na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, é investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória" (CITCEM) e faz um pós-doutoramento na Faculdade de Letras.

[28] Conheci o projeto numa discussão sobre *Histórias da Terra e do Mar*, de Sophia de Mello Breyner, em outubro de 2019. Na sessão, participou também Isabel Ponce de Leão.

Tal como o primeiro, também o segundo projeto tem diretamente a ver com o centenário do nascimento de Sophia de Mello Breyner Andresen. E diz respeito à Maratona de leitura da sua obra, levada a cabo na distante Universidade Nacional de Timor Lorosae, maratona animada pelo responsável do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (IC), Paulo Faria, que não foi nosso estudante. Mas foram-no, em contrapartida, muitos dos jovens professores timorenses que leram excertos e poemas de Sophia e cujos alunos prepararam leituras também. E foi por esses alegres mensageiros que tive conhecimento da iniciativa, na qual, aliás, por uma feliz coincidência, também participou o escritor angolano Ondjaki, na ocasião em Timor-Leste.

O terceiro projeto é a Associação LER (Livros e Risos), sediada em Estocolmo, animada por Catarina Stichini e Telma Rodrigues[29] e que procura promover a leitura junto de crianças falantes, na sua maioria, de Português de Herança. Sejam de origem portuguesa, brasileira, cabo-verdiana ou de um outro país da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), estas crianças só mantêm contacto com a língua portuguesa, muitas vezes, em casa. Embora a Suécia tenha um generoso projeto de ensino das línguas maternas das crianças cujas famílias acolhe, é fundamental que a ligação dessas crianças à língua não se restrinja às horas de aula de Português, que nem todas frequentam e são escassas. Daí a importância de atividades motivadoras em torno dos livros em português.

Por fim, mais perto de nós. No ano letivo de 2019-20, na turma de Didática do Português I dos Mestrados em Ensino (com Português)[30], as tarefas de planificação e preparação de aulas, sobretudo no módulo de pedagogia da Leitura, foram organizadas em torno da obra de Sophia, nascida no mesmo ano da primeira Faculdade de Letras. Também assim se procurou ensinar fazendo, isto é, a defesa de que a escola não pode fechar-se ao mundo foi exemplificada abrindo a aula da FLUP para o seu exterior, em primeiro lugar, para as comemorações do centenário do nascimento da escritora. Os discentes, encaminhados pela colega Sónia Rodrigues e por mim, escolheram contos e poemas da autora e prepararam atividades, tarefas, planos de aula, materiais, percursos pedagógicos vários. Com esse trabalho realizado, a abertura ao exterior deu novo passo: os estudantes deslocaram-se, acompanhados pela Sónia Rodrigues, à escola EB 2/3 Dr. Leonardo Coimbra Filho, um estabelecimento de ensino que integra o programa TEIP (Territórios

[29] Docentes de Português em Estocolmo e ex-estudantes do Mestrado em Português Língua Segunda / Língua Estrangeira.

[30] Mais propriamente do Mestrado em Ensino de Português no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário e do Mestrado em Ensino de Português e de Língua Estrangeira no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário nas áreas de especialização de Alemão ou Espanhol ou Francês ou Inglês.

Educativos de Intervenção Prioritária)[31], onde, acolhidos pela docente de Português, Paula Gomes, puderam lecionar aulas no âmbito do 8.º e do 12.º anos de escolaridade. A experiência foi decisiva para muitos deles confirmarem que a futura profissão tinha sido bem escolhida. Os alunos da escola gostaram muito da presença dos jovens quase professores, e os nossos estudantes também valorizaram muito a intervenção. A professora encarregada das turmas dinamizou com os seus alunos, posteriormente às intervenções dos nossos estudantes, a leitura em voz alta de textos de Sophia. E esses alunos vieram ler à Faculdade de Letras, no dia 6 de novembro de 2019, aquando da celebração do colóquio internacional *Sophia e o nome das coisas – Pensamento e obra em Sophia de Mello Breyner*, onde, em conjunto, a professora da escola, as duas docentes responsáveis pela UC de Didática do Português e os estudantes apresentaram uma comunicação intitulada "Sophia na escola: a promoção da leitura e a educação literária". Eis um terceiro tempo de abertura da aula de Didática ao exterior.

Passarei, rapidamente, a apresentar mais 4 projetos que são sementes seguras de promoção da leitura, ou seja, são projetos com futuro. Estes confirmam que, da formação sólida dos futuros professores de Português tem de fazer parte um convívio frequente com as novas tecnologias e, sobretudo, uma capacidade de problematizar o seu uso que permita utilizá-las com eficácia e não como instrumentos de alienação[32].

Se os primeiros projetos se relacionavam entre si através do centenário do nascimento de Sophia de Mello Breyner Andresen, predominantemente, porque era o tempo próprio para essa comemoração, os últimos resultam da pandemia que obrigou o Mundo a confinar-se em 2020 e também, porque este tempo coincidiu com as celebrações do Primeiro Dia Mundial da Língua Portuguesa, decretado pela UNESCO para 5 de maio.

Volto a Timor. A semana do Dia Mundial da Língua Portuguesa, uma das duas línguas oficiais do jovem país, foi festejada pela Universidade Nacional de Timor Lorosae e pelo Centro de Língua Portuguesa do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, com a gravação de 127 leitores. Dos pequeninos aos mais velhos, dos anónimos a Ramos Horta, professores, alunos, religio-

---

[31] https://www.dge.mec.pt/teip [acesso 18-12-2019]. Segundo esta página, o programa é "uma iniciativa governamental, implementada atualmente em 137 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios economica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos".

[32] Nesta preparação, inclui-se o trabalho realizado no âmbito das Unidades Curriculares *Produção de Materiais Didáticos em Português* e *Didática do Português Língua Não Materna*, e a investigação e dinamização da área das novas tecnologias e ensino de línguas que vêm sendo feitas, na FLUP, pela colega Maria de Fátima Outeirinho.

sas, timorenses, portugueses, brasileiros, escolheram textos de autores da CPLP e leram-nos, organizando, em tempo *record*, um repositório de belíssimos exemplos de literaturas em português.

Já o leitorado do Camões Instituto da Cooperação e da Língua de Estocolmo[33] assinalou a mesma data festiva com uma atividade de leitura que durou todo o dia 5 de maio, intitulada *Da minha janela ouve-se a língua portuguesa*[34]. Nas diferentes gravações desfilaram, perante o nosso orgulho de formadores, também um grupo de ex-estudantes do Mestrado em Português Língua Segunda / Língua Estrangeira, hoje espalhados literalmente pelos quatro cantos do mundo, do Chile a São Tomé e Príncipe, de Montevideu à Cidade da Praia. Estas leituras *online* foram de grande qualidade, com textos bem selecionados e expressivamente lidos, sempre no enquadramento arejado de uma janela (a tal de onde se ouve a língua portuguesa), talvez por o desafio ter sido tão criativo.

De Estocolmo ainda, e de um grupo a cujas atividades me referi acima, o LER (Livros e Risos), chegou-nos notícia de que, à falta de as pessoas se poderem juntar fisicamente num mesmo espaço, o "Clube de Leitura" passaria a funcionar *online*, mas não iria desistir da discussão em grupo dos livros previamente selecionados.

Deixo para último a referência à única destas atividades de promoção da leitura que não tem como protagonistas professores formados na FLUP. Trata-se da referência à "Hora da leitura" do #EstudoEmCasa[35], atividade transmitida, durante o confinamento[36], em sessões de meia hora, na RTP Ensina, para os 1.º e 2.º anos do Ensino Básico. Tendo constatado que as aulas *online* não atingiam devidamente e por igual a população escolar mais jovem e que as desigualdades sociais se iriam acentuar pelo facto de nem todas as crianças e jovens disporem de computador e mesmo de Internet, o Ministério da Educação procurou aliviar as falhas detetadas, organizando um conjunto de aulas pela televisão. Tais aulas, longe de se limitarem a servir as crianças portuguesas, foram aproveitadas, segundo as notícias[37], também um pouco por todo o universo da CPLP, com o Brasil incluído, mas também

[33] Cuja responsável não foi nossa estudante.

[34] Atividade cujo título se inspira de perto em Vergílio Ferreira e no texto *A Voz do mar*, lido pelo autor em 1991, na cerimónia de atribuição do Prémio Europália, em Bruxelas.

[35] https://www.rtp.pt/play/estudoemcasa/p7149/e467773/hora-da-leitura-1-e-2-anos [acesso 27-5-2020]. Ver também a aplicação homónima para *smartphone.*

[36] Notícias recentes informam que o #EstudoEmCasa irá ter nova edição brevemente, com novas aulas e alargando-se ao Ensino Secundário (cf. https://www.jn.pt/nacional/estudo-em-casa-alargado-ao-ensino-secundario-12707771.html [acesso 14-10.2020].

[37] https://www.dn.pt/edicao-do-dia/26-mai-2020/la-fora-a-telescola-portuguesa-salva-o-ano-perdido-de-alunos-sem-aulas-12229990.html [acesso 26-5-2020].

ajudaram muitas das crianças que, pelo mundo fora, falam hoje Português de Herança. Ora das atividades organizadas neste contexto de emergência, fazia parte esta "Hora da leitura" e o entusiasmo despertado foi tão grande que *A Casa da Mosca Fosca*[38] esgotou nas principais livrarias. Não fomos nós que formámos estes últimos professores, incentivadores do gosto de ler. Mas poderíamos ter sido e gostaríamos de ter sido. São, com certeza, professores que gostam de ler.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou relacionar a formação inicial de professores de Português que se tem feito na Faculdade de Letras da Universidade do Porto com o fomento da leitura. Tentou, através de exemplos concretos, mostrar como essa formação dotou os jovens professores de conhecimentos, competências e convicções que fizeram deles promotores da leitura.

Gostaria de terminar esta reflexão com uma citação de Graciete Vilela (2005), de um texto a que sempre volto: *Sobre o ensino da literatura: os ensinamentos de Xerazade*. Diz assim a citação com que termino:

> (…) para se ensinar a ler, para administrar sabiamente o veneno da literatura, é preciso que os professores amem a literatura: «Não se pode conhecer, nem estudar, nem ensinar, nem viver, aquilo que, no fundo e em verdade, se não ama» (Jorge de Sena, 1961:103). E esse amor da literatura reconhece-se no modo como o professor pega num livro, como lê os textos, como fala deles, como evidencia a sua própria experiência de leitor e de amador de livros. Eduardo Prado Coelho fala de uma "pedagogia alucinada": «Todos os professores que ensinam a ler deviam ensinar os pequenos gestos de loucura mansa que a leitura implica (...). Uma verdadeira pedagogia teria de ser assim mesmo: alucinada. Alucinada, repito. E inscrevo a palavra no sentido da luz que a atravessa. Porque toda a leitura implica uma concentração de luz, e a noite em redor». O professor de literatura, nesta perspectiva, é um leitor compulsivo e, simultaneamente, um exemplo de vivência cultural e de curiosidade intelectual. Só assim conseguiremos fazer passar a corrente magnética que une leitores e livros, provando que, ao contrário do que diz o poeta, o sol não doira sem literatura.

Não nos esqueçamos de que foram as histórias a salvar Xerazade da morte. E a leitura é a melhor forma de chegarmos a elas. Por isso uma instituição há cem anos a formar professores que incentivam a leitura merece admiração, reconhecimento e uma pontinha de orgulho.

---

[38] Um dos primeiros livros apresentado às crianças na "Hora da leitura", 1.º e 2.º anos, do #EstudoEmCasa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José [et al.] (2019) – *Para lá da tarefa: implicar os estudantes na aprendizagem de línguas estrangeiras no ensino superior.* Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto.

AMARAL, Rosa Maria (2009) – *A Metáfora na compreensão e interpretação do texto literário*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Tese de Doutoramento.

BOHLIN, Karen (2005) – *Teaching character Education through Literature: awakening the moral imagination in secondary classrooms*. New York; London: Routledge.

COSTA, José António (2016) – *As Pontes entre Didática e Linguística: o possível e o necessário: contributos da Linguística sincrónica e diacrónica para o ensino implícito da modalidade e dos verbos modais no 1.º ciclo.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

COSTA, Maria Armanda (1992) – O Processo de compreensão na leitura e o conhecimento linguístico. In *Para a Didáctica do Português: seis estudos de Linguística*. Org. M. R. Delgado. Martins… [et al.]. Lisboa: Edições Colibri, p. 75-117.

DACOSTA, Luísa (2008) – Um Olhar Naufragado: *Diário II*. Porto: Edições ASA.

DACOSTA, Luísa (2005) – *Na água do tempo: Diário.* 3.ª ed. Porto: Edições ASA.

DACOSTA, Luísa (1977) – *O Teatrinho do Romão*. Porto: Figueirinhas.

DELORS, Jacques, coord. (1996) – *Educação: um* tesouro *a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI*. Porto: Edições ASA.

DUARTE, Isabel Margarida (2010) – Gramática, Literatura e Ensino do Português: uma exemplificação em três tempos. In *As Interfaces da gramática*. Org. M. H. M. Neves. Araraquara: Laboratório Editorial UNESP; S. Paulo: Cultura Acadêmica Editora, p. 279-293.

DUARTE, Isabel Margarida (2008) – Ensino da língua portuguesa em Portugal: o texto, no cruzamento dos estudos linguísticos e literários. In *Língua portuguesa, educação & mudança*. Org. Cláudio Cezar Henriques e Darcília Simões. Rio de Janeiro: Editora Europa, p. 210-232. Disponível também em: http://www.filologia.org.br/ixfelin/trabalhos/pdf/32.pdf.

DUARTE, Isabel Margarida, org. (2001) – *Gavetas de leitura: estratégias e materiais para uma Pedagogia da leitura*. Porto: Edições ASA.

ELLISON, M. [et al.], ed. (2018) – *As Línguas estrangeiras no ensino superior: propostas didáticas e casos em estudo.* Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras.

FIGUEIREDO, Olívia (2005) – *Didáctica do Português Língua Materna: dos programas de ensino às teorias, das teorias às práticas*. Porto: Edições ASA.

FONSECA, Fernanda Irene (2000) – Da inseparabilidade entre o ensino da língua e o ensino da literatura. In *Didáctica da língua e da literatura*. Org. Carlos Reis… [et al.]. Coimbra: Almedina; ILLP, Faculdade de Letras, vol. 1, p. 37-45.

FONSECA, Fernanda Irene; DUARTE, Isabel Margarida; FIGUEIREDO, Olívia, org. (2001) – *A Linguística na formação do professor de Português*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto. Disponível também em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18474.

GARRETT, Almeida ([19--]). *Viagens na minha terra.* Porto: Porto Editora. 1ª ed.: 1846.

GRÁCIO, Rui (1983) – A História da história da educação em Portugal: 1948-1978. *Revista Cultura, História e Filosofia*. 2, 135-184.

LEAL, António [et al.] (2019) – *A Linguística na formação do professor: das teorias às práticas*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Centro de Linguística.

LIMA, Maria Isabel (2014) – *A Escola, um espaço privilegiado para a promoção da leitura: reflexões, contributos, estratégias, experiências e sugestões*. Porto: Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado.

MARCHÃO, Joana (2018) – *Relações entre conhecimento explícito da língua e a competência de leitura.* Lisboa: Universidade Nova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tese de Doutoramento.

MEJUTO, Eva; MORA, Sérgio, il. (2010) – *A Casa da mosca fosca*. Matosinhos: Kalandraka.

MENDONÇA, Maria (2014) – *O Comentário do texto literário no 3.º ciclo do Ensino Básico: ética e estética.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

MORAIS, Olinda (2014) – *Como estimular o gosto pela literatura nas aulas de Português: das teorias às práticas pedagógicas.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

PINTO, Maria da Graça (2013a) – Bilinguismo e cognição: como explicar os desempenhos em tarefas de repetição de dígitos e de frases? In *Português língua não materna: investigação e ensino*. Org. M. A. Moreira, R. Bizarro e C. Flores. Lisboa: Lidel, p. 47-68.

PINTO, Maria da Graça (2013b) – A Leitura e a escrita: um processo conjunto assente numa inevitável cumplicidade. *Letras de Hoje*. 48:1, 116-126.

PINTO, Maria da Graça (2013c) – Plurilinguismo: um trunfo? *Letras de Hoje*. 48:3, 369-379.

PINTO, Maria da Graça (2009) – *A Linguagem ao vivo: textos seleccionados*. Org. Isabel Margarida Duarte, Olívia Figueiredo e João Veloso. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Cadernos de Apoio Pedagógico da FLUP; C06).

PINTO, Maria da Graça (2007) – The Orient-express or inter-rail: a brief metaphorical look at foreign language learning as part of general learning process. In *Psycholinguistic studies*. Ed. P. Ilieva-Baltova... [et al.]. Sofia: Riva Publishers, p. 127-150.

PINTO, Maria da Graça (2005) – Da Psicolinguística: um verbete que se tornou ensaio. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Org. Graça Rio-Torto, Olívia Figueiredo, Fátima Silva. Porto: Faculdade de Letras. vol. 2, p. 571-583.

PINTO, Maria da Graça (2001) – Só me faltava a psicolinguística... In *A Linguística na formação do professor de Português*. Org. Fernanda Irene Fonseca, Isabel Margarida Duarte, Olívia Figueiredo. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, p. 135-152. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18474.

PINTO, Maria da Graça (1998) – *Saber viver a linguagem: um desafio aos problemas de literacia*. Porto: Porto Editora.

POSLANIEC, Christian (2006) – *Incentivar o prazer de ler: actividades de leitura para jovens*. Porto: Edições ASA.

RABATEL, Alain (2017) – Empathie et émotions argumentées en discours. In *Pour une lecture linguistique et critique des médias: empathie, éthique, point(s) de vue*. Limoges: Lambert-Lucas, p. 265-276.

RIBEIRO, Bernardim (1938) – *O Livro da menina e moça…* Prefácio e notas de António Salgado Júnior. Lisboa: [s. n.]. (Colecção Autores de Língua Portuguesa. Textos Literários).

RIBEIRO, Mara (2015) – *As Estratégias da compreensão leitora no ensino do português e do espanhol: contributos teórico-práticos.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES, Sónia (2017) – O Ensino do Português nas primeiras décadas do século XXI. In JUSTINO, David; MIGUÉNS, Manuel – *Lei de Bases do Sistema Educativo: balanço e prospetiva*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, vol. 1, p. 247-291.

SANTOS, Aida (2003) – Do amor aos textos ao gosto pela língua: alguns equívocos sobre o ensino do Português. In ENCONTRO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS, 7.º, Lisboa, 2002 – *Homenagem a José Saramago: a língua-mãe e a paixão de aprender*: *actas*. Porto: Areal, p. 108-123.

Sciences Humaines. Le pouvoir des livres: comment la littérature peut changer notre vie. 321 (jan. 2020).

SILVA, Vítor Aguiar e (2008) – Horizontes de uma nova interdisciplinaridade entre os estudos literários e os estudos linguísticos. In *Conferência Internacional sobre o Ensino do Português: actas*. Org. Carlos Reis. Lisboa: Ministério da Educação, DGIDC, p. 19-32.

SILVA, Vítor Aguiar e (2005) – Sobre o regresso à Filologia. In Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres, Braga, 2005 - *Gramática e Humanismo*: *actas*... Ed. Miguel Gonçalves… [*et al*.]. Braga: Universidade Católica Portuguesa, vol. 1, p. 83-92.

STEINER, George (2014) – *Linguagem e silêncio: ensaios sobre a Literatura, a linguagem e o inumano*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Gradiva.

STOER, Stephen R. (2008) – Notas sobre o desenvolvimento da Sociologia da Educação em Portugal. *Educação, Sociedade & Culturas*. 26, 113-132.

VILELA, Graciete (2005) – Sobre o ensino da literatura: os ensinamentos de Xerazade. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Org. Graça Rio-Torto, Olívia Figueiredo, Fátima Silva. Porto: Faculdade de Letras, vol. 2, p. 633-641.

VILELA, Graciete (1995) – Estratégias de leitura. *Rumos: jornal de informação pedagógica*. 10, 4.

VILELA, Graciete (1995) – A Leitura da obra integral no Ensino Básico. *Rumos: jornal de informação pedagógica*. 4, 15.

PAULO TUNHAS, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA

LEONARDO COIMBRA E OS SISTEMAS FILOSÓFICOS DO SEU TEMPO

Quero dizer em primeiro lugar a grande honra em estar aqui para falar um pouco do sistema filosófico de Leonardo Coimbra e agradecer o generoso convite que para tal me foi feito. Foi com imenso prazer que pude trabalhar sobre essa importante construção filosófica que é *O Criacionismo*, publicado originalmente em 1912. Procurando responder ao tema que me foi sugerido – "Leonardo Coimbra e os sistemas filosóficos do seu tempo" –, pensei primeiro em pôr em relação o sistema de Leonardo Coimbra com os grandes sistemas filosóficos do idealismo britânico, que se originam em finais do século XIX e se prolongam nas primeiras décadas do século XX. Eles foram magnificamente estudados num livro recente de William J. Mander, *British Idealism: a History* (2014), tal como a sua crítica foi analisada por Peter Hylton, em *Russell, Idealism and the Emergence of Analytic Philosophy* (2007). O que me atraiu nesta hipótese foi a possibilidade de comparar o construcionismo que trabalha esses sistemas e o que encontramos em Leonardo Coimbra – algo tão mais interessante quanto creio poder afirmar que nenhuma influência, direta ou sequer indireta, dos primeiros no segundo, cuja cultura filosófica era sobretudo francesa, é verosímil. E, no entanto, vários processos de construção filosófica são afins nestes autores. Acontece que algo me impediu de prosseguir esse plano, e a razão foi a extraordinária riqueza conceptual de *O Criacionismo*, que me obrigou a centrar o meu interesse na própria obra. Não que não tenha, em obediência à sugestão que me foi feita, procurado referir filosofias contemporâneas da de Leonardo Coimbra – e suas anteriores e posteriores –, nomeadamente a de Bergson. Mas falarei sobretudo de *O Criacionismo* propriamente dito.

Lidarei, por esta ordem, com os seguintes temas:

1. A ideia de sistema.
2. A oposição cousa-noção.
3. A liberdade e a construção.
4. O racionalismo e o domínio do intuitivo.
5. O determinismo.
6. O direcionismo.
7. A metafísica monadológica.

Mas é preciso começar por algumas palavras sobre a estrutura da obra[1]. Ela divide-se em dois Livros: o primeiro, dedicado a uma análise científica, que é uma exploração de um número reduzido de noções científicas fundamentais para compreender a estrutura do mundo; o segundo, a uma síntese filosófica, visando uma tradução metafísica dessas mesmas noções. O todo compõe-se como um progresso encarado como uma racionalização crescente dessas noções. A análise científica lida consecutivamente com a questão do método e as noções de número, espaço, matéria, vida, espírito e sociedade. A dialética científica conduz-nos do número à pessoa. A síntese filosófica aborda, em primeiro lugar, o criacionismo através da sua confrontação com um vasto número de outros sistemas filosóficos ao qual se opõe; e, em seguida, desenvolve uma metafísica, de inspiração leibniziana, não superficial, mas profunda, alicerçada na exploração dos conceitos de mónada e de Deus. O criacionismo é, como síntese filosófica, uma doutrina da radical mobilidade nocional, que interdita a cousificação – palavra cara a Leonardo Coimbra, à qual voltarei – de toda e qualquer noção. Como metafísica, é uma monadologia fundada no princípio de uma ação ininterrupta das mónadas. Esta dupla definição, por mais abstrata e geral que seja, deverá bastar-nos no início. A pouco e pouco, ver-se-ão os seus contornos mais precisos.

Não se deve perder de vista a natureza sistemática do projeto de Leonardo Coimbra. O subtítulo de *O Criacionismo* é "Esboço de um sistema filosófico", e trata-se, com efeito, de um sistema aquilo que nos é proposto. O criacionismo é um sistema metafísico. Um sistema que se opõe a outros sistemas, a partir de um critério que lhe é próprio. A filosofia concebida como sistema almeja ser uma exploração completa de pensamento – algo que captura em si a totalidade dos objetos pensáveis, distintamente das ciências, que são sistemas para e por si limitados, como escreve Leonardo Coimbra,

[1] Lidarei aqui unicamente com *O Criacionismo*. Para não sobrecarregar o texto com notas de rodapé, não farei, quando cito Leonardo Coimbra, a referência às páginas. Os inconvenientes deste procedimento são largamente diminuídos pelo facto de a edição do livro nas *Obras Completas* (vol. I, tomo 2), sob a coordenação científica de Ângelo Alves (Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 2004), contar com um muito exaustivo índice sistemático que facilita a identificação das passagens.

mais precisamente sistemas de condicionalismos para pensarmos determinado tipo de objetos, como, por exemplo, a matéria ou a vida. O mundo, no seu conjunto, tal como o conjunto das ciências o pensam, é um sistema de noções em si e para si, noções inferiores e noções superiores – como as de matéria e de vida, por exemplo, ou de vida e consciência –, possível pelos mais vigorosos esforços de sistematização, que mantém, no entanto, linhas de isolamento entre as suas diversas partes (suprimi-las seria abolir a ciência). Não um sistema de coisas: um sistema de noções – voltarei a esta questão –, ou, se se preferir, um sistema de teorias, elas próprias definidas como sistemas de noções construídas pela ação do espírito como liberdade. O Universo físico é um sistema de sistemas. A passagem do sistema físico para o sistema metafísico, do pensamento científico para o pensamento filosófico, procede por um acréscimo de racionalização, que é igualmente um aumento de realidade: a realidade é o máximo racional da sistematização das noções, um sistema dialético de noções. Muito leibnizianamente, Leonardo Coimbra dirá, no final do livro, que a mónada religiosa será aquela que, tendo vivido no todo, melhor encontrará o sistema.

A dialética nocional sistemática de Leonardo Coimbra assenta na oposição mais forte, e incansavelmente repetida, do livro: a oposição entre coisa – Leonardo escreve "cousa", e usarei essa grafia – e noção. A ciência "é de noção e não de cousas", escreve Leonardo Coimbra. O preconceito cousista oculta a estrutura nocional das ciências. Resumindo um aspeto essencial do criacionismo, diz: "não admitimos a existência de *cousas*. A *cousa* é o maior pecado filosófico. Mostraremos como o erro de todos os sistemas tem sido a tendência de *cousar*", o deslumbramento provocado pela "sedução cousista". O verbo "cousar" designa o erro científico e filosófico por excelência. Devemos recusar a existência de cousas ou, até, do que Leonardo Coimbra chama "semicousas". Há um delírio realista da cousação que o criacionismo tem por missão contrariar. A cousa é a *bête noire* do criacionismo. A verdadeira construção científica, por exemplo, não procede por cousação da matéria. A cousação da perceção conduz-nos à precipitada admissão de um objeto fora de nós. A metafísica das noções do pensamento vulgar é a metafísica do tato (embora a visão possa também dela participar, como o mostra a ideia de "ver o átomo") e cabe ao criacionismo purificar as noções do pensamento vulgar, conduzi-las à dialética científica (de que um certo materialismo, o "materialismo falante", é uma cousação, bem como o cientismo) e, depois, à reflexão filosófica. Há, em Leonardo Coimbra, um movimento que se inicia pela dialética científica, passa pela dialética artística e termina com a dialética filosófica. Todos os fanatismos, em qualquer domínio que seja (cognitivo, estético ou moral), relevam do "vício de cousar", de tudo traduzir em inerte. O próprio Bergson – talvez o filósofo

seu contemporâneo de que se sente mais próximo: ele é "um esplêndido narcótico contra o cousismo científico moderno" – procede a uma cousação do mundo em imagens e a uma cousação do tempo concreto. O seu mobilismo, embora proteste contra os cousismos inferiores estáticos, é um cousismo do nível médio da vida fisiológica e psicológica, é o cousismo do fluxo, da atividade criadora sem determinações ideais, do ritmo vital, do tempo biológico. A dialética estética e o próprio cómico – ver o livro de Bergson sobre o riso, *Le Rire: essai sur la signification du comique* (1900) – são cousados pelo bergsonismo. E se é assim com Bergson, como não será com os outros? O evolucionismo de Herbert Spencer representa um cousismo de nível inferior ao de Bergson. Spencer cousou o sentimento vital de esforço, os aspetos da evolução. Toda a dialética científica é cousada pela tradição filosófica. Comte cousava "no nível da média atitude mental": "A ciência deixa de ser uma dialéctica construtora da realidade, para ser um instrumento informador duma realidade absolutamente realizada fora de si", e o positivismo comtiano acaba num "cousismo da dialéctica do sentimento", dialética essa que, para Leonardo Coimbra, se mostra de forma livre na arte, na sua "marcha dialéctica": "A dialéctica estética é o progresso vivo da personalidade". Em Kant, encontramos uma cousação da sensibilidade, do entendimento e da razão, cousação essa da qual procede a teoria das faculdades, que Leonardo Coimbra rejeita: "Pensar, sentir e querer não são faculdades de uma substância, mas momentos contemporâneos e harmónicos desse irredutível psicológico que é a consciência". A cisão kantiana entre razão teórica e razão prática é uma consequência do cousismo. A coisa em si kantiana é o paradigma da cousação, e dessa errónea cousação nascem as antinomias. De facto – solução criacionista – não há antinomias porque não há coisas em si. A distinção entre fenómeno e núneno é arbitrária e cousista. As filosofias que menos pecam do vício cousista são – conjuntamente com a de Bergson, supõe-se – a de Fichte e a de Hegel. Mas mesmo Hegel cousa todo o conhecimento e o dinamismo é puramente uma dialética de pensamentos já feitos. Do mesmo modo, Tomás de Aquino cousa o Deus católico. No que diz respeito à estética, "certas ideias podem ser esgotadas e passar a símbolos cousistas, postos em Arte sem a construção dialética, que lhes dê vida e significado". "Em arte, como em ciência, o real é ideal e não substancial e cousista". No plano ético, o Mal reside na cousação da vida moral, ele consiste no cousismo moral da pessoa. "O mal é a cegueira, a bruteza, o *cousismo* do pensamento ou do sentimento", escreve. O criacionismo, em contrapartida, recusa-se a cousar qualquer noção científica, esforça-se em pensar fora do vício cousista. O que conduzirá, voltarei a esta questão no fim, Leonardo Coimbra ao monadismo. As mónadas, puras ações, encontram-se nos antípodas das coisas.

Bergson merece, neste contexto, mais algumas palavras, que deveriam, de resto, ser acompanhadas por uma referência detalhada ao escrito que Leonardo Coimbra lhe dedicou, *A filosofia de Henri Bergson* – e não o serão. Há alguma injustiça na crítica que *O Criacionismo* lhe faz, embora nada de comparável àquela que Heidegger, em *Ser e tempo*, desenvolve: a conceção do tempo em Bergson prolongaria a conceção clássica da metafísica, que Heidegger procura subverter – ou, na sua linguagem, destruir –, pertencendo ao próprio Heidegger o corte efetivo com essa tradição. Conhecem-se as análises de Bergson em *L'Évolution créatrice* (1907). Alguns processos através dos quais a inteligência opera são a descontinuidade, a linguagem, a fabricação e a fixação. Ou a perceção: "a nossa percepção consegue solidificar em imagens descontínuas a continuidade fluida do real". O espírito (no sentido de: inteligência) tudo faz par obter "imagens estáveis da instabilidade", escreve em *La Pensée et le mouvant* (1941), acrescentando: "A nossa faculdade normal de conhecer é (…) essencialmente uma potência de extrair aquilo que há de estabilidade e de regularidade no fluxo do real". Perceção, inteligência e linguagem (é a "operação essencial da linguagem", *L'Évolution créatrice*) são potências estabilizadoras que só admitem o devir através da sua recomposição cinematográfica. Toda essa atitude tem historicamente a sua origem na filosofia antiga, a "filosofia inata do nosso entendimento", a "metafísica natural da inteligência humana" (*L'Évolution créatrice*): aquilo que é imóvel – o *eidos* – possui um maior grau de realidade do que aquilo que se encontra em movimento, a física não é senão a lógica deteriorada. A filosofia moderna, mecanicista, nada faz senão retomar os pressupostos essenciais da filosofia antiga, visando a utilidade prática (*L'Évolution créatrice*) – e, enquanto apenas a utilidade prática é visada, nada há a censurar a tal atitude" (*La Pensée et le mouvant*). A conceção é, no entanto, completamente errada do ponto de vista filosófico, já que nos faz por inteiro esquecer a fluidez do real e interdita a compreensão da criação do novo no mundo. Poder-se-á, por estas breves passagens, medir a injustiça do diagnóstico que *O Criacionismo* faz do pensamento de Bergson, que, com todas as evidentes diferenças, não é menos crítico da "cousação" do que o de Leonardo Coimbra e do que a filosofia hegeliano-marxista, prolongada por Lukács e Adorno, o é quanto à célebre "reificação".

Voltemos a Leonardo Coimbra. Às coisas opõem-se as noções, que possuem um dinamismo intrínseco – as noções não são estáticas – e constituem momentos dialéticos da ação racionalizante do pensamento. Há uma permanente recomposição das noções. Escreve Leonardo Coimbra: "Caminhamos, de determinação em determinação, enchendo incessantemente o significado das noções. De cada ponto do horizonte mental partem noções, classificando, medindo, explicando. Por vezes encontram-se e são novas noções, que

devem ser a síntese explicativa dos determinismos parciais e da sua convergência". A "doutrina da ciência" (como não pensar em Fichte?) é uma dialética das noções. O progresso é nocional: "É por virtude das noções que se teoriza e progride", e não pela "vaga imaginação poética", pelo "cousismo poético da representação metafórica". Deste modo, o número é uma noção: "A noção científica mais geral e fecunda é a de número", escreve. A inércia é uma noção. O mecanismo é uma noção. O perigo fundamental com as noções é a redução das noções posteriores às noções anteriores – da vida à matéria, por exemplo, ou do espírito à vida –, já que tal redução funciona como uma cousificação da noção, uma violência à dialética da ciência: "É impossível tirar, da matéria, a vida e a consciência; são noções cientificamente irredutíveis". Irredutível significa incondicionado: "Os incondicionados são as noções irredutíveis que o pensamento científico nos mostrou. Os condicionados são os determinismos, que essas noções realizam". Tal tentativa de redução das noções posteriores às anteriores, ou superiores às inferiores, conduz, como se disse, ao cousismo: "A tentativa de deduzir as noções superiores das inferiores é inútil e equívoca, só nos pode levar a cousismos mais ou menos viciosos e incompletos". Cada realidade, assente em noções irredutíveis, que são o verdadeiro motivo da sua existência, possui uma individualidade própria: "Uma realidade será simples de modos diferentes, conforme a sua noção determinante". Assim, "o epifenomenalismo da consciência é contraditório e absurdo", e "a consciência feita com a matéria, ou a consciência duplicação inútil da matéria são absurdas". O que não significa que uma noção possa existir sem as noções suas anteriores: "Como a vida nada seria sem as noções da química e da energética, nada seria a pessoa sem as noções da biologia e da psicologia". As noções são reais "porque a sua essência é pensamento do mundo (racionalização da intuição)". E são construídas. O espírito procede por "construção de noções destinadas a racionalizar uma intuição, em si obscura e insubsistente, de forma a dar-lhe certeza e realidade". Essa racionalização comporta uma hierarquização: a teoria física, por exemplo, comporta uma ordem de noções, uma hierarquia de noções, uma "arquitectura de noções", ela é "o resultado de uma incessante racionalização, pelo mecanismo e pela energética, do complexo intuitivo". Tal dialética de noções deve oferecer comodidade e fecundidade, sem que estes predicados apontem para um convencionalismo do tipo do de Poincaré ou de Duhem ou para a simples economia do pensamento. Comodidade e fecundidade apontam para a verdade: "Comodidade é um modo de dizer verdade, isto é, ordem e dependência das noções, progresso do pensamento". E: "A fecundidade de uma teoria é a sua verdade, isto é, a mediação do desconhecido pelo conhecido, a sua realidade garantida pelo valor dialéctico das suas noções". A própria experiência é produzida pelas

noções: "A experiência é um conjunto de noções e não um dado", ela é "a ordem dialéctica das noções", é pensamento, "dialéctica viva". E a ciência que se elabora através da experiência não é uma mera coligação de dados, de factos – é estruturalmente nocional: "Uma teoria não é nunca um fio atando factos, é sempre um laço interno de unidade entre fenómenos. Se é um laço interno, é porque esses fenómenos, longe de se darem como factos, são postos pelo pensamento como noções". As teorias são "sistemas de noções", deve-se rejeitar a "idolatria do facto", o "cousismo do facto". Mais: a própria sensação é já uma "síntese de noções".

Um equívoco deve aqui ser desfeito: o nocionalismo criacionista não é um idealismo – é um realismo. A livre construção racional, à qual me referirei a seguir, procede pela determinação da realidade a partir de operações sobre complexos intuitivos, que são, na sua essência, irredutíveis, sendo essa irredutibilidade a marca maior do realismo criacionista.

Umas poucas palavras sobre um tema aqui referido de passagem: a economia do pensamento. Trata-se de um princípio sobretudo desenvolvido pelo grande físico e filósofo austríaco Ernst Mach. Encontra-se um bom resumo da sua posição em *O Desenvolvimento da mecânica*, de 1883: "Toda a ciência se propõe substituir e *poupar* as experiências com a ajuda da cópia e da figuração dos factos no pensamento". A linguagem é um "factor de poupança". Mach sugere, no contexto desta discussão da relação entre a linguagem e a economia do pensamento, uma curiosa tese a propósito da escrita chinesa, "verdadeiramente ideográfica". Se pudesse ser simplificada, tornar-se-ia verosimilmente universal: "Um tal sistema teria, de resto, outras vantagens, para além da sua universalidade: a *leitura* de um escrito seria inseparável da sua *compreensão*. As nossas crianças lêem amiúde coisas que não percebem; uma criança chinesa só pode ler aquilo que compreende". Mach liga igualmente o princípio da economia do pensamento à experiência do ensino. Os critérios de simplicidade e beleza, aplicados às teorias científicas, reenviariam igualmente à economia do pensamento. Pierre Duhem, em *A Evolução da mecânica* (1903), exprime o seu acordo com Mach: "Em qualquer domínio, o progresso da Ciência tem por fim conter o máximo de realidade possível numa forma o mais reduzida possível; a essência desse progresso é uma *economia* cada vez maior do pensamento". Trata-se de algo como uma versão epistemológica da "simplicidade das vias" em Malebranche. Também Poincaré, em *Ciência e método* (1908) aplaudiu o princípio machiano: "A importância de um facto mede-se (…) pelo seu rendimento, isto é, pela quantidade de pensamento que nos permite economizar", a economia do pensamento traz uma "satisfação estética", ela é "aquilo que devemos visar", "uma palavra bem escolhida pode economizar pensamento". Para Husserl, nas *Investigações lógicas* (*Prolegómenos*, ## 52-56), que interpre-

ta este princípio (e o do menor esforço, de Avenarius) como um princípio biológico – mais exatamente como um "princípio teleológico de adaptação" (#52) –, trata-se de, reconhecendo a sua validade, limitar o seu alcance: o princípio não nos ajuda particularmente, até nos induz em erro, no estudo das "leis ideais da lógica pura", cuja análise deve preceder a da economia mental (#56). Einstein, cujas palavras nos são relatadas por Heisenberg em *A Parte e o todo* (1969), encontrava na noção "uma coloração demasiado subjectiva" e "um aspecto quase comercial", mesmo reconhecendo-lhe "provavelmente uma parte de verdade". A posição do próprio Heisenberg não era substancialmente diferente. Mais próximo de nós, no matemático René Thom o princípio da economia do pensamento aparece associado ao "desejo de injectar inteligibilidade nas coisas", desejo que tem, entre outras funções, a de "aliviar a tarefa da memória". Seria sem dúvida necessário acrescentar a esta lista de autores o nome de Peirce. Peirce refere-se a Mach, mas, como o diz Nicholas Rescher (*Peirce's Philosophy of Science*, 1978, cap. IV), o alcance da "economia da investigação" em Peirce é mais vasto que o da "economia do pensamento" machiana.

No caso de Leonardo Coimbra, a economia do pensamento não parece especialmente apelativa devido ao realismo nocional da sua filosofia, transparente na posição de irredutíveis resíduos intuitivos. Com efeito, é sobretudo em contextos filosóficos fenomenalistas (Mach) ou convencionalistas (Duhem, Poincaré) que a economia do pensamento adquire maior relevo (o caso de Thom é certamente diferente, bem como o de Peirce). Ora, *O Criacionismo* nada tem que ver com o fenomenalismo ou o convencionalismo.

Voltemos à dialética nocional. Ela conduz-nos a um traço próprio ao criacionismo: a ideia de liberdade – o criacionismo é uma filosofia da liberdade –, que se exprime através da ideia de construção. O criacionismo é, igualmente, um construcionismo. Só o pensamento construtivo é verdadeiramente eficaz, só ele, verdadeiramente, e não o "pensamento substancializado", "é a sua própria garantia", embora a sua autonomia se inscreva no quadro do pensamento coletivo ("as formas do pensamento, as categorias fundamentais, seriam impossíveis sem o pensamento colectivo" – há uma verdade indisputável em Durkheim) e aspire a habitar a "cidade ideal do pensamento, do amor e da acção". Estamos na presença de uma razão construtiva, de uma "permanente e incessante dialéctica construtiva". A herança de Fichte – que Paul Valéry prolongará em *L'Homme et la coquille*, sem que Fichte o tenha diretamente influenciado (é duvidoso que o tenha lido) – é bem clara. A elaboração da ciência manifesta a liberdade do espírito: "Só é real o que o pensamento justifica, construindo-o". A "liberdade racional do cientista" é a "liberdade da razão construtiva". O próprio pensamento é um "excesso rítmico da acção, liberdade activa".

A dialética científica é a "construção de noções destinadas a racionalizar uma intuição, em si obscura e insubsistente, de forma a dar-lhe certeza e realidade". A atividade do espírito, uma atividade que dá prazer, exerce-se sobre um "complexo intuitivo". Mas devemos ter o cuidado de evitar que qualquer cousação se introduza na construção: "Em qualquer momento da construção científica que se couse, é sempre falsificar a ciência e fragmentar a realidade". E não é só nas ciências que a construção luta contra a cousação, na arte também. Repetindo as palavras de Leonardo Coimbra, "certas ideias podem ser esgotadas e passar a símbolos cousistas, postos em Arte sem a construção dialéctica, que lhes dê vida e significado".

É curioso notar que um filósofo contemporâneo, Fernando Gil (que, de resto, me confessou uma vez a sua admiração pelo empreendimento de *O Criacionismo*), lidou à sua maneira com o par coisa/noção e com a atividade própria à dialética nocional. Fê-lo sobretudo no seu livro *A Convicção* (2000). Algo como o par coisa/noção aparece aí sob a forma da oposição fundamento/fundação. Fernando Gil entende por fundação o processo, levado a cabo por um sujeito, que engendra, através da prática, da efetuação, a recondução da explicação à intuição: a demonstração matemática é um exemplo – o sujeito que a produz, ou a reproduz, produz uma série de operações que, no ato, lhe aparecem como vivas, transparentes, inteligíveis. E, por fundamento, a posição de um objeto sem que esse objeto surja transparente no ato da sua afirmação, da sua posição, isto é, em última análise, sem que a explicação conduza à intuição, a uma presentificação indiscutível: a prova ontológica da existência de Deus, por exemplo. O fundamento aparece como uma reificação – uma "cousação", se se quiser – da atividade da fundação. Tal reificação da fundação, sinal da presença inescapável da ideologia, significa a impossibilidade de uma efetiva inteligibilidade do pensamento. Há, sem dúvida, um teor fichteano na análise de Fernando Gil, que é extraordinariamente complexa e de que referi aqui apenas o seu aspeto mais geral e abstrato. Mas tal teor fichteano encontra-se, como sugeri, também em Leonardo Coimbra.

É nos termos da liberdade da construção que o criacionismo é um racionalismo. Ele concebe a sua atividade como uma permanente racionalização da intuição, a constante racionalização de novos dados intuitivos. A racionalização, o "movimento racionalizante", o "progresso racionalizante", dá realidade ao vago e múltiplo intuitivo, às intuições rebeldes. A racionalização é a lei do progresso dialético do pensamento. A teoria física, por exemplo, é "o resultado de uma incessante racionalização, pelo mecanismo e pela energética, do complexo intuitivo", do "irredutível intuitivo".

A racionalização do intuitivo, essa atividade livre do espírito, passa pela busca de determinismos parciais, próprios a cada esfera de intuições irre-

dutíveis, e pela procura da sua convergência, tentando-se o estabelecimento de uma hierarquia de determinismos. Os fenómenos em geral "devem ser estudados com o intento de lhes achar o verdadeiro determinismo". Reconhecendo a variedade de determinismos, "o espírito trabalha na tentativa de um completo determinismo", cuja figura oposta é o acaso, que, tal como em Hume, não passa da "noção negativa de um determinismo ausente". Do mesmo modo, o indeterminismo será "sempre a sombra duma realidade oculta": "Um indeterminismo intrínseco (pelo seu energetismo) indica que toda a matéria cósmica é uma visão mediata de algo oculto". Os determinismos são o assento da liberdade, e a "vontade terá de se servir de todos os determinismos, dominando-os". A "acção moral eficaz" deverá dominar os determinismos inferiores. "É impossível uma liberdade sem um determinismo que a sirva", nota Leonardo Coimbra. Há uma "hierarquia dos determinismos da acção". "O mecanismo afirma-se como a visão absoluta do primeiro determinismo da acção", a matéria é "o primeiro e irredutível determinismo da acção", e, no final, "o homem é livre mesmo em frente do determinismo sociológico, que ele conhece e faz seu instrumento".

É difícil averiguar o grau exato da discordância de Leonardo Coimbra com Bergson, porque é preciso voltar a ele, sobre a questão do determinismo. Mas uma coisa é segura: *O Criacionismo* busca determinismos onde Bergson os rejeita por inteiro em benefício de um indeterminismo ontológico. De uma certa maneira, o texto fundamental de Bergson nesta matéria é *L'Évolution créatrice*, se bem que, direta ou indiretamente, todas as suas obras – quanto mais não seja pela importância da temática da *durée* no seu pensamento, fundamental também para se perceber o seu anti-coisismo antes mencionado – abordem a questão do indeterminismo. O indeterminismo de Bergson é essencialmente ontológico. Ele resulta de uma reflexão sobre o estatuto ontológico de tempo. As teses inaugurais do *Essai sur les données immédiates de la conscience* (1898) dizem já quase tudo. Sabe-se que, para Bergson, o tempo, essencialmente qualitativo, não constitui um meio homogéneo: "o tempo concebido sob a forma de um meio indefinido e homogéneo, não é senão o fantasma do espaço que obceca a consciência reflectida". E: "a partir do instante em que se atribui a mínima homogeneidade à *durée*, introduz-se subrepticiamente o espaço". Só o tempo bastardo (espacializado, "solidificado") é mensurável: a *durée* propriamente dita – uma *durée* cujos momentos heterogéneos se penetram uns nos outros –, o verdadeiro tempo, tal como é experimentado no sonho, não se mede. Ora, o verdadeiro tempo é o *elemento da criação*, daquilo que é, literalmente, *imprevisível*, impossível de pré-determinar. O futuro não se encontra pré-dado no presente. O *proton pseudos* filosófico é exatamente imaginar que o futuro se encontra já dado no presente, que ele é teoricamente visível, que ele não pode, em

consequência, acrescentar nada de novo. Trata-se da impossibilidade radical de conceber uma criação perpétua de possibilidade[2].

Há talvez, no que diz respeito ao indeterminismo ontológico de Bergson, duas teses a distinguir, uma mais geral, outra mais específica. A tese geral – ela aparece, por exemplo, no Capítulo III do *Essai* – é uma crítica do determinismo físico em geral; o determinismo físico seria uma consequência da tese (errada) do determinismo psicológico: "Verdadeiramente falando, não é a necessidade de fundar a ciência, é antes um erro de ordem psicológica, o que fez erigir este princípio abstracto da mecânica em lei universal"; e: "O determinismo físico (…) não é senão o determinismo psicológico, buscando verificar-se a si mesmo e fixar os seus próprios contornos através de um apelo às ciências da natureza". A tese específica, sublinhada em *L'Évolution créatrice*, e, sobretudo, em *L'Énergie spirituelle* (1919), é aquela que restringe a crítica do determinismo ao domínio da vida, ou da consciência – consciência e vida vão uma com a outra[3]: a vida e a consciência, onde se dá a *durée*, o "próprio estofo da realidade", introduzem um elemento de criação na ordem das coisas. "A matéria é necessidade, a consciência é liberdade". A liberdade, a consciência, infiltra a necessidade: "a vida é precisamente a liberdade que se insere na necessidade e a utiliza em seu benefício". A consciência, a vida, é *durée*. Na *durée* concreta opera-se ininterruptamente "uma reconstrução radical de tudo"; há "uma imprevisível criação de formas" no curso das coisas e no desenvolvimento da vida", "um jorrar ininterrupto de novidades", uma "realidade criadora". O devir é "infinitamente variado". O tempo é invenção.

A negação do indeterminismo ontológico é, para Bergson, um ato natural da inteligência (como coisa distinta e oposta ao instinto): "a inteligência deixa escapar aquilo que há de *novo* em cada momento de uma história. Não admite o imprevisível. Rejeita toda a criação". A inteligência é incapaz de capturar a invenção, na sua indivisibilidade e na sua genialidade, tal como é incapaz de compreender o devir radical. Dito de outra maneira: a inteligência – essencialmente determinista – não compreende o real, porque o real é "a mudança contínua de forma: *a forma não é senão um instantâneo captado numa transição*".

Como se sabe, apenas a *intuição*, para Bergson, é suscetível de capturar a criação perpétua de possibilidades. Apenas a intuição nos permite capturar

[2] Poder-se-ia reconstruir o trajeto inteiro do *Essai* a partir do par matemático/dinâmico, que subsume todos os outros pares (homogeneidade/heterogeneidade, por exemplo). Bergson é um bom exemplo da tradição dinâmica em filosofia.

[3] "(…) de direito, senão de facto, a consciência é coextensiva à vida" (*L'Énérgie spirituelle*).

a mobilidade da *durée*, como no-lo explica a *Introduction à la métaphysique* de *La Pensée et le mouvant*. Da *durée*, quer dizer: do ser. Como escreve Merleau-Ponty, comentando Bergson: "A *durée* (…) é o ser na acepção viva e activa da palavra". Mas a intuição é o método da metafísica, distinto do método da ciência, da análise, da inteligência. Assim, a crítica do determinismo e a afirmação do indeterminismo são apanágio da filosofia, visto que a ciência, pelas próprias limitações da sua natureza e do seu método, lhes é forçosamente cega.

Voltemos de novo a *O Criacionismo*. Fundamentais para se perceber o determinismo tal como Leonardo Coimbra o concebe são as noções de direção e de direcionismo, que fornecem os elementos da sua superação. Há, por exemplo, uma direção biológica: "A actualidade da vida é direcção e herança". Encontramos sempre a dialética entre noções superiores e inferiores: "A vida é a direcção dum sistema de noções inferiores". E: "A vida é uma realidade superior à matéria, pois é a direcção dum sistema material. A consciência é uma realidade superior à vida, pelo mesmo motivo". E: "A consciência dirige a vida e é superiormente a pessoa". Cada sistema particular da ciência possui um direcionismo que lhe é próprio. Se "a vida é o direccionismo da matéria" – e "desfeito o equívoco da palavra adaptação, todo o lamarckismo é a história do direccionismo biológico" –, o espírito é o direcionismo da vida – "a consciência é um direccionismo do direccionismo biológico" – , assim como a sociedade, colocando a consciência face a outras consciências, é o direccionismo do espírito, conduzindo este a uma "sociedade universal das consciências". Ao mesmo tempo, a "sociedade de seres activos e livres" conduz a consciência ao seu máximo. Em termos gerais, são os direcionismos que nos permitem superar, integrando-os num plano superior, os determinismos de nível inferior.

Todas as questões do livro se encontram como que retomadas e amplificadas no último capítulo de *O Criacionismo*, "Deus e as mónadas". A referência a Leibniz é tudo menos superficial. Há uma efetiva apropriação por Leonardo Coimbra, uma apropriação criativa, do monadismo leibniziano. O criacionismo encontra na monadologia um modo de pensar mais além, de levar o seu particular racionalismo aos últimos momentos da dialética nocional. O monadologismo é o culminar do movimento de racionalização que *O Criacionismo* expõe, a transição última da análise científica para a reflexão filosófica. Naquilo que só aparentemente, depois da análise científica e da crítica das filosofias cousistas, poderá interpretar-se como um salto, há uma efetiva "redução da realidade às mónadas e a Deus".

Leonardo Coimbra entende por mónada "todo o direccionismo da matéria, seja qual for a sua categoria, desde o mais ligeiro afloramento de vida até à mais ampla e profunda consciência". Trata-se de uma definição perfei-

tamente conforme à reabilitação leibniziana da enteléquia aristotélica. Deste ponto de vista, a matéria, que encontrámos no início da análise científica, reaparece como a "simples forma de exteriorização das mónadas", e o mecanismo como o "mínimo de existência e acção das mónadas", o "primeiro e irredutível determinismo da acção". Os próprios tempo e espaço são o resultado do excesso de ação das mónadas. Dito de outra maneira: são já um efeito do construcionismo, na sua expressão monádica originária. "A linguagem das mónadas é o espaço e o tempo, porque são activas e livres". Espaço e tempo permitem às mónadas "formular, no mecanismo, a forma imediata da acção". Por esta razão, pode Leonardo Coimbra afirmar: "Partindo do espaço e do mecanismo como momentos inferiores do pensamento, chegamos ao fim, achando o espaço e o mecanismo como os primeiros alvores da realidade". Todas as mónadas partilham uma "linguagem comum", e é essa comunidade de linguagem que permite o "alargamento da sociedade espiritual". Em linguagem leibniziana, todas elas se entre-exprimem, se espelham umas às outras, consoante a sua capacidade de ação. "Ação" é aqui a palavra-chave, uma palavra que já se encontrava no centro da investigação de Leonardo Coimbra sobre a liberdade que se encontra na raiz da capacidade construtiva do pensamento, libertação máxima do pensamento relativamente ao vício cousista: "a mónada é tanto mais real quanto maior for a sua actividade de síntese". O monadismo, tal como Leonardo Coimbra o concebe, representa a libertação máxima do cousismo e a verdade mais profunda do nocionalismo. Atividade e realidade indistinguem-se, e o nome dessa indistinção é liberdade, "liberdade duma força que seja uma actividade original". "Há um excesso de acção das mónadas", escreve Leonardo Coimbra, um excesso que em Leibniz corresponde à beleza que se manifesta pela captura do máximo de diversidade numa perceção una. A mónada divina é, poder-se-ia dizer, o excesso desse excesso: "Se Deus existe, [escreve], ele será o infinito excesso, que não se manifesta fora da apreensão, que, em si, dele façam as mónadas". Na *Monadologia* de Leibniz encontramos três tipos de mónadas: as mónadas nuas e adormecidas, as almas e os espíritos, que, apesar das suas diferenças, formam entre si um contínuo, apenas os espíritos podendo convenientemente exprimir a mónada divina e em conjunto com ela formar uma sociedade. Em Leonardo Coimbra encontramos algo de muito semelhante, mesmo que a terminologia seja distinta. A par das "mónadas inferiores", das "mónadas precárias", das "mónadas mínimas", presumivelmente aquelas que correspondem aos direcionismos da matéria e da vida (em Leibniz: as mónadas nuas e as almas), deparamo-nos com as "mónadas religiosas" (em Leibniz: os espíritos): "A mónada religiosa será aquela que, tendo vivido no todo, melhor encontrará o sistema". O sistema – o mundo como sistema, o sistema do mundo – é o resultado da descoberta

da continuidade que tudo liga. Velho sonho dos Estóicos, que Leibniz recupera, e que Leonardo Coimbra, a partir de Leibniz, reativa. Só as "mónadas religiosas" (os "espíritos" leibnizianos), as "mónadas superiores", aquelas cuja "esfera de acção" é maior, podem entrar numa "sociedade monadística" que lhes permite um "contínuo acréscimo da vida moral". A dialética pessoa-sociedade, já presente na "análise científica", ressurge aqui sob uma nova e mais radical forma. Contra Sampaio Bruno, "o Mundo é uma sociedade de mónadas e não uma degenerescência divina". Esta "sociedade ideal das consciências angélicas" – Leibniz chama-lhe: "Cidade de Deus" –, lugar máximo da atividade monádica, é o reino do amor, tema central do último capítulo de *O Criacionismo*. Um amor que se realizará numa "sociedade ideal de mónadas livres e amorosas". Não estamos aqui apenas muito próximos de Leibniz, como também do McTaggart de *The Nature of Existence* (1921-1927): *All perceptions will be gratified volitions*. É para o amor que converge a pluralidade monádica, ele é o direcionismo último, aquilo que, em liberdade, faz sentido de todos os determinismos. "Para essa sociedade aspiram todas as mónadas, e todas terão o direito e a possibilidade de a conquistar. *Essa possibilidade é Deus*". Quer dizer: "Se Deus existe", ele é, para Leonardo Coimbra, entendido como a própria possibilidade de uma real comunidade monádica. É essa possibilidade que justifica a nossa confiança. O pessimismo schopenhaueriano não colhe, porque "não há limites para nenhuma mónada". Retorno final ao tema do bem e do mal: "O mal é a cegueira, a bruteza, o *cousismo* do pensamento ou do sentimento. O bem é o consentimento interior na ordem e na harmonia universais". Tal "consentimento interior na ordem e na harmonia", tema tão malebranchiano quanto leibniziano, elimina as razões para a desconfiança. *O Criacionismo* acaba com a conceção do universo como "uma sociedade de mónadas religiosas".

O sistema repete assim na segunda parte, particularmente no capítulo 2 desta, o conjunto dos movimentos da primeira parte, mas a partir de um ponto de vista que não é já o da dialética nocional das ciências, com os seus determinismos e direcionismos específicos, mas o ponto de vista da totalidade das mónadas que se entre-exprimem, para voltar a falar como Leibniz. Dito de outra maneira: encaminha-se para a final conceptualização da ação, que é o culminar da atividade racionalizante do pensamento.

Outras Conferências

JOSÉ MANUEL MARTINS FERREIRA, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE ENGENHARIA
UNIVERSITETET I SØRØST-NORGE KONGSBERG, NORUEGA

O DR. LUÍS CARDIM E A PRIMEIRA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

Luís Alfredo Pires Cardim (n. 1879), último diretor da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, faleceu em casa, na rua dos Bragas, n.º 137-2.º, a 6 de agosto de 1958. Cerca de 60 anos depois, cruzei-me na Livraria Académica com vários sacos de correspondência sua, adquirida havia já vários anos nessa mesma rua, possivelmente naquela que foi a sua última morada. As cartas foram encontrando comprador na Livraria sem grande dificuldade, sobretudo nos casos em que a passagem dos anos não condenou ao esquecimento o nome do remetente. E não eram poucos esses casos, no que respeita aos professores e alunos que frequentaram a Quinta Amarela e os restantes locais onde esteve instalada aquela admirável e saudosa Escola – Leonardo Coimbra, Hernâni Cidade, Newton de Macedo, Damião Peres, Magalhães Basto e Mendes Correia, apenas para citar alguns dos mais conhecidos professores; e Agostinho da Silva, Adolfo Casais Monteiro, Sant'Anna Dionísio, Armando de Lacerda, Delfim Santos e Salgado Júnior, apenas para equilibrar o número de exemplos pelo lado dos alunos. As condições em que foi criada a nossa primeira FLUP conferiram-lhe um ambiente único na sua época e muito provavelmente irrepetível. Melhor do que qualquer outra pessoa, descreveu-o Salgado Júnior num discurso realizado em encontro de antigos alunos, ao afirmar que "Connosco não faz sentido o velho grito do *Estivemos juntos em Garlândia*, porque nós não passamos por Garlândia: nós fomos toda a Garlândia enquanto houve Garlândia".

Desgostoso com a dispersão de um património tão interessante para a história da instituição, comecei a adquirir alguma correspondência, depois mais alguma, e ainda mais alguma, até que… acabei por adquirir a totalidade do lote restante. Ao recordar este assunto, quero deixar aqui uma palavra de

agradecimento ao Sr. Nuno Canavez, Homem e Livreiro que muito estimo e admiro, e que com tanta liberalidade me autorizou a vasculhar os armazéns por onde esta documentação se encontrava dispersa. Acho ainda interessante acrescentar que o Sr. Nuno conserva a memória do trato e aparência do Dr. Luís Cardim, apesar do seu falecimento ter ocorrido há já mais de 60 anos, por ser ele visita ocasional da Livraria durante a década de 1950 (o Sr. Nuno Canavez entrou ao serviço da Livraria Académica em 1948, com a idade de 13 anos). A correspondência associada a Luís Cardim estende-se de 1898 a 1936, sem que eu saiba explicar a ausência de cartas posteriores a esta data, que necessariamente existiram, por ter ele vivido ainda mais 22 anos. São cartas de teor pessoal e profissional, as primeiras reveladoras da sua atribulada vida familiar e as segundas sobretudo relacionadas com a sua atividade como professor, primeiro em liceus de Santarém, Setúbal e Lisboa, e depois na Faculdade de Letras do Porto e no Liceu Sampaio Bruno (atual Escola Secundária Carolina Michaëlis), a que se segue a sua atividade na Liga Portuguesa de Profilaxia Social. Trata-se de um espólio com interesse biográfico e histórico, onde se encontram também presentes nomes sem relação direta com a Faculdade de Letras, mas ainda hoje bem conhecidos, como é o caso de Ginestal Machado (correligionário das atividades republicanas de Luís Cardim nos tempos de Santarém e padrinho de Alfredo Cardim, o seu filho mais novo, Ginestal Machado veio a ser ministro de António Granjo e chegou a presidente do ministério durante um dos brevíssimos Governos da Primeira República), Fidelino de Figueiredo, Luís da Câmara Reys e João Lúcio de Azevedo (que era primo de Luís Cardim e foi padrinho da sua filha Ana Cardim); e igualmente exemplos inesperados e esporádicos de nomes não menos importantes, como é o caso de Tristão Bragança da Cunha (um importante ativista anticolonial que ficou conhecido como o "Pai do nacionalismo Goano") e de Manuel Gonçalves Cerejeira (à data colega de Salazar como Professor da Universidade de Coimbra); e ainda, para concluir, de alguns estrangeiros ilustres, como é o caso de Alfonso Par, de Daniel Jones (à data diretor do Departamento de Fonética do University College de Londres e mais tarde presidente da Associação Fonética Internacional), de William James Entwistle (hispanófilo) e do conhecido lusófilo Edgar Prestage (segundo detentor da Cátedra de Camões no King's College de Londres), que tinha evidente consideração por Luís Cardim e pela primeira Faculdade de Letras do Porto.

O conjunto que consegui reunir inclui algumas centenas de cartas que ostentam no remetente nomes importantes, a que se acrescentam muitas outras associadas a personagens felizmente secundárias. E digo "felizmente" porque algumas delas, muito interessantes para apreciarmos os precedentes do enquadramento político em que surgiu e se desenvolveu a Escola, e mesmo os bastidores do seu dia-a-dia e do compulsivo encerramento que prejudicou durante tantos anos o ensino das Humanidades na U.Porto, não teriam possivelmente

chegado às minhas mãos, se tivessem por remetente personagens de primeiro plano. Não há nelas segredos só agora revelados, mas antes uma visão pessoal de acontecimentos e circunstâncias que, mesmo quando bem conhecidos, nos são apresentados à luz da sua época, através de relatos muitas vezes nada imparciais, sem os tradicionais filtros com que a História vai suavizando o contraste da genuinidade. Ora veja o leitor se concorda comigo, lendo alguns excertos:

[Carta de 13-2-1908 a descrever o regicídio, enviada para Londres, onde Luís Cardim permaneceu durante pouco mais de meio ano em viagem de aperfeiçoamento pedagógico; remetida por Augusto Brandão, amigo da família e proprietário de uma alfaiataria na Rua dos Fanqueiros em Lisboa]
À tarde desse mesmo dia 1, chegou o rei com a família de Vila Viçosa, e quando regressava ao palácio das Necessidades, em carruagem descoberta, ao voltar do Terreiro do Paço para a Rua do Arsenal, saíram do meio do povo dois homens, um Alfredo Luís da Costa, caixeiro, armado de revólver, e outro José da Silva dos Reis Buíça, professor, armado de clavina, que desfecharam sobre a carruagem, matando o rei e o filho mais velho, e ficando logo ali mortos pela polícia. Facilmente compreende a confusão que isto causou. Dois dias depois disto, João Franco estava demitido, e logo depois fugia para o estrangeiro, receoso de que pusessem em prática muitas das ameaças que lhe dirigiram, e lá anda foragido e transido de medo, a monte, sem saber onde se esconder.

[Carta não datada de Luís Cardim para a esposa Adélia, certamente do primeiro semestre de 1919, a informar da criação da FLUP; a "Anica" era a filha Ana Cardim, que veio a ser uma das licenciadas da Escola e chefe da sua Secretaria]
Minha flor, (…) No domingo vou aí, talvez eu só, para voltar à noite, a não ser que digas qualquer coisa no sentido de ir também aí a Anica e a criadita. Agora, uma boa notícia… se não houver qualquer… cataclismo: o Coimbra aumentou-nos o vencimento, creio que quase de mais metade do que tínhamos. Julgo que é para começar em julho; até receber o primeiro mês pelo ordenado novo… fico de atalaia… Deus queira que não surja nenhum obstáculo – nem que encareça mais a vida, porque então ficávamos na mesma. Quanto às Universidades, vai uma grande baralhada. Eu quase que já estou com medo que saia qualquer coisa. Mas seja o que Deus quiser. Isto é que é um país bulhento! Safa! É já demais, demais, demais!

[Carta de 13-8-1924 remetida por Hernâni Cidade, relativa à "polémica Homem Cristo"]
O Agostinho Fortes sindicante da Faculdade! Merda! Não há ninguém no professorado português, mais contrassindicado do que esse safardana, contra quem entre os próprios colegas de Lisboa correm as mais comprometedoras afirmações. Mas o Leonardo não podia pedir ao Ministro que nos mandasse sindicar por um homem honrado? Estamos então assim tão abaixo que tenhamos que ser julgados pela bitola moral dum autêntico imoralão? Muito mais do que uma sindicância feita por virtude dos artigos de um doido, nos humilha uma sindicância feita pelo juízo dum safado. O Leonardo que evite a nomeação do Fortes. Basta que diga ao Ministro se informe perante os homens honrados da Faculdade de Letras de Lisboa se o Fortes tem categoria moral para julgar na Boa Hora, quanto mais para nos julgar a nós. Estúpida situação esta nossa que está à mercê de todos os insultos – todos! – até este de sermos julgados por esse gajo! Oxalá o H. C. volte à Faculdade. Oxalá! Para que duma vez para sempre eu possa sair do saguão para onde a vizinhança atira toda a trampa.

[Carta de 9-4-1928 remetida por Carlos Coque, que julgo ser o pai da aluna Alina del Negro Coque, implicado na revolução de 1927, em que estiveram também envolvidos outros alunos da FLUP]
De prisão em prisão aqui vim parar. Uns dizem que embarcaremos para a África; outros afirmam que não. Os tormentos que tenho passado, assemelham-se aos que se aplicavam na Santa Inquisição. Nove dias incomunicável nas salas da Polícia de Informação (...) obrigaram-me a andar a pé 20 horas seguidas, sem parar, sem dormir, sem descansar, enfim. Três vezes caí no chão. A mão esquerda inchou, porque eu agarrava-me às paredes e aos frisos das portas para arrastar os pés. (...) Esta carta tem um fim único, meu caro Doutor. É a Alina, é a Alda que eu tenho no pensamento. (...) Meu querido doutor, peço-lhe que as proteja. A sua proteção agora é que é mais precisa às pobres pequenas do que nunca. Eu abençoarei a sua memória, meu querido amigo. Peça também aos seus colegas, sim? Então a Faculdade fechada! Parece impossível! O futuro há de repor tudo no seu lugar. Eu naturalmente é que não verei chegar essa hora, porque o clima de África acabará comigo mais depressa que os meus perseguidores.

[Carta não datada de Luís Cardim para a filha, certamente de 1928, sobre a extinção da FLUP]
Estamos finalmente «extinguidos» – a quatro meses de prazo. E os professores serão colocados «segundo as suas habilitações[»]. Interpretando isto à letra, creio que, sem falar com o Mendes Correia, em rigor talvez só o Peres tenha direito a ser colocado noutra universidade, e talvez também o Leonardo, visto ter sido nomeado por distinção. Em todo o caso, quem está pior sou eu, o T. Rego e o Nobre. Os que têm algum bacharelato de Letras talvez possam ficar.

[Carta de 23-9-1931 remetida por Ana Cardim, sobre as medidas tomadas após o fecho da Faculdade]
Não sei se o Raul [chefe do "pessoal menor" da FLUP] lhe disse que o que deixei sobre a sua secretária era para o Pai terminar [sic] o destino a dar-lhe. Guardam-se as folhas de ponto? E os livros que estão numa estante da secretaria que eram dos exercícios orais? O melhor é queimarem-se visto que todos os outros se têm queimado. Dentro das gavetas das estantes da Secretaria há exercícios escritos e dissertações. Guardam-se? Queimam-se como as anteriores? Das dissertações de licenciatura que estão no seu gabinete também não há inventário. Mas elas não estão completas, têm faltado algumas.

[Carta não datada de Leonardo Coimbra, certamente de 1931, reveladora do seu desejo de continuar, com condições, a lecionar na U.Porto]
Agradeço-lhe muito o seu carinhoso cuidado. Agora deixe-me falar-lhe oficialmente: ao diretor da extinta faculdade. Parecia-me bem que o diretor dissesse ao Reitor da Universidade que existe um prof. catedrático da antiga faculdade e catedrático de psicologia experimental e que esse professor deseja ver que não lhe impossibilitam o ensino. Assim, ou o colocam nessa cadeira ou abrem concurso (o que é preferível) deixando-o concorrer. A um concurso nessas condições, isto é, para uma faculdade de outra natureza, eu iria de bom gosto, sem ver nisso vergonha, humilhação ou traição para os colegas. Mas só nessas condições o faria, pois o resto sempre o julguei traição e falta de dignidade profissional.

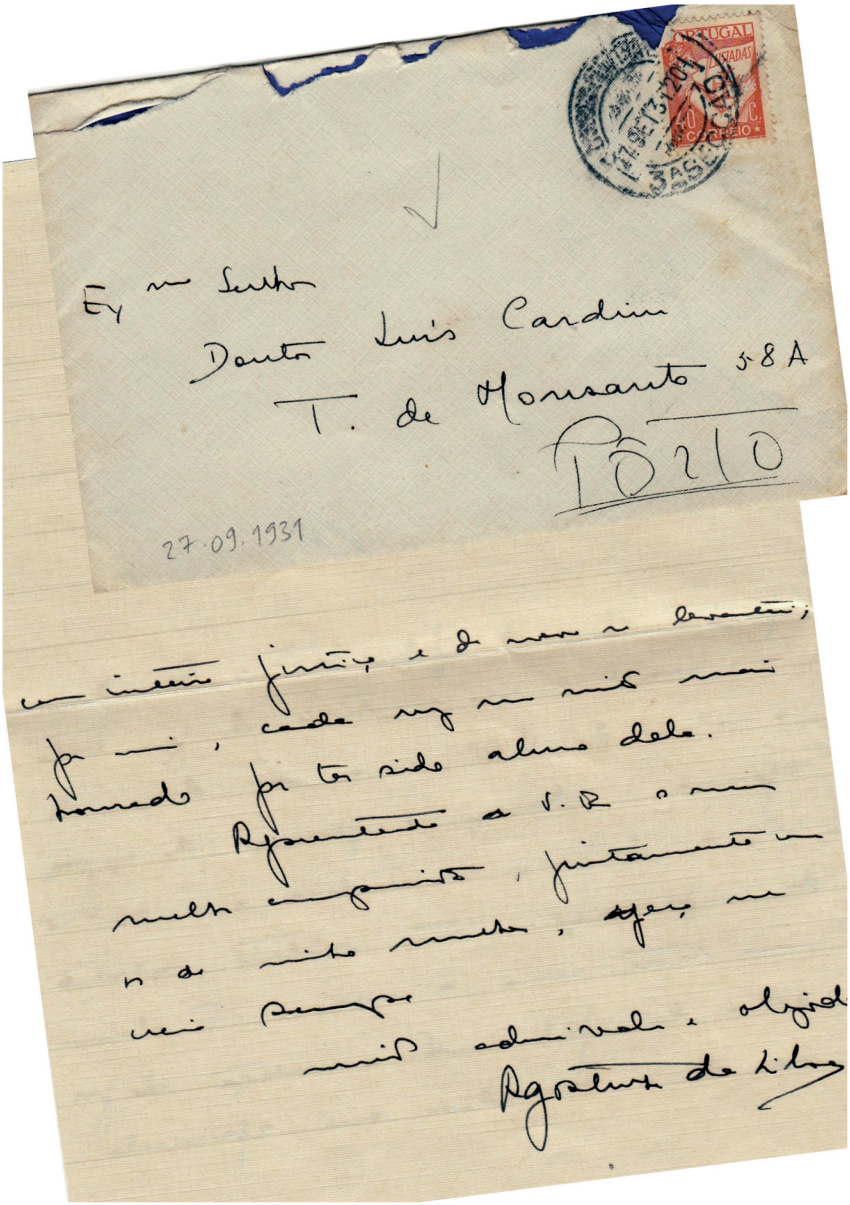
[Carta de 27-9-1931 remetida por Agostinho da Silva, onde se evidencia o apreço que votava à sua *alma mater*]
Acabo de receber o livro de V. Ex.ª cuja oferta e penhorante dedicatória muito e muito agradeço [pela data, deve tratar-se do «Shakespeare e o drama inglês»]. Imediatamente o li e com toda a sinceridade envio a V. Ex.ª o mais respeitoso abraço de felicitações. (…) obras assim dão plenamente a certeza de que um dia a Faculdade será apreciada com inteira justiça e de novo se levantará; por mim, cada vez me sinto mais honrado por ter sido aluno dela.

[Carta de 2-1-1936 remetida por Hernâni Cidade, reveladora da sua má relação com Leonardo Coimbra]
A notícia da morte do Leonardo, nas condições horríveis que o Newton agora me descreveu e eu não vi nos jornais, porque mal os leio, quando os leio, impressionou-me muito. Coitado! Telegrafei à família os meus sentimentos. Contento-me com isso. Pedir-lhe a V. que me represente no funeral, acho que é demais para as relações que tínhamos e para os seus motivos, que ele a cada passo repetia. Isto não é ressentimento. É apenas a natural distinção que nem a morte pode apagar entre aqueles de quem somos amigos e aqueles de quem o não somos.

Não é, no entanto, apenas a relevância do nome do remetente, ou do acontecimento histórico nelas relatado, que torna interessantes algumas destas cartas. Veja-se o seguinte exemplo onde o drama da emigração, com os filhos pequenos deixados em Portugal, e ainda a escrita a rogo, concorrem para evidenciar a hereditariedade da pobreza no Portugal dos anos 1920 (a filha Emília ficara a servir no Porto, o filho António fora aceite nas Oficinas de S. José):

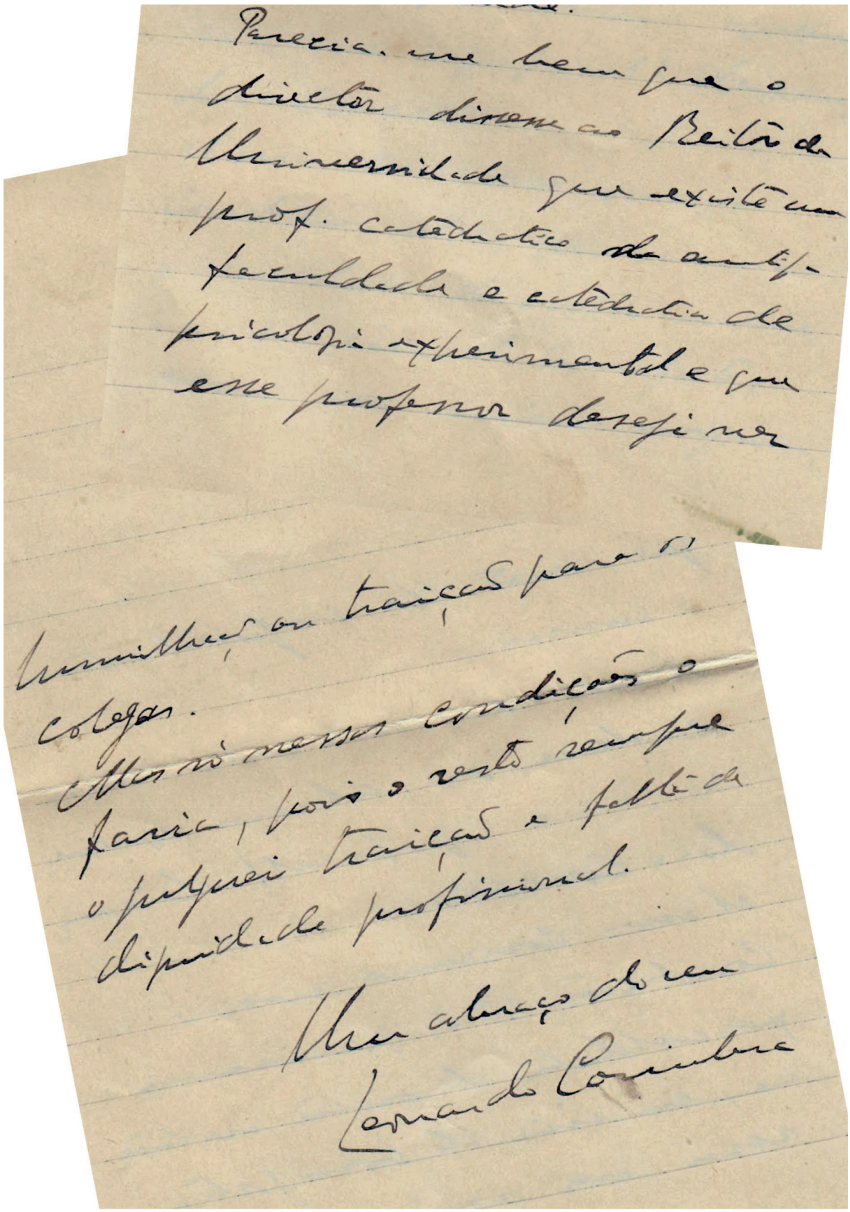
[Carta de 14-11-1927 enviada a Ana Cardim por Amélia de Carvalho, uma mulher pobre da Lixa, que emigrou para o Rio de Janeiro e encontrou trabalho no bairro do Encantado]
Hoje mesmo mando lançar a mão na pena para saber de sua saúde (…). Não esquecendo da minha filha nem o meu filho, graças a Deus tive muito boa viagem e estou com saúde felizmente, peço à menina, pela sua boa sorte, que olhe para os meus filhos, que não se esqueça de recomendar ao António para estudar, (...) que um dia se puder o mando vir para essa terra, (…) ainda não sei quando será, mas é para o animar, (...) a menina não se esqueça quando puder dar umas lições à Emília, que eu sei a falta que me faz, se eu soubesse escrever, escrevia logo que aqui cheguei e assim é só quando tenho quem me escreva. (…) António (…) peço-te que me escrevas e que me mandes dizer se já aprendeste muito na arte em que te ocupam, peço-te que faças por aprender bem e faças por ser sempre um bom menino (…)".

Considerando o possível interesse para a história da FLUP e do seu tempo, achei que valeria a pena promover a divulgação deste espólio. A forma mais interessante de o fazer, na minha opinião, seria disponibilizar a digitalização integral dos principais documentos, bem como a transcrição dos seus excertos mais interessantes, de modo a facilitar a pesquisa. Vi-me assim confrontado com duas tarefas de vulto – a digitalização de um grande volume de documentos e a seleção e transcrição das suas partes principais. A curiosidade despertada por esta viagem ao passado, ainda por cima a um passado que é também nosso por afinidade, facilitou e tornou agradável esse trabalho, fazendo esquecer as horas nele gastas. E que melhor altura poderia haver para o efeito, senão o ano em que se celebrou o centenário da criação dessa memorável instituição? O *site* que o leitor pode visitar em http://bit.ly/luiscardim (ou pesquisando pelo título que encabeça este trabalho, se a volatilidade dos nomes ditar a caducidade daquele endereço…) é assim também uma homenagem pessoal, mesmo que modesta, a essa festa académica que foi a primeira FLUP e que, apesar da sua morte precoce, teve enorme influência na vida cultural portuense e deixou uma marca indelével na cultura portuguesa do século XX.



Ex.mo Senhor
Doutor Luís Cardim
T. de Monsanto 58 A
PORTO

27.09.1931



Parece-me bem que o
diretor disse ao Reitor da
Universidade que existe um
prof. catedrático da anti-
faculdade e catedrático de
psicologia experimental e que
esse professor desejaria ver

humilhações ou traições para o
colega.
Mas só nessas condições o
faria, pois o resto sempre
o julguei traição e falta de
dignidade profissional.

Um abraço do seu
Leonardo Coimbra

MARIA JOÃO REYNAUD, UNIVERSIDADE DO PORTO – FACULDADE DE LETRAS
CITCEM – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR "CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA"

IMAGENS DO PORTO NA OBRA DE RAUL BRANDÃO: MATÉRIA E MEMÓRIA

PREÂMBULO

As *Memórias* de Raul Brandão são um repositório vivo de acontecimentos e figuras que marcaram a história e a cultura portuguesas na viragem do século XIX para o século XX. Uma parte substancial da informação que hoje possuímos sobre o advento da República, a sua implantação e o tempo subsequente encontra-se repartida pelos três tomos desta obra excecional, editados respetivamente em 1919, 1925 e 1933, sendo o último póstumo. No seu conjunto, constituem uma fonte de copiosa informação, não só para os historiadores como para quantos queiram reconstituir, em clave interdisciplinar, os cenários voláteis que caracterizaram o período de difícil consolidação do novo regime, marcado por sucessivas cisões e episódios de violência que o tornaram vulnerável às ameaças contrarrevolucionárias. Contemporâneo dos factos relatados, Raul Brandão evoca as figuras, hoje históricas, que os protagonizaram, a par de outras que, agindo na sombra, foram decisivas para o desenlace trágico de alguns acontecimentos. Cruzando a objetividade do repórter com o rigor documental (notícias recolhidas na imprensa, testemunhos fiáveis, desabafos, comentários mordazes, etc.), mas acolhendo igualmente a *vox populi* – os boatos, a chusma de ditos e mexericos que a conflitualidade política e social exacerba –, Raul Brandão é um espectador atento e imparcial do que se passa à sua volta; e um arguto observador do género humano. Isto significa que as *Memórias*, além de serem um vastíssimo conjunto de notas que perfazem um perdurável testemunho histórico, incluindo até obituários, constituem um espaço polifónico insólito, onde múltiplas vozes discordantes se fazem ouvir em interação com os acontecimentos, possibilitando a sua compreensão *in vivo*.

A natureza heteróclita das *Memórias* fica patente no *Prefácio* do primeiro volume[1], datado de 1918, onde Raul Brandão faz a seguinte advertência: "Isso que aí fica não são memórias alinhadas. Não têm essa pretensão. São notas, conversas colhidas a esmo, dois traços sobre um acontecimento – e mais nada. Diante da fita que a meus olhos absortos se desenrolou, interessou-me a cor, um aspecto, (...) uma figura, e fixei-os logo no canhenho que sempre me acompanha"[2]. São estes apontamentos, tirados ao longo dos dias, dos meses e dos anos, acumulados nos pequenos cadernos de capa preta que habitualmente trazia consigo, que constituem a matéria-prima das *Memórias*: "É que eles – escreve Raul Brandão – ajudam a reconstituir a atmosfera duma época; são, como dizia um grande espírito, o lixo da história. Ensinam e elucidam"[3].

Mas há igualmente nas *Memórias* uma dimensão autobiográfica onde reconhecemos o *ethos* e o *pathos* que singularizam a ficção e o teatro do Autor de *Húmus* ou de *O Gebo e a Sombra*. A tonalidade intimista que irrompe no texto liminar, datado de "Janeiro – 1918", contrasta com a objetividade de que Raul Brandão não prescinde ao traçar, sem constrangimentos académicos ou ideológicos, o retrato vívido de uma época. As suas memórias pessoais, fixadas em páginas resplandecentes de prosa descritiva e autorreflexiva, estão imbuídas de emoção e fraternidade humana. Esta bipolaridade desloca a Obra para uma zona híbrida, onde as fronteiras entre géneros afins se diluem – diário, autobiografia, crónica, memórias –, sem que seja posta em causa a identidade caucionante entre o sujeito de enunciação e o Autor. A forma diarística que Raul Brandão adota no primeiro volume das *Memórias* permite-lhe recuperar notas e textos redigidos muito anteriormente (as datas recuam até 1900), fazendo prevalecer nos diversos capítulos a coerência temática sobre uma estrita cronologia, sempre que o considere necessário. Este procedimento tem um propósito estruturante, possibilitando a conciliação entre "memórias históricas" e "memórias íntimas", numa espécie de vaivém entre dois mundos opostos. Voltamos a encontrá-lo no segundo volume, que abre com o texto *O Silêncio e o Lume*[4], datado de "Dezembro – 1924". Segue-se o capítulo *O Meu Diário*[5], cujo título, de algum modo sinedóquico, alude ao extenso diário críptico que está na base de toda esta Obra. O terceiro volume,

[1] BRANDÃO, Raul – *Memórias*. 4.ª ed. Paris; Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, (1919), Vol. I, p. 7. Edição utilizada: (Ed. ut.). *Vd.* BRANDÃO, Raul – *Memórias.* Tomo I. In *Obras completas*. Ed. José Carlos Seabra Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1998, vol. 1. (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa Séc. XX) – *Introdução*, p. 9-24.
[2] *Idem, ibidem,* p. 19. Ed. ut.
[3] *Idem, ibidem,* p. 21. Ed. ut.
[4] BRANDÃO, Raul – *Memórias*. 3.ª ed. Paris; Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, (1925), Vol. II, p. 7.
[5] *Idem, ibidem,* p. 27.

Vale de Josafat (1933)[6], publicado três anos depois da morte de Raul Brandão, abre com o conhecido texto *Balanço à Vida*, não datado. A estrutura do volume é *grosso modo* idêntica, embora a datação se torne esporádica. A vinculação à forma diarística explicita-se no título do segundo capítulo: *O Que eu vi e ouvi* (Do meu diário) – *República e Monarquia*[7].

A FOZ DE RAUL BRANDÃO

Nos três volumes das *Memórias* encontram-se todos os elementos que nos permitem compreender a relação que o escritor mantém com a cidade do Porto em diversas fases da sua vida. Nascido a 12 de março de 1867, na antiga Rua da Bela Vista, depois rebatizada com o seu nome, e situada "na freguesia de São João da Foz do Douro, Concelho e Diocese do Porto", como reza o registo de nascimento, Raul Brandão passa a sua infância na Cantareira, lugar de pescadores e marítimos que ficava "a cem léguas do Porto". É no *Prefácio* ao I volume das *Memórias*, dedicado "Aos Mortos", que encontramos um conjunto de evocações que permitem reconstituir esse tempo feliz e íntegro. Logo no texto de abertura, datado de "Janeiro – 1918", Raul Brandão dá livre curso às lembranças, evocando a infância na casa da Cantareira, as figuras familiares já desaparecidas (a mãe, o pai, a avó, a tia Iria) e as gentes desse lugar mítico, tão próximo do esplendor por vezes terrível da Barra do Douro. As imagens recortam-se no imenso fundo nostálgico onde se repercute a consciência da passagem inexorável do tempo – *ubi sunt qui ante nos fuerunt?*:

> Lá está a velha casa abandonada, e as árvores que minha mãe por sua mão dispôs: a bica deita a mesma água indiferente, o mesmo barco arcaico sobe o rio, guiado à espadela pelo mesmo homem do Douro, de pé, sobre a gaiola de pinheiro. Só os mortos não voltam. Dava tudo para os tornar a ver, e não há lágrimas no mundo que os façam ressuscitar. Esta Foz de há cinquenta anos, adormecida e doirada, a Cantareira, no Alto o Monte, depois o farol e sempre ao largo o mar diáfano ou colérico, foi o quadro da minha vida. (...) Vi envelhecer todos estes pescadores, o Bilé, o Mandum, o Manuel Arrais, que me levou pela primeira vez, na nossa lancha, ao largo. Há que tempos – e foi ontem...[8].

Com mais de cinquenta anos, Raul Brandão já viveu o suficiente para poder concluir que foi nesse espaço nuclear que recebeu os sólidos princípios éticos que nortearam a sua vida e alimentaram o seu inabalável humanismo:

---

[6] BRANDÃO, Raul – *Vale de Josafat*. III Volume de *Memórias*. Lisboa: Seara Nova, (1933).

[7] *Idem, ibidem*, p. 35. *Vd.* BRANDÃO, Raul – *Memórias*. Tomo III. – *Vale de Josafat*. In *Obras completas*. Ed. José Carlos Seabra Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 2000, Vol. 1. (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa Séc. XX) – *Introdução*, p. 9-27.

[8] BRANDÃO, Raul – *Memórias*, (1919), *Prefácio*, p. 9-10. Ed. ut.

"O que sei de belo, de grande ou de útil aprendi-o nesse tempo: o que sei das árvores, da ternura, da dor e do assombro, tudo me vem desse tempo... Depois, não aprendi coisa que valha"[9]. A evocação dos lugares a que está ligado por laços inquebrantáveis prossegue em *Vale de Josafat*. O capítulo *Há que tempos!*[10] é dominado pelo retrato da mãe, com quem o escritor tinha uma profunda afinidade, a que se segue o de Mari'Emília, a velha criada que serviu a família até à morte e é o modelo inspirador da figura inesquecível de "Joana", personagem que já aparece n' *A Farsa* e que ganha relevo no *Húmus*. No capítulo seguinte, intitulado *Na velhice*, regressam imagens guardadas na memória que o escritor põe em movimento com meia dúzia de traços: "Logo que saíamos da mestra, das senhoras Melitoas na Foz Velha, descíamos a Corguinha a correr. Depressa uma gamela, a garité, um farrapo de vela e o remo!... Quando o mar está bravo, o rio faz ondas no côncavo azul entre o Relógio e o bico de Sobreiras. É uma coisa cheia de frémito, com espumas boiando – uma vida nova como a nossa, ar vivo, cintilações, ondas que duram um segundo e se sucedem sempre..."[11].

É porém n' *Os Pescadores* (1923)[12], o livro aclamado pelo grande público, que a Foz de Raul Brandão ganha um deslumbrante relevo. O seu imaginário escora-se em imagens reais e concretas que conferem à escrita aquele visualismo pictórico a que Aquilino Ribeiro chama com propriedade "um impressionismo atlântico". A alegria com que Raul Brandão se detém "a fixar a paisagem e a luz" fica exarada no pórtico, onde anuncia o modo como o livro foi preparado: "Quando regresso do mar venho sempre estonteado e cheio de luz que me trespassa. Tomo então apontamentos rápidos – seis linhas – um tipo – uma paisagem. Foi assim que coligi este livro, juntando-lhe algumas páginas de memórias"[13]. A dedicatória – "À memória de meu avô, morto no mar" – sela a sua ligação à gente simples da Cantareira:

> Esta vila adormecida estava a cem léguas do Porto e da vida.(...) As casas, limpas como o convés de um navio, espreitavam para o mar, umas por cima das outras. Todas tinham um grande óculo de engonços, para ver o iate ou a barca que partia, ou para procurar ansiosamente, lá no fundo, o navio que trazia a bordo o marido ou o filho ausente, e um mastro no quintal para lhes acenar pela derradeira vez. Meu avô materno partiu um dia no seu lugre; minha avó Margarida esperou-o desde os vinte anos até à morte»[14].

---

[9] *Idem, ibidem*, p. 13.

[10] BRANDÃO, Raul – *Vale de Josafat*, [1933], p. 145. Ed. ut.

[11] *Idem, ibidem*, p. 154.

[12] BRANDÃO, Raul – *Os Pescadores.* Paris; Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, [etc.], 1923. BRANDÃO, Raul – Os Pescadores. Ed. Vítor Viçoso e Luís Manuel Gaspar. In *Obras completas*. Lisboa: Relógio d'Água, 2000, vol. 12. (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa Séc. XX) – *Prefácio* de Vítor Viçoso. p. 11-32 Ed. ut.

[13] *Idem*, *ibidem,* p. 37.

O ambiente é recriado a partir de dados precisos: a faina da pesca, a feitura e o conserto das redes, a venda do peixe, as formas de convívio social, o artesanato local. São quadros da labuta quotidiana naquela zona muito particular da Foz, que se sucedem numa dinâmica que parece antecipar o documentário cinematográfico. É o caso de *Ida ao Mar*[15], uma experiência recuada mas descrita sensorialmente num presente atualizante. Ao retrato de tipos locais e às informações de natureza topográfica, vêm juntar-se outras, relativas às atividades dos calafates, dos ferreiros e dos carpinteiros nos estaleiros de Miragaia e do Ouro que, em 1920, já eram coisa do passado; e referências aos "tipos curiosos de capitães aposentados", que viajam "no americano que se inaugurava e que levava a gente ao Porto numa hora, alumiado à noite por uma luzinha de petróleo e com reforço de mulas em Massarelos"[16]. O escritor reproduz o que viu e ouviu em cenas audiovisuais, usando prodigamente a paleta do pintor amador que também foi para nos dar paisagens impressionistas que sofrem, por vezes, súbitas mutações expressionistas: "Um poente desgrenhado com nuvens negras lá no fundo, e uma luz sinistra"[17]. Neste e noutros capítulos de *Os Pescadores*, a Cantareira é celebrada quer na sua dimensão cósmica, quer na sua dimensão humana, exaltando Raul Brandão o combate diário dos homens do mar contra uma natureza que por vezes tragicamente se subleva. O espírito do lugar encarnou na escrita de Raul Brandão, ao ponto de a paisagem se tornar a expressão sublime da interdependência entre o homem e a natureza:

> (...) esta paisagem – mar, rio e céu – entranhou-se-me na alma, não como paisagem, mas como sentimento. (...) A Foz está viva! Tenho-a diante de mim, a Foz de outrora, a Foz que já não existe, a Foz dos mortos, com os movimentos, os tipos e a paisagem. Lá em cima o Monte tinge-se de sol, cá em baixo o rio tinge-se de azul. A Cantareira, num cantinho, adormece – a grande fonte de granito doirado, (...) a nossa velha casa com os degraus de pedra, os varais das redes até à Corguinha lajeada de grosso burgos – e ao largo o farol. O mar embala o cabedelo. Uma luz como não há outra e que estremece com o movimento e os reflexos da água, um ar como não há outro e que ainda hoje respiro como a própria vida! Silêncio… A Foz vai dourando lentamente, ano atrás de ano, crestada pelo ar da barra, camada de sol, camada de salitre... (...) Agita-se então em sonhos o mundo que não existe, e os mortos adquirem uma expressão que é a da minha própria alma[18].

[14] *Idem, ibidem,* p. 39.
[15] *Idem, ibidem,* p. 45.
[16] *Idem, ibidem,* p. 40.
[17] *Idem, ibidem,* p. 62.
[18] *Idem, ibidem,* p. 44-45.

O PORTO, FILHO DO RIO E DO MAR

O Porto é a velha cidade burguesa onde Raul Brandão prossegue os estudos secundários, dando depois, como jovenissimo adulto, os primeiros passos na vida literária e na carreira militar que acabará por seguir por pressão familiar. Desse tempo, sabemos o pouco que ficou registado nas *Memórias* pela sua mão. No II tomo, no capítulo *Vivos e Mortos*, há um conjunto de apontamentos subintitulado *O Ensino*, onde Raul Brandão evoca a frequência do Colégio de S. Carlos, situado "no alto da rua Fernandes Tomás", começando por destacar a brutalidade da pedagogia e a rigidez dos métodos utilizados. As suas reflexões sobre o choque entre um mundo idealizado e a violência concreta do mundo real merecem destaque pela atualidade que conservam:

> Inverno. Luz turva. Um casarão enorme no alto da rua Fernandes Tomás dentro duma cerca de terra calcinada... (...) Há quem tenha saudades do colégio: eu sonho às vezes com ele e acordo sempre passado de terror... O que este colégio, porém, tinha de melhor, é que nos punha em contacto com a realidade. Não havia sistema de educação – mas entrava-se logo na brutalidade, no egoísmo, na dureza do mundo. (...) Fiquei ferido para sempre. Eram logo três ensinos atirados uns por cima dos outros – o da família, o do colégio e o dos livros. O ensino de casa é em geral uma mentira que não resiste diante da vida... Se no colégio desenvolvessem também nos rapazes o culto da honra e o da verdade, o sentimento da piedade, só prepararíam desgraçados. É lícito educar uma criança numa moral que já não tem curso – se é que o teve algum dia – e recomendar-lhe virtudes que só a tornarão mais fraca na batalha humana, num mundo onde a brutalidade e o egoísmo todos os dias conquistam terreno, pergunto? Para vencer, estamos vendo, empregam-se hoje constantemente os meios mais pérfidos e a concorrência todos os dias aumenta. A lei feroz de cada um por si é a única que se encontra de pé. (...) S. Carlos endurecia: era o que o colégio tinha de melhor, porque nos dava imediatamente uma imagem da vida[19].

Contudo, a dois passos desse ambiente soturno e aterrador, abria-se um mundo alternativo, de ruelas espreitadas pelo sol e percorridas no encalço de uma padeirinha que, todos os dias, assomava à rua das Malmerendas, "fresca como a manhã", e que Raul Brandão evoca, em *Vale de Josafat*, no capítulo *Amores*, como "uma das emoções mais delicadas" da sua vida. Essa figura frágil e luminosa teve o condão de transfigurar "a cidade feia e espessa" no espaço de revelação do seu primeiro amor. "Tinha os meus treze anos e andava no Colégio de S. Carlos. Era ao tempo um rapazinho espigado, louro e inocente – o pernalta. Sobretudo inocente. Mas como os maiores falavam em amores (...) comecei a fazer vistas a uma padeirinha da minha idade, que todas as manhãs dava o pão nas casas de Fernandes Tomás"[20].

Pela *Tábua Cronológica da Vida e Obra de Raul Brandão*, redigida por Guilherme de Castilho para o catálogo da *Exposição biblio-iconográfica*

[19] BRANDÃO, Raul – *Memórias*, [1925], *Vivos e Mortos*, p. 228, 231, 232. Ed. ut.
[20] BRANDÃO, Raul – *Vale de Josafat*, p. 164-165. Ed. ut.

organizada pela Biblioteca Nacional no Cinquentenário da sua Morte, tomamos conhecimento de que o escritor passou a frequentar o Liceu Central do Porto a partir de 1880. E que publicou, em 1885 ("25 de Janeiro"), o seu "mais antigo trecho literário conhecido", no número único d'*O Andaluz*. Guilherme de Castilho, o seu principal biógrafo, regista ainda os seguintes dados: em 1888 Raul Brandão "frequenta, como ouvinte, o Curso Superior de Letras"; e, nos finais do mesmo ano, em 18 de dezembro, "Assenta praça, como voluntário, por doze anos, no Regimento n.º 5 de Caçadores de El-Rei, no Porto". Em 27 de fevereiro de 1890 transita para "o Regimento de Infantaria n.º 18, no Porto". Finalmente, "em 23 de Outubro" de 1891, é autorizado, por um ofício do Ministério de Guerra, a "matricula-se no curso de infantaria da Escola do Exército", em Lisboa[21]. As *Memórias* são omissas quanto a estas datas; e escassa em informações que permitam contextualizá-las satisfatoriamente. Mas, em contrapartida, Raul Brandão refere com algum detalhe aspetos da vida militar e do ensino na Escola do Exército[22]; e relata episódios relativos às funções de comando, quando já ocupava o posto de alferes no Regimento de infantaria n.º 20, em Guimarães[23].

Voltando ao período anterior à partida para Lisboa, para frequentar o 1.º ano da Escola do Exército, as informações que temos vêm sobretudo das *Memórias*. A *Invicta* está indelevelmente ligada à iniciação de Raul Brandão no mundo das Letras e à sua formação intelectual e cívica. É um itinerário discreto, prosseguido entre os seus companheiros de geração – como Justino de Montalvão, Júlio Brandão, António Nobre ou D. João de Castro –, e alguns dos vultos tutelares da Geração de 70, como Eça de Queirós e Guerra Junqueiro. As páginas memorialísticas em que o escritor reconstitui o ambiente literário do Porto finissecular, em *flashes* que captam os particulares de cada uma das grandes personalidades com quem se cruza, constituem um testemunho raro e ainda hoje surpreendente. Aí ganha relevo a figura ímpar de Sampaio Bruno, a cujo magistério intelectual os mais jovens se rendem.

Pertencem a esta geração emergente algumas das figuras que vão marcar o nosso século XX, como António Nobre e o próprio Raul Brandão. A sua estreia literária dá-se com a publicação de *Impressões e Paisagens*[24], em 1890, coletânea de contos quase todos muito breves, que encerra com um *post scriptum* em que o Autor declara "que eles já não representam a [sua]

[21] *Cinquentenário da morte de Raul Brandão, 1930-1980: exposição biblio-iconográfica*. Org. Guilherme de Castilho, Mário Cesariny. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1980, p. 17.

[22] *Vd.* BRANDÃO, Raul – *Memórias*, [1925]*, Vivos e Mortos*, *O Ensino*, p. 232-233; *– Vale de Josafat*, *Vida Militar*, p. 129. Ed. ut.

[23] *Idem, ibidem*, p. 130-143.

[24] BRANDÃO, Raul – *Impressões e Paisagens*. Lisboa: Vega [1987].

maneira actual de sentir nem de escrever"[25]. Por essa altura, já Raul Brandão se juntara ao Grupo dos "Novos", alinhado com a estética decadentista e simbolista então no apogeu. No texto introdutório, em formato epistolar – "À maneira de Prefácio (carta a Alberto Bramão)" –, o escritor estreante evoca a cumplicidade literária que selou a amizade entre ele e o destinatário, a pretexto de uma visita à Foz feita na véspera: "Fui ontem à Foz do Douro; vadiei alegremente – um tempo azul e lindo – pela Cantareira, por Carreiros; (...) Foi nesta beira da costa (...) que a nossa mocidade inteira se passou... (...) Foi das nossas discussões sobre Arte que estes contos nasceram..."[26]. Os contos são também um tributo prestado pelo seu Autor a algumas figuras mais admiradas: Eça de Queirós, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, Sampaio Bruno, entre outras[27].

Raul Brandão está agora integrado no grupo portuense dos "nefelibatas"[28], que cultiva a "arte moderna" vinda de Paris e se reúne num "novo cenáculo", à maneira da Geração de 70, procurando ganhar espaço numa cidade que assistirá em breve ao malogro da Revolta de 31 de Janeiro de 1891. A sua adesão à estética finissecular fica consignada no opúsculo *Os Nephelibatas*[29], publicado sob um pseudónimo coletivo – Luiz de Borja. Sabemos hoje que Raul Brandão foi um dos redatores deste quase manifesto literário, publicado nos finais de 1891 ou já nos inícios de 1892. A par da profissão de fé na "Arte livre", há uma dimensão paródica evidente na descrição das reuniões do grupo – "orgias satânicas" que tinham lugar na "sala das noites", situada numa casa do bairro da Sé[30]. Não falta sequer o retrato humorístico, mas sofisticado, de alguns frequentadores do cenáculo, como Raul Brandão, Júlio Brandão ou Justino de Montalvão. Paralelamente, há referências ao talento e às publicações literárias, recentes ou próximas, dos que pertencem ao Grupo ou dos que lhe são afins (Alberto de Oliveira, Dom João de Castro, Júlio Brandão, António Nobre, Alberto Osório de Castro, Camilo Pessanha, entre outros; e

[25] *Idem, ibidem*, p. 149.

[26] *Idem, ibidem*, p. 7.

[27] Segundo José Carlos Seabra Pereira, Raul Brandão publica, n'*O Monitor* de Leça da Palmeira, "além de contos depois recolhidos, com variantes, em *Impressões e Paisagens*, textos de parceria com Alberto Bramão". – Cf. BRANDÃO, Raul; BRANDÃO, Júlio – *A Noite de Natal*. Leitura, introdução e notas por José Carlos Seabra Pereira, seguido de um estudo sobre Júlio Brandão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981, p. 16.

[28] No *Petit glossaire pour servir à l'intelligence des auteurs décadents et symbolistes*, de Paul Adam, o termo "nefelibata" significa "aquele que caminha sobre as nuvens"; é uma outra maneira de designar os poetas "novos".

[29] BORJA, Luís de – *Os Nephelibatas*. [Ed. fac.]. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1992, p. 24. Ver GUIMARÃES, Fernando – *Ficção e narrativa no Simbolismo: antologia*. *Os Nefelibatas,* Lisboa: Guimarães Editores, 1989, p. 25-43.

[30] *Os Nefelibatas, ed. cit.*, p. 26.

K. Maurício, um heterónimo de Raul Brandão). A mistura entre a realidade e a ficção não obsta a que sejam lançados os fundamentos de uma 'nova Arte', que reivindica uma total liberdade: "Ateus do preconceito e da Opinião pública (...), não professando nenhum culto, nenhum Evangelho, nem o do Classicismo nem o do Catolicismo, cuspindo em todas as hóstias consagradas dos ritos burgueses. Anarquistas das Letras, petroleiros do Ideal, desfraldando ao vento sobre os uivos e os apupos dos sebastianismos retóricos o estandarte de seda branca da Arte Moderna!..."[31]. Um dos aspetos mais surpreendentes deste opúsculo é o facto de se apresentar como um espaço de fraternal convergência entre diferentes «temperamentos» artísticos, o que se afigura como uma antecipação pré-modernista do espírito que marcará, mais de duas décadas depois, o aparecimento de *Orpheu*, com a célebre *Introdução* assinada por Luís de Montalvor[32]. N'*Os Nephelibatas*, a par do registo paródico em que a ficção e a realidade se interseccionam, talvez para atenuar a contundência de algumas afirmações e reduzir o ímpeto subversivo que é própria dos manifestos, há a enunciação de princípios teóricos que apontam para uma estética da sinceridade na arte, o que lhe confere um inegável interesse histórico-literário: "A autobiografia, bem simplificada, é em breves linhas a teoria d'Arte que me parece mais simples, a mais natural, a mais humana. § Ninguém como K. Maurício pôs em prática esta teoria de arte"[33].

Esta é uma das direções estéticas que se explicitam num texto que dá uma ideia bastante exata do ambiente literário finissecular, onde se cruzam diversas tendências artísticas irreconciliáveis; e do modo como interagiam os artistas portuenses que pertencem à novíssima *Geração de 90*:

> Oh! Os belos tiroteios, o soberbo drapejar de ideias agitando-se por cima da esgrima dos gestos, dos olhos que brilhavam, das bocas que troavam, como estandartes ao vento, duelos de opiniões e de frases que chocam, se embatem, ripostam como lâminas de floretes, e lutam e se saúdam ao fim com o leal aperto de mão de briosos e altivos cavaleiros que se bateram por um sorriso ou por uma flor!... (...) Uma íntima, profunda fraternidade ligava a todos, apesar das contraditórias opiniões, dos diversos temperamentos e comunhões literárias[34].

No III volume das *Memórias*, temos alguns detalhes sobre o café Camanho, "o refúgio dos literatos", situado na Praça Nova e frequentado por grandes vultos da época:

---

[31] *Ibidem,* p. 31-32.

[32] Cf. Introdução. In *Orpheu.* Lisboa: Edições Ática, 1971, vol. 1, p. 11-12.

[33] *Os Nefelibatas, ed. cit.*, p. 40.

[34] *Ibidem,* p. 32.

O escuro café Camanho, da Praça Nova, foi durante anos o refúgio dos literatos. Ali se reuniram, à noite, durante muito tempo, o Nobre, o Justino, o ruivo Hamilton de Araújo e, noutra mesa, (...) o Joaquim de Araújo, sempre alheado; e, num canto da loja mal iluminada, o Bruno e o Basílio Teles, de gabinardo e barba arrepelada, falando em política. Só me lembro disto no inverno, com a água a escorrer nos vidros embaciados... Durante muitas noites e a altas horas aparecia o Eça que o Araújo conhecia e, sentando-se sozinho, pedia uma galinha cozida que comia com uma fome de lobo.
– Anda a escrever o romance... – dizia-se baixinho à roda.
E olhávamos para ele, com admiração e espanto.
(...) Fora, chovia a cântaros. O Porto vivia debaixo de água. Um lampião espelhava a luz mortiça no largo, junto à sombra tétrica da Câmara, na cripta da Praça, como lhe chamava Junqueiro... Alguns da nossa mesa levantavam-se e iam acabar a noite às águas-furtadas do Igo de Pinho, onde tínhamos o nosso cenáculo[35].

Também ficamos a conhecer alguns pormenores das reuniões de artistas nefelibatas na casa do pintor Igo de Pinho, cujo pai, ferrageiro, vivia na Rua do Almada:

Era na rua do Almada, entre panelas e com um pai ferrageiro espavorido, que o Igo nos recebia. Subia-se até lá cima por uma escada que nunca mais acabava – subia-se até ao céu pelo meio de coisas escuras e indistintas, os pregos, as fechaduras, as grossas correntes penduradas – e na grande sala, logo por baixo do tecto, celebrávamos as reuniões nefelibáticas. Às vezes, um retardatário batia à porta lá no fundo e o Pinho, assomando à janela, bradava versos de Eugénio de Castro, acordando as Hortas mergulhadas em sono e torpor:
Quem é o ousado que por horas mortas / A bater se atreve às minhas férreas portas?

Mas a figura central deste capítulo, intitulado *O Tio do Pinho*, é o tio do pintor, um "brasileiro de torna-viagem", bem-falante e bem-apessoado que, regressado do Brasil sem mulher nem filhos, se instala na casa do irmão para viver à sua custa: "Nesse tempo – escreve Raul Brandão – o Pinho falava-nos com uma pequena esperança – naquele tio que viera do Pará e havia de resolver toda a sua vida artística, arrancando-o por uma vez às ignóbeis panelas de ferro do armazém paterno"[37]. A alusão discreta que o tio fazia "à sua grande fortuna", rematada com a frase: "– Tudo que tenho para vocês é"[38], manteve pai e filho na expectativa, embora não houvesse qualquer sinal palpável da dita: "Não só não dava um pataco para casa, como sacava constantemente aos cem mil réis da gaveta das ferragens – por causa dos câmbios"[39]. Quando a morte surpreendeu o tio do Pinho, os infelizes aspirantes

[35] BRANDÃO, Raul – *Vale de Josafat*, p. 169. Ed. ut.
[36] *Idem, ibidem*, p. 170-171.
[37] *Idem, ibidem*, p. 171.
[38] *Idem, ibidem*, p. 172.
[39] *Idem, ibidem*, p. 173.

à herança descobriram que ele, afinal, "não tinha vintém"[40]. Nesta jocosa cena da vida pequeno-burguesa portuense, Raul Brandão dá-nos o reverso grotesco do "brasileiro" enriquecido e sobranceiro que vem residir para o Porto. É uma realidade típica da época – a dos remigrados do Brasil cujas sumptuosas moradias vêm alterar a imagem austera da cidade, estendendo-a para novas zonas residenciais. Esta história aparentemente verídica vem na linha de alguns dos romances mais célebres de Camilo – dando-nos uma amostra da subserviência com que os "brasileiros" eram tratados.

As *Memórias* são uma sucessão de imagens "faladas", entremeadas por outras, silenciosas, que se sucedem como um extraordinário documentário cinematográfico que nos dá um insólito panorama histórico-social do Portugal da última década do século XIX até quase finais da década de vinte do século passado. Raul Brandão fala de "uma fita que a seus olhos se desenrolou" (*supra*). Por trás dessa "fita" – ou desse filme – há um trabalho de montagem. O papel que os retratos desempenham é da maior importância. São quase sempre breves, traçados com a mão segura e incisiva de quem fixa para a posteridade a imagem de grandes personalidades das artes, das letras, da ciência e da política. Uma galeria excecional, onde figuram, entre outros, Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Gomes Leal, Basílio Teles, Sampaio Bruno, Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis, Columbano, Guerra Junqueiro. O segundo volume das *Memórias*, dedicado a Teixeira de Pascoaes, encerra precisamente com *Os Últimos anos de Junqueiro*. A admiração que esta figura inspira a Raul Brandão levou-o a esperar três amos pela "Carta-Prefácio" que abre *Os Pobres*[41]. O livro, escrito entre maio de 1899 e janeiro de 1900, só foi publicado em 1906. O retrato que Raul Brandão nos dá de Guerra Junqueiro é construído a partir das notas redigidas ao longo dos anos a propósito dos seus encontros com o poeta de *Os Simples*. É uma personalidade controversa, caracterizada por uma invulgar coragem política, que suscita opiniões contrárias e comentários mordazes junto de amigos e inimigos; mas que Raul Brandão considera ser a figura mais autenticamente humana da "maior geração literária que tem nascido em Portugal"[42]: "Distribuiu por todos nós uma parte do seu prodigioso sonho. Nunca

[40] *Idem, ibidem*, p. 171-174.

[41] BRANDÃO, Raul – *Os Pobres*. Estudo introdutório por Vítor Viçoso. Lisboa: Editorial Comunicação, 1984. A "Carta-Prefácio" de Guerra Junqueiro tem a data 1902-03 – cf. p. 33-48.

[42] BRANDÃO, Raul – *Memórias,* [1925]*,* p. 253-254. Ed. ut. Cf. *Memórias*. Tomo II. Ed. José Carlos Seabra Pereira, 1999 – *Apêndice*, *Os Últimos Anos de Junqueiro*, p. 241-244 (texto com variantes publicado n'*A Águia*. Série 2. 13/14 (jul.-ago. 1923) 53-54): "Quando poderei juntar as cinco mil páginas de notas da minha filosofia, *O Caminho do Céu*?" (p. 243).

se isolou. Podia-nos ter desdenhado. Nenhum de nós estava à altura do seu génio, nem mesmo da sua bondade"[43]. Há também o registo de desabafos que revelam uma profunda desilusão política, ou a sua amargura por já não dispor nem de tempo nem de forças para "juntar as cinco mil páginas de notas da [sua] filosofia *Unidade do Ser*"[44]. O último texto desta série, datado de "7 de Julho – 1923" e muito breve, é uma imagem impressionante do poeta jacente, falecido em Lisboa[45].

Será já num bem entrado século XX que Raul Brandão se relaciona com Teixeira de Pascoaes. A amizade que os une tem por base fundas afinidades de pensamento e uma admiração recíproca, comprovada pelas cartas trocadas pelos dois a partir de 1914. A publicação da *Correspondência*[46] entre ambos veio lançar luz sobre a vida do cidadão-escritor que é Raul Brandão, facultando informações de natureza pessoal que preenchem lacunas biográficas e nos dão conta, por exemplo, da relativa frequência com que o escritor se deslocava à Foz. É pela mão de Pascoaes que Raul Brandão se aproxima do Grupo da Renascença Portuguesa, iniciando a sua colaboração na Revista portuense *A Águia* logo a partir de 1915 e mantendo-a até à morte, a 5 de dezembro de 1930. *Húmus* será publicado em 1917 com a chancela da Renascença Portuguesa. Seguem-se as reedições de *1817*: *A Conspiração de Gomes Freire* (2.ª ed., 1917) e *El-Rei Junot* (2.ª ed., 1919); e *O Cerco do Porto* pelo Coronel Owen (1915)[47]. Em 1919 vem a lume o primeiro volume de *Memórias* (1919); e, em 1923, um volume de *Teatro*. Fica assim consagrada a sua relação editorial com o Porto. A cumplicidade intelectual entre estes dois altos espíritos ficou selada na coautoria da tragicomédia *Jesus Cristo em Lisboa*, lida por Raul Brandão aos atores do Teatro Nacional nos finais de 1926[48].

No que toca ao Porto, a topografia excecionalmente impressiva da cidade oitocentista, traçada por Júlio Dinis n'*Uma Família Inglesa*, não tem uma expressão equivalente nas *Memórias* de Raul Brandão. As referências dis-

[43] BRANDÃO, Raul – *Memórias,* [1925], p. 256. Ed. ut.

[44] *Idem, ibidem,*

[45] *Idem, ibidem,*

[46] BRANDÃO, Raul – *PASCOAES, Teixeira de: Correspondência*, Recolha, transcrição, actualização do texto, introdução e notas de António Mateus Vilhena e Maria Emília Marques Mano. Lisboa: Quetzal Editores, 1994.

[47] OWEN, Coronel – *O Cerco do Porto*. Prefácio e notas de Raul Brandão. Porto: Renascença Portuguesa, 1915.

[48] BRANDÃO, Raul; PASCOAES, Teixeira de – *Jesus Cristo em Lisboa: tragicomédia em sete quadros*. Paris; Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, [1927] – *Vd. Correspondência*, *ed. cit.* "Carta 139 [9 dez. 1926]", p. 158-159.

persas a figuras urbanas, familiares ou típicas, têm geralmente como pano de fundo uma toponímia discreta; mas ressalta sempre um qualquer traço do modo genuíno de ser portuense, como acontece com o Sr. Custódio ("um negociante da nossa praça"); ou com o relojoeiro Girôd, que tem residência e loja na Praça D. Pedro, duas figuras cinzeladas pelo 'espírito do lugar'.

A firmeza de carácter das gentes do Porto, empenhadas, desde a fundação da nacionalidade, em preservar a identidade do Burgo e a independência da Nação, e lutando corajosamente pela sua sobrevivência – a primeira crise dinástica, as invasões napoleónicas, ou o Cerco do Porto pelas tropas miguelistas – é realçada em *El-Rei Junot* (1912); ou no *Prefácio* a *O Cerco do Porto*, pelo Coronel Owen. O protagonismo da Cidade Invicta na implantação do Liberalismo e, mais tarde, na consolidação do ideário republicano deve alguma coisa à dureza granítica do solo sobre o qual foi edificada.

Se o Porto de Raul Brandão é ainda, em larga medida, aquele que Camilo Castelo Branco retrata como "burgo antigo com a sua dinastia de comerciantes", é também a cidade resistente que se subleva contra a ocupação francesa, graças a aliança entre "o frade e o povo", título de um capítulo memorável de *El-Rei Junot*[49]:

> O Porto (70 mil habitantes) é também uma cidade feia e espessa, com o rio na alma – o Porto é granito e sonho. O homem tem um enternecido amor à terra áspera, nevoenta e profética. A pedra pegajosa, a rua estreita e a água no fundo trespassa-a como lava. Entranha-se o salitre no granito, a névoa no homem orgulhoso e rude. Tranca a porta – ei-lo rei. Conta, aferrolha o dinheiro do balcão. O dinheiro do vinho (35 mil pipas em 1789), dos côvados de lã, do pano que exporta para a América. Da louça, da seda e da cortiça. Mas a névoa sobe do fundo do burgo e turva-o: torna-o confuso e enorme, concentrado; dá a alma à pedra, ao homem sonho... A plebe, os segeiros, os botequineiros, as meretrizes, odeiam Pérron, delegado de polícia. Quem sobe as ruelas lajeadas de grossas pedras, encontra os Congregados, os Lóios e os Bentos, cheios de frades inquietos. (...) Lembrem-se: a cidade inquieta, com as ruas cheias de populaça grosseira, tem o rio na alma, tem o rio no fundo, que a atravessa e lhe dá o ar nevoento e concentrado. O Porto é granito e sonho...»[50].

Aos olhos de Raul Brandão não é a cidade de uma burguesia abastada, fechada nos seus irrevogáveis privilégios e em formas snobes de convívio endogâmico, a que mais interessa, mas a da arraia-miúda de Fernão Lopes; ou a de Vasco e Gertrudes de *O Arco de Sant'Ana*, de Garrett; ou a das personagens de *A Corja*, de Camilo – três autores que a imortalizaram. Nalgumas páginas de *El-Rei Junot*, Raul Brandão mostra-nos uma cidade viril,

[49] BRANDÃO, Raul – *O Frade e o Povo*. In *El-Rei Junot*. Com uma nota introdutória de Guilherme de Castilho. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, p. 215-251.

[50] *Idem, ibidem*, p. 220-221.

leal e corajosa, pronta a sublevar-se sempre que a sua liberdade é ameaçada. Apoiado em documentos, recria imaginariamente, numa imensa tela goyesca em que usa a arte da perspetiva, a atmosfera que antecede a chegada dos franceses – uma descrição magistral, carregada de emoção e dramatismo:

> Anoitece. Num alarido, tambores, cruzes, archotes – a mescla de frades e matulas, de carrejões e mulheres sobre as vielas. As torres alarmam a cidade. Em Santo Ovídio o capitão Mariz aclama o Príncipe, e outra malta furiosa desce: enovelam-se e misturam-se num confuso estridor. Pregam os frades, e a casaria negra e salitrosa, as muralhas espessas, vomitam mais cólera, mais ralé, mais escumalha feroz. Assomam às gelosias vultos medrosos. – Os franceses já estão nos Carvalhos! Vamos a esses ladrões! – Os galegos arrastam quatro peças para a velha ponte de barcos. É a hora em que a névoa transforma a cidade: o burgo aumenta e torna-se revolto, com negrumes caóticos, borrões compactos de escuridão. No céu destaca-se a torre esguia, a casaria acastelada e, no fundo, a velha ponte de barcos oscilante, o rio cheio de clamores, entre duas chapadas monstruosas de tinta. Ao clarão dos archotes, entre os novelos da fumaça, distingue-se sempre o vulto rancoroso do frade, os seus gestos de cólera e o remexer da massa obscura. Depois pior: o negrume anónimo de onde irrompem chuços nos gadanhos crispados... (...) – Morra o Junot! Viva a Santa Religião! Morra! morra! morra!...[51].

A história da *urbe* confunde-se assim com a defesa de um ideal de liberdade traduzido em atos heroicos decisivos para a independência e o futuro de Portugal. Escritor da condição humana e inquiridor do sentido do Universo e da História, Raul Brandão escreve na *Introdução* a *El-Rei Junot* que "A verdadeira história é imaterial; é (...) a história da consciência humana que pouco e pouco se aproxima de Deus. Em torno disto atropela-se a mixórdia, a ambição, os interesses"[52]. Esta visão metafísica da História impregna as *Memórias* e é inseparável da reflexão sobre a condição humana que atravessa toda a sua Obra. A escrita literária foi para Raul Brandão um exercício de inteira liberdade – subvertendo os géneros, dando voz à natureza contraditória do ser humano, canalizando para a ficção a força poética que lhe permitiu criar uma forma de expressão inaugural e única. O seu legado literário é imenso e imperecível.

Raul Brandão era um artista dotado: o desenho e a pintura foram o seu *hobby*. Na idade madura, dedicou-se com mais determinação à criação pictórica, sendo bem conhecido o *Retrato de Teixeira de Pascoaes*, pintado a óleo e por ele oferecido ao poeta. Guilherme de Castilho, que presta uma perspicaz atenção aos aspetos picturais da sua escrita, faz o seguinte comentário: "Na sua caracterização cromática há como que uma decomposição espectral, passando das cores simples a todas as gradações dessa mesma cor"[53]. Por seu lado, Mário Cesariny observa, a propósito do óleo *Paisagem*

[51] *Idem, ibidem*, p. 221-222.

[52] *Idem, ibidem*, p. 24.

[53] CASTILHO, Guilherme – *Ob. cit.*, 1979, p. 452.

do Marão – pintado em S. João de Gatão e onde figura uma dedicatória: "Ao poeta Teixeira de Pascoaes o pintor Raul Brandão Outono 1928" –, que Brandão "pinta a terra com as cores do mar"[54]. Também n'*Os Pescadores* não são raras as vezes em que o rio usurpa o azul do mar, enquanto este se torna uma planície verde e ondulante, com infindáveis mutações cromáticas que lembram as marinhas de Claude Monet.

Em *Portugal Pequenino* (1930), um livro para os mais novos de que é co-autora Maria Angelina, sua mulher, e inclui desenhos e a reprodução de uma aguarela de Carlos Carneiro, datada de 1929 (Ponte D. Luís), encontramos paisagens admiráveis de um espaço-país que Raul Brandão pinta com talento, devoção e ternura. Só em páginas extraordinárias, escritas pelo "pintor das horas perdidas"[55] que Raul Brandão também foi, seria possível encontrar uma imagem intemporal do Porto, captada na descida do rio, a bordo do barco que o transporta até ao cais da Ribeira velha[56]:

> Entre um rasgão de arvoredo avança para mim uma massa cinzenta e confusa com o recorte duma igreja, que parece desmedida, lá no alto, e desce até ao rio numa miscelânea de casas, de chaminés de fábricas, tudo enfumado e indeciso. Chega até ao barco o apito dum comboio. E pouco e pouco a cidade aproxima-se com uma auréola de cinza e prata e o rio empoado de roxo. Ao lado, em dois riscos, o arco da ponte de D. Maria e do outro lado, numa só tinta, o morro espesso de Gaia. Depois outra ponte. Na água um faiscar de prata às chapadas onde arde lume dourado. Por fim a Ribeira velha e carcomida, cheia de povo, de mulherio, de gritos, com casas cancerosas e ruas como bocas podres. O cais, gente a martelar na ponte sem descanso. Umas escadinhas, uma feira de fruta. Podridões pela rua... Desembarcamos no Porto[57].

O Porto ribeirinho e envolto em neblina, onde se concentra uma população barulhenta e laboriosa, é fixado na luz imaterial de uma tela deslumbrante, que se vai progressivamente alargando na descrição:

> O nevoeiro sobe, ascende, dá a esta cidade de trabalho, em que o burguês é rei (...) o seu verdadeiro carácter (...). Atropela tudo, e daqueles bairros à beira rio faz uma cidade de sonho... Condensa-se e esconde a casaria amontoada sob pastas de névoa donde só surge o arco duma ponte, a agulha duma torre, paredes esburacadas que pertencem a um desenho de Victor Hugo[58].

Mas a cidade liberta-se por fim do seu invólucro natural de brumas para se deixar banhar na luz esplendorosa do poente, até que se extingam os últimos brilhos crepus-

[54] CESARINY, Mário – *Raul Brandão e a pintura: catálogo da exposição biblio-iconográfica*. 1980, p. 14 (*vd. supra*).

[55] MENDES, Manuel – *Raul Brandão, pintor das horas perdidas. Colóquio.* 26 (dez. 1963) 31-33.

[56] ANGELINA, Maria; BRANDÃO, Raul – *Portugal Pequenino*. Lisboa: Edição dos Autores, 1930, p. 84.

[57] *Idem, ibidem.*

[58] *Idem, ibidem,* p. 83-84.

culares. O sofrimento humano dá subitamente à descrição um toque expressionista:

> Há neste Porto, filho do rio e do mar, poentes extraordinários apertados entre os paredões formidáveis das margens, quando um clarão de forja irrompe da névoa em jactos ou estoira como uma explosão no ar. Outra vez a cerração desaparece. Poviléu. Ruelas. A Sé acastelada com varandas de granito e serpentes feitas pelos pedreiros. A Misericórdia com paredes monstruosas que abafam todos os gritos, e abóbadas, lojas soturnas, subterrâneos onde se passam coisas terríveis entre a doença e os doentes...[60].

Em *Portugal Pequenino*, livro publicado alguns meses antes da morte de Raul Brandão[61], encontramos as imagens do Porto que nos faltavam, embebidas na cor local e impressas em páginas hoje quase esquecidas. São imagens de uma cidade debruçada sobre o Douro, sustida pelo que resta da muralha medieval, e cuja beleza nasce da violência dos contrastes ou da soturnidade que a torna espectral:

> Destes negrumes sobre negrumes acumulados e revolvidos constrói-se a essa hora uma cidade estranha e desmedida, sórdida e esplêndida, uma cidade que ao mesmo tempo mete medo, e que, se não é a mais bela, é a mais pitoresca que conheço no mundo (...)"[62].

O Porto marca presença em muitas páginas inesquecíveis da Obra de Raul Brandão: ora como uma sucessão de imagens a sépia, desfilando encantatoriamente aos nossos olhos como um filme projetado pelo cinematógrafo; ora como uma série de quadros intemporais, em que a cor deixa de estar ligada ao descritivismo realista, ou à exaltação expressionista, para se tornar pura matéria do espírito.

[60] *Idem, ibidem,* p. 84.
[61] Fevereiro de 1930.
[62] *Idem, ibidem,* p. 86.

MANUEL CÂNDIDO PIMENTEL, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

LEONARDO COIMBRA E A FORMAÇÃO DO HOMEM

INTRODUÇÃO

O tema da educação e o problema educativo atraíram Leonardo Coimbra desde a sua juventude e projetar-se-iam na maturidade como núcleo de atração teorética, desde, portanto, o contexto do seu anarquismo inicial, atmosfera ideológica que contendia com o aristocratismo e que seria, a partir de 1910, substituída pela adesão à democracia republicana, a que ficou fiel o resto da vida.

As primeiras referências à educação são anteriores a 1910, remontando a 1907 (Coimbra, 2004a, 2004b), ao período conturbado do passado revolucionário estudantil, quando, aluno da Academia Politécnica do Porto, participava em manifestações estudantis, como as que se fizeram contra a ditadura franquista no ano letivo de 1907-1908, e enchia com o verbo de tribuno nascente os comícios antiburgueses e libertários, clamando pela liberdade, pela fraternidade e melhor educação.

Entre 1907 e 1909, a sua figura destacou-se na paisagem social e política portuense pelos seus dotes oratórios. A educação impôs-se naturalmente ao seu espírito, já que também constituía um núcleo sociopolítico e cultural do interesse dos intelectuais entre a última fase da Monarquia Constitucional e os primeiros anos da I República.

Com outros jovens companheiros, foi Leonardo Coimbra tocado pelos ideais reformistas das instituições e da sociedade em geral, o que se consubstanciou, por exemplo, na criação, em 1908, do grupo "Os amigos do A.B.C.", de que participaram, entre outros, Jaime Cortesão e Álvaro Pinto, cujo ideário tinha como objetivo a instrução e a elevação cultural do povo português, e que teve como principal arauto o jornal portuense anarquista *A Vida*.

Os ideais reformistas haveriam de projetar-se na vida do filósofo, ganhariam voz em periódicos como *A Nova Silva* (1907) e *A Águia* (1910-1932), em movimentos culturais como a Renascença Portuguesa (1912) e em projetos educativos como os que se polarizaram em torno das universidades populares, nomeadamente a Universidade Popular do Porto, criada em 1912, e a Universidade Popular da Póvoa de Varzim, surgida nos fins de 1913, e onde o Mestre portuense lecionou, sendo desse período o importante tomo onde sintetiza o seu pensamento filosófico, que intitulou *O Pensamento Criacionista*, que deu à estampa em 1915, fruto daquele labor docente (Coimbra, 2005).

Vale com interesse realçar a criação, no termo de 1909, já residia em Lisboa, para onde fora com a mulher e o filho na segunda metade do mesmo ano, do Grémio de Educação Racional (1909-1911), que tinha fundíssima inspiração na pedagogia do malogrado livre-pensador e pedagogo catalão Francesc Ferrer i Guàrdia (1859-1909), que surgia como reação ao seu fuzilamento a 13 de outubro de 1909, e que, referida aos princípios da Liga Internacional da Educação Racional da Infância, a que Ferrer presidira, tinha por ideário fundar "escolas modernas" em Lisboa e arredores, segundo o método da educação racional e feito o diagnóstico das deficiências do ensino vigente.

No território nacional, desde 1908 funcionaram escolas baseadas nos princípios de Ferrer e a imprensa libertária, como *A Vida,* promoveu a divulgação das ideias do pedagogo catalão. Leonardo Coimbra, em cujas primícias pedagógicas ressoam algumas analogias com Ferrer, nomeadamente o ensino livre da tutela do Estado e da religião, o anticlericalismo, a ilustração dos educandos pela ciência, a educação pela razão, para que cada ser humano seja capaz de autonomia e de raciocinar por si mesmo e emitir os seus próprios juízos, afastar-se-ia contudo da atitude antirreligiosa e ateia de Ferrer (Domingues, 2003:375), por professar um teísmo que não via incompatível com o anarquismo e cuja emoção religiosa balbuciou, desde os primeiros voos de pensador, a palavra "Deus".

A pedagogia de Leonardo, se tem iniciais relações com a pedagogia libertária de Ferrer, sobretudo pelo ambiente anarquista, afastar-se-ia dela com a sua aproximação ao republicanismo, a partir de 1910, mas permaneceria fiel ao ideário iluminista ferreriano de que deve a educação trabalhar no sentido da autonomia da razão do educando e ser um veículo de liberdade.

O estudo da teoria e da prática da educação em Leonardo Coimbra foi já feito na ainda insuperada obra de Patrício (1992), que continua a ser a principal referência no domínio, onde o autor estuda a evolução do pensamento pedagógico do anarquismo juvenil à maturidade do filósofo, num investimento de grande originalidade e fecundidade hermenêuticas. Seguir-se-iam

estudos de menor vulto, mas importantes para quem queira aprofundar a pedagogia do Mestre portuense, como os de Caeiro (1999), Calafate (1994), Manso (2002 e 2013) e Domingues (2003).

A minha atual investigação situa-se no âmbito dos fundamentos filosóficos da pedagogia criacionista e procura defender uma visão de unidade entre a filosofia de Leonardo e a sua reflexão em torno da educação, que visa a construção do que chamarei uma *paideia*[1].

A IDEIA DE ESCOLA PORTUGUESA

A ideia de escola portuguesa, pela qual veio a lutar o pensador nortenho, foi a de uma escola aberta ao princípio luminoso da vida, tal como a de Ferrer, contra pois os dogmatismos e o autoritarismo em métodos, pedagogias e doutrinas, para cujas convicções muito contribuiu o seu caso pessoal, aluno interno no Colégio de Nossa Senhora do Carmo, que frequentou, em Penafiel, entre 1892 e 1898, e de que sentiu e ressentiu a disciplina austera e déspota, propensa à vigilância e à punição, de que expressou a memória em *A Alegria, a Dor e a Graça* (Coimbra, 2006a)[2].

Noutras passagens de textos seus é possível retirar o retrato de uma escola fundada no princípio da liberdade criadora com uma pedagogia centrada no estudante, exaltante do entusiasmo e da alegria de viver dos educandos (Coimbra, 2010a:172), que vê na missão do professor a dedicação plena à formação integral de cada aluno. Neste sentido, o ideal pedagógico leonardino é personalista e espiritualista.

Para o seu personalismo deve ter-se em linha de conta a reflexão filosófica sobre a pessoa e a mónada em *O Criacionismo*, de 1912 (Coimbra, 2004l:316-317, 287 seg. *et passim*), a teoria da razão e a conceção de liberdade sustentadas em *A Razão Experimental*, de 1923 (Coimbra, 2009e), bem como a antropologia de *A Rússia de Hoje e o Homem de* Sempre, de 1935 (Coimbra, 2012), obras que alimentam a ideia de que o ser humano é em sua essência uma liberdade criadora, ou inventiva, que cria e se cria e recria na história, nunca estanciando num termo de plenitude, que lhe *cousificaria* o ímpeto criador.

---

[41] A ideia de que existe uma profunda articulação entre a filosofia criacionista e a teoria da educação que *O Problema da Educação Nacional* (Coimbra, 2010a) desenvolverá foi já criteriosamente interpretada por Francisco da Gama Caeiro, que a tal propósito escreve: "(…) a reflexão de Leonardo sobre o problema da educação, partindo do fundamento teorético para o das proposições prático-organizativas, possui a coerência que decorre duma solidariedade intrínseca com a globalidade do seu pensamento" (Caeiro, 1999:74).

[42] Leonardo escreve noutro texto: "Evocando as minhas recordações pessoais, direi que, num colégio onde estive, quase todos os padres eram ostensivamente ferozes e *sádicos* (…)" (Coimbra, 2004i:239) Está também aí a explicação primária do anticlericalismo leonardino, que se exprime em certos textos (Coimbra, 2004c e 2004i).

Não é, então, difícil perceber que Leonardo Coimbra nunca poderia aceitar qualquer pedagogia que não fosse orientada para a realização de cada pessoa, contra, pois, os métodos de massificação e da igualitarização estatística dos indivíduos, no sentido de que deve a pedagogia trabalhar para que a pessoa se realize inteiramente como ser físico, anímico e espiritual, proporcionando-lhe valores, agindo sobre vocações, cuidando de capacidades e interesses, formando consciências morais e cívicas, cidadãos empenhados no mundo e no país em que vivem. Por isso se deve meditar o alcance pedagógico desta afirmação de que "O homem não é uma inutilidade num mundo feito, mas o obreiro dum mundo a fazer" (Coimbra, 2004l:20), cujo sentido dinâmico ecoaria nessoutra, mais tardia, de que "O homem parece um ser dado em natureza para que se reencontre e possua em consciência e liberdade" (Coimbra, 2012:26).

A educação, sob o ponto de vista criacionista, surge como uma *poiética*, no sentido de que o homem é uma obra a fazer e no ato mesmo de fazer, pelo que a tarefa educativa nunca está concluída, projetando-se nas fases do homem, da infância à maturidade, no sentido da formação ao longo da vida, tal como é possível extrair das reflexivas páginas de *A Alegria, a Dor e a Graça*. Sobretudo nesta obra, Leonardo dá-nos uma visão do que seja a evolução mental e espiritual da pessoa, a que necessariamente assiste um conceito de ser humano como obra de várias modelagens – da cultura, da educação, da sociedade – e como consciência autónoma e livre, crítica e reflexiva, que as domina.

Para a realidade efetiva dessa consciência deve determinar-se o trabalho educativo, agindo no sentido do «cósmico aperfeiçoamento» das almas (Coimbra, 2006a:198) desde a mais tenra meninice. A pedagogia leonardina é criacionista no sentido de que visa o homem todo e porque tem dele um conceito de sujeito criador, de si próprio e do mundo onde está e age. Adquire valor cósmico porque tende para o conhecimento e a compreensão do homem nas suas relações universais com os outros homens, com o ser e com Deus.

Uma pedagogia que visa o ser humano integral deve para Leonardo Coimbra abrir-se ao amor, à fraternidade, à tolerância e à dignificação da pessoa, e ser, em última análise, orientada pela realidade da pessoa. A essência da pedagogia criacionista está contida nesta afirmação, que bem poderia encimar, como apotegma, o pórtico da mesma pedagogia: "*Conhecer, compreender* e não *aniquilar!*" (Coimbra, 2006a:20)

Contra o ódio, a violência, a intolerância, a educação deve pregar o amor, a paz, a tolerância; contra o egoísmo, o altruísmo; contra o solipsismo, a comunhão de vontades. Por isso, desde o seu ideário anarquista de juventude, Leonardo propõe ao ensino português uma mudança radical das pedagogias, nos métodos e nas atitudes, a completa passagem de uma pedagogia quan-

titativa, cujo centro está na transmissão enciclopédica de conhecimentos, a uma pedagogia qualitativa, centrada no estudante.

UMA PAIDEIA INTEGRAL

A verdadeira educação é a que dá ao homem o desejo e a ânsia de tornar-se criador. Por isso se irritava o pensador contra um ensino que não era mais do que uma "perfeita máquina de autómatos", quando a autêntica educação "deve ter em vista a criação do carácter, pelo acordo de todas as faculdades". Assim, a escola, exaltava-se Leonardo, "Deve criar pensadores e não eruditos, cérebros instrumentos de conhecimento e não cérebros depósitos de erudição" (Coimbra, 2004d:129). Disse-o em 1909, e de certo modo o repetiria anos mais tarde, em 1926, ao defender que educar é cultivar liberdades criadoras da cultura (Coimbra, 2010a:153), e em 1933, ao amparar-se no ideal da existência de escolas de cultura (Coimbra, 2010b:386).

O problema da teoria e da prática tem também a ver com o ensino reduzido ao empirismo e ao pragmatismo da técnica e da especialidade, que forma autómatos, eruditos e não homens de cultura. O filósofo olha para a teoria como a alma mesma da prática, não concebendo um ensino em que a prática se encontra desvinculada da teoria (Coimbra, 2004j:243; 2004m:395-396). Por isso, Leonardo lembra que «se admitirmos que a vida tem apenas o plano da ação e que o fabrico de técnicos é a principal missão da escola, a educação apouca-se para ficar apenas o ensino prático» (Coimbra, 2004m:395).

Ora, o núcleo coordenador e substante da educação é a teoria com a qual a prática mantém relações íntimas e complexas, e tal é a sua importância que, em 1912, o filósofo a defendia como o núcleo mesmo da pessoa, que pela relação com a teoria é a pessoa criadora e livre (Coimbra, 2004m:395). Antecipava assim de anos a ideia de que a pessoa é uma razão experimental, como viria a teorizar em 1923, em *A Razão Experimental* (Coimbra, 2009e), com uma racionalidade aberta aos múltiplos planos da experiência humana, da ciência à filosofia, da razão à emoção, pelo que uma pedagogia adequada urge que haja que seja sensível a esses planos, que são também os da existência.

No texto que considero (Coimbra 2004m:395-396), e onde vejo essa antecipação da razão experimental, a teoria não é só «a prática mediata no seu mais intenso grau coordenador», pelo qual "o homem possui a previsão e domínio material e espiritual", mas é também "o núcleo do homem livre, ou pessoa, que na sociedade *coopera* com as outras pessoas, (…) moralmente e economicamente" (Coimbra, 2004m:395).

Afirmando-o, aparecia já com característico significado a ideia de que é o homem uma razão experimental, seja uma razão social estabelecendo o tecido de relações com outros, aí agindo com e reagindo às alteridades. O

mundo é obra sua. Como, pois, entender uma pedagogia vítima de um chão empirismo e de uma prática sem a orientação filosófica superior da teoria?

A racionalidade que está no fundamento da pedagogia criacionista é a da razão experimental, razão «dinâmica, criacionista, progressiva» (Coimbra, 2009e:281), para a qual a teoria e a prática não existem por oposição, mas em relação de complementaridade e para o dinamismo de uma razão de que são efetivas expressões. É, aliás, esta linha de uma complementaridade entre teoria e prática que adjudica ao filósofo a defesa de que não há oposição entre o juízo lógico e o juízo moral, ou entre ciência e consciência, pois que promanam da mesma fonte ôntica que é a pessoa.

O saber deve exercitar-se na união judicativa da racionalidade científica com a racionalidade moral, o que está inscrito na matriz e do que seja a razão experimental. Neste sentido, o criacionismo viu na educação a ação de educar para a pessoa, reivindicando ser a verdadeira educação aquela que se determina no sentido de *dar o homem a si mesmo* (Coimbra, 2004e:195), seja o de revelar o homem ao homem, pelo que é humanista a visão pedagógica de Leonardo.

O trânsito deste humanismo e da antropologia que lhe está na base culminam no texto de *O Problema da Educação Nacional*, de 1926, que o autor apresentou, a 26 de abril daquele ano, ao congresso do MED (Movimento da Esquerda Democrática), para cujas fileiras entrara em 1925. A compreensão deste livro vive substancialmente do percurso intelectual do filósofo até à obra *A Razão Experimental*, pelo que não é difícil nele descortinar a disposição geral do seu personalismo, que *O Criacionismo* definiu, e de uma pedagogia cuja filosofia a orienta para uma conceção integral do homem e do humano.

De toda a obra leonardina, é *O Problema da Educação Nacional* (Coimbra, 2010a) aquela onde mais detidamente se dedicou o filósofo à questão educativa e para onde reflui toda a reflexão que dispersou pelos textos entre 1907 e 1923 (Coimbra, 2004a-2004m; 2006a-2006b; 2007; 2009a-2009d).

A sua orientação para uma escola onde seja central a alegria de viver, uma escola que seja um hino à vida, nota-se imediatamente quando, operando no diagnóstico dos males do ensino liceal nacional (também do ensino primário), apontava serem os programas um "verdadeiro estupro intelectual" pela carga de conhecimentos e de horas de trabalho, saindo os estudantes da escola, "em regra, tristes, fatigados, sem a alegria de viver que é, no homem, a alegria de *compreender,* incapazes de reacções vitais, criadoras e entusiastas". E lançava o pensador esta interrogação dramática: "Onde fica a saúde, a graça, a alegria, uma hora para a meditação, para a vida interior da imaginação, que é a base da invenção, ou da inteligência, clarificando e ordenando?" (Coimbra, 2010a:172).

Leonardo Coimbra não teria redigido aquela passagem se não houvesse escrito *O Criacionismo, A Alegria, a Dor e a Graça* e *A Razão Experimental*. Nada existe aí de contraditório com uma pedagogia que exalta os valores vitais do existir humano, que está atenta à relação poderosa das sensações com uma realidade de que elas fazem a experiência, que atende à imaginação criadora e a uma inteligência experimental, isto é, lógica e emotiva, a que Manuel Ferreira Patrício houve por bem chamar *razão poética* (Patrício, 1992:615-616; Pimentel, 2019:202-203) para atender à dupla face da razão experimental, racional e afetiva ou positiva e mística.

Há de ver-se naquela reivindicada alegria, naquela graça, que os estudantes devem viver, mas que não vivem na escola atual, a inspiração dos núcleos de realidade que compõem o ternário que titula o livro *A Alegria, a Dor e a Graça,* e que nesta obra influem no conceito de uma existência humana cuja vida mental, intelectual e espiritual evolui, desde a alegria original da infância à dor do conhecimento e desta à graça, que é uma nova posse da alegria, agora a letícia sapiente do homem que conhece, que pensa, que se põe no seio das relações e valores universais, inteligência aberta à comunicação, à solidariedade e à fraternidade.

A atenção à imaginação mostra o quanto o pensamento leonardino sobre a educação está empenhado numa pedagogia que integre a atividade artística, aproximando-se aqui de Platão, que propunha «que às crianças sejam dadas as seduções das artes para que a sua alma se vá afeiçoando pelas ideias que elas representam» (Coimbra, 2006a:100).

Álvaro Ribeiro (1977-1980, I:84-85) reconheceu, a este propósito da arte, quanto tem de interesse pedagógico a reflexão de Leonardo sobre a formação estética das crianças. De facto, o Mestre portuense defende que «A primeira educação deve ser artística, e as próprias virtudes morais só podem ser dadas à criança pelas implícitas intimações de harmonia estética» (Coimbra, 2006a:101).

A visão superior de Leonardo sobre a educação, se se exprime no ensino pela arte, também se manifesta na integração harmónica das ciências do espírito com as ciências da natureza, que, aliás, com a filosofia, dariam a formação dos professores de diferentes níveis de ensino (Coimbra, 2010a:174-175).

A exigência da filosofia no ensino é também um dos aspetos que cumpre realçar, pois que ela é considerada capital no conjunto de processos de formação do aluno, já que a filosofia é o grau teorético mais alto do espírito, o órgão da liberdade (como a considera em *A Razão Experimental* [Coimbra, 2009e:19, 24-25, 28, 33 e 62]), e necessária ao desenvolvimento do espírito da cultura (Coimbra, 2010a:175).

Ao verificar a importância da filosofia para a educação de crianças e jovens, o pensador português intuiu-a como um elemento nuclear de desen-

volvimento de matérias curriculares e pedagógicas. Veja-se, por exemplo, o que se sublinhou já quanto às valências filosóficas da estética na aprendizagem, incluindo a dos valores morais. Não se trata de afirmar que Leonardo Coimbra antecipou de anos a experiência da filosofia com crianças e jovens, que se verificou a partir de Matthew Lipmann (1923-2010), já na segunda metade do século XX, mas de sublinhar uma intuição do filósofo portuense sobre o benefício da reflexão filosófica para o raciocínio, o espírito crítico e a autonomia da razão.

Tudo isso faz notar que a educação para Leonardo Coimbra tem uma finalidade última, que consiste em criar cultura. Criar cultura, como eu interpreto, é levar ao máximo as unificações de sentido de que a inteligência humana é capaz. A filosofia consiste no saber que eleva a cultura ao grau maior das suas possibilidades universais. É precisamente isso que se exprime na convicção de que o homem é uma liberdade criadora da cultura, pois que esta resulta da cooperação de todos os indivíduos sociais (Coimbra, 2010a:153), a que, portanto, assiste uma razão social, comunicativa e de convívio, que é a garantia mesma do universalismo das formas de cultura, aí incluindo a ciência e mais genericamente o conhecimento.

A filosofia, a par da ciência, da arte, da técnica, da religião, é uma forma de cultura (Coimbra, 2010a:152), mas só ela é que é capaz de levar as relações das outras à máxima universalidade, integrando-as no jogo de sentido que constitui a existência humana. Assim interpreto a afirmação de Leonardo de que a filosofia se mostra "necessária ao desenvolvimento do espírito cultural" (Coimbra, 2010a:175). É ainda isto que se pode extrair de *A Razão Experimental*, que no trabalho da filosofia observa a missão de levar as outras formas de cultura ao universalismo do conhecimento, humanizando os dados da ciência e a técnica, reagindo pela beleza e pelo sentimento religioso às formas verídicas da relação das existências humanas com o ser e, em última análise, com Deus (Coimbra, 2009e:35).

De tudo resulta que não estamos em face de simples pedagogia. Álvaro Ribeiro lembra-nos que a palavra *pedagogia* é limitada na sua aplicação e que "Falar de pedagogia em relação aos adolescentes, ou até aos adultos, é praticar um contrassenso linguístico, revelador da intenção criminosa de manter o homem em menoridade" (Ribeiro, 1977-1980, I:84). Nada mais acertado para o caso de Leonardo Coimbra, onde a pedagogia não se limita à criança e à infância, mas abrange as fases da existência do ser humano, do nascimento à senescência e morte.

A pedagogia leonardina ganha em ser vista como *paideia*, enquanto filosofia do homem integral, homem que, segundo um princípio iluminista que a influencia, quer levar das trevas da ignorância à luz, libertá-lo da menoridade. Assim, se pelo uso generalizado classificarmos a posição educativa de Leonardo de pe-

dagogia, há de observar-se que tal uso é limitado e redutor, e que lhe convém o sentido mais amplo, mais verdadeiro e menos equívoco de *paideia*, na aceção de que a Leonardo interessa menos o ensino da escola e do programa do que a fundamentação filosófica de todo o ensino (Marinho, 1976:100).

Neste mesmo sentir embarca Manuel Ferreira Patrício ao propor que a pedagogia leonardina é, em verdade, uma *antropogagia*, valendo este conceito "por uma conceção espiritualista integral do ser humano e da humanidade do homem", que tem "o seu esteio numa ontologia que, sob o impulso da vida do espírito, é a única instância de saber capaz de satisfazer a visão do homem e da sua humanidade a partir do fundamento" (Pimentel, 2019:202).

O que é possível designar como a filosofia da educação criacionista é a visão que tem por centro uma ideia integral do ser humano, que é uma racionalidade simultaneamente lógica e afetiva, que vive em cooperação com outros, que exige do educador a responsabilidade ética de agir no sentido da sua perfeição como pessoa e cidadão. Compreende-se perfeitamente que os ideais educativos da *paideia* de Leonardo Coimbra rejeitassem a orientação da escola para uma formação educativa de cariz técnico e pragmático, defendendo, ao contrário, uma orientação fundada numa teoria dos fins da cultura, cuja matriz se inspira na formação integral do homem.

REFERÊNCIAS

CAEIRO, Francisco da Gama (1999) – Os Fundamentos da educação na filosofia de Leonardo Coimbra. In *Dispersos*. Org. Maria de Lourdes Sirgado Ganho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. 2, p. 65-75.

CALAFATE, Pedro (1994) – Filosofia da educação e reforma do ensino na obra de Leonardo Coimbra. In *Filosofia e Ciência na obra de Leonardo Coimbra*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, p. 39-46.

COIMBRA, Leonardo (2012) [1935] – A Rússia de hoje e o Homem de sempre. In *Obras completas: 1935*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 7, p. 21-388.

COIMBRA, Leonardo (2010a) [1926] – O Problema da Educação Nacional. In *Obras completas: 1924-1934*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 6, p.149-181.

COIMBRA, Leonardo (2010b) [1933] – O Problema do ensino secundário [*Comentário*. Porto. 1:2 (10-12-1933)]. In *Obras completas: 1924-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 6, p. 383-388.

COIMBRA, Leonardo (2009a) [1922] – A Universidade Popular do Porto [*A Águia*. Porto. 3.ª série. 1:5 (nov. 1922)]. In *Obras completas: 1922-1923*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 5, t. 1, p. 158-163.

COIMBRA, Leonardo (2009b) [1923] – [Entrevista sobre a questão do ensino religioso. *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 55:5 (6-1-1923]. In *Obras completas: 1922-1923*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 5, t. 1, p. 216-224.

COIMBRA, Leonardo (2009c) [1923] – [Entrevista sobre os fundamentos da educação religiosa. *Diário de Notícias*. Lisboa. 60:20 (8-2-1923)]. In *Obras completas: 1922-1923*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 5, t. 1, p. 225-229.

COIMBRA, Leonardo (2009d) [1923] – [Entrevista sobre a questão do ensino religioso às crianças. *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 55:8 (10-1-1923)]. In *Obras completas: 1922-1923*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 5, t. 1, p. 230-236.

COIMBRA, Leonardo (2009e) [1923] – A Razão experimental: lógica e metafísica. In *Obras Completas: 1922-1923*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 5, t. 2, p. 11-298.

COIMBRA, Leonardo (2007) [1921] – No Centro Republicano Democrático: uma brilhante conferência do Dr. Leonardo Coimbra. [*A Tribuna*. Porto. 1:288 (25-3-1921)]. In *Obras completas: 1919-1921*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 4, p. 482-484.

COIMBRA, Leonardo (2006a) [1916] – A Alegria, a Dor e a Graça. In *Obras Completas: 1916-1918*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 3, p. 41-201.

COIMBRA, Leonardo (2006b) [1917] – A Educação religiosa. [*A Águia*. Porto. 2.ª série. 11 (jan.- jun. 1917)]. In *Obras completas: 1916-1918*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 3, p. 207-211.

COIMBRA, Leonardo (2005) [1915] – O Pensamento Criacionista. In *Obras completas: 1913-1915*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 2, p. 177-295.

COIMBRA, Leonardo (2004a) [1907] – Professores. [*Nova Silva*. Porto. 1:5 (10-4-1907)]. In *Obras completas: 1903-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 1, t. 1, p. 104-105.

COIMBRA, Leonardo (2004b) [1907] – As Matrículas. [*Azorrague: semanário dos Estudantes Intransigentes*. Porto. 1 (5-6-1907)]. In *Obras completas: 1903-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 1, t. 1, p. 106-107.

COIMBRA, Leonardo (2004c) [1909] – O Padre liberal. [*A Vida*. Porto. Série 2, 5:3 (17-1-1909)]. In *Obras completas: 1903-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 1, t. 1, p. 125-126.

COIMBRA, Leonardo (2004d) [1909] – O Pensamento e a liberdade. [*A Vida*. Porto. Série 2, 5:4 (24-1-1909), 5:6 (7-2-1909), 5:9 (28-2-1909)]. In *Obras completas: 1903-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 1, t. 1, p. 127-134.

COIMBRA, Leonardo (2004e) [1910-1911] – Sobre educação. [*A Águia*. Porto. Série 1, 1:1 (1-12-1910), 1:5 (1-2.1911)]. In *Obras completas: 1903-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 1, t. 1, p. 192-199.

COIMBRA, Leonardo (2004f) [1910] – Estudantes e operários. [*A Alma*. Porto. 1:2 (5-12-1910)]. In *Obras completas: 1903-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 1, t. 1, p. 200-201.

COIMBRA, Leonardo (2004g) [1911] – A Reforma do ensino. [*A Montanha*. Porto. 1:14 (16-3-1911)]. In *Obras completas: 1903-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 1, t. 1, p. 231-232.

COIMBRA, Leonardo (2004h) [1911] – Uma Conferência de Leonardo Coimbra na festa do Sindicato dos Professores Primários. [*A Montanha*. Porto. 1:33 (7-4-1911)]. In *Obras completas: 1903-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 1, t. 2, p.403-406.

COIMBRA, Leonardo (2004i) [1911] – O Padre e a educação. [*A Montanha*. Porto. 1:38 (14-4-1911)]. In *Obras completas: 1903-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 1, t. 1, p. 237-239.

COIMBRA, Leonardo (2004j) [1911] – A Reforma do ensino secundário. [*A Montanha*. Porto. 1:66 (17-5-1911)]. In *Obras completas: 1903-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 1, t. 1, p. 242-244.

COIMBRA, Leonardo (2004l) [1912] – O Criacionismo: esboço de um sistema filosófico. In *Obras completas: 1903-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 1, t. 2, p. 9-378.

COIMBRA, Leonardo (2004m) [1912] – O Problema educativo. [*A Vida Portuguesa*. Porto. 3 (30-11-1912)]. In *Obras completas: 1903-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 1, t. 2, p. 394-396).

DOMINGUES, Joaquim (2003) – Coimbra, Leonardo José. In *Dicionário de Educadores Portugueses*. Dir. António Nóvoa. Porto: Edições Asa, p. 374-382.

MANSO, Artur (2013) – A Pedagogia de Leonardo Coimbra e seus discípulos. In Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, 12º, Braga, 2013 – *Atas*. Braga: Universidade do Minho, p. 2.130-2.148.

MANSO, Artur (2002) – Leonardo Coimbra e o Problema da Educação Nacional. *Teoremas de Filosofia*. Porto. 5 (Primavera 2002) 33-46.

MARINHO, José (1976) – *Verdade, condição e destino no pensamento português contemporâneo,* Porto: Lello & Irmão Editores.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1992) – *A Pedagogia de Leonardo Coimbra: teoria e prática*. Porto: Porto Editora.

PIMENTEL, Manuel Cândido (2019) – *Leonardo Coimbra: vida e filosofia*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

RIBEIRO, Álvaro (1977-1980) – *Memórias de um letrado*. Lisboa: Guimarães Editores. 3 vol.

“ENTROU-ME UMA ALMA NOVA!” FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (1919 – 1931)

Catálogo da Exposição

Organizadores
João Carlos Garcia
Isabel Pereira Leite

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Abril / Setembro de 2019

COMISSÃO ORGANIZADORA:
João Carlos Garcia e Isabel Pereira Leite (coord.)
João Leite, Ana Carolina Avilez e Margarida Santos

COLABORAÇÃO:
Preparação das peças provenientes do MHNCUP: Marisa Monteiro e José Sousa Fernandes (Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto)
Restauro dos mapas: Ana Freitas e Ana Carolina Ventura (Biblioteca do Fundo Antigo da Universidade do Porto)
Produção Gráfica: Serviço de Impressão da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

AGRADECIMENTOS:
Universidade Católica Portuguesa (Porto)
Livraria Lello
Arquivo da Universidade do Porto
Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto
Professora Doutora Corália Vicente (ICBAS)
Arquivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO

A criação e o percurso da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), entre 1919 e 1931, no quadro da implantação do regime republicano em Portugal, por um lado, provocaram importantes polémicas políticas, científicas e pedagógicas, que em muito ultrapassaram a cidade do Porto; por outro, permitiram a formação de um núcleo de intelectuais cujo pensamento e obra teve uma ampla e duradoura difusão em Portugal[1].

A exposição, **Entrou-me uma alma nova!**, procura retratar o itinerário dessa particular escola de ensino superior. Através dos documentos originais, manuscritos e impressos, fotografias e objetos museológicos, tenta-se reconstituir a estrutura e o funcionamento da Escola, as matérias lecionadas e os temas investigados, a vida e a obra de professores e alunos.

A mostra encontra-se organizada em seis núcleos: I – a criação, a estrutura e o funcionamento da instituição; II – os professores e os funcionários; III – o ensino; IV – os alunos; V – a investigação; VI – os espólios científicos de Leonardo Coimbra e de Newton de Macedo. Todos estes temas são apresentados no *hall* da Biblioteca da FLUP, com especial destaque no núcleo V, para as monografias e periódicos editados sob a chancela da FLUP (1919-1931), as obras selecionadas da reconstituída Biblioteca da primeira

[1] Como foi o caso de Joaquim Magalhães (Porto, 1909-Faro, 1999), licenciado em Filologia Românica, em 1930, militante republicano, Reitor do Liceu de Faro, Presidente do Círculo Cultural do Algarve, fundador do Cine Clube de Faro e do Conservatório Regional do Algarve, ensaísta e divulgador da literatura portuguesa. Em texto memorialístico refere a sua reação ao iniciar a vida de estudante na FLUP, em 1926: "Entrou-me uma alma nova !" (cf. *Joaquim Magalhães: uma escrita na primeira pessoa* de Joaquim Romero Magalhães. Lisboa, Âncora, 2016).

FLUP e as obras escolhidas entre a bibliografia ativa de professores e alunos da mesma instituição, particularmente 1.ªs edições[2]. Nos pisos 0 e 1 da Biblioteca encontra-se exposto um universo mais vasto de edições de obras dos mesmos autores e também muitos títulos da bibliografia passiva a eles correspondente[3].

O núcleo bibliográfico desta exposição é constituído por mais de meio milhar de obras. Todas elas fazem parte de coleções da Biblioteca da FLUP. Entre estas, três merecem destaque: o Fundo Primitivo, a Biblioteca Pedro Veiga e a Biblioteca Ferreira de Almeida. O primeiro, composto por cerca de 3.000 títulos, reproduz aquela que foi a Biblioteca da primeira Faculdade de Letras, entre 1919 e 1931. Um árduo trabalho de pesquisa, levantamento, restauro e tratamento técnico, levado a cabo ao longo de 3 anos, tornou possível, em 1989, a reconstituição da Biblioteca que apoiou o ensino e a investigação durante os primeiros 13 anos da existência da Faculdade[4].

A Biblioteca Pedro Veiga, constituída por cerca de 70.000 volumes, foi doada à Universidade do Porto, em 1975, por um distinto jurista e bibliófilo da cidade – o Dr. Pedro Veiga –, e incorporada na Biblioteca da FLUP, em 1996. Muito do que se encontra exposto, nomeadamente bibliografia dos professores e estudantes da primeira FLUP, com os quais o Dr. Pedro Veiga privou, faz parte desta coleção[5].

À Biblioteca Ferreira de Almeida se foi buscar, também, um considerável número de títulos. O Doutor José António Ferreira de Almeida foi, entre as décadas de 60 e 80 do século passado, professor da Faculdade de Letras. Os 45.000 volumes que compunham a sua biblioteca foram, pela FLUP, adquiridos a seus filhos, depois da sua morte, em 1981.

Do Fundo Geral da Biblioteca da Faculdade de Letras, que foi crescendo a partir de 1961 e tem hoje mais de 400.000 volumes, foram escolhidas oito dezenas de obras, integradas nos vários núcleos expostos. Assim, e de uma forma transversal, se definem os contornos desta mostra bibliográfica, que pretende demonstrar a vitalidade e a atualidade do pensamento fundador da primeira Faculdade de Letras, uma vez que o ano de edição da última obra exposta é, precisamente, 2019.

[2] Ver: A. Eiras – *Faculdade de Letras do Porto (1919-1931): contribuição bibliográfica para a sua história*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989.

[3] Atendendo à dimensão do universo bibliográfico exposto, que inclui várias centenas de exemplares de obras impressas, apresenta-se neste catálogo, apenas a título ilustrativo, dezena e meia de estudos publicados pela FLUP, entre 1919 e 1931.

[4] Ver João Emanuel Leite, org. – *Fundo Primitivo da Biblioteca Central (1919-1928)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989.

[5] Cf. https://sdi.letras.up.pt/default.aspx?pg=8coleccoes.ascx&m=8&s=17

No que diz respeito aos documentos apresentados, provêm eles, na sua quase totalidade, do Arquivo da FLUP[6]. Pertencem ao núcleo do Arquivo Histórico e constituem, a par da documentação que se conserva no Arquivo da Universidade do Porto, as principais fontes para a história da primeira FLUP. Aos mais de 300 documentos existentes na FLUP, dos quais apenas uma pequeníssima parte se encontra exposta, junta-se o Arquivo Newton de Macedo, doado à Faculdade de Letras, já neste século.

A exposição conta, ainda, com peças provenientes de acervos de outras instituições, como a Biblioteca do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, particularmente a Biblioteca Memorial Leonardo Coimbra[7] que nela se encontra integrada desde 1988, o Arquivo da Universidade do Porto e o Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto[8].

[6] Ver: FLUP, Arquivo Central: https://sdi.letras.up.pt/default.aspx?pg=fundos_doc.ascx&m=12&s=88

[7] Ver: http://www.biblioteca.porto.ucp.pt/pt/portal-leonardo-coimbra

[8] Ver: https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/2084 e https://mhnc.up.pt/

CATÁLOGO

INSTITUIÇÕES:

AFLUP – Arquivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
AUP – Arquivo da Universidade do Porto
BFLUP – Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
MHNCUP – Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto
UCPBLC – Universidade Católica Portuguesa (Porto), Biblioteca Memorial Leonardo Coimbra

A CRIAÇÃO, A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO

1. PORTUGAL. Leis, Decretos – *Diário do Governo. 1.ª série*. 1919.
Contém a Lei n.º 861, de 27 de agosto, que no seu art. 11.º estipula a criação da Faculdade de Letras na Universidade do Porto.
AUP, s/cota

2. Universidade do Porto – Termos de Posse.
1914-1929
200 p., ms.; 31,5 x 22 cm
AUP, Termos de posse…, sér. 456

3. Projeto de organização das Faculdades de Letras, no qual são referidos os agrupamentos de cadeiras, o plano de estudos e o número de professores necessários, a par de outras definições.
S. d.
9 f., dactiloesc. c/ anotações ms.; 22 x 27,5 cm
AFLUP, IL/8/1

4. Quadro com o horário das cadeiras e cursos do 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos, dele constando os nomes das cadeiras e dos seus professores, bem como os dias e horas da semana e as salas.
1922 [out.?]
1 f., ms.; 42 x78 cm
AFLUP, IL/6/17-1

5. Contrato de arrendamento do prédio denominado Quinta Amarela, na R. Oliveira Monteiro, celebrado entre José Gonçalves da Silva Brito e António Alves de Sousa Guimarães e a Faculdade de Letras da Universidade do

Porto, representada por Damião Peres, Diretor interino, Manuel da Costa Figueiredo Ramos e Jacinto de Azevedo.
1926 jul. 1
Cartório Notarial de Casimiro Carneiro Fontoura Curado (Porto).
1 f., imp. e ms.; 20,5 x 28,5 cm
AFLUP, IL/1/41

6. Escrivaninha em madeira
[Ca. 192-]
Elemento do mobiliário da primeira FLUP.
MHNCUP, s/cota

7. Capitel do claustro do Mosteiro de Celas (Coimbra)
[192-]-1931
Cópia em gesso, pertencente, provavelmente, à Galeria de História de Arte da FLUP.
38 x 43 x 21 cm
MHNCUP, refª nº 001069

8. Atas das Sessões do Senado da Universidade do Porto.
1911-1929
Sessão de 31 de março de 1928, na qual se discute a extinção da Faculdade de Letras.
100 f., ms.; 34 x 25 cm
AUP, s/cota

9. PORTUGAL. Leis, Decretos – *Diário do Governo. 1ª série*. 1928
Contém o Decreto-Lei nº 15.365, de 12 de abril, que extingue formalmente a Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
AUP, s/cota

10. Projeto de orçamento detalhado para o mês de julho de 1931, no valor total de 29.844,94 escudos.
1931 jan. 20
Ass. Luiz Cardim, Diretor da Faculdade de Letras.
2 f., ms.; 44 x 34 cm
AFLUP, IL/6/15

11. Antigos professores e alunos da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
S. d.
1 fot., p&b, 23 x 28 cm
AFLUP, AF/1

Anvers
Bruxelles

OS PROFESSORES E OS FUNCIONÁRIOS

12. Minuta do termo de contrato de professores, sendo Damião Peres, Diretor, e Ângelo Pinto Ribeiro, Secretário.
S. d.
1 f., ms.; 21 x 32 cm
AFLUP, IL/7/30

13. Exposição dirigida ao Conselho da FLUP a propósito da contratação de Francisco de Alarcão, como professor de Alemão.
1920 dez. 2
Ass. Hernâni Cidade.
1 f., ms.; 22 x 33 cm
AFLUP, IL/8/68

14. Relação dos vencimentos e melhorias pagos aos 26 funcionários, no ano letivo de 1923-1924, sendo especificados cargos, nomes e montantes.
[1924?]
Ass. Ana Celeste González Cardim, Chefe da Secretaria.
1 f., ms.; 21,5 x 33 cm
AFLUP, IL/7/34

15. Mapa contendo a relação do pessoal existente, por categoria, nome, data de nomeação, visto e tomada de posse, regência de cadeiras e cursos e algumas observações.
1930 dez. 31
3 f., ms.; 33,5 x 43 cm
AFLUP, IL/6/19

16. Notas obtidas nos exames de alunos do 3º ano dos cursos de Filologia Românica, Filologia Clássica e Filologia Germânica.
S. d.
Apontamento dirigido a Jacinto de Azevedo, Conservador da Biblioteca. Ass. José de Freitas Bragança.
1 f., ms.; 15,5 x 36 cm
AFLUP, IL/7/29

17. Homenagem da Tuna Académica aos Prof. Doutores Gomes Ferreira e Magalhães Lemos.
1926 abr. 30
1 fot., p&b; 20,5 x 28 cm
AFLUP, AF/3

18. Livro de Registo de Doutoramentos de Professores.
1917-1943
71, 7, 2 f., imp. e ms.; 30 x 23 cm
AUP, Livros de registo…, sér. 163

19. Homenagem ao penúltimo Diretor da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Doutor Damião Peres.
S. d.
1 fot., p&b; 18 x 25 cm
AFLUP, AF/2

O ENSINO

20. Edital de abertura das inscrições na FLUP.
1921 set. 27
São referidas as condições de admissão, os cursos existentes e o valor das propinas, entre outras informações.
1 f., dactiloesc.; 46,5 x 20 cm
AFLUP, IL/8/48

21. Mapa da distribuição das cadeiras lecionadas, de acordo com os cursos, os anos e as cadeiras.
1922 [out.?]
1 f., ms.; 33 x 44 cm
AFLUP, IL/6/17-3

22. Mapa da distribuição das cadeiras lecionadas, de acordo com os dias e horas da semana.
1922 [out. ?]
1 f., ms.; 33 x 44 cm
AFLUP, IL/6/17-2

23. Programa da cadeira de História da Filosofia.
S. d.
Ass. Leonardo Coimbra
1 f., ms. sobre dactiloesc. rasurado; 20,5 x 24 cm
AFLUP, IL/8/21

24. Bibliografia aconselhada para a cadeira de História Antiga.
S. d.
1 f., ms.; 22,5 x 33 cm
AFLUP, IL/7/32

25. Capitel do claustro do Mosteiro de Celas (Coimbra).
[192-]-1931
Cópia em gesso, pertencente, provavelmente, à Galeria de História de Arte da FLUP.
42 x 37 x 19 cm
MHNCUP, refª nº 001063

26. LAVISSE, Ernest; PARMENTIER, A. (1903) – *La Monarchie absolue: les bourgeois*. Il. A. Lecoultre; imp. Dufrenoy. Paris: A. Colin. 1 cartaz, color.; 98 x 118 cm. (Tableaux d'Histoire de la Civilisation Française; 4bis).
MHNCUP, s/cota

27. LAVISSE, Ernest; PARMENTIER, A. (1905) – *La Civilisation contemporaine*. Il. A. Lecoultre; imp. Dufrenoy. Paris: A. Colin. 1 cartaz, color.; 98 x 118 cm. (Tableaux d'Histoire de la Civilisation Française; 5bis).
MHNCUP, s/cota

28. Sumários das lições de Antropogeografia de 10 e 12 de abril de 1929.
1929 abr. 12
Ass. A. A. Mendes Correia.
1 f., ms.; 22 x 28 cm
AFLUP, IL/7/16

29. FOREST, Joseph ([192-]) – *Globo Terrestre*. Esc. 1:65.000.000. Paris: Forest Éd. 1 globo terrestre, gravura, color., montado em suporte de madeira; 19 cm de diâmetro.
AFLUP, s/cota

30. WELSCH, Jules (1921) – *France Géologie*. Esc. 1:1.100.000. Paris: A. Colin. 1 mapa parietal, color.; 117 x 98 cm. (Colection de Cartes Murales Vidal-Lablache; n.º 39).
MHNCUP, s/cota

31. VIDAL DE LA BLACHE, Paul ([18--?]) – *Pays-Bas: carte physique et agricole*. Esc. 1:300.000. Paris: Librairie Armand Colin. 1 mapa parietal, color.; 117 x 98 cm. (Colection de Cartes Murales Vidal-Lablache; n.º 29).
MHNCUP, s/cota

32. VIDAL DE LA BLACHE, Paul ([18--?]) – *Pays-Bas: carte politique et industrielle*. Esc. 1:300.000. Paris: Librairie Armand Colin. 1 mapa parietal, color.; 117 x 98 cm. (Colection de Cartes Murales Vidal-Lablache: n.º 29 bis).
MHNCUP, s/cota

33. Excerto do programa de Geografia de Portugal, 1928-1929.
1929 jun.
Ass. A. A. Mendes Correia.
1 f., ms.; 20,5 x 27 cm
AFLUP, IL/7/15

34. Secção de Ciências Históricas e Geográficas: pontos para o exame de licenciatura, numerados de i a xvii.
1925 set. 30 (1925 jul. 15: data rasurada)
Ass. Damião Peres.
1 f., ms.; 22 x 26,5 cm
AFLUP, IL/7/8

35. Notas obtidas pelos alunos nos exames de admissão ao Curso do Magistério Primário Superior. Secção de Ciências Históricas e Geográficas.
1921 nov. 29
Ass. Leonardo Coimbra, Damião Peres, Urbano Canuto Soares, Hernâni Cidade, António Augusto Mendes Correia e Augusto Ferreira Nobre.
1 f., ms.; 30 x 23 cm
AFLUP, IL/7/22

36. Quadro estatístico com o número de licenciados pela FLUP, por curso e por ano letivo.
1928 ago. 6
Cópia em papel químico.
1 f., dactiloesc. c/ anotações ms.; 27 x 21,5 cm
AFLUP, IL/8/4

37. Lista nominal dos licenciados pela FLUP, entre 1923 e 1928.
[1928?]
São referidos 114 licenciados.
3 f., dactiloesc. c/ anotações ms.; 27 x 21,5 cm
AFLUP, IL/8/6

OS ALUNOS

38. Quadro com o número de alunos inscritos no ano letivo de 1919-1920, por cadeiras e cursos.
[1919?]
1 f., ms.; 22,5 x 33 cm
AFLUP, IL/8/81

39. Quadro estatístico dos alunos inscritos no ano letivo de 1919-1920, dele constando os seus nomes, cursos e cadeiras em que se inscreveram e referência ao pagamento das 2 prestações das respetivas propinas.
[1920?]
12 f., ms.; 22 x 33 cm
AFLUP, IL/8/80

40. Orfeão Académico.
1922
1 fot., p&b; 36 x 47,5 cm
AFLUP, AF/4

41. *A Garrocha: órgão dos alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Ed. António Salgado Júnior… [*et al*.]. Porto. 1:1 (1923) - 1:3 (1923).
BFLUP, 05R GA

42. *Porto Académico: órgão da Associação de Estudantes do Porto.* Porto. 1:[1] (20 nov. 1922) - Série 4.ª, 6:4 (27 fev. 1928).
Exposto o n.º datado de 12 jan. 1928, onde é publicado um aviso dirigido a professores e estudantes da Faculdade de Letras.
BFLUP, 05R PO

43. Lista geral de alunos inscritos, por disciplina, no ano letivo de 1928-1929. [1929?]
Encontram-se numeradas de 1 a 369.
11 f., dactiloesc. c/ anotações ms.; 22 x 27,5 cm
AFLUP, IL/6/4

44. Lista dos alunos inscritos na cadeira de Hebraico.
S. d.
Cada um dos 31 alunos escreveu o seu próprio nome.
1 f., ms.; 22 x 33 cm
AFLUP, IL/8/3

45. Notas obtidas pelas alunas nos exames do Curso Prático de Francês.
1921 jul. 8
Ass. Hernâni Cidade, Paul Querette e José Teixeira Rego.
1 f., ms.; 23,5 x 16,5 cm
AFLUP, IL/6/9

46. Requerimento de Ana Celeste Gonzalez Cardim pedindo uma certidão de frequência das cadeiras do 1.º ano do curso de Filologia Germânica e do Curso Preparatório para a Habilitação ao Magistério Primário Superior.
1920 out. 8
Luiz Cardim apresenta e assina o requerimento em nome de sua filha; inclui parecer de Damião Peres, Secretário da FLUP.
1 f. de papel selado, ms.; 20 x 30 cm
AFLUP, IL/1/115

47. Requerimento de Emília Augusta Plácido para a inscrição em cadeiras do curso de Filologia Românica.
1920 out. 8
1 f. de papel selado, ms.; 20 x 30 cm
AFLUP, IL/1/31

48. Requerimento de Maria Alice de Moraes Sarmento para a inscrição em cadeiras do curso de Filologia Românica.
1920 out. 12
Inclui um despacho de Damião Peres, datado de 21 dez. 1920, concedendo uma bolsa de estudo que a aluna havia anteriormente requerido.
1 f. de papel selado, ms.; 20 x 30 cm
AFLUP, IL/2/32

49. Requerimento de José Augusto Sant'Anna Dionísio para a inscrição em 2 cadeiras do curso de Filologia Germânica.
1920 nov. 10
Inclui pareceres do Reitor da Universidade do Porto, Augusto Nobre (11 nov 1920) e do Diretor da FLUP, Leonardo Coimbra (29 nov. 1920).
1 f. de papel selado, ms.; 20 x 30 cm
AFLUP, IL/1/51

50. Requerimento de José Carlos de Araújo Marinho para a inscrição em cadeiras dos cursos de Filologia Românica, Ciências Filosóficas e Filologia Clássica.
1921 out. 10
1 f. de papel selado, ms.; 20 x 30 cm
AFLUP, IL/1/57

51. Requerimento de Torquato Brochado de Souza Soares pedindo uma certidão de frequência e uma certidão de passagem relativas a várias cadeiras do 1.º ano do curso de Ciências Históricas e Geográficas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
1922 out. 6
Inclui parecer do 2.º Oficial da Secretaria Geral da Universidade de Coimbra (7 out. 1922).
1 f. de papel selado, ms.; 20 x 30 cm
AFLUP, IL/1/102

A INVESTIGAÇÃO

52. *O Tripeiro: repositório de notícias portucalenses*. Ed. Alfredo Ferreira de Faria… [*et al.*]. Porto. 1 (1 jul. 1908)- .
BFLUP, 05R TRI

53. *A Águia: órgão da Renascença Portuguesa*. Porto. Série 1, 1:1 (dez. 1910) - Série 5, 20:3 (maio/jul. 1932).
BFLUP, 05R AG

54. *Dionysos: revista mensal de filosofia, ciência e arte*. Ed. Aarão de Lacerda… [*et al.*]. Coimbra; Porto. Série 1, 1 (2 mar. 1912) - Série 4, 1/2 (abr. 1928).
BFLUP, 05R DI

55. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto. 1/2 (1920) - 5/6 (1923).
BFLUP, 05R VER

56. *Seara Nova: revista de doutrina e crítica*. Ed. Raul Proença… [*et al.*]. Lisboa. 1 (15 out. 1921)- .
BFLUP, 05R SE

57. *Revista de Estudos Históricos: boletim do Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras do Porto*. Porto. 1:1/2 (1924) - 3:1/3 (1926).
BFLUP, 05R RE

58. *Presença: folha de arte e crítica*. Ed. José Régio… [*et al.*]. Coimbra. 1 (mar. 1927) - 54 (fev. 1940).
BFLUP, 05R PR

59. VITORINO, Pedro (1925) – *Três inscrições medievais*. Porto: Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras.
Sep. de: *Revista de Estudos Históricos*. 2:1.
BFLUP, 9d/III/144

60. PERES, Damião (1926) – *Estudos de História*. Porto: Instituto de Estudos Históricos, Faculdade de Letras.
BFLUP, PV/8743

61. FORTES, José Maciel Ribeiro (1927) – *A Batalha de Ourique*. Porto: Instituto de Estudos Históricos, Faculdade de Letras.
BFLUP, PV/8939

62. *História de Portugal*. Dir. lit. Damião Peres; dir. art. Eleutério Cerdeira. Barcelos: Portucalense Editora, 1928-1954. 9 vol.
Edição Monumental comemorativa do 8.º centenário da Fundação da Nacionalidade.
BFLUP, 946.9 P51h

63. CARDIM, Luís (1929) – *Estudos de Literatura e de Linguística*. Porto: Faculdade de Letras.
BFLUP, FA/16174

64. LACERDA, Aarão de (1929) – *Beethoven: o primeiro romântico*. Porto: Faculdade de Letras.
BFLUP, 92/III/112

65. SILVA, Agostinho da (1929) – *Sentido histórico das Civilizações Clássicas*. Porto: [s. n.].
BFLUP, PV(R)208

66. OLIVEIRA, Fernando de (1930) – *O Motim popular de 1757: uma página na história da época pombalina*. Porto: Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras.
BFLUP, 90/IV/3

67. REGO, José Teixeira (1931) – *Estudos e controvérsias:* [*1.ª série*]. Porto: Faculdade de Letras.
BFLUP, FA/19422

OS ESPÓLIOS CIENTÍFICOS DE LEONARDO COIMBRA E NEWTON DE MACEDO

a) **Leonardo Coimbra**

68. Leonardo Coimbra
S. d.
1 fot., p&b; 23 x 16 cm
UCPBLC, s/cota

69. Telegrama endereçado a Leonardo Coimbra.
Coimbra, 8 jun. 1919
Enviado por Adriano Brandão e Adolfo Pinto Souza, sobre a reforma do ensino universitário.
Imp.; 17 x 21 cm
UCPBLC, Telegrama n.º 35

70. COIMBRA, Leonardo – *A Razão experimental.*
1922 out. 31
3 f., ms.
UCPBLC, s/cota

71. COIMBRA, Leonardo (1923) – *A Razão experimental: lógica e metafísica*. Porto: Renascença Portuguesa.
BFLUP, PV/15736

72. Pasta em pele
[193-?]
Pasta que Leonardo Coimbra usava nas suas deslocações diárias.
25 x 35 x 5 cm
UCPBLC, s/cota

73. Carta hológrafa de Leonardo Coimbra.
S. d.
Papel pautado c/ timbre da Faculdade de Letras do Porto.
1 f., ms.; 19 x 14 cm
UCPBLC, Carta nº 18.

74. CARDIM, Luís (1931) – *Shakespeare e o drama inglês*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Contém dedicatória a Leonardo Coimbra.
UCPBLC, 821.111/C258S

75. UNAMUNO, Miguel de (1912) – *Del Sentimiento trágico de la vida en los hombres y en los pueblos*. Madrid: Renacimiento.
Contém dedicatória a Leonardo Coimbra.
UCPBLC, 821.134.2/U43S

76. José Ortega y Gasset, Leonardo Coimbra e Manuel Morente
Fot. Kâulak (Madrid)
S. d.
1 fot. autografada, p&b; 19 x 21 cm
UCPBLC, s/cota

b) Newton de Macedo

77. MACEDO, Newton de [1929?] – *A Luta pela liberdade no Pensamento Europeu. I - A Alvorada Helénica*.
Enviado à Imprensa da Universidade de Coimbra.
F. 44 a 186, ms.; 10,5 x 32 cm
AFLUP, NM/1

78. MACEDO, Francisco Newton de (1930) – *A Luta pela liberdade no pensamento europeu: a alvorada helénica*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
BFLUP, PV/7822

79. Mala em cartão c/ fechos e cantos em metal.
[193-?]
Mala utilizada por Newton de Macedo para guardar manuscritos.
40 x 24 x 12 cm
AFLUP, s/cota

80. MACEDO, Newton de – *Block-Notes.*
[1929?]
O Génio grego (5 f.); *A Melancolia grega* (16 f); *O Romantismo na poesia grega* (18 f.); *Sobre a emoção antiga* (9 f.); *O Fado na tragédia grega* (7 f.); *Civilização e tipos de civilização* (3 f.); *Elementos da Volkenpsicologie* (3 f.); *Empédocles*; *Anaxágoras*; *O Pitagorismo*; *Ecléticos*; *Sofística*; *A Matéria em Platão*; *Devenio grego*; *Cosmogonia*; *Aristóteles* (10 f.).
71 f., ms.; 12,5 x 21 cm
AFLUP, NM/2

81. MACEDO, Newton de – *Apontamentos de Filosofia Antiga*.
1932
155 f., ms.; 21 x 17 cm
AFLUP, NM/3

82. MACEDO, Newton de – *Pedagogia experimental e seus métodos*.
S. d.
1 f., ms.; 10,5 x 32 cm
AFLUP, NM/5

83. Resposta de Newton de Macedo a um questionário dirigido aos professores de Filosofia dos liceus e destinado a posterior análise pela Sociedade de Estudos Pedagógicos.
S. d.
2 f., dactiloesc. e ms.; 22 x 34 cm
AFLUP, NM/4

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA SOBRE A PRIMITIVA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO, EXISTENTE NA BIBLIOTECA DA FLUP

Livros:

Actas do Senado da Universidade do Porto: 1911-1929 (2011) – Porto: Universidade do Porto. (Edições do Centenário).

ALVES, Jorge (2012) – *A Universidade na República: a República na Universidade: a UP e a República, 1910-1926*. Porto: Universidade do Porto. (Edições do Centenário).

ARAÚJO, Francisco Miguel (2008) – *Faculdades(s) de Letras do Porto: da (re)criação à revolução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP.

BAPTISTA, Pedro (2012) – *O Milagre da Quinta Amarela: história da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 1919-1931*. Porto: Universidade do Porto. (Edições do Centenário).

BAPTISTA, Pedro (2010) – *A Pluralidade na "Escola Portuense" de Filosofia*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

COIMBRA, Leonardo (1919) – *A Questão universitária: discurso parlamentar*. Lisboa: Portugal-Brasil; Companhia Editora Americana.

EIRAS, Adriano (1989) – *Faculdade de Letras do Porto: contribuição bibliográfica para a sua história*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Fundo Primitivo da Biblioteca Central: 1919-1928 (1989). Porto: Faculdade de Letras.

GOMES, Pinharanda (2005) – *A "Escola Portuense": uma introdução histórico-filosófica*. Porto: Caixotim.

Leonardo Coimbra: cartas, conferências, discursos, entrevistas e bibliografia geral (1994). Compil. Pinharanda Gomes e Paulo Samuel. Lisboa: Fundação Lusíada.

LOPES, Fernando de Macedo (1925) – *O Porto e a sua Universidade*. Porto: Enciclopédia Portuguesa.

MONTEIRO, A. Casais [*et al.*] (1950) – *Leonardo Coimbra: testemunhos dos seus contemporâneos*. Porto: Tavares Martins.

RODRIGUES, Adriano (1933) – *A Universidade do Porto: actividade científica, acção social, aspirações, missão na vida nacional*. Porto: Universidade do Porto.

SANTOS, Cândido dos (2011) – *História da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto. (Edições do Centenário).

SANTOS, Cândido dos (1996) – *Universidade do Porto: raízes e memória da instituição*. Porto: Universidade do Porto. Edição inglesa, 2002.

SANTOS, Delfim (1987) – Na primeira reunião dos antigos alunos da Faculdade de Letras do Porto. In *Obras completas*... Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. 3.
Universidade do Porto: Faculdade de Letras (1925). Org. pela respectiva Faculdade. Porto: Universidade do Porto.
A Universidade do Porto e a Cidade: edifícios ao longo da história (2007). Coord. Maria Eugénia Matos Fernandes. Porto: Universidade do Porto.
A Universidade e a Cidade: o património edificado da U.Porto: catálogo da exposição (2006). Porto: Universidade do Porto.

Colaborações em livros:

ARAÚJO, Francisco Miguel (2015) – Entrar pela janela em vez da porta! : excepcionalidades republicanas da 1.ª Faculdade de Letras do Porto, 1919-1931. In *República e Republicanismo*. Coord. Maria Fernanda Rollo, António Rafael Amaro. Casal de Cambra: Caleidoscópio, p. 411--419.
ARAÚJO, Francisco Miguel; ALVES, Luís Alberto (2014) – Faculdade de Letras do Porto. In *Dicionário de História de I República e do Republicanismo*. Coord. Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Assembleia da República, vol. 2, p. 11-14.
ARAÚJO, Francisco Miguel; ALVES, Luís Alberto (2014) – Universidade do Porto. In *Dicionário de História de I República e do Republicanismo*. Coord. Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Assembleia da República, vol. 3, p. 1.060-1.064.
HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2016) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931 e 1962 ss.). In *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Coord. Sérgio Campos Matos. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/
MAGALHÃES, Joaquim Romero de (2012) – Leonardo Coimbra e a criação política da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. In *República, Universidade e Academia*. Coord. Vítor Neto. Coimbra: Almedina, p. 457-469.

Artigos em revistas:

ALVES, Jorge (2019) – Das Faculdades de Letras à FLUP:1919. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*. Porto. 4.ª série, 9:1, 3-49.
ARAÚJO, Francisco Miguel (2016) – A 1.ª Faculdade de Letras do Porto na "Campanha Homem Cristo": o arauto de uma fatalidade prenunciada. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*. Porto. 4.ª série, 6, 57-69.

BASTO, A. de Magalhães (1957) – Um Breve apontamento para a história do ensino humanístico do Porto. *Studium Generale: boletim do Centro de Estudos Humanísticos*. Porto. 7, 171-189.
CIDADE, Hernâni (1959) – Luiz Cardim, no convívio, na aula e na obra de investigador e poeta. *O Tripeiro*. Porto. 8 (dez.) 240.
FERREIRA, J. A. Pinto (1964) – O Meu primeiro e último encontro com o querido e saudoso mestre Dr. Artur de Magalhães Basto. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. 27:1/4, 658-703.
HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2004) – A Universidade do Porto e a vida nacional: cronologia sinóptica, 1911-2003. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*. Porto. 3.ª série, 5, 257-253.
HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1996) – Revistas universitárias de História no Portugal do século XX. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. 18, 339-372.
HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1991) – A História que nos fez e a História que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*. Porto. 11, 227-240.
HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1987) – 25 anos da Faculdade de Letras: passado e presente. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*. Porto. 2.ª série, 4, 293-307.
PINA, Luís de (1966) – Faculdade de Letras do Porto: breve história. *Cale: revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto, 1, 59-172.
RAMOS, Luís A. de Oliveira (2011) – A Primitiva Faculdade de Letras do Porto e a Universidade de Coimbra. *Revista Portuguesa da História*. Coimbra. 42, 95-108.
RAMOS, Luís A. de Oliveira (1983) – Notas sobre a origem e estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. 2.ª série, 1, 245-260.
RIBEIRO, Álvaro (1945) – O Porto e os estudos humanísticos. *O Tripeiro*. Porto. 7 (nov.) 153.
SÁ, Víctor de (1986) – Notas sobre o ensino da História na 1.ª Faculdade de Letras do Porto. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*, Porto. 2.ª série, 3, 199-209.
SEABRA, José Augusto (1987) – Leonardo Coimbra e a Faculdade de Letras do Porto. *Nova Renascença*. Porto. 7:27/28, 257-260.
TORRE, Manuel Gomes da (1987) – Dr. Luiz Cardim: dos liceus para a antiga Faculdade de Letras. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Línguas e Literaturas*. Porto. 2.ª série, 4, 279-300.